

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

CAMILA LOPES TAQUETTI

**DAS JORNADAS DE JUNHO ÀS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS (2013-2016):
REVOLTAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE**

VITÓRIA

2021

CAMILA LOPES TAQUETTI

**DAS JORNADAS DE JUNHO ÀS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS (2013-2016):
REVOLTAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Targina Rodrigues Ferraz.

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

T111j Taquetti, Camila Lopes, 1982-
Das jornadas de junho às ocupações das escolas (2013-2016): revoltas da juventude brasileira em tempos de crise / Camila Lopes Taquetti. - 2021.
283 f. : il.

Orientadora: Ana Targina Rodrigues Ferraz.
Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Jornadas de Junho de 2013. 2. Ocupações das Escolas. 3. Revoltas. 4. Juventude. 5. Crise Capitalista. I. Ferraz, Ana Targina Rodrigues. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

CAMILA LOPES TAQUETTI

**DAS JORNADAS DE JUNHO ÀS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS (2013-2016):
REVOLTAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Targina Rodrigues Ferraz.

Aprovada em _____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Targina Rodrigues Ferraz
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Lívia de Cássia Godoi Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Tatiana Dahmer Pereira
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Graziela Menezes de Jesus
Centro Educacional Linus Pauling

Prof. Dr. Luís Antonio Groppo
Universidade Federal de Alfenas

Àquelas e àqueles que atravessam séculos em luta.

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de reconhecer os sujeitos que fazem parte da caminhada de doutorar conosco, bem como as instituições que garantem o acesso à pós-graduação pública e de qualidade neste país e neste estado, em um contexto especialmente atravessado pelo conservadorismo que insiste em negar a relevância da produção do conhecimento científico e da formação acadêmica, sobretudo no campo das ciências humanas. Portanto, faço deste espaço de agradecimentos também um manifesto.

Em primeiro lugar, reconheço a luta histórica dos trabalhadores da educação e dos estudantes que resistem bravamente para assegurar que tenhamos condições de nos qualificar enquanto profissionais e como seres humanos melhores.

Agradeço imensamente aos meus pais, Paula e Edson, pelo afeto e suporte fundamentais que me permitiram definir “os trilhos da vida que possibilitaram engatar as locomotivas” que me levaram a um acesso privilegiado à universidade, assim como a “escolha” dos trajetos acadêmico-profissionais, os quais têm muito a ver com o tema da política, assunto de todos os cafés da manhã, e hoje reconheço que, de alguma forma, inspirou toda a minha caminhada no Serviço Social e na pós-graduação. Agradeço ainda ao meu companheiro de vida, Léo, pela parceria cotidiana, tornando nossos dias mais leves e saborosos. Registro ainda o afeto dos familiares e das amizades por preencherem vazios que este longo e solitário processo deixa em nós. Obrigada!

Agradeço especialmente à orientação dedicada, assertiva e competente de Ana Targina Rodrigues Ferraz. Sou imensamente grata pela provocação do tema dos movimentos sociais e pelos ricos e longos encontros em que, além de discutirmos o trabalho de pesquisa e a conjuntura nacional, se revelaram espaços especiais de formação política. Obrigada por tanto!

Outro agradecimento especial faço ao Núcleo de Estudos sobre Movimentos e Práticas Sociais (Nemps), coordenado por Ana, pela potente experiência acadêmica e afetiva que este espaço me proporcionou.

Meus agradecimentos não só formais, mas sinceros, ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, a todo o corpo docente, ao corpo discente e aos servidores pelo empenho e compromisso com a excelência deste programa que fez e faz uma enorme diferença na qualificação profissional de quem por ele passa.

Meu reconhecimento e gratidão às valiosas contribuições feitas pelos professores que compuseram a banca de qualificação, Franciane Bernardes, Graziela Menezes de Jesus e Luís Antonio Groppo, como também à Lívia de Cássia Godoi Moraes e Tatiana Dahmer Pereira que se somaram à banda de avaliação, deixando importantes contribuições.

Agradeço ao apoio financeiro concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É importante dizer que não se trata apenas de algo que beneficia individualmente a um(a) estudante, mas sim a toda a sociedade brasileira, por oportunizar, ainda que com limites, um acesso mais qualificado à pós-graduação e, conseqüentemente, à produção do conhecimento.

Por último, agradeço aos militantes do Movimento Passe Livre e do coletivo “O Mal Educado” que gentilmente aceitaram compartilhar suas construções e vivências, os quais, pela ousadia impulsionada, afetaram a história recente da luta de classes no Brasil.

“Contra as ideias da força, a força das ideias!”
Florestan Fernandes

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é analisar as formas de ação e organização política dos movimentos contestatórios urbanos da juventude brasileira que emergiram de forma particular com a explosão da onda nacional de revoltas composta pelas Jornadas de Junho de 2013 e Ocupações das Escolas ocorridas entre 2015 e 2016, no contexto de acirramento das crises, econômica e política, para verificar se esses movimentos se caracterizam pela reinvenção das expressões políticas de resistência social reveladas nas lutas antecedentes do século XX. Como objetivos específicos, buscou-se verificar: as condições sócio-históricas que possibilitaram a constituição e a ascensão desses movimentos urbanos; a configuração do Movimento Passe Livre (MPL) e do coletivo “O Mal Educado” (OME) em seus aspectos ideológicos, suas perspectivas político-organizativas e ações desenvolvidas; a relação e a interação do MPL e do OME junto aos movimentos sociais tradicionais de esquerda antes de 2013 e no processo de intensificação das lutas; a incidência desses coletivos autonomistas de São Paulo nas jornadas de junho e nas ocupações das escolas e, por fim, as formas de ação política utilizadas pelos movimentos urbanos da juventude para verificar se essas se caracterizam pela reinvenção de tendências político-organizativas reveladas nas lutas antecedentes no século XX. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com ex-militantes do MPL e do OME, cujo conteúdo foi analisado à luz do arcabouço teórico que permeou a discussão da crise capitalista a partir do referencial marxista, além da perspectiva história das ações coletivas e das circunstâncias de revolta, com destacada atuação da juventude no mundo a partir da década de 1960 até a onda de rebeldias reativas à crise no início do século XXI. E, por fim, também situamos a discussão apontando a conjuntura brasileira impulsionadora da onda de revoltas da juventude entre 2013 e 2016, quando se revela em caráter nacional as tentativas de reinvenção das formas de ação e organização sociopolítica.

Palavras-chave: Jornadas de Junho de 2013. Ocupações das Escolas. Revoltas. Juventude. Crise capitalista.

ABSTRACT

TAQUETTI, Camila Lopes. **From June uprisings to schools occupations (2013-2016): Brazilian youth riots in days of crisis.** Vitória, 2021. Thesis (Doctoral program in Social Policy) - Federal University of Espírito Santo (UFES), Vitória, Brazil, 2021.

The main objective of this research is to analyze the forms of action and political organization of the urban protest of Brazilian youth movements that emerged in particularly with the explosion of the national wave revolts, formed by the 2013 June Journeys, and the School Occupations that happened between 2015 and 2016, in the context of the worsening of both economic and political crisis. Also to verify whether these movements are characterized by the reinvention of political expressions of social resistance revealed in the previous struggles of the 20th century. As specific objectives, we sought to verify: the socio-historical conditions that made both the constitution and the uprising of these urban movements, possible; the configuration of the Movimento Passe Livre (MPL) movement and the “O Mal Educado” (OME) collective, in their ideological aspects, political-organizational perspectives and developed actions; the relationship and interaction of MPL and OME with traditional leftist social movements before 2013 in the process of intensifying social struggles; the incidence of these autonomist collectives from São Paulo in the June Journeys and the School Occupations, and, finally, the forms of political action used by urban youth movements to verify whether they are characterized by the reinvention of political and organizational trends revealed in previous struggles in the 20th century. It is a qualitative research, whose data were collected through semi-structured interviews with former MPL and OME militants, whose content was analyzed in the light of the theoretical framework that permeated the discussion of the capitalist crisis from the Marxist framework. , in addition to the historical perspective of collective actions and the revolt circumstances with a prominent role from youth from around the world since the 1960s until the wave of rebellions reactive to the crisis at the beginning of the 21st century. And, finally, we also situate the discussion pointing to the Brazilian situation driving the wave of youth revolts between 2013 and 2016, when the attempts to reinvent the forms of action and socio-political organization are revealed on a national basis.

Keywords: 2013 June Journeys. School Occupations. Revolt. Youth. Capitalist crisis.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Representação do fio condutor entre movimentos e lutas sociais.....	164
Figura 2 – Bandeira do MPL na manifestação do dia 6/6/2013	192
Figura 3 – Cidades onde ocorreram as maiores manifestações em junho de 2013	201
Figura 4 – Imagem do travamento de rua durante o Movimento de Ocupação de 2015.....	227
Figura 5 – Cartaz de convocação para reunião do Comando das Escolas.....	229
Figura 6 – Registro fotográfico durante ato contra o fascismo e pela democracia	253

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Faixa etária dos manifestantes	150
Quadro 2 – Perfil dos manifestantes segundo pesquisa Ibope (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA e Brasília)	151
Quadro 3 – O perfil dos entrevistados do MPL.....	162
Quadro 4 – O perfil dos entrevistados do “O Mal Educado”	177

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas

AMI – Acordo Multilateral de Investimentos

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras para a Ajuda dos Cidadãos

BA – Bahia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CA – Centro Acadêmico

CE – Ceará

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CMI – Centro de Mídia Independente

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

CPS – Centro Paula Souza

CUT – Central Única de Trabalhadores

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central de Estudantes

DEM – Democratas

EE – Escola Estadual

EC – Emenda Constitucional

EMBRAER – Empresa Aérea de Aeronáutica S.A

ETEC – Escola Técnica Estadual

ETESP – Escola Técnica Estadual de São Paulo

EUA – Estados Unidos da América

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

G7 – Grupos dos Sete

G8 – Grupo dos Oito

GAS – Grupo Autônomo Secundarista

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IPCA – Índice Geral de Preços ao Consumidor

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados

LGBTI+ – Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Intersexual

MBL – Movimento Brasil Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

MP – Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MPL – Movimento Passe Livre

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD – Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

NMS – Novos Movimentos Sociais

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

OME – O Mal Educado

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OS – Organização Social

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCO – Partido da Causa Operária

PDP – Projeto Democrático Popular

PE – Pernambuco

PF – Polícia Federal

PGR – Procuradoria Geral da República

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PP – Partido Progressista

PPL – Partido Pátria Livre

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partidos dos Trabalhadores

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico

SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SMJ – Secretaria Nacional de Juventude

SP – São Paulo

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UJS – União da Juventude Socialista

UMES-SP – União Municipal de Estudantes Secundaristas de São Paulo

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPS – União Paulista de Estudantes Secundaristas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	30
3 CRISE CAPITALISTA, TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E AS INFLEXÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE URBANA NO CONTEXTO GLOBAL	36
3. 1 CRISE CAPITALISTA E AS TRANSFORMAÇÕES DAS LUTAS SOCIAIS NO SÉCULO XX.....	38
3.1.1 Pós-modernidade e as inflexões da participação social no século XX	47
3.1.2 Crise contemporânea, mundialização e a financeirização: terreno histórico da onda de mobilizações e revoltas sociais do século XXI.....	53
3. 2 AS ONDAS DE PROTESTOS MOBILIZADOS PELA JUVENTUDE NO SÉCULO XX E A EMERGÊNCIA DA RECONFIGURAÇÃO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS	59
3.2.1 Levantes e resistências dos jovens no contexto dos anos 1960: onda mundial de contestações e inflexões ideopolíticas	64
3.2.2 Reação global aos efeitos do neoliberalismo: os movimentos altermundialistas e a reconfiguração das práticas políticas.....	73
4 AS LUTAS URBANAS DO SÉCULO XXI E A RADICALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL	83
4.1 LUTA DE CLASSES E AS EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DA CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	85
4.2 TENDÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS JOVENS URBANOS NO SÉCULO XXI	99
4.2.1 Os Coletivos: forma contemporânea de participação sociopolítica e sociocultural da juventude.....	112
4.3 A ONDA MUNDIAL DE LUTAS URBANAS NO CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA (2007-2008)	114
4.3.1 A emergência das rebeliões dos jovens latino-americanos no século XXI.....	120
5 TENSÕES DA CONJUNTURA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI: ONDA DE PROTESTOS E A ASCENSÃO NEOCONSERVADORA	124
5.1 OS DESDOBRAMENTOS DA CRISE CAPITALISTA NO BRASIL, TENSÕES E A CRISE POLÍTICA EM QUESTÃO	125
5.2 O SER JOVEM E A CONDIÇÃO JUVENIL NOS CENTROS URBANOS BRASILEIROS	139
5.2.1 Alguns elementos da realidade dos jovens brasileiros na atualidade	144
6 AS EXPRESSÕES POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA SOCIAL DO SÉCULO XXI NO BRASIL: TENTATIVAS DE REINVENÇÃO DA POLÍTICA?	155

6.1 O MOVIMENTO PASSE LIVRE E O COLETIVO “O MAL EDUCADO”: EMERGÊNCIA, ATUAÇÃO, CONEXÃO E REBELDIA.....	156
6.1.1 O Movimento Passe Livre.....	156
6.1.2 O Coletivo “O Mal Educado”.....	175
6.2 A ONDA NACIONAL DE REVOLTAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA E A INCIDÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES AUTONOMISTAS	181
6.2.1 As Jornadas de Junho de 2013 e o Movimento Passe Livre	182
6.2.2 A onda de ocupações das escolas (2015-2016) e a incidência do Coletivo “O Mal Educado”	207
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	245
REFERÊNCIAS	255
APÊNDICES	275
APÊNDICE A – LISTA DE VÍDEOS	275
APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTA	277
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	281

1 INTRODUÇÃO

No contexto de aprofundamento da crise capitalista e da crise política no Brasil, em suas possíveis correlações, emergiu um cenário particular de efervescência de protestos e ocupações massivos com evidente protagonismo dos jovens autonomistas, independentes ou pouco organizados. Entre ruas, praças, escolas, universidades e estádios esportivos, o espaço urbano de todo o país foi o palco principal de intensos movimentos contestatórios, caracterizados por uma ação política radicalizada, que anunciaram complexas inflexões na participação social e na política nacional.

Ainda que de forma embrionária, difusa e fluida, a juventude ativista destes tempos, alavancou o revigoramento das lutas e promoveu revoltas com disposição para ações mais extremas, capazes de afetar a dinâmica das cidades, seja travando o tráfego ou paralisando as atividades nas escolas. Neste caso, nos referimos ao que nominamos como onda nacional de revoltas da juventude brasileira, a qual compreendeu as Jornadas de Junho de 2013 e o ciclo de Ocupações das Escolas públicas (entre 2015 e 2016), tema desta pesquisa.

As organizações impulsionadoras desses movimentos contestatórios no Brasil – o Movimento Passe Livre e o Coletivo “O Mal Educado” –, o modo de ação coletiva predominante, a irradiação para todo o país a partir de São Paulo e as conexões desses grupos, bem como desses eventos, nos instigaram a pensar sobre as formas de participação manifestas, na medida em que explicitaram um esforço de experimentação de práticas políticas que coexistem entre continuidades e rupturas com as experiências progressas do século XX e apontam para o futuro, portanto, ainda configura um ensaio de participação social.

Por sua potência, capilaridade e composição social, entendemos que os eventos estudados expressaram profundas insatisfações não só com o sistema político democrático liberal, mas com o modelo capitalista de civilização. Afinal, é preciso reconhecer que foram lutas despontadas pela reivindicação de pautas populares – transporte e educação pública – e tiveram em sua composição majoritária, jovens desempregados, jovens que estudam e trabalham simultaneamente (diga-se, precariamente), trabalhadores precarizados, a classe média e os estudantes das escolas públicas do ensino médio. Ou seja, é uma onda de revoltas dos filhos da classe trabalhadora em um contexto de acirramento da crise econômica, em que afrontaram

como sugere Moraes (2016), importantes símbolos do capitalismo, do Estado e das corporações de mídia hegemônica.

Nesse sentido, as formas de ação e organização sociopolítica e as revoltas da juventude colocaram o Brasil no escopo de “[...] lutas contra o capital e o Estado por meio da ação direta e com a tentativa de autoinstituição” (MORAES, 2016, p. 380).

O caráter autonomista¹ predominante nessas lutas foi marcado pela independência de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis e pela postura crítica aos traços organizativos recorrentemente reproduzidos pela maioria dos movimentos sociais tradicionais² quanto à forma hierárquica, rígida e pouco permeável à interpelação das bases sociais.

Ao analisar a cultura política de participação dos jovens brasileiros entre 2013 e 2016, Gohn (2018) indica que esta inclinação autonomista gravita entre influências anarquistas e socialistas, porém, ainda configura uma perspectiva pouco delineada entre os movimentos da juventude. Os movimentos da juventude demonstraram o seu desencanto com a democracia e com as

¹ A ideia da autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado e às instituições democráticas (como os partidos e os sindicatos), de acordo com Tatagiba (2010), ganhou novos contornos a partir dos anos 1980 na América Latina, face às mudanças da dinâmica da interação Estado-sociedade com a democratização e, posteriormente, com a ascensão dos governos supostamente à esquerda, como é o caso do Brasil governado pelo PT. O movimento autônomo “[...] não pressupõe ausência de relação, mas a disposição e a capacidade de participar com o outro sem perder certa distância crítica que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão” (TATAGIBA, 2010, p. 68). Ainda de acordo com a autora, concordamos que “[...] a natureza e a intensidade das relações entre movimentos sociais e atores políticos são diversas assim como o tipo e o alcance de suas implicações. [...] apesar dessa diversidade dos vínculos, essas relações são marcadas por uma tensão intrínseca entre os princípios da autonomia e da eficácia política, com repercussões sobre as estratégias de ação dos movimentos em conjunturas políticas específicas. A depender da conjuntura, essa tensão pode se apresentar de forma mais ou menos intensa” (TATAGIBA, 2014, p. 68).

² Para fins deste estudo, por **movimentos sociais tradicionais**, compreendemos aqueles consolidados historicamente, seja no campo, na cidade ou vinculados a algum segmento ou setor social, como formas tradicionais de organização da luta social e política, quais sejam os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos estudantis (União dos Estudantes Secundaristas, grêmios estudantis, União Nacional dos Estudantes, diretórios centrais de estudantes, diretórios e centros acadêmicos) e os movimentos populares. Isto decorre da necessidade de diferenciarmos estes movimentos das organizações mais recentes, pois, nos moldes da democracia representativa, os movimentos sociais tradicionais possuem maior institucionalidade por se pautarem em diretrizes previstas em estatutos, definição de dirigentes por meio de processo eleitoral, periodicidade de gestão, valorização de lideranças, ou seja, possui “certa estabilidade e uma identidade coletiva densa” (BRINGEL, 2009, p. 2009). Já os coletivos, as redes de associativismo, os protestos e as ocupações deste início de século, preferimos tratar como **expressões políticas de resistência social contemporâneas**, dado seu caráter extrainstitucional com tendências ao distanciamento/negação deste tipo de organização e à forma de participação política hegemônica. Os movimentos e lutas de caráter autonomista são instâncias que preservam um caráter democrático, enfatizam práticas horizontais com lideranças ocultas e direção política difusa, bem como independência partidária sendo que, em geral, desenvolvem ações efêmeras. Embora os partidos, os movimentos sociais e as organizações da direita também possuam formas rígidas e hierárquicas de ação e organização política, neste estudo não nos ateremos às críticas dos movimentos estudados a essas forças, pois consideramos que se opõem a ideologia, suas organizações, pautas, formas de participação em todas as instâncias da estrutura democrático-participativa do país e por descartarem qualquer possibilidade de estabelecer conciliações com qualquer força deste campo político.

instituições tradicionais e apostaram na ação direta como prática política e nas assembleias (apenas no caso das ocupações) como instrumentos de participação e negociação para o funcionamento da organização supostamente não hierarquizada.

Tal postura política também é forjada no contexto de esgotamento das práticas de conciliação com os governos petistas (em nível nacional e local) e com diferentes grupos políticos, mesmo os de esquerda. Em nossa percepção, esse é um dos fatores que oportunizou o avanço do autonomismo nas revoltas da juventude deste período, ofuscando assim as históricas lideranças e as práticas políticas dos movimentos tradicionais que marcaram os movimentos massivos do século XX, como os movimentos sociais dos anos 1960 (de resistência à ditadura militar e contraculturais), a campanha pelas Diretas Já (1983-1984) e o movimento dos Caras Pintadas (1992), momentos em que a juventude também teve participação intensa e numerosa.

Nas manifestações massivas do século XX, diferente dos movimentos do século XXI, buscava-se “[...] a articulação em torno de uma demanda ou protesto comum, com a tendência de se construir uma identificação em torno de um ideário político-ideológico mais unificado”, mesmo com fragmentações e antagonismos, como explica Scherer-Warren (2014, p. 418).

Concordamos que a onda nacional se conecta a onda mundial de revoltas que emergiram no início do século XXI no contexto de acirramento da crise (GOHN, 2014; BRAGA, 2015). Esse levante expressivamente jovem atingiu dimensões globais, tendo despontado, em princípio, nas regiões mais afetadas pela crise estrutural do capital, especialmente, no Oriente Médio, Estados Unidos, Europa e América Latina. Esse fenômeno surpreendeu as sociedades pelo caráter massivo, insurrecional e pela forma extrainstitucional de ação e organização sociopolítica predominante.

A leitura da realidade que sustenta a argumentação desta tese segue a premissa de que o contexto em que emerge esse conjunto de mobilizações em nível global possui forte relação com os efeitos socioeconômicos decorrentes da mais recente crise estrutural do capital, anunciada entre 2007 e 2008, bem como das sucessivas crises políticas detonadas ou, explicitadas, a partir deste contexto, como sugerem pensar diversos autores que analisaram as expressões desses movimentos em distintas regiões, como: Carneiro (2012), Alves (2012), Katz (2016), Braga (2015; 2017), Achcar (2016; 2017), Zizek (2012), Verdú e Ferraz (2015), Martínez (2016), Gohn (2017), Seidl (2014), Iasi (2017), entre outros.

As repercussões da onda mundial no campo ideológico, político e organizativo apresentam semelhanças que fizeram reaquecer os estudos sobre movimentos sociais que, em muitos casos, correlacionam os movimentos contestatórios das primeiras duas décadas deste século com a onda de revoltas de 1968 (BADIOU, 2012; ZÚQUETE, 2016) ou somando este processo aos movimentos altermundialistas (BRINGEL, 2017; GOHN, 2014; 2017; 2018). No caso específico do Brasil, destacamos Scherer-Warren (2014), Safatle (2017), Bringel (2018) e Moraes (2016) ao tratarem das Jornadas de Junho, e Gohn (2017, 2018) ao tratar de toda a onda nacional de rebeldias.

Gohn (2014) considera que no cenário do início do século XXI, a atuação política dos jovens nos movimentos sociais em diversos países possui traços particulares e similares que indicam a negação da hierarquia e das formas de representação democrática consolidadas em um passado recente, o que considera como novidade.

[...] há um novo momento e um novo modelo de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo. Ele é diferente das rebeliões dos anos 1960, assim como é distinto das ações coletivas dos movimentos altermundialistas recentes, que tem o Fórum Social Mundial como exemplo. As diferenças passam pelos campos temáticos tratados, pelos repertórios, formas de comunicação, identidades criadas, pertencimentos de classe e sociocultural, as formas como aproveitam oportunidades políticas e socioculturais que surgem e a forma como veem os partidos e a organizações políticas (GOHN, 2014, p. 12).

Embora a autora tenha contribuído muito para fazermos esta mediação entre os processos de luta do presente e do passado, em nossa interpretação, as expressões políticas de resistência social contemporâneas (fóruns, coletivos, redes, ativismo digital, protestos radicalizados) não representam, necessariamente, uma nova forma de fazer política, essas indicam mais um engajamento em defesa de mudanças nas estruturas democráticas para que estas sejam mais permeáveis às vozes dos jovens e às diferentes formas de ação e organização política para gerar mudanças efetivas na ação do Estado. Assim, os movimentos contestatórios contemporâneos estão tentando redefinir as interações políticas e sociais com movimentos sociais organizados e com o Estado, buscando assim modificar as estratégias de interferência político-partidária sobre os coletivos e as redes de associativismo, reivindicando ainda mais autonomia em relação às instituições tradicionais.

Os jovens deste século tendem a negar a tradição organizativa e se associam mais a grupos culturais como coletivos, passam a atuar em espaços e territórios como as periferias urbanas, explorando as artes (visual, cênico-performática, musical, audiovisual) e, com isso inovam a estética e os focos de intervenção-interação política, fortalecendo assim as identidades visuais

e culturais das lutas. Admitem e estimulam o afeto como elemento agregador para a participação social dos membros e criticam o que consideram como “velha política”, se colocando como alternativa para apresentar novos caminhos ao fazer político no campo democrático, que produza relações e interações sociopolíticas democráticas, mas não nos moldes liberais.

Considerando essa breve exposição, o principal objetivo da pesquisa é analisar as formas de ação e organização política dos movimentos contestatórios urbanos da juventude brasileira que emergiram de forma particular com a explosão da onda nacional de revoltas que se segue das Jornadas de Junho de 2013 às Ocupações das Escolas ocorridas entre 2015 e 2016, no contexto de acirramento das crises, econômica e política, para verificar se esses movimentos se caracterizam pela reinvenção das expressões políticas de resistência social reveladas nas lutas antecedentes do século XX.

Para tanto, buscamos neste estudo expandir o alcance das discussões sobre esses eventos por meio da análise de cinco eixos específicos principais, sendo: 1. as condições sócio-históricas que possibilitaram a constituição e a ascensão desses movimentos urbanos para compreender seus aspectos gerais e particulares determinantes das conexões entre estes movimentos e as tendências político-organizativas similares explicitadas em nível mundial; 2. a configuração do Movimento Passe Livre (MPL) e do coletivo “O Mal Educado” (OME) em seus aspectos ideológicos, suas perspectivas político-organizativas e ações desenvolvidas para reconhecer as influências e as premissas a partir das quais foram forjados e que os conectam às lutas e movimentos precedentes e da atualidade; 3. a relação/interação do MPL e do OME junto aos movimentos sociais tradicionais de esquerda antes de 2013 e no processo de intensificação das lutas, para identificar as formas de desenvolvimento dessa relação e quais críticas são feitas às formas de ação política dessas organizações; 4. a incidência/participação desses coletivos autonomistas de São Paulo nas jornadas de junho e nas ocupações das escolas, para verificar os esforços empreendidos por estes no sentido de afetar a disputa e a organização política desses movimento e, por fim, 5. as formas de ação política utilizadas pelos movimentos urbanos da juventude para verificar se essas se caracterizam pela reinvenção de tendências político-organizativas reveladas nas lutas antecedentes no século XX.

É importante demarcar que nossa compreensão por tentativa de reinvenção das formas de ação e organização sociopolítica manifesta neste início de século não se alinha ao paradigma da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, pois essa corrente de pensamento recorre mais à

conformação das identidades coletivas, os “repertório[s] da ação sobre demandas específicas [...] e múltiplos processos de subjetivação na construção dos sujeitos” (GOHN, 2017, p. 78). Os aspectos evidenciados por este paradigma atentam-se aos elementos simbólicos e a aparência mais imediata dos fenômenos sem perseguir com profundidade, a partir da racionalidade científica, os desvelamentos das questões estruturais de fundo, cujas refrações, ao afetar a vida dos sujeitos, são objeto de contestação dos movimentos sociais, portanto, em muito menor escala, trata do caráter classista delas. Inspirado nas teses pós-materialistas, a ideia subjacente aos “novos” movimentos sociais corresponde à oposição ao velho movimento operário pela centralidade dada ao conflito das classes sociais, como explica Miguel (2018). Aspecto que divergimos.

Em acordo com a perspectiva delineada por Gohn (2000), movimentos sociais são ações sociais coletivas dialéticas, na medida em que expressam “[...] a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe” (GOHN, 2000, p, 12). Sendo assim, para analisá-los, é preciso mesclar ambas as perspectivas, a classista e a culturalista, pois, a cultura e a herança cultural são significativas para a construção da identidade de um movimento social, entretanto, este elemento só faz sentido se articulado à compreensão das determinações sociais fundamentais das contestações sociais e ao modo de ação e organização do movimento. Por movimentos sociais, admitimos a concepção proposta pela mesma autora, sendo:

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar duas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam de simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas (GOHN, 2010, p. 13).

Seguindo essas premissas, consideramos que as tentativas de reinvenção das lutas sociais contemporâneas têm levado e devem levar a academia e analistas políticos a não só caracterizarem os movimentos contestatórios do século XXI, mas, também, a compreenderem os determinantes sócio-históricos e as influências teórico-políticas que os engendram, assim como seus sentidos, a herança cultural que o conforma, as contradições explicitadas, as correlações de força e os possíveis efeitos sociopolíticos. De forma geral, contribuem para este complexo debate, autores como: Braga (2015, 2017), Gohn (2018), Iasi (2017), Katz (2016), Duarte (2016), Buzetto (2013), Tatagiba (2014), Scalon (2013), entre outros.

A discussão sobre o caráter supostamente inovador dos movimentos sociais contemporâneos tem seguido tendências de análises³ que atribuem, especialmente, às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), internet e redes sociais corporativas⁴, a propulsão ou determinação da reinvenção das formas de luta social atualmente, ou mesmo uma nova forma de poder político, à medida que possibilitaram, de forma jamais vista, o acesso instantâneo à informação das lutas, a redução do tempo entre o acontecimento, a produção e reprodução da informação.

Essas análises atribuem às TICs, uma maior influência sobre mudanças de comportamento das pessoas e das formas de participação e interação política, principalmente dos jovens, pela intensidade com a qual interagem com a realidade digital (QUEIROZ; MEDEIROS, 2015), embora isso não se restrinja aos movimentos juvenis, uma vez que são amplamente utilizadas pelos movimentos sociais em geral. Entretanto, para fins desta pesquisa, admite-se que esses recursos virtuais contribuíram para o revigoramento e modernização da organização, da mobilização para ação política e, especialmente, da comunicação dos movimentos da juventude urbana, por meio da criação dos ciberespaços. Entretanto, isso não configura como elemento determinante dos movimentos sociais e das possíveis mudanças da participação social, como explica Figueiredo (2018), mas sim como ferramenta tecnológica potente, ágil e mundializada de comunicação que colabora para uma ampla difusão de informações, assim como agrega distintos sujeitos, grupos e redes que favorecem os movimentos contestatórios, bem como as disputas e o conflito.

Ainda assim, esses elementos têm atraído e agregado mais pessoas, especialmente a juventude, ao debate político, até mesmo ao seu engajamento, aspecto notado, especialmente, com a profusão novas iniciativas de resistência social e política, como os coletivos.

É importante considerar que os jovens ativistas do século XXI nasceram e se socializaram em tempos neoliberais, num contexto de culto ao individualismo, à competitividade e deveras hostil

³ A esse respeito, conferir as análises de Castells (2017), Subirats (2011), Gohn (2017) e Queiroz e Medeiros (2015).

⁴ Destacamos aqui o Facebook, o Twitter e o Instagram. Ressaltamos, sobretudo, que a dinâmica política não tem sido apenas impulsionada pelos usuários da TIC, mas também por grupos de poder que utilizam os algoritmos das redes sociais para conformar nichos de indivíduos e grupos para impulsionar notícias que visam induzir e difundir a definição dos votos em processos eleitorais, ideologias e posicionamentos políticos que têm sido capazes de inflamar a população, segmentar a sociedade e até definir eleições. Embora não seja o enfoque do estudo, consideramos importante ressaltar que as TIC também têm contribuído para mobilização de outros projetos políticos, como o autoritarismo e o ultraliberalismo.

à construção coletiva, e à edificação de projetos societários ou mesmo noções sobre cidadania. Muitos tiveram seu primeiro contato com uma ação política nesses movimentos contestatórios. Dessa forma, em nossa análise, todos esses fatores configuram desafios à construção e organização política desse segmento, em prejuízo da disciplina necessária para as organizações e lutas perdurarem. São elementos que forjam parte da crítica dos jovens aos movimentos tradicionais e às formas de participação consolidadas historicamente.

No caso brasileiro, acreditamos que alguns processos disruptivos, a partir de 2013, surpreenderam as instituições políticas de forma particular, pois o significado dessas manifestações recompõe o elemento da radicalidade da luta política, aspecto contido no contexto dos anos dos governos Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2011), como assinalam Abers, Serafim e Tatagiba (2014), ao analisarem a interação Estado-sociedade dos movimentos sociais ligados às pautas políticas⁵ da questão agrária, urbana e de segurança pública, durante este governo.

Para Abers, Serafim e Tatagiba (2014) e em Tatagiba (2010), essa contenção é um elemento fundamental para compreender a mudança no cenário político do país, pois contribuiu para reconfigurar a relação entre os movimentos sociais e o sistema político. Por um lado, houve uma importante ampliação dos espaços institucionais de participação com relativa influência dos movimentos sociais sobre o poder público (nas esferas municipal, estadual e federal), por outro, verifica-se um refluxo ou estabilização da participação mais radicalizada, o que, segundo Tatagiba (2010), também colocou em risco a autonomia dos movimentos sociais em relação aos governos petistas, dada a estreita e histórica relação entre estes.

⁵ As discussões de Tatagiba (2010) e também de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) evidenciam alguns aspectos que contribuem para a reflexão do processo de estabilização e fragmentação das lutas sociais no Brasil. Para estes autores, isso tem forte relação com a ascensão dos governos petistas em nível nacional e local a partir dos anos 2000, o que contribuiu para a reconfiguração da relação/interação Estado-sociedade no país, a partir de três elementos principais, quais sejam: 1) implementação de seu projeto democrático-participativo (ou democrático popular) do PT que buscou intensificar e ampliar a participação popular através de mecanismos institucionais como conselhos de políticas públicas, conferências e o orçamento participativo; 2) histórica relação entre o PT e os movimentos sociais combativos, o que conferiu importante consentimento popular frente às medidas governamentais (populares ou não) e 3) o deslocamento das lideranças de movimentos sociais para ocupar cargos de importante posição nos governos também reconfigurou a relação com as bases dos movimentos. A confluência desses aspectos alterou a capacidade de influência dos movimentos sociais sobre os desenhos das políticas governamentais, ora blindando ou constringendo politicamente as bases nos processos de negociação diante do conflituoso lugar de representação dos movimentos sociais e seus líderes no interior do Estado, ora contribuindo para ampliar conquistas na política brasileira através da aproximação das pautas sociais às instituições do Estado e até mesmo da criação de novos movimentos sociais pelos funcionários públicos, (TATAGIBA, 2010 e ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). O que “[...] não significa que essas combinações resultem necessariamente em ampliação do acesso a direitos de cidadania, atendimento das agendas do movimento no curto prazo ou fortalecimento das redes movimentistas no longo prazo” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 327).

A partir deste período, nos governos sucessores⁶ ao de Lula, se configurou um cenário político bem menos permeável à negociação e às demandas populares (TATAGIBA, 2010; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) que, associado à ampliação das desigualdades sociais, no contexto de acirramento da crise capitalista, contribuiu para provocar a rebeldia, a resistência social da população, especialmente dos jovens brasileiros, mas também para uma rearticulação da direita e de setores conservadores e reacionários.

As expressões políticas de resistência social estudadas nesta pesquisa tendem a apontar convergências ao tecerem suas lutas denunciando, através da ação direta, a incapacidade e a falência dos sistemas políticos vigentes para solucionar as demandas sociais, recusando assim os espaços políticos tradicionais, como partidos políticos e sindicatos, enquanto forças políticas democráticas dos processos organizativos e representantes dos interesses populares, como indicam Safatle (2012) e Sousa (2011). Tal recusa, como sugere Alves (2012), inclina-se ao descolamento das relações hierárquicas tradicionais, à ausência de lideranças, à independência da relação com partidos políticos, à defesa da ação direta e da horizontalidade na associação e organização política.

Segundo Gohn (2018), Ortellado (2016) e Brito (2016), os movimentos de ocupação das escolas de ensino médio em nível estadual e nacional são desdobramentos das Jornadas de Junho de 2013, dada as características comuns, principalmente quanto à reivindicação por direitos de cidadania e pelas formas de luta cunhadas em perspectivas autonomistas. Isso quer dizer que, se as Jornadas de Junho catalisaram um contexto de grandiosos desafios sociais, políticos e econômicos postos ao sistema democrático desta ordem, as ocupações demonstraram seguir este mesmo horizonte.

As revoltas mais recentes e as organizações dessa geração política expressivamente jovem desafiam as ciências sociais a analisá-las no seu tempo histórico, considerando as tentativas de reinvenção das formas de resistência e seu caráter organizativo e mobilizador, muitas vezes efêmeras, dispersas e fluidas. Assim, o que está se configurando como ideário político dos movimentos juvenis nestes tempos são tendências políticas, pois não expressam ou defendem um projeto político⁷ consistente. Assim, os efeitos sociopolíticos e culturais explicitados neste

⁶ Mesmo no governo Dilma Rousseff, também do PT (2011-2016), sobretudo no governo de Michel Temer PMDB, hoje MDB (2016-2018).

⁷ Segundo Dagnino (2004), como base na compreensão gramsciana, a noção de projeto político é utilizada “para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2004, p. 199), reconhecendo a

contexto podem ter contribuído para a criação de novas consciências políticas e sociais, seja em apoio ou em oposição às pautas reivindicadas.

Isso supõe admitir que, em conjunto, essa efervescência de contestações está inscrita num quadro mundial de protestos que interpelaram o projeto de sociedade neoliberal e suas crises (MARTÍNEZ, 2016, p. 120), ao apontarem objeções aos sistemas políticos, bem como às suas representações, ou por tecerem profundas críticas à sociabilidade burguesa e às refrações da crise, mesmo que isso não tenha sido explicitado nestes termos.

Sem a pretensão de desconsiderar as particularidades dos movimentos contestatórios de cada território, a configuração nacional das mobilizações no Brasil se conecta ao panorama internacional em face dos outros aspectos comuns que os atravessam quanto à recorrente reação violenta e criminalizatória por parte do Estado aos protestos e seus manifestantes; ao perfil dos ativistas/manifestantes; às novas linguagens digitais; ao estilo artístico-cultural dos protestos; às reivindicações em pauta e às formas de expressão política, mobilização, organização e comunicação destes.

A desvalorização do papel das lideranças e da hierarquização da organização política, a perda do poder de influência das entidades, partidos de esquerda e sindicatos exprimem uma “crise do poder associativo da classe trabalhadora” (BRAGA, 2017, p. 26). No cenário atual, essas estruturas organizativas são consideradas eficazes para alterar para alterar os rumos da realidade. Ao mesmo tempo, as novas experiências organizativas são ainda incipientes (BRAGA, 2017), como uma grande diversidade de focos de luta, sem referenciais nítidos (KATZ, 2016).

A visibilidade e as contradições das novas resistências sociais protagonizadas pela juventude têm provocado tanto a curiosidade acadêmica, como política, no sentido de desvelar os sentidos desse processo, especialmente com relação aos aspectos que perduram, distinguem e

existência e a disputa de distintos projetos políticos como parte do processo democrático (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006). De acordo com Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), a noção de projeto político não deve limitar-se ao caráter estratégico da ação política, ou à reprodução de formulações rígidas pré-estabelecidas, enaltecendo maniqueísmos ou determinações meramente totalizadoras do fenômeno, pois deve-se considerar uma complexidade de fatores que os engendra, com destaque para: o papel dos sujeitos e suas intencionalidades como componente da ação política; a dimensão cultural da política no que diz respeito aos sentidos que a conformam e o conteúdo que explicitam e, em sua potencialidade conservadora e transformadora; a dimensão de classe sob a qual se define a emergência de tais projetos e seu horizonte político e a dimensão organizacional ou institucional dos projetos, importante para “a preservação e fortalecimento da instituição/organização. Os projetos políticos também podem ser formulados “no interior do aparato do Estado ou para ele transferidos” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 42).

recompõem as formas com as quais os movimentos sociais contemporâneos têm atuado e como estabelecem ou negam a relação com o Estado e com as instituições democráticas, bem como o que têm anunciado sobre a necessidade de criar novas formas de fazer política.

Para compreensão de nosso objeto de pesquisa e respostas às questões investigadas o trabalho está dividido em quatro capítulos. O capítulo 1 apresenta um panorama mundial das lutas sociais com intensa participação da juventude urbana no século XX. Nesta elaboração foram evidenciadas as ondas de protestos no contexto global e os processos de inflexão sociopolítica explicitados em cenários de aprofundamento de crise da economia mundial, como as rebeliões de 1968 e o movimento altermundialista dos anos 1990 que repercutem ainda nas ações coletivas dos jovens no tempo presente.

No capítulo 2 discute-se a crise da democracia representativa e a imanente tensão histórica entre as requisições da estrutura econômica do capitalismo neoliberal e as necessidades e demandas dos grupos sociais populares, sendo que a expressão contemporânea dessa tensão tem sido revestida pela ideia de crise da institucionalidade, de legitimidade e de representatividade político-democrática. Neste percurso foi elaborado um quadro geral da onda mundial de lutas e rebeliões ocorridas no início do século XXI, diante da qual se conecta a onda de revoltas da juventude brasileira.

O capítulo 3 é dedicado à síntese da configuração e dos efeitos da crise da economia mundial e da crise política que se delineou no Brasil no início do século XXI. Indicamos ser este o ensejo detonador da onda de lutas protagonizadas pelos jovens brasileiros.

O capítulo 4 se volta à análise da onda de revoltas a partir da experiência dos militantes e das organizações impulsionadoras, o MPL e o coletivo “O Mal Educado”, ambos da capital paulistana. Esse esforço de reflexão e análise revelou que tais grupos acumulavam experiências de participação social de cunho autonomista. Tendência político-organizativa fortemente incidente na eclosão das lutas da juventude entre 2013 e 2016 que apresenta forte crítica à hierarquização e ao personalismo dos movimentos sociais tradicionais. Por meio do diálogo entre as produções literárias e o conteúdo das entrevistas, buscamos recontar a história desse fenômeno dando voz aos sujeitos que estiveram dispostos a travar lutas disruptivas, cuja potência fez estremecer o país, revitalizou o debate sobre movimentos sociais assim como provocou reações neoconservadoras.

As conclusões retratadas neste trabalho são indicações e reflexões sobre o que foi possível verificar da ação política empreendida pelo MPL e pelo OME capaz de impulsionar revoltas no país. Essa potência difusa revelou o esgotamento do sistema político brasileiro, na medida em que as formas tradicionais de fazer política foram contestadas, não pelos mecanismos institucionais de negociação, mas sim pela ação fluida e radical da ação política autonomista.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa no campo das ciências sociais alia pensamento e ação. Isso quer dizer que, antes mesmo de ser delineado o problema de pesquisa a ser desvelado, o objeto traduz um problema da vida prática que permeia as relações sociais em suas contradições e complexidades (MINAYO, 1994). Por este prisma, chegamos aos movimentos contestatórios dos jovens e as inflexões da prática política reveladas de forma particular entre 2013 e 2016 no Brasil,

A delimitação do tema de estudo foi construída com base em invenção, provocação, intuição, descoberta, formulação de hipótese (SEVERINO, 2000) e resultou da aproximação entre concepções teóricas e a abordagem do objeto (MINAYO, 1994; MINAYO; SANCHES, 1993) por meio da revisão de literatura, como artigos publicados em revistas indexadas, livros, dados de institutos de pesquisa, teses e dissertações publicadas em portais digitais para respeitar o caráter monográfico da pesquisa.

Por se tratar do estudo de um fenômeno recente, nos deparamos com uma profusão de estudos e análises no decorrer da realização desta pesquisa, sendo assim, foi necessário e fundamental para análise do objeto, recorrer às publicações em *blogs* acadêmicos (Blog Boitempo, textos do Instituto Unisinos e Blog Junho), bem como os conteúdos jornalísticos que trataram do tema e assuntos correlatos. Ao nos aventurar a desbravar um fenômeno tão recente, nos deparamos com desvelamentos deste objeto e uma profusão de produções acadêmicas durante o processo de realização da pesquisa. Até quase a sua finalização fomos surpreendidas com outras boas análises que nos colocam novamente a pensar e repensar o objeto. Este foi um desafio constante deste processo.

Como mais um recurso para a coleta de dados, fizemos uma pequena parte da pesquisa bibliográfica em meios audiovisuais como vídeos, entrevistas e documentários e demais arquivos audiovisuais que já sofreram tratamento de edição e estão disponíveis de forma pública, principalmente, no portal da internet Youtube. Em seu conteúdo, os arquivos audiovisuais tratam a participação dos jovens nos mesmos processos e buscamos, preferencialmente, aqueles em que os jovens integrantes dos coletivos estudados fazem falas e dão depoimentos.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até

meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão [além da internet]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (MARCONI; LAKATOS, 2016, p. 166).

A aproximação com o objeto de estudo contou ainda com o exame de documentários e vídeos, entre produções amadoras e profissionais, além de entrevistas com militantes e com sujeitos mobilizados nos eventos contestatórios nacionais e internacionais que tinham alguma relação com a onda nacional de revoltas, os quais foram catalogados (APÊNDICE A). Tivemos ainda a oportunidade de assistir on-line uma peça teatral sobre as ocupações, “Quando Quebra Queima”. Esse esforço cumpriu um importante papel de rememorar os eventos e perceber nuances da participação juvenil que não foi possível identificar nas entrevistas com os militantes do MPL e do OME.

Optamos pela abordagem qualitativa pelo interesse em buscar compreender e analisar o significado e os sentidos que os ex-militantes do MPL e do OME atribuem à experiência desses movimentos sociais antes e durante a onda nacional de revoltas, em seu dinâmico e rico processo, como sugere Minayo (1994). A narrativa dos militantes do MPL e do OME entrevistados para esta pesquisa rememorou o processo organizativo acumulado, pelos militantes e pelas organizações, que impulsionou e incidiu sobre a onda de revoltas da juventude brasileira entre 2013 e 2016.

Nesse sentido, foi analisado o significado atribuído por estes sujeitos à história vivenciada, ou seja, que se estabeleceu, necessariamente, na relação entre sujeito e objeto. Dessa forma, concordamos com Minayo (1994, p. 14), ao indicar que:

O objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica [...] não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são do que ações objetivas.

Como recursos para dar voz aos sujeitos/grupos que vivenciaram os dois eventos contestatórios, optamos pela entrevista semiestruturada com oito ex-militantes, sendo quatro de cada organização. A entrevista semiestruturada é um importante procedimento de coleta de dados na investigação qualitativa, pois possibilita a obtenção de informações objetivas e subjetivas do entrevistado (MARCONI; LAKATOS, 2016).

Como recursos para dar voz aos sujeitos/grupos que vivenciaram os dois eventos contestatórios, optamos pela entrevista semiestruturada com oito ex-militantes, sendo quatro de cada

organização. Para tanto, utilizamos dois roteiros (APÊNDICE B) previamente elaborados, uma para serem utilizados durante a entrevista com os militantes do MPL e do OME. São roteiros quase idênticos, mas há questões distintas, pois trata-se de dois processos que, embora apresentem conexões e convergências quanto à perspectiva político-ideológica e organizativa, consideramos necessário registrar suas particularidades.

A entrevista semiestruturada é um importante procedimento de coleta de dados na investigação qualitativa, pois possibilita a obtenção de informações objetivas e subjetivas do entrevistado (MARCONI; LAKATOS, 2016). Assim, este procedimento foi utilizado com integrantes dos Coletivos muito atuantes⁸ nos processos impulsionadores das Jornadas de 2013 e das Ocupações de 2015 e 2016.

Para localizar os sujeitos da pesquisa, buscamos contato, a princípio, através da página dos respectivos coletivos, na rede social Facebook, bem como em vídeos disponíveis no Youtube. A partir deste esforço, identificamos alguns ativistas que foram orgânicos no MPL e estiveram à frente da organização das Jornadas de Junho, desde o seu planejamento até o processo de mobilização inicial.

Ao conseguirmos contato com um ex-militante do MPL via seu Instagram pessoal, foi possível localizar outros três, totalizando quatro entrevistas com militantes egressos do MPL. Desses quatro entrevistados, dois também eram atuantes no pequeno coletivo “O Mal Educado” e estiveram presentes no processo de mobilização e organização inicial para as ocupações das escolas. Esses sujeitos indicaram outros três militantes e, ao final, foram realizadas também quatro entrevistas com ex-integrantes do OME.

Ocorre que ambos os coletivos são de São Paulo, bem como seus ex-integrantes, sendo assim, realizamos as entrevistas por meio do aplicativo digital, Skype, onde pudemos gravar os conteúdos de imagem e som. A transcrição das entrevistas gerou cerca de 200 páginas de conteúdo para ser organizado em categorias de análise de dados.

Com base no conteúdo das falas dos ativistas dos coletivos que vivenciaram os processos impulsionadores da onda nacional de revoltas, foi possível identificar “[...] as relações afetivas e técnicas, [...] nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” (MINAYO; SANCHES,

⁸ De acordo com Januário *et al.* (2016), esses coletivos agiram como catalisadores dos protestos e ocupações, mas afirma que estes não atuaram como lideranças, protagonistas ou dirigentes dos processos.

1993, n.p.), além das particularidades e interpretações que ainda não haviam sido explicitadas em outro estudo, especialmente no que diz respeito à tentativa de reinvenção da dimensão político-organizativa das expressões de resistência social e políticas contemporâneas.

A realização da entrevista semiestruturada, enquanto uma técnica bastante usual na produção do conhecimento científico no campo das ciências sociais, permitiu desvendar significados e perspectivas que superaram nossa capacidade de perceber a realidade através da revisão bibliográfica em leituras teóricas e análises específicas (GASKELL, 2002).

Já no tratamento dos dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo das mensagens das entrevistas. Segundo Bardin (2016), esta metodologia congrega um conjunto de técnicas de análise das comunicações linguísticas entre os homens, cuja mensagem é transmitida entre emissor e receptor. Nesta, a ênfase está na apreciação do conteúdo das mensagens escritas e faladas. Todavia, diante da complexidade das mensagens linguísticas e da instabilidade possível dos códigos emitidos por estes, o desafio de análise do pesquisador é ainda maior. Desse modo:

Não é simples a coleta de informações. Em todos os momentos então sendo avaliadas hipóteses, concebidas outras, avançando no esclarecimento das interrogativas principais e secundárias que na etapa preparatória foram levantadas e que nesta fase segunda foram confirmadas, respondidas, deixadas de lado, consideradas como novos matizes, formuladas outras (TRIVIÑOS, 1987, p. 169).

Bardin (2016) alerta que os elementos escritos são explicitados de forma mais linear e objetiva e podem ser revisitados pelo pesquisador o quanto for necessário, já a mensagem falada, a dificuldade é ainda maior, pois a fala é uma expressão do pensar que pode incorrer na emissão de ideias instáveis e pouco objetivas. Isso, segundo Triviños (1987), requer maior domínio teórico, bem como dos procedimentos do método para análise dessas mensagens.

Desse modo, Triviños (1987) indica que o uso do método da análise de conteúdo requer do pesquisador, elucubração teórica para que seja possível realizar inferências qualificadas a partir do conteúdo das mensagens, as quais, em análise, passarão por classificação, codificação e categorização para exposição dos dados.

A técnica de análise de conteúdo implica na realização de três etapas subsequentes: a *pré-análise*, que é basicamente a organização do material organizado que será utilizado no estudo, a fim de nortear a delimitação do objeto e da hipótese; a *descrição analítica*, nesta etapa trata-se de aprofundar-se nos conteúdos identificados para assim criar as categorias para análise; a *interpretação referencial* é o momento de desvendar o

conteúdo mais encoberto já expresso nos documentos analisados com mais profundidade. Este é o momento de realizar inferências e interagir junto com a realidade estudada para, dessa forma, orientar as considerações finais que ultrapassem o conteúdo manifesto dos documentos para a descoberta de ideologias, perspectivas etc. (TRIVIÑOS, 1987).

Tendo em vista que esta pesquisa envolveu seres humanos, como procedimento ético de pesquisa, o presente trabalho zelou pelas diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos previstas na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Nesse sentido, por meio da informação oral e do compromisso firmado entre pesquisadora e participantes da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C), os entrevistados foram informados que em qualquer etapa do processo de pesquisa, o participante poderia desistir do consentimento, bem como suspender o uso das informações coletadas (gravadas ou transcritas), além de acesso e uso de algum material que lhe fizesse menção diretamente. Nesse sentido, primamos pela transparência no processo, para não gerar incertezas quanto aos procedimentos da pesquisa, aos desejos e necessidades dos sujeitos participantes, bem como da não coerção destes durante todo o processo de pesquisa.

Desse modo, em respeito ao disposto na Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, no que diz respeito ao enquadramento dos trabalhos científicos aos procedimentos éticos em pesquisas que envolvem seres humanos na área de ciências humanas e sociais, deve-se apresentar o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFES vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), cumprindo os protocolos previstos na resolução.

Portanto, o presente trabalho compromete-se com os princípios éticos para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos; sendo assim, foi apresentado ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo sido aprovado.

Quanto ao conteúdo oriundo da análise do material das entrevistas e audiovisual, certificamos que os sujeitos não foram identificados por nomes, nem mesmo pelo gênero já que estamos tratando de grupos pouco numerosos e um mínimo delineamento do seu perfil poderia

identificá-los. Nossa intenção não foi expor os sujeitos entrevistados, mas sim o conteúdo da fala a respeito da participação política nos eventos contestatórios.

Assim, a metodologia delineada para esta pesquisa indicou “o caminho do pensamento e a prática [a ser] exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 1994, p. 16), ou seja, na dinâmica do processo de pesquisa, esses parâmetros metodológicos associados às concepções teóricas iluminaram o problema de pesquisa e possibilitaram identificar elementos pertinentes ao problema de estudos.

3 CRISE CAPITALISTA, TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E AS INFLEXÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE URBANA NO CONTEXTO GLOBAL

Neste capítulo, buscamos destacar as formas ou meios de luta produzidos nas sociedades a partir de meados do século XX. Para tanto, o texto apresenta um panorama mundial das lutas sociais⁹ com vigorosa participação da juventude, principalmente, dos centros urbanos, com o objetivo de elucidar as ondas de protestos e os processos de inflexão sociopolítica explicitados em cenários de aprofundamento¹⁰ de crise da economia mundial.

Com base nas leituras realizadas, temos indicativos de que as formas de ação e organização política reveladas nas lutas juvenis-estudantis ao redor do mundo, especialmente nas primeiras duas décadas do século XXI, revisitaram a crítica política e as formas de ação e organização dos movimentos sociais dos anos 1960 e dos movimentos altermundialistas ou antiglobalização do final da década de 1990, que, em alguma medida, recuperam e atualizam a crítica dos movimentos anarquistas do século XIX, especialmente quanto à organização do trabalho no capitalismo, as formas de ação e organização política da sociedade burguesa (democracia liberal representativa), além da política hierarquizada e centralizada das experiências socialistas existentes e dos movimentos tradicionais socialistas.

Reminiscências político-organizativas desses processos têm sido revigoradas pelos movimentos autonomistas desde o final do século XX, numa tentativa de reinventar as formas de ação política, como também propõe Zúquete (2016), refutando assim os meios tradicionais de ação e organização dos movimentos sociais à direita e à esquerda. Em termos globais e em caráter massivo, isso ganhará maior expressão, sobretudo, na primeira década do século XXI,

⁹ Seguindo a indicação de Breno Bringel (2009), ao discutir continuidades e rupturas dos movimentos estudantis no Brasil, este sugere que lutas sociais são como forças sociais que se manifestam conjuntamente, dado que, em geral, possuem objetivo de curto prazo (no entanto, podem permanecer com horizontes mais estendidos) e têm efeito irradiação para outras localidades. Para esta construção, consideramos que este entendimento traduz o caráter conjuntural das ondas de mobilização ocorridas nas circunstâncias de aprofundamento da crise do capital e por terem se propagado ultrapassando, inclusive, as geografias nacionais.

¹⁰ Consideramos aprofundamento da crise do sistema capitalista os contextos sociopolíticos tensionados pelas mudanças do padrão de produção e acumulação capitalista que antecedem a deflagração dela, o epicentro dela, assim como os desdobramentos subsequentes de maior repercussão na economia, o que compreende as medidas reativas para recuperação das taxas de lucro e os consequentes agravos sociais decorrentes desse processo. Estes são os aspectos que consideramos provocativos da reação e reconfiguração político-organizativa dos movimentos sociais progressistas, mas também dos movimentos conservadores. Dado o tempo histórico em destaque neste capítulo, 1960-2016, ateremos à discussão dos contextos de efervescência política na latência das crises de 1970 e 2008, que foram mais evidentes neste ínterim.

com a radicalização dos protestos e das ocupações, assim como com o revigoramento, a diversificação e a ampliação das ações coletivas dos jovens.

Partimos da premissa de que nos contextos de aprofundamento da crise do capital, na medida em que afetam a vida social como um todo, também se revelam momentos complexos e contraditórios propulsores das ondas de ascensão e de refluxo da luta política. Esses cenários, associados à difusão de percepções partilhadas entre sujeitos e movimentos sociais sobre a descoberta ou a criação de oportunidades políticas, se colocam como possibilidades e meios da ação coletiva, como componente histórico potencialmente desencadeador de ondas de protestos (BARKER, 2014).

Nesse sentido, seguindo Barker (2014), avaliamos que as ondas de protestos não se desenvolvem de forma espontânea, pois emergem de um “caldo político” e social em movimento crescente que pode irradiar e conectar insatisfações e revoltas em nível regional, nacional e, até mesmo, internacional. Preservam práticas políticas tradicionais, bem como são reveladoras de inovações das formas de ação e organização sociopolítica, as quais inspiram a continuação dos eventos contestatórios que ecoam entre os sujeitos e grupos mobilizados. Podem ser consideradas efêmeras, mas, em si, são expressões do movimento do real.

Destacamos ainda que os movimentos e as lutas sociais estão em permanente reorientação ideológica, reorganização e recomposição social e geracional¹¹, o que também produz reconfigurações das formas e focos da ação política conforme as condições objetivas e subjetivas postas em cada tempo histórico.

Assim, neste capítulo, discutiremos as ondas de mobilização social em contextos de agudização da crise capitalista em termos globais, tecendo aqui uma síntese dos seus desdobramentos políticos e sociais, com ênfase nas lutas e rebeliões juvenis-estudantis de caráter progressista, antissistêmico ou com objetivo emancipatório. Apontamos, para tanto, os contextos sociopolíticos, motes e demandas mais gerais dos movimentos sociais e das revoltas, além das

¹¹ Barker (2014) nos sugere pensar, sob uma perspectiva geracional, que a juventude é uma importante propagadora das ondas de movimentos contestatórios, pois a experiência política incipiente dos jovens não carrega, necessariamente, marcas e memórias de derrotas de lutas pgressas. O que assinala a juventude como força social que, em interação (em maior ou menor escala) com as gerações maduras e movimentos tradicionais, a depender do movimento histórico-social do real, contribui para mover as lutas combinando velhas e incorporando novas formas e meios de ação política.

ideologias que exerceram maior influência sobre estes, bem como as formas de ação coletiva, organização e interação sociopolítica de maior expressão.

Para alcance do objetivo proposto, traçaremos um percurso histórico-temporal de lutas, compreendendo dois processos precursores que consideramos inspiradores das lutas sociais contemporâneas, sendo: em primeiro, a agitação dos movimentos sociais da década de 1960, com destaque à onda mundial de revoltas que culmina em sua radicalização em 1968 em diversos países; e, em segundo, os movimentos altermundialistas dos anos 1990. Essa discussão é necessária, pois compreendemos que essas ondas de mobilização são reativas aos contextos de manifestação das crises capitalistas e dos seus desdobramentos sociopolíticos, assim como são inspiração dos movimentos e protestos revelados nas primeiras duas décadas do século XXI.

3. 1 CRISE CAPITALISTA E AS TRANSFORMAÇÕES DAS LUTAS SOCIAIS NO SÉCULO XX

No capitalismo, a crise é um processo constante e inerente, pois é expressão de seus próprios pressupostos, da sanha pelo lucro e sua lógica expansionista a qualquer custo. No entanto, seu próprio desígnio coloca sua forma econômica em permanente variação entre ampliação e desvalorização das taxas de acumulação. Esse metabolismo capitalista exigirá sucessivas reações da burguesia capitalista na direção da recuperação e superação da lucratividade do capital num processo complexo que, em acordo com Cisne (2018), se funde historicamente à dominação política, étnica, bem como às relações sociais de sexo, ou seja, é um sistema de poder que se agrega a outros dois sistemas de poder, o racismo e o patriarcado.

Nos últimos três séculos, como totalidade, o desenvolvimento vertiginoso das forças produtivas e as transformações das relações sociais de produção manifestas no sistema capitalista não eliminaram a instabilidade desse sistema; pelo contrário, isso se intensificou, o que indica, como explicaremos adiante, uma galopante tendência ao esgotamento das relações de produção baseadas no trabalho produtivo (DIERCKXSENS; PIQUEIRAS; NAKATANI, 2018), o que afetará, por consequência, a sobrevivência humana.

A partir da segunda metade do século XX, período de maior interesse para este estudo, as saídas às crises se anunciaram cada vez mais limitadas e o trabalho humano cada vez mais subordinado

ao capital (MÉSZÁROS, 2000), levando a agravos profundos de toda ordem e atingindo agressivamente a população trabalhadora formal ou informalmente, especialmente a população da periferia do sistema.

Segue-se aqui a ideia de que o próprio sistema engendra uma crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2000) que se desdobra em outras crises em suas diferentes dimensões, como crise econômica, política, social, ambiental e ética, cuja gravidade e o grau dos impactos também atingem diferentemente as populações em sua diversidade étnica, territorial, de gênero e geracional. Seus efeitos são nocivos ao conjunto da sociedade por ocasionarem, de um lado, a ampliação do desemprego e, de outro, a intensificação do trabalho que faz aumentar a pobreza e a precarização do trabalho, que se soma à redução da proteção social estatal e ao acirramento da ação e reação violenta do Estado para fortalecer o controle social; e, por fim, por exporem a riscos sociais e ambientais todos aqueles submetidos a essa lógica, gerando assim um quadro dramático de desproteção, insegurança e conflitos sociais.

Crises sistêmicas são cenários complexos que fazem explodir sentimentos de receio e indignação. Sendo assim, são férteis à abertura da luta política, o que exige descobertas e redescobertas do fazer político quanto às ideias pregressas de contestação ou de conservação da ordem social vigente, pois, a cada cenário em que se aprofunda a crise, mais intensa e distinta se torna a dinâmica política e econômica capitalista.

Nesse sentido, concebemos que as crises e seus efeitos prolongados acirram a luta de classes e alteram a sua configuração, pressionando assim os movimentos sociais existentes a revigorarem as lutas e as disputas ideológicas, ao mesmo tempo em que provocam sua diversificação e diferenciação quanto às formas e aos focos da ação política. Isso ocorre principalmente entre as novas gerações de ativistas que tendem a se (re)agrupar, interagindo mais ou menos com as gerações, as experiências e os movimentos sociais antecedentes, o que não necessariamente renova as práticas políticas ou mesmo fazem avançar projetos políticos divergentes dos projetos das elites burguesas.

“As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe. Tudo isso pode dar errado, politicamente” (HARVEY, 2011, p. 18), na medida em que a dimensão coletiva dá lugar aos aspectos individuais. Este é o enredo em que emergem novos atores, indivíduos e sujeitos políticos, bem como delineiam-se outras

possibilidades de ação coletiva nem sempre articuladas a organizações tradicionais ou em torno de ideais essencialmente novos com potencial ou intencionalidade de transformação social profunda¹².

Nesse ensejo, a emergência de lutas sinaliza alguns elementos principais, sendo estes apresentados esquematicamente: a ascensão de revoltas explosivas ou movimentos efêmeros de cunho progressista (à esquerda); o acirramento da reação violenta do Estado; a diferenciação de pautas de lutas que podem se fragmentar ou se fundir; e, por último, o crescimento dos movimentos sociais¹³ ou agrupamentos à direita, reacionários e até mesmo autoritários, especialmente reativos ao alargamento dos movimentos sociais progressistas e das ondas de protestos que incluem os movimentos populares do campo e da cidade, estudantis, da população negra, dos jovens, das mulheres, pelo respeito à diversidade sexual etc.

Para compreender a relação entre as intensas ondas de mobilização social com os processos de acentuação da crise da economia capitalista e seus efeitos, é fundamental observar o caráter instável da dinâmica contraditória desse sistema fundado na acumulação, valorização e expansão do capital em nível global. Seguindo essa premissa, neste trabalho, partimos da compreensão marxista de que as crises são processos cíclicos¹⁴ permanentemente suscetíveis às injunções conjunturais e históricas, de modo que, quanto mais desenvolvidos os processos produtivos, as relações mercantis e monetárias (DIERCKXSENS; PIQUEIRAS; NAKATANI, 2018), mais complexas são as contradições explicitadas por este sistema que sobrevive subjungando as massas trabalhadoras às relações de poder e de classe (FRIGOTTO, 2014).

Nas sociedades capitalistas, as mudanças das relações sociais de produção ocorrem de forma permanente e acelerada e seguem uma lógica amplamente discutida no campo do marxismo: são impulsionadas pelo incremento das inovações tecnológicas intensivas, associadas aos

¹² Diz-se sobre os movimentos sociais empenhados numa ação política cujo horizonte é a socialização da produção do trabalho coletivo filiada à luta anticapitalista de forma explícita, como ocorrido nas lutas operárias no século XIX, sobretudo na trajetória das lutas da esquerda que, tradicionalmente, disputa outros projetos societários.

¹³ É importante ressaltar que esses movimentos estão mobilizados para a conservação da ordem do capital e, em alguma medida, são reativos à radicalização dos movimentos progressistas, populares, de mulheres, da população LGBTI+ e dos jovens. Optamos por utilizar a sigla LGBTI+, terminologia que se refere à população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual, indicada pelas entidades GayLatino e Aliança Nacional, em publicação intitulada, Manual de Comunicação LGBTI+, publicada entre 2016 e 2018. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.

¹⁴ “Entre uma crise e outra, decorre um ciclo econômico e nele podem distinguir-se, esquematicamente, quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 172).

mecanismos poupadores da força de trabalho, apoiados por “arranjos institucionais” públicos e privados que favorecem o fluxo contínuo do capital para sua reprodução ampliada (HARVEY, 2011, p. 63). Estas mudanças se voltam à busca da ampliação da acumulação pela classe dominante (composta pelas burguesias nacionais e internacionais) por meio da apropriação privada da riqueza material produzida pela classe trabalhadora.

Tal processo, contraditoriamente, é gerador do seu reverso, pois também determina a queda tendencial da taxa de lucro, elemento crucial das crises capitalistas (DIERCKXSENS; PIQUEIRAS; NAKATANI, 2018), o que expressa uma contradição interna do sistema, pois, à medida que se valoriza, o capital corrói as bases¹⁵ de sustentação para a própria acumulação, desencadeando assim um processo detonador de uma cadeia recessiva ocasionada pelos próprios fatores necessários ao movimento de ampliação da acumulação do capital baseados no aumento da composição orgânica do capital¹⁶.

Essa lógica exigirá dos capitalistas um movimento permanente de reinvestimento, reposição e atualização do capital constante (maquinário e tecnologia), para assegurar o aumento da produtividade do trabalho e, obviamente, dos lucros. No entanto, isso também onera os custos de produção e comercialização frente à agilidade com a qual surgem inovações tecnológicas, pois esse capital se torna rapidamente obsoleto ou insuficiente, o que comprometerá o crescimento da taxa de lucro (DIERCKXSENS; PIQUEIRAS; NAKATANI, 2018). Assim, com a difusão das inovações tecnológicas aos setores concorrentes, a tendência é ocorrer a incorporação dessas inovações pelos demais e, com isso, ampliar a concorrência por equipararem a capacidade produtiva, levando ao barateamento dos custos de produção e, em tese, das mercadorias no mercado. No entanto, para evitar que isso ocorra, outra tendência capitalista é processada, a centralização dos setores do mercado que se volta ao controle da concorrência e concentração da produção e do capital através da criação de monopólios e

¹⁵ “[...] sob a vigência do capital, a riqueza é sempre e irremediavelmente resultado de trabalho abstrato ou trabalho alienado” (PINASSI, 2009, p. 13). O trabalho humano nessas condições é fonte primordial de obtenção de mais-valia, base fundamental da acumulação.

¹⁶ Por composição orgânica do capital entende-se a relação entre capital constante (investimento do capitalista em meios de produção matéria-prima e meios de trabalho como maquinário, tecnologia) e capital variável (investimento na força de trabalho). O aumento da composição orgânica do capital traduz a modernização da produção de mercadorias e a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para sua realização, mas, com isso, tem-se a diminuição de trabalhadores e dos custos de produção, levando ao desemprego e ao rebaixamento salarial (NETTO; BRAZ, 2012).

oligopólios. Isso confirma que o capital se reorganiza permanentemente para concentrar, sustentar e superar as taxas de acumulação. Desse modo:

A disfuncionalidade que caracteriza a crise do capitalismo diz respeito à incapacidade de um determinado arranjo social da produção capitalista de manter os níveis de extração do mais-valor diante da queda na taxa de lucro e, ao mesmo tempo, manter sob controle os conflitos e os antagonismos sociais. Crise, portanto, refere-se aos mecanismos estruturais de exploração do trabalho, de circulação mercantil e de concorrência (ALMEIDA, 2018, p. 30).

Ocorre que as formas de organização capitalista não conseguiram revolver permanentemente tal disfuncionalidade ao longo da história, pois as medidas correntes para tal têm apenas contornado temporariamente e prolongado o problema da queda da taxa de lucro. Como indicam Dierckxsens, Piqueiras e Nakatani (2018), o nó dessa questão está na contradição produzida por essa lógica que gera, inevitavelmente, a redução do valor em função da elevação da produtividade. Diante disso:

As grandes depressões começam quando essa tendência concretiza em um decréscimo da massa de lucros. Ou seja, quando a massa total do valor produzido é menos que o capital total colocado em jogo. A massa de lucro, no fundo, traduz uma crise do valor como mais-valia, cuja busca é a razão de ser da economia capitalista (DIERCKXSENS; PIQUEIRAS; NAKATANI, 2018, p. 20).

Nesse sentido, conforme expõem Jorge Grespan (2017), a partir de Marx, crise e acumulação são como dois lados da mesma moeda. Por isso, o fenômeno não pode ser considerado como algo espontâneo ou um acidente de percurso, já que se trata de um processo permanente e ineliminável, expressão dessa busca contínua das classes dominantes pela ampliação da acumulação do capital.

Como resultados, os mercados passam a produzir mais em menos tempo (socialmente necessário à produção), ou seja, com menos trabalhadores, o que provoca efeitos complexos como o aumento do desemprego¹⁷ e dos rendimentos do trabalho. As sequelas à classe trabalhadora são imediatas: perda do poder de acesso a bens e serviços, redução do consumo e empobrecimento da classe. São os efeitos que comprometem diretamente a circulação do capital, o que exigirá sua expansão comercial constantemente.

Os contextos de aprofundamento da crise revelam com maior intensidade essa dinâmica contraditória da sociedade capitalista, pois dinamizam sobremaneira os antagonismos de classe que marcam profundamente a precarização da vida material e espiritual, mas isso ainda é muito

¹⁷ Tais mudanças, por consequência direta, levaram ao desemprego estrutural (dado seu caráter irreversível) e à instabilidade do trabalho, ampliando bruscamente a competitividade entre trabalhadores.

pouco compreendido pela sociedade. A publicidade e os meios de comunicação hegemônicos, por exemplo, contribuem imensamente para a manutenção da alienação das populações em relação às questões centrais da dinâmica desigual da vida social nas sociedades capitalistas democráticas.

Streeck (2018), ao analisar o cenário europeu, parte do pressuposto de que há uma tensão medular e multifacetada entre “[...] vida social e uma economia dominada pelos imperativos de valorização e multiplicação do capital” (STREECK, 2018, p. 42) que se desenvolve de forma contínua, interferindo profundamente sobre a estruturação das sociedades capitalistas democráticas, especialmente com as inflexões de caráter político-econômico constituídas a partir do segundo pós-guerra, principalmente desde a crise de 1970, como veremos adiante.

Considerando que a cada ciclo (não necessariamente recuperado) os antagonismos se agravam, é importante destacar que as transformações societárias em curso na ordem capitalista contemporânea emergiram do complexo conjunto de medidas da burguesia que perduram desde a onda longa de crise internacional da década de 1970. Isso decorreu, especialmente, a partir do quadro de recessão que se revelou nesse período nos países capitalistas desenvolvidos com lastro em todo mercado mundial. Como totalidade, esses mecanismos denotam o avanço do projeto neoliberal¹⁸.

As respostas e reações voltadas à superação desta crise marcaram, especialmente, a transição do regime de acumulação monopolista rígido para o regime de acumulação flexível apoiado na correspondente regulação do Estado em sua relação histórica de mediação e sujeição ao mercado (CARCANHOLO, 2017a). Até os dias de hoje, o Estado atua ativamente na preservação política, jurídica e até repressiva (ALMEIDA, 2018) do processo socioeconômico de reprodução ampliada do capital mediante medidas que visaram, em conjunto, promover a estabilização da economia recorrendo a desregulamentação financeira, flexibilização e desregulamentação das relações e condições de trabalho, concessões fiscais aos detentores do capital, implementação de políticas de austeridade monetária e fiscal, amplo favorecimento do capital financeiro através do fundo público em detrimento do capital produtivo e da proteção

¹⁸ O projeto neoliberal expressa um projeto da classe dominante “[...] mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização de riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal” (HARVEY, 2011, p. 16).

social. A isso, soma-se a elevação dos tributos indiretos, privatização dos serviços públicos, contenção dos gastos públicos e retração de direitos, o que, como consequência, afetou a ideia de proteção social e a provisão da seguridade social (BOSCHETTI, 2008).

O avanço neoliberal alterou o papel do Estado e a perspectiva de proteção social constituída pelo modelo do *Welfare State* – em tudo aquilo que conseguiu concretizar no campo da seguridade social nos países capitalistas centrais, bem como influenciar a configuração dos sistemas de seguridade dos países da periferia desse sistema, mesmo com seus limites (NETTO, 2012; BOSCHETTI, 2008). Em defesa da autonomia, da iniciativa, da independência da sociedade civil, os países aderiram à perspectiva neoliberal de transferir total ou parcialmente a responsabilidade da prestação de serviços e políticas sociais para empresas e organizações da sociedade civil, como serviços de saúde, educação e assistência social.

Seguindo essa lógica, a partir de então, a precarização dos serviços públicos e o estímulo ao acesso destes por meio de seguros e planos privados se tornaram uma grande tendência que tanto provocou a depreciação da oferta pública destes quanto a expansão desse mercado, respectivamente. Como resultados, as políticas sociais sofreram um brusco desmonte na medida em que seu acesso foi reduzido, bem como direcionado à compensação da condição de pobreza (relativa nos países centrais e absoluta nos países periféricos).

A despeito do discurso e avanço neoliberal, contraditoriamente, o Estado precisa ser atuante para salvaguardar a economia, as instituições financeiras e os mercados capitalistas, no entanto, deve ser residual na provisão de bens e serviços voltados à satisfação das necessidades sociais da população, já que os neoliberais alegam que o investimento estatal na seguridade social é o grande fator desencadeador das crises, por contribuir para gerar ou ampliar a dívida interna. Essa manobra discursiva camufla sobremaneira essa contradição, bem como as possibilidades de compreensão da sociedade sobre os verdadeiros fatores desencadeadores das crises, o que também contribuiu para frear os conflitos sociais. Em última análise, as reações de cariz neoliberal se configuraram como mecanismos voltados ao enfrentamento da queda tendencial da taxa de lucro (que se recompõe de tempos em tempos), o que requer a mobilização permanente de recursos de toda ordem, não só da esfera produtiva, financeira, política e do Estado, mas também do campo científico-filosófico, cultural e ideopolítico. Diante disso, como um movimento mais amplo, o neoliberalismo configurou uma reação burguesa muito estruturada à crise capitalista.

A crise de 1970 sinalizou assim o esgotamento do padrão de acumulação capitalista monopolista fundamentado no pacto fordista-keynesiano¹⁹, que prevaleceu entre o pós-guerra da Segunda Guerra e o início da década de 1970, tendo sido capaz de promover a estabilidade econômica e política sustentada no pacto entre classes e por meio da intervenção do Estado que resultou no controle provisório da queda tendencial da taxa de lucro (HARVEY, 2011; NETTO, 1996). Esse contexto ficou conhecido como os Anos Dourados do capital.

A partir deste período, colocou-se em curso, como “solução para a crise”, a reorganização da produção em massa pautada na flexibilização²⁰ da produção aliada à perspectiva de ampliação global dos mercados. Em busca da autovalorização do capital, essa expansão dos mercados marcou um novo esforço imperialista de imposição da eliminação de fronteiras comerciais por meio da desregulamentação da economia mundial, principalmente na relação entre países capitalistas centrais e periféricos. Esse processo é correntemente conhecido como globalização ou mundialização da economia capitalista.

A dinâmica capitalista tem um ponto de inflexão crucial nessa transição do regime de acumulação capitalista baseado no padrão fordista-keynesiano (fundado na ampliação da produtividade do trabalho) para o padrão flexível associado à reestruturação produtiva (fundada na ampliação da produtividade do capital) (AMARAL, 2012). Essa transição, na essência, se volta à priorização da ampliação do crescimento da riqueza fictícia (AMARAL, 2012) para a

¹⁹ Este pacto associou um modelo de produção automatizado e racionalizado, baseado na linha de montagem, responsável por gerar produção em massa para consumo de massa. Isso será associado às medidas keynesianas voltadas ao pleno emprego, política creditícia, controle do trabalho e aumento da proteção social dos trabalhadores (BEHRING; BOSCHETTI, 2008) baseado no *Welfare State* e na social-democracia, “[...] uma das mais importantes tentativas de controlar o capital”, como indica Pinassi (2009, p. 17). Este pacto presumia um crescimento econômico estável, melhoria das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, especialmente nos países da Europa ocidental e nórdica, bem como da América do Norte, onde a pobreza se tornou mais residual. Este processo foi capaz, sobretudo, de criar uma ideologia consumista, mas não, necessariamente, a universalização do acesso a bens duráveis por grandes parcelas da população trabalhadora, como alerta Netto (2012). Neste contexto, os investimentos públicos junto ao mercado foram reduzidos e, conseqüentemente, afetou a ampliação das inovações tecnológicas e o avanço da produtividade do trabalho de forma acelerada para os padrões e aspirações capitalistas até então. Em última análise, este pacto não permitia a valorização do capital a tempo e contento para a burguesia em sua incessante busca pela lucratividade.

²⁰ Como totalidade, a flexibilização como expressão da reestruturação produtiva associada à revolução tecnológica, alterou “[...] brutalmente a composição orgânica do capital”, o que fez crescer a força de trabalho excedente em face dos interesses do capital (NETTO, 1996, p. 92). O padrão flexível inaugurou um conjunto de requisições que fez ampliar a subordinação do trabalho por meio de inovações tecnológicas, reordenamentos da produção e do gerenciamento da força de trabalho correlacionadas à desregulamentação dos direitos trabalhistas, ao rebaixamento salarial e às terceirizações. Tais medidas configuram uma realidade de precarização da contratação e subcontratação de milhares de trabalhadores. O que afetou bruscamente suas condições laborais, mas, sobretudo, exerceu controle do trabalho e domínio da subjetividade do trabalhador através dos novos recursos gerenciais, cujo espectro “[...] se estende à sociedade produzindo uma nova cultura, a cultura da adaptação, ou melhor, de adequação do trabalho às mudanças gerenciais” (SOUZA, 2010, p. 212).

valorização patrimonial (CHESNAIS, 2005), ou seja, para a valorização dos lucros fictícios, oriundos do investimento no capital financeiro portador de juros, em detrimento da acumulação impulsionada pela produtividade do trabalho.

Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos da especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ações os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos (CHESNAIS, 2005, p. 35).

Neste processo, a política econômica basear-se-á em dispositivos monetários e financeiros (AMARAL, 2012), assim como em rendas financeiras extraordinárias que não são redistribuídas em nenhum setor, pois são concentradas apenas para se autovalorizarem com base em altas taxas de juros, inclusive aquelas ofertadas pelo fundo público dos Estados, no limite, convertendo-o em fundo privado.

Como efeitos, a reestruturação produtiva pautada na flexibilização somada à expansão da financeirização engendra uma série de inflexões que acentuaram os padrões de exploração e subordinação do trabalho na medida em que novas alterações técnicas e organizacionais foram amplamente requeridas. Essa “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2012, p. 169) e do capital alteraram profundamente não só a dinâmica do quadro laboral, mas também a consciência social e política do trabalhador, o que provocou, de forma geral, uma reconfiguração das lutas sociais. Toda a dinâmica das sociedades, dos indivíduos e das suas subjetividades foram modificadas e a vida cotidiana²¹ é sua expressão imediata.

²¹ Admitimos haver uma relação insuprimível entre a materialidade que permeia a vida e a construção da consciência do ser, da ideologia. Tal compreensão alude ao prisma crítico-ontológico do pensamento de Marx, amplamente aprofundado pelo marxista György Lukács, segundo os autores Maria Orlanda Pinassi (2009) e José Paulo Netto (2011), de onde partimos para realizar essa síntese. Esse olhar contribui para compreender que o trabalho, o lugar e a fração de classe que ocupa, o espaço onde vivencia o cotidiano e o tempo histórico são elementos determinantes fundamentais da cotidianidade (NETTO, 2011). Essa cotidianidade é a expressão do domínio e da hegemonia econômica e ideopolítica da classe burguesa, ou seja, é “[...] local privilegiado de afirmação da singularidade do homem; a vida cotidiana é a realização da vida meramente prosaica” (CARLI, 2013, p. 20). Desde o final do século XVIII, essa classe explora o trabalho, ocupa os espaços da política, constitui e propaga as ideias hegemônicas que projetam a estrutura do capital pela própria necessidade que o capital apresenta, o que será conceituado como decadência ideológica por Lukács (PINASSI, 2009). O que queremos sinalizar aqui é que o movimento da realidade concreta material determina a consciência e a ideologia, nesse sentido, tem implicação direta na relação entre pensamento e ação. Com isso, a classe trabalhadora é tensionada por muitos vetores a reproduzir o pensamento hegemônico, pois capta parcialidades do real, ou seja, apenas a aparência daquilo que intenta à classe burguesa, lê-se: domínio e lucro. Nesse aspecto, como sintoma, as ideias pós-modernas e os valores neoconservadores difundidos no contexto da crise de 1970 vão sendo absorvidos acriticamente e incorporados ao cotidiano, à academia, à arte, à religião, à moral e à política, ainda que com resistências e suspensões dessa cotidianidade. É como se a pós-modernidade acentuasse o senso comum em detrimento do conhecimento acumulado pelo avanço das ciências.

O capital, como sinaliza Mészáros (2000), é um sistema global que controla todo o metabolismo social e assegura sua dominação por meio de diferentes mecanismos objetivos e subjetivos. As novas exigências da flexibilização quanto à polivalência, à desespecialização e à multifuncionalidade, assim como à legitimação do trabalho competitivo, intensivo e precário, tornaram o trabalho ainda mais desumanizador. Essa brusca alteração da condição, da gestão e do ritmo do trabalho fez camuflar ainda mais o potencial criativo e a intenção consciente do trabalho (CARLI, 2013), o que denota um quadro acentuado de alienação se comparado às mudanças decorrentes dos processos produtivos antecedentes.

No quadro dos desdobramentos sociopolíticos, esses determinantes expressam modificações à luta de classe em sua capacidade de aglutinar, organizar e mobilizar as massas, especialmente frente à fragilização das “bases de toda articulação sociopolítica até então vigente” (NETTO, 1996, p. 9, grifo nosso), ou seja, do movimento operário e partidário, sobretudo aqueles de orientação esquerda socialista.

Na esfera política, em sua complexidade, tais processos reconfiguraram a identidade de classe e o comportamento político da classe trabalhadora em função da fragmentação e da heterogeneização dos trabalhadores. Como efeitos, até os dias de hoje, leva-se à diferenciação e descentralização das pautas de luta, à despolarização e à desorganização da classe. “Por toda parte, movimentos alicerçados em outras clivagens que não a de classe passaram a concorrer pela agenda da esquerda política” (MIGUEL, 2018, p. 166); e a inserção política dos jovens e as lutas protagonizadas por eles sofreram forte interferência dessas inflexões, como veremos nos próximos tópicos.

3.1.1 Pós-modernidade e as inflexões da participação social no século XX

É importante ressaltar que, coexistindo com os movimentos sociais tradicionais de trabalhadores que vivenciavam um processo de “dessindicalização e impasses político-partidários” (NETTO, 2012, n.p.), outros personagens também entraram em cena. “Novos sujeitos coletivos”, sob uma notável influência do imaginário cultural e político produzido pelo movimento pós-moderno, explicitaram outras pautas menos centradas no trabalho e outras formas menos organizadas e menos articuladas de ação política. Neste ensejo, especialmente os jovens ganharam expressão no âmbito da participação social e política, principalmente com a onda mundial de revoltas de 1968 e com a ascensão da contracultura neste mesmo contexto.

O pós-modernismo pode ser considerado um movimento intelectual, artístico, estético e político de crítica à modernidade e à razão moderna, em que subjaz ideias iluministas valorizadoras do pensamento científico e da idealização do progresso e emancipação humana. Esses pensamentos exerceram influência sobre os ideais liberais que sustentaram o padrão fordista de produção e delinearum um estilo de vida correspondente, assim como exerceram influência sobre os ideais socialistas, enfraquecendo-os (HARVEY, 2009; EVANGELISTA, 2002).

No entanto, esses sentidos do pensamento moderno colidiram com o avanço do capitalismo centrado no individualismo característico da sociabilidade burguesa (SOUZA, 2010). A pós-modernidade colocou em xeque a lógica moderna por considerar que esta detém características rígidas de padronização, homogeneização e hierarquização tanto do processo produtivo como da produção de conhecimento baseada em teorias consideradas totalizantes. Essa crítica será transposta também à reprodução da vida cotidiana, como uma vida sem liberdade, tensionada e limitada pela lógica do trabalho rígido e repetitivo, o que leva a uma dinâmica considerada maçante, desinteressante, monótona, disciplinada e controlada (HARVEY, 2009).

Tudo isso afetou a sociabilidade humana, produzindo sentimentos de insatisfação a essa lógica rígida que impõe uma vida ordinária e esvaziada de sentidos, o que contribuiu para a adesão das ideias pós-modernas. No entanto, tais críticas serviram não só de sustentação para justificar o desejo/fetice por uma vida profissional e pessoal menos estruturada e mais flexível, como ofereceram, sobretudo, condições para os capitalistas neoliberais realizarem os rompimentos políticos e legais com menor resistência social, para fazer avançar as medidas de flexibilização e desregulamentação da esfera financeira e do trabalho. O esvaziamento e a massificação midiática do conhecimento, da informação e da produção artística também são efeitos da difusão e apropriação dessas ideias.

Desse modo, mesmo como algo irreal ou muito limitado às camadas médias e abastadas da sociedade, o pensamento/movimento pós-moderno se apresenta, especialmente à juventude urbana, como uma inovação e uma possibilidade de libertação do pensamento e da ação. Ideias que inspiram uma possibilidade de viver a vida ao modo de cada um, subvertendo a racionalidade deste tempo não só no sentido de ressignificar o trabalho e a rotina cotidiana, mas também a teoria, a política, a existência, as relações, os sentimentos, ou seja, a vida social como um todo.

Tais premissas foram capazes de produzir discursos que conformaram um novo imaginário social fascinado pela ideia de uma vida menos repetitiva, mais flexível e permeada pela efemeridade, hedonismo e pragmatismo científico (HARVEY, 2009). Assim, a reflexão baseada em fundamentos teóricos ou informativos sobre os fenômenos da sociedade deu lugar à valorização do senso comum, da publicidade e do imediatismo. Por conseguinte, conforma imaginários sem perspectiva de projeção, o que não cria condições materiais para o desenvolvimento de ações a longo prazo que exigem renúncias desse pragmatismo e da efemeridade, como a ideia de transformação da sociedade, como propõe Badiou (2012).

Conforme Harvey (2009), as ideias modernas passam a coexistir e conflitar com aquelas induzidas pelo pós-modernismo que se apresentam como proposta libertadora da monotonia da vida moderna e do caráter rígido da economia, da produção, da filosofia e das práticas políticas dos sistemas societários, capitalista e socialista (em suas distintas posições, posturas e ideologias dominantes).

Para o mesmo autor, esse discurso sedutor pós-moderno explorou de forma particular a arte, a moda e a mídia para, por meio da criação de símbolos e imagens associadas à difusão dessas ideias e valores, forjar a consciência e moldar uma cultura de massa. Mas, contraditoriamente, tais ideias também impulsionaram a criação de iniciativas²², alternativas de trabalho e de produção com menor apelo mercadológico e, em certa medida, isso será incorporado aos movimentos sociais pós-anos 1960, tendo maior adesão a partir dos anos 1990.

Sendo mais específicas, na academia, nas artes e na política, as ideias pós-modernas se apropriam da noção de alteridade como contraponto à homogeneização dos trabalhadores e da produção cultural dos tempos modernos. Nesse sentido, critica-se a massificação da arte e do conhecimento, defende-se a valorização da identidade pessoal, da autonomia, da diversidade, do pluralismo e da heterogeneidade de ideias e dos modos de ser (HARVEY, 2009).

Nesse ensejo, os interlocutores pós-modernos também enfatizam a importância das novas tecnologias da informação, das linguagens, das performances e das imagens como elementos

²² Embora minoritária ou mesmo residuais, entendemos por iniciativas alternativas expressões de inspiração pós-modernas que influenciaram e ainda continuam a influenciar medidas de cooperação ou anticapitalistas (limitadas), por exemplo: o estabelecimento das outras relações de trabalho um pouco mais horizontais ou mesmo mais cooperativas; a produção artística desarticulada da ideia de massificação da cultura e das linguagens artísticas; e, por último, a ideia de sustentabilidade e a produção de mercadorias sustentáveis menos poluentes e poupadoras de recursos naturais. Embora também sejam comprometidas com a venda de mercadorias que necessitam da circulação para obter o lucro, não, necessariamente, cedem por completo ao menosprezo da vida humana e da natureza como faz as empresas e o mercado capitalista em geral.

produtores de significados na dinâmica das sociedades. Criticam os autoritarismos, as hierarquias de poder e admitem a sua descentralização e a desorganização sociopolítica da sociedade civil. Enunciam a desconstrução dos padrões de autoridade política, militar e intelectual. Ao reduzirem a dimensão histórica e a experiência acumulada, valorizam o empirismo, a experiência do presente e o imediatismo. Não sustentam “[...] o sentido de continuidade e memória histórica” (HARVEY, 2009, p. 58) e legitimam a ideia de transitoriedade, descontinuidade, fragmentação e efemeridade como aspectos positivos e subversivos da lógica moderna.

A pós-modernidade enaltece o pragmatismo em detrimento das metanarrativas (HARVEY, 2009), levando, especialmente, o marxismo, como paradigma teórico e político, a duras críticas e à crise (EVANGELISTA, 2002) que se soma à derrocada do socialismo real²³ e dos sectarismos da esquerda radical.

Esse fenômeno, segundo Evangelista (2002), levará os intelectuais, inclusive, marxistas, a desvalorizarem o marxismo “[...] como elemento da práxis social e como instrumento para a transformação social do mundo” (EVANGELISTA, 2002, p. 13), desprestigiando assim categorias elementares do pensamento marxiano, como a dimensão ontológica do ser social e das determinações sócio-históricas; a existência da sociedade de classes; a alienação; a revolução e o proletariado como potencial sujeito coletivo revolucionário; entre outros aspectos.

Para Evangelista (2002), delinea-se a partir daí um conhecimento superficial que valoriza o simbolismo da linguagem, a vontade do poder como algo onipresente e disseminado, podendo

²³ A crise do socialismo real existente decorreu de um quadro amplo e complexo que englobou o colapso do regime socialista soviético e a degradação do seu ideal político (NETTO, 1994). Vigente nos países do bloco socialista composto por países da Europa central e leste, da Ásia e por Cuba (que resiste ainda hoje em transição ao socialismo de forma isolada), a experiência do socialismo real decaiu em função da “[...] dissincronia que se foi instaurando entre as instituições constitutivas do sistema sociopolítico e as exigências do ordenamento econômico das sociedades pós-revolucionárias. A reduzida *socialização* do poder político (cristalizada pela autocracia stalinista) era congruente com a estrangulada *socialização da economia* (resumida na estatização). Enquanto perdurou um padrão de desenvolvimento econômico *extensivo*, suportável por estruturas sociopolíticas rígidas e excludentes, essa relação não teve efeitos que não pudessem ser ultrapassados. Quando, em meados da década de 70, tornou-se imperativo [...] um padrão de desenvolvimento *intensivo*, a dissincronia comprometeu-o visceralmente – porque um padrão é incompatível seja com um ordenamento econômico estatizado burocraticamente, seja com o seu imbricado e correspondente sistema sociopolítico, de baixíssima participação autônoma” (NETTO, 1994, p. 65-66, grifos do autor). Diante do caráter inequivocamente político da crise do socialismo real diante da ausência de socialização do poder (NETTO, 1994), somado à violência protagonizada pelo Estado Soviético e a queda do muro de Berlim, aprofundou ainda mais a crise internacional e a desarticulação dos movimentos sociais de resistência ao capitalismo. Com isso, a sociabilidade burguesa seguiu hegemônica sem outra forma societária que potencialmente a antagonizasse.

ser conquistado sem a reversão das classes. Valoriza-se assim a descentralização do poder e da organização e a política do cotidiano, muitas vezes, irrefletida do conjunto de determinações sociais que o constituem como espaço-tempo “[...] em que a reprodução social se realiza pela própria reprodução dos indivíduos” (EVANGELISTA, 2002, p. 54). O que leva, nos termos do autor, a um irracionalismo pós-moderno.

Originárias do mundo das artes e do universo das sensibilidades, as ideias pós-modernas foram incorporadas também às visões políticas (ANDERSON, 1999), incidindo profundamente sobre os conteúdos difundidos na produção teórica. Isso contribuiu, principalmente, para a mudança da consciência e da prática política das gerações posteriores, especialmente aquelas explicitadas com a exteriorização dos “novos movimentos sociais”²⁴ nos anos 1960 e a partir da onda de revoltas de 1968 (EVANGELISTA, 2002). Esse contexto engendra “[...] uma rebeldia gestada na atração histórica pela política, orientada pela utopia de trazer um sentido novo à vida que organizasse o mundo diante de tal perplexidade” (SOUSA, 2004, p. 452).

Destacamos ainda que a continuidade e a memória histórica dessas experiências se apresentam em vários aspectos nos movimentos sociais e nas ondas de revoltas expressivamente jovens²⁵ posteriores, notadamente nos movimentos altermundialistas dos anos 1990 e na ação e organização dos Coletivos políticos ou artístico-culturais do século XXI, sobre os quais discutiremos mais adiante.

É importante destacar que a ofensiva neoliberal marcada pelas mudanças no mundo do trabalho e a emergência pós-moderna se somam a ascensão neoconservadora²⁶. Essa contraofensiva ideológica emerge no contexto da crise de 1970 também como reação aos “novos movimentos sociais”, à contracultura, bem como ao modelo do *Welfare State* e ao intervencionismo estatal.

²⁴ Evangelista (2002) assim como outros estudiosos do campo marxista utilizam aspas para tratar “novos” movimentos sociais, “novas” práticas sociais ou “nova” esquerda, relacionadas às lutas por novos direitos dos anos 1960. Isso alude à crítica a um ideário pós-moderno subjacente ao enaltecimento da novidade como forma de superação dos velhos movimentos sociais (tradicionais). O autor indica que esta ideia abandona a dimensão da totalidade restringindo-se ao seu aspecto mais aparente, ou seja, os elementos renovados das lutas. Para o autor, são “[...] sujeitos políticos renovados pluridimensionalmente” (EVANGELISTA, 2002, p. 53).

²⁵ O discurso pós-moderno é muito atrativo aos jovens por acolher os insatisfeitos, os libertários e contestadores do modo de vida engendrado nas sociedades modernas (ANDERSON, 1999). Isso irá incidir sobre a forma de ação e organização sociopolítica.

²⁶ De acordo com Almeida (2018, p. 29), o neoconservadorismo tem relação intrínseca com o liberalismo, pois enseja a conservação das “formas sociais básicas do capitalismo”, como a mercadoria, o dinheiro, o Estado e a forma jurídica, a fim de garantir a sua reprodução ampliada e permanente. O neoconservadorismo se alinha à “[...] restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação do Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa” (ALMEIDA, 2018, p. 28).

Essa reação se manifesta de forma coercitiva, criminalizatória dos movimentos sociais, reacionária e com apelativos, até mesmo, moralistas (ALMEIDA, 2018).

Com amplo apoio do Estado, nos países capitalistas, intensifica-se essa reação neoconservadora associada à defesa de modernização dos processos produtivos e crítica à razão moderna (ao senso crítico). O que, na essência, tem como horizonte a defesa da preservação da sociabilidade capitalista e do controle ideológico e político ameaçado pelas reações sociopolíticas no contexto da crise (ALMEIDA, 2018).

Na essência, para Guerra (2010), o sentido dessa ampla reação está também em justificar a adaptação das sociedades às necessidades do mercado por meio de outra forma de sociabilidade necessária à flexibilização, capaz de superar a lógica da sociabilidade moderna. Em termos político-estratégicos, esses são mecanismos de reedição das formas de controle da força de trabalho que objetivam moldar uma subjetividade funcional, ética e moralmente adequada à lógica de organização do trabalho posta em curso.

Os condicionamentos históricos que abrangeram o avanço da flexibilização, a ascensão neoliberal e a reação neoconservadora, com efeitos, contribuíram para conter ainda mais a resistência política da classe trabalhadora e impulsionar a desarticulação das suas organizações. Na medida em que o imediatismo, a efemeridade e o esvaziamento teórico-metodológico são premissas admitidas pelo irracionalismo pós-moderno, produz-se uma imensa despolitização e a alteração do comportamento político. Isso tem levado os trabalhadores de todas as partes do planeta a travarem “[...] lutas defensivas que carecem de um padrão de articulação e de um padrão de universalização”, especialmente sem partido político diretivo, como sugere Netto (2012, n.p.).

Dessa forma, para o mesmo autor, assim como na perspectiva de muitas organizações de esquerda radical que se baseiam no marxismo para a reflexão e ação sociopolítica, isso significa luta social perdida por considerarem que com o avanço da pós-modernidade, a perspectiva de transformação foi solapada, as utopias foram desmoronadas. Nesse horizonte, o avanço das ideias pós-modernas afetou os projetos societários (NETTO, 1996) socialistas, os movimentos e as lutas sociais tradicionalmente combativas à ordem do capital.

Diante disso, prevaleceram a mudança das formas, a diversificação das pautas e a fragmentação da ação política da esquerda em detrimento da luta por outro projeto de sociedade oponente à ordem capitalista – o socialista. Desse processo, preservam-se resistências, lutas e movimentos

tradicionais, mas também emergem organizações mais descentralizadas, menos orgânicas, com caráter efêmero e cada vez mais distanciadas das organizações tradicionais e da definição de um programa de transformação social. Esse fenômeno terá profundo impacto sobre a ideologia e a prática política dos militantes de esquerda a partir do final do século XX, cujos aspectos serão discutidos com mais profundidade a partir do item 1.2.

3.1.2 Crise contemporânea, mundialização e a financeirização: terreno histórico da onda de mobilizações e revoltas sociais do século XXI

O capital cumpriu sua tarefa, mundializou-se, monopolizou-se, estendeu suas garras dissolvendo as mais ternas ilusões românticas no frio cálculo egoísta, subordinou o campo à cidade, a ciência à indústria, a estética ao mercado, mercantilizou todas as esferas da vida. Na sua forma madura e parasitária, bem diversa daquela pela qual os ideólogos liberais projetavam seus mitos futuros, o capital assume a forma de sua negação tornando-se um enorme entrave à vida humana (IASI, 2013, p. 1).

Pós-década de 1970, o capitalismo vive uma nova fase com o avanço da mundialização da economia sob a égide do capital financeiro. Essa etapa é marcada pelo aprofundamento do desenvolvimento desigual e combinado entre nações, que, a despeito do discurso neoliberal, encontra na intervenção dos Estados Nacionais a abertura dos caminhos para a especulação financeira pelas instituições multinacionais. Favorecido pela desregulamentação dos mercados e dos mecanismos de remuneração dos credores da dívida pública dos Estados, a acumulação capitalista passou a obter exorbitante crescimento da lucratividade por meio das operações rentistas, ou seja, do capital que rende a juros. Isso significa que, para favorecer o capital financeiro, como ocorre no Brasil, os Estados ofertam juros altos aos credores da dívida pública, até mesmo superiores ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países, ou seja, o Estado, por intermédio do fundo público, assegura a ampliação da rentabilidade do capital financeiro (IAMAMOTO, 2014).

A mais recente crise capitalista, manifesta entre 2007 e 2008, foi marcada pela falência de bancos e das instituições financeiras associadas à explosão da especulação do mercado de crédito imobiliário nos Estados Unidos (HARVEY, 2011). Esse processo atingiu, em sucessão, todo o mercado financeiro do mundo capitalista, que levou os países a criarem medidas dirigidas à recuperação dos bancos para retomada do crescimento das taxas de lucro. Isso ocorreu, principalmente, por meio de políticas econômicas austeras, além da redução dos gastos

públicos, dos direitos sociais e trabalhistas, atendendo assim ao pacote imposto pela Troika²⁷ (BRAGA, 2015). Daí em diante, tem-se um “efeito dominó” da crise em escala global.

Segundo Harvey (2011), nos Estados Unidos, a crise passou a ser notada e divulgada pela mídia em 2008 quando a população branca de classe média começou a sofrer despejos devido à inadimplência com os bancos que concederam o financiamento imobiliário, as hipotecas *subprime*²⁸. No entanto, desde 2006, os despejos já vinham ocorrendo com a população mais pobre, em geral negra e imigrante, mas isso não sensibilizou a mídia e a sociedade da mesma forma.

A crise financeira norte-americana levou “[...] ao desmantelamento de todos os bancos de investimento de Wall Street, com mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências [...]. Os mercados globais de crédito congelaram, assim como a maioria dos empréstimos do mundo”. (HARVEY, 2011, p. 10). A raiz do colapso das finanças encontra-se na seguinte explicação: a concessão desmedida de empréstimos a pessoas que não possuíam condições de arcar com os compromissos gerou um acúmulo dos títulos de hipotecas. Com isso, os bancos realizavam a comercialização imprudente desses títulos “tóxicos” em todo o mundo por meio de acionistas de todo tipo, como Bancos Centrais de outros países, fundos de pensão, bancos regionais, governos etc. (HARVEY, 2011).

Seguindo o “efeito dominó”, ao afetar o sistema financeiro ianque, em tempos de mundialização, todo o mercado mundial foi atingido, pois os ativos perderam valor e, com isso, “[...] as ações de bancos perderam quase todo valor; os fundos de pensão racharam; orçamentos municipais encolheram; e espalhou-se o pânico em todo o sistema financeiro” (HARVEY, 2011, p. 12). A saída capitalista para essa crise, como regra, foi a “[...] compra de dívidas de Estados e de bancos pelos Bancos Centrais” (STREECK, 2018, p. 45), que configurou, literalmente, um socorro aos bancos deficitários, por meio dos fundos públicos, para, com isso, “restaurar a confiança no sistema financeiro”. Assim, de lá para cá, os Estados vêm atuando na

²⁷ Designação atribuída à composição das três instâncias credoras internacionais: Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia (GOHN, 2014a). Em Portugal, ocorreram duas manifestações em oposição aos ditames da Troika, uma em setembro de 2012 e a segunda em março de 2013, ambas intituladas: *Que se lixe a Troika!* (BRAGA, 2015).

²⁸ Forma de empréstimo imobiliário de retorno prolongado ao setor creditício, baseado em altas taxas de juros e de alto risco. No entanto, oferece fácil acesso à população, sendo muito atraente aos trabalhadores mais precarizados, pois é concedido a partir de critérios considerados flexíveis, mas, inseguros (HARVEY, 2011),

proteção das instituições financeiras, concedendo assim maior poder político-econômico à classe capitalista especulativa.

Seguindo a análise de Carcanholo e Nakatani (2015), autores da Escola de Economia de Vitória-ES, como totalidade, a crise contemporânea explicitou o estrangulamento dos mecanismos de acumulação e valorização do capital, gestados neste contexto neoliberal ainda mais avançado e caracterizado pela supremacia da internacionalização do capital financeiro especulativo parasitário. A centralidade desse mecanismo de acumulação está na perseguição de lucros fictícios derivados do crescimento da dívida pública dos Estados nacionais por meio da apropriação de ativos a baixos juros pelas grandes corporações financeiras. Isso caracteriza a transferência de riquezas da periferia para o centro do capitalismo através de rendimentos especulativos.

Esse processo regressivo inevitavelmente amplia a dívida interna dos países, pois as receitas do orçamento público são desvinculadas para realizar o pagamento dos juros e a amortização da dívida pública e isso não terá reversão em gasto público. Assim, prioriza-se o pagamento dos juros e a amortização da dívida pública em detrimento da provisão dos recursos públicos que deveriam ser revertidos em criação ou qualificação dos serviços sociais ou mesmo em investimentos no setor produtivo, o que proporcionaria o crescimento da produção de riqueza para o Estado e geração de empregos. Embora boa parte do fundo público advenha dos impostos e das contribuições da população trabalhadora, estes recursos não são direcionados à melhoria da sua condição de vida, o que seria minimamente justo; estes são, arbitrariamente, desviados para a esfera financeira que em nada participa da produção de riqueza (IAMAMOTO, 2014).

Com isso, o movimento do capital inaugura um novo ciclo de expansão transnacional apoiado pelos Estados, o que faz ampliar ainda mais a concentração da riqueza, e precarização das condições de vida, a desindustrialização, o desemprego e a exploração do trabalho (IAMAMOTO, 2014).

Embora o capital financeiro tenha como nutriente a produção de riqueza oriunda do capital produtivo e da mobilização da força de trabalho, o domínio global do mercado financeiro se expressa como a forma mais coisificada do capital, como se a valorização do capital no setor financeiro ocorresse de forma autônoma, independente da pulsão de capitais gerados na esfera da produção, ou seja, sem base material. Este se manifesta como um capital autocriador de juros, como dinheiro que gera dinheiro, sem a mediação do processo produtivo e da circulação

de capitais, o que manifesta seu caráter fetichizado (IAMAMOTO, 2014). Assim, o predomínio desse capital financeiro fetichizado esconde o funcionamento de operação do capital transnacional, dos investidores financeiros atuantes, mediante respaldo do Estado (seguidor da orientação dos organismos multilaterais) e das correlações político-econômicas. (IAMAMOTO, 2014).

Em princípio, os efeitos da crise estrutural do sistema capitalista do século XXI atingiram os países centrais, porém sua irradiação chega a todo o mundo globalizado em distintas proporções, levando os países à forte instabilidade e insegurança econômica, mas também política, o que se soma ao irrefutável agravamento das condições de vida das populações (HARVEY, 2011).

Os impactos da crise têm acometido as sociedades com uma brusca queda do crescimento econômico e aumento do desemprego, assim como com a precarização ainda maior do trabalho. Do ponto de vista político, ampliou-se a fragmentação dos trabalhadores em suas lutas e organização política, levando a uma paulatina perda do poder de influência das instituições democráticas de representação política, como os partidos de esquerda e os sindicatos, acirrando assim a “[...] crise do poder associativo da classe trabalhadora” (BRAGA, 2017, p. 26).

Essa trama foi tensionada tanto pela intensificação de protestos e movimentos contestatórios neste início de século em diversas partes do mundo (BRAGA, 2017; MOTA, 2013) como fez reascender uma forte onda neoconservadora que disputa o poder e a leitura da realidade, assim como se reorganiza politicamente para afirmar valores liberais, mas também valores morais, conservadores e reacionários.

As respostas públicas à crise têm persistido com medidas de redução de direitos e redirecionamento dos gastos públicos, para, assim, socorrer bancos e corporações financeiras, subtraindo da população trabalhadora os direitos, a proteção social e o trabalho. A classe trabalhadora é cada vez mais desassistida e submetida às consequências das mudanças estruturais (KATZ, 2016). Isso conformou uma profunda crise social com forte implicação no cenário político.

Esses elementos da crise têm refrações por todo o mundo capitalista e é na periferia desse sistema que os impactos são mais agudos (CARCANHOLO, 2017a), o que, como reação política, econômica e ideológica, caracteriza o aprofundamento da agenda neoliberal. É como

ver o futuro repetir o passado²⁹, uma vez que a tendência destes países tem sido revisitar e aprofundar as medidas de ajuste fiscal associadas ao desmonte ainda maior dos serviços sociais e dos direitos civis, políticos, sociais e ambientais que arrolam desde a ofensiva neoliberal dos anos 1980-1990, como medidas ainda reativas à crise de 1970.

Podemos dizer que esses agravos sociais que denotam a precariedade da vida e das condições de sobrevivência das populações trabalhadoras afetam também as condições de vida de milhares de jovens dos centros urbanos de todo o mundo, especialmente dos países da periferia capitalista. Nesse cenário, esse quadro tende a se agravar, reduzindo cada vez mais as possibilidades de sua superação, desafiando o futuro das gerações mais jovens, como sugere Alves (2015), ao analisar a situação brasileira.

Esse cenário ampliou a percepção da sociedade e de suas organizações de que os meios democráticos vigentes não têm sido capazes de democratizar a tomada de decisões sobre os rumos da economia em nível macro (DAVIS, 2012; SAFATLE, 2012), quiçá exercer algum controle sobre as necessidades do processo de acumulação capitalista na esfera financeira mundializada e, muito menos, de suas desastrosas consequências econômicas, sociais e políticas (ZIZEK, 2012).

Será justamente a crise do início deste século a principal denunciadora dessa trama do capital, ao escancarar o papel estratégico dos mecanismos democráticos na sustentação dessa lógica, ou seja, ao explicitar o caráter do Estado capitalista que, historicamente, assegura essa inter-relação entre as dimensões política e econômica que conformam o desenvolvimento capitalista, conforme explica Mészáros (2010).

A evidência de que o Estado prioriza salvar os bancos e as instituições financeiras por meio de medidas de austeridade fiscal, ao invés de proteger a população dos agravos e das desigualdades geradas pela própria engrenagem do capitalismo (MÉSZÁROS, 2010), revelará com mais nitidez, especialmente às gerações mais jovens, as relações de dominação que operam o sistema democrático. Diante desse quadro, consideramos que essa dimensão mais ampliada da realidade tanto fez aflorar sentimento de revolta como revelou o esgotamento das expectativas positivas

²⁹ Aqui parafraseamos um trecho da música “O tempo não pára”, composta nos anos 1980 pelos compositores Cazuza e Arnaldo Brandão.

sobre os sistemas democráticos e sobre os governos, inclusive de esquerda e centro-esquerda por todo o mundo capitalista.

Sob o prisma gramsciano, Martuscelli (2016) sugere pensar que essa tensão político-econômica tende a explicitar um processo maior de crise política em todo o mundo, pois é fruto da condensação de um “[...] conjunto complexo e articulado de contradições” (MARTUSCELLI, 2016, p. 15), engendrado na esfera do bloco de poder político hegemônico composto por partidos políticos e grupos que defendem os interesses da burguesia. Esse processo, sendo capaz de afetar a totalidade das relações sociais, contribuiu para o aprofundando da crise de representação social e política devido às disparidades verificadas entre aqueles que representam o poder político e econômico e aqueles representados, cuja expressão mais visível é a crise de representação partidária.

De acordo com Martuscelli (2016), um processo conflituoso dessa natureza afetará, em última análise, a luta de classes, cujas fraturas e contradições se tornam ainda mais expostas com a deflagração da crise política. A dinâmica da crise política poderá assumir traços distintos em termos de transição social (quando transpõe as relações de dominação) ou reprodução social (quando se mantém as relações de dominação), a depender do nível de organização social e do teor das disputas políticas postas em jogo em determinados tempos históricos.

Nos cenários urbanos na atualidade, verifica-se uma diversificação das formas de expressão sociopolítica da luta de classes, principalmente aquelas movidas pelas juventudes urbanas.

Mesmo diante da crise da democracia representativa e do avanço da onda neoconservadora, neste início de século, o elemento da radicalidade das lutas foi revigorado das lutas juvenis-estudantis precedentes ao recuperar “[...] a natureza do radicalismo político comum entre jovens de ambientes sociais marcados pela industrialização, ou por condições produzidas pela urbanização” (IANNI, 1968, p. 230), como pôde ser notado nas revoltas de 1968 (no contexto antecedente direto da crise capitalista dos anos 1970), assim como nos cenários em que a reação burguesa à crise se consolidava escancarando o aviltamento das condições objetivas de reprodução social da classe trabalhadora, como ocorreu nos anos 1990.

Nessa direção, com base no referencial exposto, indicamos que a memória histórica das críticas políticas e das formas de ação política dos “novos movimentos sociais” nos anos 1960 e das revoltas de 68, assim como dos movimentos altermundialistas dos anos 1990 inspiraram a

configuração dos protestos, das ocupações e a ampliação de formas fluidas de organização social e política exteriorizadas no início do século XXI.

No entanto, isso não quer dizer que haja um rompimento total com as formas de ação política preconizadas pelos movimentos sociais tradicionais, nem mesmo se trata de uma reprodução das experiências dos anos 1960 e 1990. Consideramos que as lutas sociais protagonizadas pelos jovens urbanos no início do século XXI manifestaram uma tentativa de reinventá-las com maior inspiração nas experiências mais independentes e menos hierarquizadas de organização e ação política, buscando radicalizar e se distanciar ainda mais das formas tradicionais de ação política dos sindicatos, partidos e entidades estudantis oficiais, como veremos nas discussões realizadas no segundo capítulo.

3. 2 AS ONDAS DE PROTESTOS MOBILIZADOS PELA JUVENTUDE NO SÉCULO XX E A EMERGÊNCIA DA RECONFIGURAÇÃO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS

A história do regime capitalista tem sido a história do advento político da juventude. Em cada país em que se desenvolve o sistema capitalista de produção, os jovens assumem importância crescente no campo da ação política. Para instaurar-se ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de maneira tão drástica as condições de vida dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de esquerda. E são nestas duas polarizações que a singularidade do comportamento político do jovem se tem revelado mais abertamente, abrindo possibilidades a uma interpretação globalizadora (IANNI, 1968, p. 225, grifos do autor).

Ao considerarmos o contexto da crise capitalista como fenômeno propulsor da abertura das ondas de rebeldias e lutas juvenis-estudantis, especialmente a partir dos anos 1960, aventamos dizer ser este um importante fio que conecta os processos de intensificação e desmobilização das lutas sociais, pois, como sugere Harvey (2016, p. 10), “[...] é no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo”, o que, historicamente, traduz ainda mais concentração de renda, redução de direitos, maior intensificação do trabalho associado ao incremento tecnológico, levando assim à redução do emprego e à desarticulação sociopolítica da classe que vive do trabalho.

Como abordado no item anterior, no contexto reativo à crise dos anos 1970, as formas de organização política da classe trabalhadora sofreram ataques tanto em termos de redefinição da

legislação trabalhista quanto a respeito dos direitos políticos e associativos. Confere ainda a este contexto uma significativa reação teórica, além da hostilização ideopolítica e, por fim, um endurecimento da repressão propriamente dita aos setores mais radicais e mais à esquerda do movimento. As lutas dos jovens, sejam elas partidárias, estudantis ou autônomas, também sofreram as refrações desses ataques.

Seguindo essa ideia, parece irrefutável indicar que as revoltas e os movimentos sociais das juventudes, em suas particularidades e dilemas específicos, estão situados no curso da história e formam parte do movimento histórico da luta de classes, sobretudo, por se configurarem como expressões desta. Nesse sentido, sua análise implica, sob o prisma do marxismo, uma mirada totalizante e integralizadora (EVANGELISTA, 2002), ancorada nas relações que articulam fatores econômicos, políticos e ideoculturais, os quais, em sua complexidade e efeitos, são determinantes da organização da vida social³⁰ nos marcos do capitalismo, como reflete a assistente social brasileira Marilda Yamamoto (2014, p. 50, grifo nosso):

Toda a sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em “espaços de poder” – a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura, a ciência, entre outros –, tanto aqueles onde a mais-valia é produzida, quanto aqueles em que ela reparte-se e é realizada, abrangendo o conjunto da sociedade. Por não ser esse um processo linear, provoca manutenção, no essencial, das relações de produção e de propriedade e ao mesmo tempo impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, em que a natureza dá lugar ao espaço produzido. Verifica-se a regressão, degradação e transgressão no nível das relações de família, de amizade, da vida social e de grupos parciais, do meio ambiente, assim como a produção de *novas relações no âmbito de segmentos sociais como a juventude*, os idosos, as mulheres e os trabalhadores.

Assim como assinala Netto (1996), a vida social, em escala global, assume cada vez mais um espectro de mercantilização, como expressão da mudança “sociocultural estrutural” (NETTO, 1996, p. 97) que se delineia e se manifesta funcional às injunções das sociedades capitalistas. Isso ocorre, especialmente, pela incorporação e reprodução pelos indivíduos dos aspectos alusivos da mercadoria e do consumo (tais como o imediatismo, a obsolescência, a descontinuidade e a fluidez), transpondo-os ao campo das ideias, das práticas sociais e da consciência, afetando assim a subjetividade e os sentimentos individuais e coletivos. Isso remete à coisificação das relações sociais e à personificação das coisas, como indica Marcelo

³⁰ “[...] A vida social é composta por bilhões de seres que, no agir, produzem sua existência. Somos seres concretos, de carne e osso. Precisamos continuar concretos, para produzirmos alimentos, casas, roupas, bens variados, festas, cultura, amizade, múltiplas linguagens. Somos seres anônimos, que encontramos um mundo organizado de uma dada maneira, que nos parece natural. Nele, nos tornamos o que somos, ora satisfeitos, ora enraivecidos com nossa sorte. Sabemos que a vida social é histórica e pode se modificar, mas nem sempre sabemos como fazer para que isso ocorra” (FONTES, 2017, p. 16).

Carcanholo (2017b) a partir de Marx. Para essa análise, segundo este mesmo autor na mesma exposição, é importante que se considere que:

Embora o sujeito histórico (quem reproduz as legalidades³¹ dessa época histórica e social chamada capitalismo, no cotidiano), continue sendo ser humano, a humanidade ela o faz alienada e fetichizada pela mistificação do capitalismo. Todas as leis do modo de produção capitalista não são legalidades [existentes] do nada, pois, quem reproduz essas legalidades é o próprio ser humano nas contradições impostas [abstratas e concretas das classes sociais]. A questão é: não se tem plena consciência disso! (CARCANHOLO, 2017b, n.p.).

O sujeito histórico paulatinamente passa a desconhecer a totalidade dos processos sociais ao realizar coisas no cotidiano sem necessariamente dimensionar o sentido e as determinações delas, ou seja, aquilo que ele mesmo faz. Sob essa ótica, as relações sociais que definem o capitalismo são fetichizadoras do real e dos seus significados, determinam o comportamento social ao encobrir a distinção entre essência e aparência, perdendo a capacidade de relacioná-las. Isso alterará profundamente a dinâmica cultural das sociedades (IAMAMOTO, 2014).

Movidos pela ação-reflexão humana, a dinâmica política e os projetos societários³² também sofreram mutações nesta direção. Como sugere Netto (1996), as mudanças do plano político nem sempre são conscientes ou voluntárias, o que denota também o seu caráter fetichizado, tal qual está posto à mercadoria. Isso significa que o comportamento social nos marcos do neoliberalismo passa a adquirir e incorporar características imanentes das mercadorias e das relações mercantis típicas do capitalismo contemporâneo. Isso se manifesta na busca pelo prazer a partir do consumo (algo efêmero e individual), no ocultamento do processo produtivo e criativo em face do acelerado desenvolvimento tecnológico, assim como na concorrência, na obsolescência programada e na descartabilidade das coisas. Ou seja, estabelece-se cada vez

³¹ Aqui o autor refere-se às “[...] legalidades objetivas que se verificam na sociedade, isto é, o conjunto de tendências (como por exemplo, a lei geral de acumulação) que acaba por se constituir no movimento da vida social, independente da vontade dos membros da sociedade” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 164).

³² Os projetos societários são projetos coletivos, constituem-se por reunirem propostas para o conjunto da sociedade, ou seja, possuem finalidade, movem-se por necessidades e interesses sociais, se manifestam no plano prático (material) e no plano ideal, podendo ser projetos conservadores ou transformadores da ordem social (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Em sociedades de classe, são, portanto, projetos de classe, pois possuem dimensão política por serem projetos políticos, por tensionarem as relações de poder e domínio econômico, político e cultural na sociedade, onde distintos projetos societários disputam a hegemonia, principalmente nas democracias políticas (NETTO, 1999). Os projetos societários são determinações e estão suscetíveis às inflexões das conjunturas históricas e políticas. Estão submetidos a relações de força continuamente, por isso, são dinâmicos. Decerto, os projetos societários das classes trabalhadoras e subalternas, dado o componente econômico-cultural determinante, estão em condição desigual de disputa política em relação aos projetos da classe dominante (NETTO, 1999), das elites oligárquicas e das oligarquias financeiras.

mais relações sociais como relações entre coisas e isso será transposto ao imaginário, às práticas e às interações entre as pessoas, ou seja, às relações entre os seres humanos.

Quando buscamos compreender as ações coletivas e os movimentos juvenis-estudantis em suas tentativas de reinvenção das formas de ação política no século XXI, observamos não somente as determinações macroeconômicas dos processos (por seu caráter estruturante fundamental), mas também os elementos político-ideológicos produzidos, com destaque ao caráter disciplinador dos sistemas sociopolíticos, assim como os modos de vida nas sociedades explicitadas em conjunturas específicas, especialmente nos centros urbanos, pois esses aspectos também serão contestados por estes.

É importante assinalar que a dimensão cultural da sociedade burguesa sofreu profundas modificações com essa transposição da lógica do capital para os processos do espaço cultural, especialmente quando associada à massificação a qual a cultura está submetida hoje e com o desenvolvimento de “formas culturais socializáveis” (NETTO, 2012, n.p.) por meio dos meios eletrônicos, digitais e de comunicação. Uma expressão dessa mudança é aquilo que vem sendo chamado de movimento pós-moderno (NETTO, 2012), conforme exposto anteriormente.

A ofensiva neoliberal produziu uma crise estrutural ideológica da forma política dominante das sociedades capitalistas, a democracia liberal-burguesa, especialmente em sua versão reformista (HIRSCH, 2019), mesmo no caso do fraco reformismo brasileiro implementado nos governos petistas entre 2003 e 2016. Tal processo produziu também profundas mudanças sociais e ideoculturais que se constituem na relação entre processos globais e experiências sociais cotidianas de indivíduos e sujeitos coletivos, sejam elas emancipatórias (RANCIÈRE, 2018), de conformação e apassivamento das massas trabalhadoras, de ativismo burguês (FONTES, 2010), reacionárias ou populistas.

É fundamental notar que nem sempre o horizonte das ações coletivas dos jovens apresentou ampla convergência com as formas e conteúdos das lutas tradicionais travadas pelos partidos e sindicatos, tidos como os históricos instrumentos de luta defensiva dos trabalhadores, como assinala Pinassi (2010). Em si, as lutas juvenis manifestam complexidades que ainda requerem desvelamentos, pois, ao mesmo tempo em que reúnem elementos que expressam anseios populares (em termos globais ou locais), contrapostos aos mecanismos e valores que sustentam o domínio econômico e político do capital, os jovens em luta, “em busca do novo” (SOUSA,

2004, p. 453), afirmam estilos e identidades socioculturais, bem como explicitam conflitos geracionais³³.

Não obstante, as juventudes em luta contestam também as ideologias e as formas tradicionais de participação política em organizações que, historicamente, resguardam uma militância disciplinada e hierarquizada, em geral, pouco permeável às mudanças e à interferência dos jovens, sejam eles organizados, independentes, operários, população negra, mulheres, LGBTI+ etc.

Nesse sentido, assim como o comportamento político da classe trabalhadora, as ondas de ascensão e declínio da ação política dos jovens – filhos desta classe – também aparecem como “[...] síntese que expressa a maneira como uma classe buscou compreender sua formação social e agir sobre ela na perspectiva de sua transformação” (IASI, 2013, p. 3) sob os tensionamentos, nuances, contradições e oportunidades que cada circunstância histórica apresenta, em cada realidade social concreta.

Essa observação reflete o conjunto de determinações que impulsionam as lutas juvenis-estudantis, bem como suas mudanças ideológicas e práticas nos diferentes contextos históricos que forjaram as ações coletivas a cada tempo. Afinal, como indica Harvey (2016), a dinâmica societária afeta as formas de contraposição às lógicas sociais impostas sob a égide do trabalho, pela economia desigual, pelos sistemas sociopolíticos e pelo estilo de vida precário que se delinea desta realidade, assim, os processos sociais também produzem as formas de ser e agir nas sociedades, que inclui a ação política.

Acreditamos que essa questão ganha importante expressão a partir das organizações sociopolíticas e das rebeliões dos anos 1960, o que se convencionou nominar como “novos movimentos sociais”, diante das alterações quanto à diversificação do conteúdo, da composição e das formas de luta social engendradas a partir dessa onda global de revoltas. Tais mudanças confluem com a explicitação do deslocamento da confrontação direta das lutas em torno do conflito capital e trabalho que marcam os movimentos operários do século XIX, bem como com a emergência de novos atores sociais/sujeitos coletivos que colocaram outros confrontos em disputa, tais como: lutas por novos direitos (NETTO, 1996), por questões étnico-raciais,

³³ Entendemos por conflitos geracionais a contestação/negação das práticas, dos valores sociais e comportamentos morais, éticos e políticos das gerações anteriores, ou seja, é a contestação dos pais ou do mundo adulto do seu tempo histórico. É importante considerar que não se trata de um processo previsível, pois tais conflitos sofrem as mesmas inflexões macrosociais e ideológicas, como a influência da pós-modernidade.

ambientais, das mulheres, da população LGBTI+, dos jovens, pelo direito à cidade e mobilidade urbana, bem como por aquelas organizadas em torno da democratização da mídia e da cultura.

Por tudo isso, ressaltamos a importância do destaque à crise capitalista como fio de conexão das injunções das lutas e movimentos juvenis a partir dos anos 1960, pois acreditamos que as ondas de mobilização social se manifestam consoante com as dinâmicas societárias cíclicas mobilizadas pelos contextos de aprofundamento das crises do capital.

Sobre as formas de ação política, interpretamos que há importantes modificações reveladas a partir da onda de protestos mobilizada pelos movimentos sociais nos anos 1960 e pelos “novos” sujeitos coletivos que inspiram ainda hoje muito das tentativas de reinvenção da participação social, especialmente com a influência dos movimentos altermundialistas com expressiva atuação dos jovens, a partir dos anos 1990.

Assim, o caráter ideopolítico, as formas e os espaços de ação e organização política, principalmente dos jovens, sofreram alterações que inspiraram as lutas seguintes com refrações ainda nos tempos atuais, como veremos nos itens a seguir.

3.2.1 Levantes e resistências dos jovens no contexto dos anos 1960: onda mundial de contestações e inflexões ideopolíticas

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial (MARX, 2011 [1852], p. 25).

O trecho em destaque ilustra a reflexão que propomos realizar neste texto ao evidenciarmos específicos momentos de intensificação das lutas sociais e, sobretudo, de subversão das formas de ação e organização sociopolítica, especialmente aqueles em que os jovens são os agentes sociais e políticos de maior realce.

As tentativas de reinvenção do fazer político no cenário contemporâneo ainda carecem de análises que revelem suas potencialidades, reproduções, inovações e contradições. Em tempos de forte pragmatismo e desvalorização do legado histórico e científico, consideramos

fundamental apreender as experiências sociais acumuladas para verificar suas conexões com as formas de ação política da atualidade “[...] e que estão abertas ao devir” (IASI, 2017, p. 17), pois, em nossa opinião, estas têm buscado construir e incorporar elementos novos às velhas formas de luta.

Desse modo, neste tópico propomos recuperar as lições dos movimentos sociais dos anos 1960, cujo epicentro, de acordo com Groppo (2005), ocorreu em 1968 com o irrompimento de uma onda mundial de revoltas. 1968 foi capaz de congregar e dar visibilidade às reivindicações, anseios e formas de lutas enunciadas por diferentes sujeitos políticos, especialmente os jovens dos movimentos estudantis e contraculturais quando, segundo o autor, a juventude conquistou, pela primeira vez, “[...] uma visibilidade política e uma legitimidade sociocultural” se compararmos aos movimentos sociais do século XIX, sejam eles “[...] nacionalistas, revolucionários, utópicos ou reacionários” (GROPPO, 2005, p. 22).

Embora o Maio Francês e as revoltas estudantis nos Estados Unidos tenham ganhado maior visibilidade política e prestígio nas elaborações acadêmicas, há de se considerar que o processo detonador das rebeliões de 1968 emergiu da periferia ao centro econômico capitalista, mas também para os países socialistas (GROPPO, 2005). Os processos insurrecionais radicalizados a partir da segunda metade do século XX já despontavam desde o final dos anos 1950, os quais manifestavam importante participação dos jovens estudantes e jovens guerrilheiros nos movimentos de libertação nacional ou socialistas, ocorridos em diversas partes do mundo, com destaque à emblemática Revolução Cubana (1959)³⁴.

³⁴ Segundo Pandolfi (2019), a Revolução Cubana triunfou em 1959, tendo sido precedida pela atuação do movimento revolucionário cubano. Seu principal dirigente, o então jovem comandante Fidel Castro, juntamente com jovem médico argentino Che Guevara, entre outros trabalhadores do campo, lideraram um movimento revolucionário que combinou táticas de guerrilha e luta armada de rompimento com a legalidade da ordem capitalista. Isso possibilitou o caminho da tomada do poder do Estado, na direção de um processo de transição ao Socialismo que avança até os dias de hoje. A Revolução de Cuba é emblemática por ter representado a primeira vitória latino-americana e caribenha sobre o imperialismo estadunidense que dominavam a propriedade rural e industrial do país sob parco “[...] desenvolvimento de forças produtivas e dependência por matérias-primas e outros bens de consumo básicos” (PANDOLFI, 2019, p. 135).

Nos anos 1960, ampliaram-se as revoltas e protestos estudantis em toda a América Latina³⁵, mas também no Oriente Médio, na Ásia e em diversos países do mundo socialista, com destaque para a experiência da Revolução Cultural na China comunista³⁶ (1966-1976) (GROPPO, 2005).

Neste complexo e intenso cenário mundial, o poder político estava calcado em abusos de poder e irrefutável disciplinamento institucional. À revelia da ideologia burguesa dominante mundialmente, as resistências sociais se lançavam por meio das lutas anti-imperialistas, anticolonialistas e de contestação às guerras do Vietnã (1955-1975) e de independência da Argélia (1954-1962), respectivamente.

³⁵ Conforme Ruy Mauro Marini ([1970] 2016), nos anos 1960, movimentos estudantis da América Latina atuaram em contestação à agenda orçamentária da educação. Em toda a região, as lutas estudantis se intensificaram dada a desproporcionalidade de recursos destinados à educação frente a uma crescente entrada de estudantes. Os movimentos estudantis questionaram a qualidade do ensino superior, bem como a interferência dos organismos internacionais que atuaram por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização dos Estados Americanos (OEA). Esses organismos pressionaram a formação acadêmica e profissional para adequá-la às exigências da industrialização; “no entanto, segue sendo a adequação do ensino às necessidades de recursos humanos do sistema, negligenciando completamente, dessa maneira, a inadequação em relação às necessidades da massa, tanto do ponto de vista do emprego quanto do consumo. Sem a análise precedente não podemos compreender porque o movimento estudantil tende a se definir politicamente contra o sistema. [...] Engajados em um processo de formação que ameaça fazê-lo desembocar na proletarização e no desemprego, o estudante latino-americano aos poucos toma consciência do fato de que suas reivindicações universitárias não podem encontrar soluções no quadro econômico em que vive e que, mesmo se satisfeitas algumas demandas, não resolveriam sua problemática profissional. A luta por uma mudança estrutural se impõe ao estudante como uma necessidade e o leva a ocupar cada vez mais firmemente o terreno da luta de classes” (MARINI, 2016, p. 152-153). Os movimentos estudantis foram duramente combatidos pelo Estado, especialmente nos países onde já se instalavam ditaduras militares.

³⁶ A Revolução Cultural Chinesa foi uma empreitada liderada por Mao Tse-Tung à frente da guarda vermelha compostas por jovens estudantes secundaristas, universitários e rebeldes operários que se espalharam pelas cidades chinesas, aproximadamente entre 1965 e 1968, período de maior incidência das proposições políticas inovadoras de Mao ao modelo soviético (BADIOU, 2012). Mas, majoritariamente, este processo é datado de 1965 até 1976 (com o falecimento de Mao) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 252). Dessa experiência é fundada a corrente comunista maoísta perante o rompimento com o Regime Socialista Soviético e com as práticas políticas leninistas e bolcheviques em sua premência do centralismo da “forma partido-Estado” (BADIOU, 2012, p. 64), para, dessa forma, seguir um destino autônomo. Também críticos ao revisionismo, esse processo chinês primava pela revolução do cotidiano fundada na ideia do militante/revolucionário presente em todos os espaços da vida cotidiana que privilegia o sujeito em vez das estruturas. Primava ainda pelo processo revolucionário mediante guerra civil urbana ou rural com o apoio das massas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). No entanto, a revolução também fracassou em função da reprodução da rigidez da forma partido-Estado, por não conseguir deslindar o estabelecimento da formalidade e a coerção frente aos riscos que se mostraram eminentes como: a perda da instabilidade de governo e da unidade do poder, principalmente na relação entre campo e cidade; a cisão das forças armadas; a pressão político-econômica externa; a reprodução do autoritarismo, violência dos líderes das guardas e a contrarrevolução dos burocratas (BADIOU, 2012). Todavia, a revolução chinesa e as ideias maoístas provocaram e inspiraram lutas e organizações fora do espectro dos espaços formais e burocráticos da política (BADIOU, 2012): Estados, partidos, sindicatos, entidades oficiais etc., bem como novas práticas que ecoam até o tempo presente. Tais práticas derivam da *invenção de Mao* em admitir *mobilizações/revoltas de massa* como recurso de radicalização para reverter a corrente majoritária conservadora do Partido Comunista Chinês e assim reconhecer a continuidade da luta de classes e do processo formativo decorrente da intensificação das lutas, conforme Badiou (2012). Mas, a revolução degringolou em meio a disputas entre facções violentas dos jovens da extrema esquerda e conservadores. Vale destacar que o maoísmo inspirou também a escalada de lutas, guerrilhas e organizações na América Latina, a exemplo da organização Sendero Luminoso no Peru (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011) e das lutas estudantis e operárias na França entre 1966 e 1970 (BADIOU, 2012).

Desse modo, o caldo político da efervescência de revoltas ocorridas no terceiro mundo, associado à fragmentação do movimento comunista internacional (em sua diversidade de tendências ideológicas³⁷), influenciou a explosão dos protestos no primeiro mundo e não o contrário, como sugere grande parte das análises, conforme Louis Althusser ([1969] 2017)³⁸.

Em 1968, fervilharam revoltas emblemáticas em diversas partes do primeiro mundo capitalista, com destaque para as rebeliões dos estudantes universitários norte-americanos³⁹ (especialmente aquelas ligadas aos movimentos da juventude negra) e o Maio de 68 francês⁴⁰. Já no mundo socialista, a Primavera de Praga⁴¹, ocorrida na Checoslováquia, foi também uma importante expressão da rebelião juvenil.

³⁷ Tais tendências, segundo Althusser (2018), têm influência do anarquismo (anarcossindicalista, anarquia-libertária), do trotskismo, dos neoluxemburgistas, do guevarismo e de inspiração da Revolução Cultural Chinesa.

³⁸ Texto de intervenção que não obedece à formatação acadêmica, produzido em março de 1969 e reeditado em 2006.

³⁹ Nos Estados Unidos, as mobilizações estudantis dos anos 1960 emergem nos campi universitários em todo o país em contestação às atrocidades da guerra do Vietnã que, entre outros aspectos, denunciavam o recrutamento e as mortes de jovens negros nas trincheiras de guerra (dos latinos também, mas em menor escala) em grande desproporcionalidade se comparado aos jovens brancos. Isso gerou forte indignação e revolta, impulsionando a radicalização das lutas, principalmente da juventude negra universitária inspirada nas lutas por direitos civis e antirracistas lideradas por icônicas lideranças como Malcom X e Martin Luther King, assim como o partido Panteras Negras e o Movimento Black Power (SANTANA, 2018; GUELL; FRANCO, 2008).

⁴⁰ Os ecos da revolução cultural e das revoltas dos estudantes norte-americanos chegaram à França, o Maio de 68 mais conhecido e estudado do mundo. As demandas políticas dos estudantes por melhorias nas universidades e aquelas em apoio às lutas anticolonialistas se destacaram (GUELL; FRANCO, 2008). Essa revolta não tem precedentes na história, dado seu volume, duração e variação das interações sociais e políticas, seja com estruturas tradicionais (em menor escala), seja com estudantes secundaristas e jovens trabalhadores intelectuais (em maior escala), o que lhe atribuiu “um caráter de revolta ideológica de massa” [...]. O Maio de 68 na França “[...] afetou não só ‘valores estabelecidos’, mas também instituições de Estado e suas práticas seculares (o sistema escolar, antes de tudo [...])” (ALTHUSSER, 2018, p. 128). Os movimentos estudantis de 1968 não foram passíveis à cooptação política de partidos e sindicatos, pois subverteram procedimentos formais da tradição de participação política (GROPPO, 2005).

⁴¹ A Primavera de Praga (1968) ocorreu entre janeiro e agosto de 1968 na Checoslováquia. Foi um movimento de insurgências da juventude universitária, dos jovens operários, artistas, intelectuais etc. por reformas do socialismo e contra o autoritarismo, a censura e a hegemonia político-ideológica do comunismo soviético, exercido após o final da segunda guerra mundial (GROPPO, 2005). Protestos, ocupações de universidades e fábricas, intensificação de assembleias de diversas categorias profissionais, estabelecimento de conselhos operários tensionados pela base de trabalhadores e criação de organizações estudantis independentes marcaram os meses dessa onda emblemática de agitação social ocorrida em Praga. A persistência desse conjunto de ações políticas de caráter autônomo, a radicalização das mobilizações populares, assim como a abertura do governo checo para as reformas ansiadas pela população desagradaram o governo da União Soviética que reagiu com brutalidade por meio de uma gigantesca intervenção militar na cidade de Praga, em agosto de 1968. Por uma decisão estratégica, a intervenção das tropas foi recebida pacificamente pela população, o que deixou as tropas sem pretexto para o ataque, embora o fizesse. Isso comoveu até mesmo setores inesperados da sociedade, gerando um apoio político ainda maior às lutas checas (GROPPO, 2005). A intervenção foi conduzida não por meio da imposição de um governo, mas por uma política de “normalização” que acou o governo checo e hostilizou a agitação das ruas e fábricas que se manteve com protestos, tensionamentos e suicídios de manifestantes. A Primavera de Praga é uma expressão de um acúmulo de insatisfações e revoltas em que erigiam movimentos juvenis em diversos países do Leste Europeu alinhados às ideias da “nova esquerda” (uma perspectiva alternativa ao modelo soviético que

Ao transcenderem as fronteiras continentais, essa onda mundial de insurgências marcou a confluência dos anseios libertários de juventudes que passam “[...] a protagonizar uma luta política independente das estruturas políticas tradicionais e dos referenciais ideológicos (imperialismo americano versus comunismo soviético)” (GUELL; FRANCO, 2008, p. 13). Assembleias, organizações independentes, rebeliões, luta por fora das entidades e organizações tradicionais são aspectos da prática política reiterados em muitas rebeliões de 1968. Outro aspecto comum às agitações em toda parte do mundo foi a reação violenta por parte do Estado e os levantes reativos que, em muito, incitaram o crescimento de 68 como movimento (SANTANA, 2018).

Nas mobilizações dos anos 1960, cujo epicentro está em 1968, os movimentos estudantis tiveram um papel fundamental na organização das lutas sociais, apesar de os estudantes (universitários e secundaristas) representarem uma pequena parcela da juventude, pois, em sua maioria, não concluíam a escola nos anos 1960 (BADIOU, 2012). Esses jovens estudantes, além de se manifestarem por demandas específicas da vivência estudantil (ampliação do acesso ao ensino superior, permanência no espaço educacional e melhoria da qualidade de ensino etc.), também foram capazes de catalisar as lutas e pautas⁴² dos trabalhadores, dos aspirantes por libertação nacional, sexual e feminina que emergiram neste contexto pré-crise do capitalismo; “[...] o jovem que contestava naquele momento da história foi, assim, a caixa de ressonância da sociedade da época” (SOUSA, 2004, p. 543).

Isso encontra sentido se pensarmos que, nos 1960, muitos jovens estudantes se tornaram trabalhadores das fábricas e indústrias, inclusive residindo em moradias operárias (BADIOU, 2012), ou seja, viviam duas realidades profundamente reveladoras da lógica do capital. A primeira por oportunizar a expansão do conhecimento e o envolvimento com a luta estudantil em suas diversas faces; e a segunda pela experimentação da exploração do trabalho em seu sentido amplo. O que os leva a criticar, sobretudo, aquele modo de vida da classe trabalhadora.

O legado das lutas dos anos 1960 resulta em uma posição de subversão dos sistemas políticos ao sintetizar “[...] outras práticas que se deram antes e paralelamente à revolta dos estudantes parisienses [...]” (GROPPO, 2006, p. 3) como a proposição de práticas como auto-organização

defendia um socialismo não ortodoxo e democrático, com maior autonomia de participação, mas também é interpretada como frente reformista da esquerda).

⁴² Nos movimentos dos anos 1960, “[...] novos aspectos da vida social foram (re)politicizados: geração, sexualidade, gênero, etnicidade, espiritualidade, alimentação e hábitos de consumo” (GROPPO, 2005, p. 16).

e autogestão, por exemplo, que despertou uma nova cultura inspirada nas experiências do anarquismo, corrente supostamente superada, segundo Zúquete (2016) e Groppo (2006). Os movimentos sociais proeminentes neste contexto caracterizam-se por serem críticos da democracia representativa capitalista e das estruturas hierárquicas do socialismo. Sua interferência combinada à criatividade artístico-cultural e aos meios de comunicação de massa contribuiu para delinear uma nova cultura política humanista e transgressora dos valores e dos padrões sociais estabelecidos, o que denota o caráter contracultural (GUELL; FRANCO, 2008).

O emblemático Maio de 1968 na França explicitou de forma particular o elemento da radicalidade do movimento estudantil ao agregar, para além dos muros das escolas e das universidades, outros segmentos e tensões latentes na sociedade (BADIOUS, 2012), como as lutas por mais liberdade, pelo feminismo, contra o racismo e contra a xenofobia.

É fundamental sinalizar que o Maio francês foi antecedido da maior greve geral operária já vivida pela França até o momento. Isso possibilitou combinar as lutas juvenis-estudantis aos jovens operários rebeldes desarticulados das organizações sindicais (BADIOUS, 2012). Essa convergência fez explodir as revoltas na França que funcionaram como uma vitrine que entusiasmou a abertura de uma onda mundial de revoltas.

Este contexto de fundo permite sinalizar que no final dos anos 1960⁴³, a crise capitalista já se instalava anunciando perdas que já vinham sendo sentidas ou percebidas pela classe trabalhadora. Dessa forma, parece incontestemente reafirmar que há uma forte conexão entre o aprofundamento da crise capitalista e a ascensão das ondas de mobilização social, como já anunciado neste texto.

É significativo ressaltar que a radicalidade sobressai na ação política adotada nas lutas de Maio de 68 na França, assim como a exterioridade das organizações tradicionais na explosão destas, o que as diferencia das formas de ação política típicas dos movimentos grevistas operários, como explica Badiou (2012, p. 31-32):

Primeiro, o início ou desencadeamento da greve foi amplamente externo às instituições operárias oficiais. Na maioria das vezes, foram grupos de *jovens operários* que iniciaram o movimento, *fora das organizações sindicais*, que em seguida se uniram a ele, em parte para estar em condição de controlá-lo. Portanto, existe nesse

⁴³ O sociólogo alemão Wolfgang Streeck (2018), em sua obra sobre a crise financeira e a crise fiscal do capitalismo democrático europeu contemporâneo, considera que esta etapa de aprofundamento da crise que estamos aqui tratando se desenrolou entre 1968 e 1975. Para fins desta análise, consideramos, enquanto contexto de crise, o cenário que antecede sua fase aberta a fase mais aguda e seus desdobramentos e reações.

Maio de 1968 operário um elemento de *revolta* que é ele interno à juventude. Esses jovens praticaram o que era chamado muitas vezes de “greves selvagens”, para distingui-las das grandes jornadas sindicais tradicionais. [...] Segundo elemento de *radicalidade*: o uso sistemático de ocupações de fábrica. É claro que isso foi herdado das grandes greves de 1936 ou 1947, mas foi mais generalizado. Quase todas as fábricas foram ocupadas e cobertas de bandeiras vermelhas [...] Terceiro elemento [...] certa *aceitação da violência* [sequestro de patronato e confrontos diretos com funcionários e polícia] [...].

Gropo (2005), em sua obra sobre os movimentos estudantis de 1968, chama atenção para a potência e evidência dos jovens estudantes como agentes políticos proeminentes das frentes de luta e resistência dos anos 1960, especialmente nas revoltas de 68. Em sua elaboração, o autor sugere pensar que “[...] a juventude foi portadora de múltiplos projetos sociais, com conteúdos potencial ou realmente alternativos aos rumos tomados pelas sociedades modernas” (GROPPO, 2005, p. 20). O Maio de 1968, em sua expressão mundial, exibiu uma importante inventividade marcada pela radicalidade e pela jovialidade, bem como por processos de ruptura e continuidades em termos de prática política.

Seguindo Safatle (2017), os movimentos sociais dos anos 1960 afetaram a história mundial, dada a importante interferência política e cultural que essa década revolucionária teve sobre a realidade. Como totalidade, foram capazes de denunciar a exígua capacidade de os Estados capitalistas promoverem a prometida integração social, mesmo nas experiências social-democratas. Esses movimentos elaboraram profunda crítica tanto ao caráter cultural das instituições disciplinares e das estruturas hierárquicas de Estado (sejam capitalistas ou socialistas), quanto às formas tradicionais de participação política, especialmente o partido e o sindicato.

Alguns podem achar estranho o papel da *crítica cultural* neste processo de esgotamento da democracia liberal, mas ele é real. Para tanto, foi necessária uma inversão peculiar, dessas que o capitalismo se mostrou hábil em operar. Maio de 68 produziu no Ocidente a ascensão da crítica à estrutura disciplinar do Estado e das instituições, a recusa da sociedade do trabalho com seus processos extensivos de alienação social e a consciência da proliferação de dispositivos de controle social nas esferas de reprodução material, do desejo e da linguagem. Tratava-se de uma crítica totalizante ao capitalismo como sistema econômico e como modo de existência, que devia ser lida no âmbito de uma sequência histórica ligada à Comuna de 1871 e à Revolução Russa de 1917. Maio de 68 esperava, com isso, permitir a emergência de sujeitos políticos com força para produzir transformações globais na forma de vida, em direção a modelos capazes de recusar tanto o sistema burocrático soviético quanto a democracia liberal. Esses sujeitos emergiram, mas com menos força do que se imaginava. Com eles também emergiram tanto sujeitos claramente reativos, dispostos a lutar pela preservação da ordem, quanto simulacros de revolta (SAFATLE, 2017, p. 22).

A lógica neoliberal passa a absorver os valores defendidos pelos movimentos de 1968 para revestir seu discurso e, com isso, impulsionar a adoção do conjunto de medidas de ajuste

estrutural reativas à crise dos anos 1970. Isso contribuiu para persuadir os sujeitos a admitir sem restrições a ordem moral afeita às ideias pronunciadas em 1968, como inovação, flexibilidade e criatividade, o que, conseqüentemente, denota um processo de alienação da política e enfraquecimento dos sujeitos políticos revolucionários (SAFATLE, 2017).

Para esse autor, as rebeliões de 1968 procedem de condições históricas complexas, em que coexistem diversos fenômenos, como o esgotamento dos modelos societários globais, a crise da democracia liberal, anúncios desde meados dos anos 1960 da instabilidade a qual a economia capitalista estava submetida (se manifestará de forma mais evidente na crise de 1973-1975) e o esgotamento da sociedade regulada. Por tudo isso, em seus repertórios, os movimentos sociais colocam o capitalismo em xeque “[...] como sistema econômico e como modo de existência” (SAFATLE, 2017, p. 22) aviltante da vida, dos povos, das liberdades e da autonomia. Assim, especialmente entre os jovens:

A modernidade passa e ser percebida como uma civilização que contém faces fortes e historicamente relevantes não apenas na vida econômica da produção industrial (capitalista ou socialista) ou na existência política (na luta de classes), mas também na vida que passa na esfera das relações privadas, íntimas, sexuais, etárias e culturais (GROPPO, 2005, p. 16).

Nesse enredo, os jovens protagonizaram as lutas e requisitaram autonomia, independência, liberdade, libertação, flexibilidade e criatividade. Os movimentos estudantis teceram profunda crítica cultural à estrutura hierárquica, aliaram-se à luta antissistêmica e edificaram alterações das formas de ação política. Sob tais influências, as manifestações e reivindicações estudantis de 1968 buscaram “[...] novas formas de organização e ação” (SANTANA, 2018, p. 102) associadas às formas de luta já operadas por movimentos sociais tradicionais. Quanto às pautas e defesas, foram acrescidos os temas identitários e a dimensão artístico-cultural às lutas; no entanto, preservaram a perspectiva anticapitalista e internacionalista (pouco organizadas). Como sinaliza Sousa (2004, p. 452), “[...] havia uma rebeldia gestada na atração histórica pela política, orientada pela utopia de trazer um novo sentido à vida que organizasse o mundo diante de tal perplexidade”.

Os manifestantes subverteram os protestos enfrentando o princípio da “não violência”⁴⁴, fortemente defendido pelos movimentos por direitos civis nos Estados Unidos. Estes ocuparam

⁴⁴ Segundo Santana (2018), a frequente violência policial, os assassinatos de líderes políticos emblemáticos do movimento negro norte-americano, como Malcom X e Martin Luther King, e dezenas de outros militantes geraram grande revolta da juventude negra ativista. Tais perdas e o forte descontentamento fizeram com que os jovens e suas organizações questionassem e reavaliassem o não uso da violência em suas ações, levando-os à radicalização que permitia o confronto.

universidades e fizeram greves, realizaram protestos de rua e se articularam em grupos de estudantes negros que se organizavam contra a segregação e o racismo que vivenciavam em todos os espaços da sociedade – e que, nas universidades, isso não era diferente. Estabeleceram coalizões com setores da nova esquerda e dos movimentos contraculturais para protestar: por melhorias na política universitária, por reconhecimento e melhoria do acesso de estudantes negros e latinos e pelo incremento de estudos étnico-raciais de inspiração anticolonialista (SANTANA, 2018).

Em suas práticas, realizaram aulas públicas nas universidades norte-americanas, onde os estudantes promoveram atividades artístico-culturais entre recitais de poesia, concertos musicais e performances nos campi das universidades e nos protestos de rua em toda parte do país. “Ali se produziram experiências organizativas e mobilizatórias que ainda influenciam as lutas sociais no país” (SANTANA, 2018, p. 112).

Na esteira dessa onda mundial de revoltas de 1968, despontam novas influências culturais, ideológicas e filosóficas, outras parecem ressurgir com mais intensidade, entre elas, destacam-se:

[...] maoísmo, trotskismo, foquismo, “nova esquerda”, anarquismo e ideais libertários, teologia da libertação, existencialismo, psicanálise, *pop art*, culturas juvenis de consumo, drogas alucinógenas, feminismo, *black power*, comunitarismo *hippie*, homeopatia, medicina alternativas, vegetarianismo, ecologismo, africanismos, indigenismos, orientalismos e misticismos [...] (GROPPO, 2005, p. 16).

As revoltas de 1968 também marcam a ascensão do movimento de mulheres contraposto à hegemonia masculina na liderança dos movimentos de 1968, as quais questionaram o lugar da mulher na sociedade e na política (SANTANA, 2018), passando a buscar suas próprias organizações e grupos (GROPPO, 2005).

Consideramos que os movimentos de 1968 expressaram dialeticamente a emergência de uma onda de revoltas reativas à totalidade cimentada pelas determinações sócio-históricas, explicitadas naquele tempo sob a acepção do segmento juvenil, especialmente os estudantes universitários e os jovens operários. Em contrapartida, seu refluxo tem relação com o caráter heterogêneo da composição social das lutas e das influências ideológicas somadas à fragilidade tática e organizativa, bem como à falta de unidade e frágil articulação com os movimentos sociais classistas.

Os protestos e ocupações de 1968 tiveram um caráter de rebelião, foi uma onda de revoltas ao redor do mundo que se conectou não por uma organização ou um programa emancipatório comum, mas por expressar insatisfações que tinham como pano de fundo: a crítica ao desenvolvimento e às decorrentes mudanças do modo de produção capitalista, a organização do trabalho e da democracia burguesa e, de acordo com Pinassi (2009), os limitados meios tradicionais de luta evocados pelos partidos e sindicatos vanguardistas. Esses movimentos expressaram, conforme Badiou (2012, p. 146), a negação da “[...] forma partido, assim como a de Estado Socialista” por considerarem estes ineficazes à sustentação da “Ideia do comunismo”, ou seja, por não reunir componentes políticos, históricos e subjetivos fundamentais para um processo que enseje uma revolução, conforme aceção do mesmo autor.

No entanto, qual o maior legado desta onda de rebeliões? O ano de 1968 é um marco na história mundial por sua extensão e sua potência político-cultural, cujo conteúdo exerce, ainda hoje, influência sobre a vida, a cultura e a política, pois segue inspirando, especialmente a juventude (BADIOU, 2012), a reconfigurar, até mesmo reproduzir, as dinâmicas políticas dos movimentos sociais deste período. O levante de movimentos estudantis de Maio de 1968 “[...] foram e geraram utopias que, tangíveis ou não, perduram nas memórias nostálgicas” (GUELL; FRANCO, 2008, p. 12) até os dias de hoje.

3.2.2 Reação global aos efeitos do neoliberalismo: os movimentos altermundialistas e a reconfiguração das práticas políticas

Frente ao avanço da reação burguesa à crise do capital configurada no projeto neoliberal e às profundas transformações relacionadas a essa ofensiva, num contexto de desencantamento de alternativas à hegemonia capitalista, surge nos anos 1990 uma nova geração de lutas anticapitalistas impulsionadas por movimentos sociais amplamente conhecidos como: altermundialistas ou antiglobalização⁴⁵. Nestes, os jovens, principalmente de classe média, também tiveram presença marcante.

Protestos, manifestações, campanhas, movimentos sociais tradicionais, redes de articulação de movimentos, conferências, Organizações Não Governamentais e o Fórum Social Mundial

⁴⁵ Sobre as polêmicas quanto à terminologia utilizada para a referência desse movimento de resistência global, conferir Bringel e Muñoz (2010).

(tendo 10 edições ocorridas) afiguram as diversas experiências que culminaram no processo de constituição do *movimento de movimentos*, conforme expõe Vieira (2014), ou *movimento social global*, como sugere Leite (2005).

Para Bringel e Muñoz (2010), esses movimentos se destacam na história das lutas sociais por sua capacidade de articulação internacional, pela inventividade da ação e organização sociopolítica, bem como pela diversidade de perfis de militantes, de organizações e dos meios de participação que os compuseram.

De acordo com Leite (2005), emerge daí uma reconfiguração da ação e organização política das esquerdas sociais⁴⁶ em escala global, que revitalizou a atividade política, especialmente, na “segunda geração de governos neoliberais”, quando as instituições multilaterais exerceram papel estratégico na “[...] gestão da globalização capitalista” (LEITE, 2005, p. 323). Mas, o que isso significa?

Consideramos que as mudanças da participação social explicitadas com mais nitidez a partir dos movimentos altermundialistas são, dialeticamente, expressões das transformações societárias e subjetivas sucedidas de forma acelerada desde a década de 1970, cujos desdobramentos e efeitos deletérios à sociedade, à economia, à organização sociopolítica e ao meio ambiente se desvelaram com muita intensidade no decorrer dos anos 1980 e 1990. Nos países da periferia do sistema, tais efeitos foram e são ainda mais severos, por sua condição historicamente dependente e subordinada à dominação da acumulação mundial capitalista (CARCANHOLO, 2017a). Isso indicará também o sentido das contestações promovidas por esses movimentos.

Nos anos 1990, a atuação dos organismos multilaterais⁴⁷ em nível global sofreu duras críticas devido ao protagonismo exercido na gestão da ofensiva neoliberal. Em sua maioria, essas

⁴⁶ Esquerdas sociais, partidárias, sindicais e políticas são termos cunhados por Ricardo Antunes ([2018?]). Parece-nos interessante o uso dessas terminologias, uma vez que esta construção reconhece que o movimento de esquerda é muito diverso tanto em termos de frente de luta como em forma de ação e organização.

⁴⁷ Organismos multilaterais são organizações internacionais idealizados por diferentes governos nacionais do centro econômico capitalista que visam estreitar objetivos comuns entre os países membros, especialmente por interesses que intensificam a dominação econômica e política dos países membros sobre os países periféricos. Entre estes, destacamos: o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros. Destacam-se também os dos países mais ricos e influentes do mundo: Grupo dos Sete (G-7) composto pelo Reino Unido, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália e Japão. Em 1998, tornou-se Grupo dos 8 (G-8), a partir da inclusão da Rússia.

instituições foram criadas em meados do século XX, mas, a partir da mundialização, passam a exercer papel fundamental na gestão das medidas neoliberais em todo o mundo capitalista, sempre criando formas de ampliação dos poderes político, econômico e militar dos países centrais e suas bilionárias corporações.

De forma geral, a despeito do discurso voltado à integração global, esses organismos operaram fortemente com financiamentos e incentivos com vistas a estabelecer acordos multilaterais para a liberalização e desregulamentação do comércio entre as nações, bem como para exercer poder político e militar sobre os países. Esses acordos buscaram, entre outros aspectos, impulsionar a (re)definição dos padrões de “segurança”, desregulamentar o trabalho, as políticas sociais e as leis ambientais em favor dos interesses mercadológicos escusos dos países centrais, em particular dos Estados Unidos. Consolidados como mediadores estratégicos do metabolismo capitalista contemporâneo, os organismos multilaterais são vistos pelos ativistas dos anos 1990 como símbolos da afirmação do neoliberalismo no mundo e do contraste social e econômico entre centro e periferia. Não foi ao acaso que seus núcleos e eventos foram alvos de contestações radicalizadas e democráticas, ações que marcaram a emergência dos movimentos altermundialistas.

Muitos autores indicam que o epicentro do movimento altermundialista ocorreu com as manifestações ocorridas em Seattle (entre novembro e dezembro de 1999) contra as políticas da Organização Mundial do Comércio (OMC) (WALLERSTEIN, 2005; AMORIM; ARIAS, 2009; BRINGEL; MUÑOZ, 2010; LEITE, 2005). Segundo Leite (2005), essas manifestações conseguiram interromper a assembleia da cúpula da OMC, que tinha como pauta central o lançamento da “[...] Rodada do Milênio, um novo ciclo de negociações para liberalização comercial, focando na agricultura e nos serviços (educação, saúde, atividades ambientais e culturais)”, a qual implodiu e fracassou (LEITE, 2005, p. 327).

Duramente repreendida pela polícia e amplamente divulgada e lançada pelos meios de comunicação no mundo inteiro, a Batalha de Seattle, como ficou conhecida, foi meticulosamente planejada cerca de um ano antes por ativistas de diversas organizações (LEITE, 2005). Seguindo Leite (2005), esse planejamento contou com o recurso de uma plataforma da internet para promover o treinamento “[...] de milhares de ativistas em técnicas de ação direta não violenta, utilizadas nos protestos” (LEITE, 2005, p. 328). Sua organização envolveu diversas entidades norte-americanas e internacionais com forte presença de organizações contra injustiças no terceiro mundo, ambientalistas, de estudantes, sindicalistas,

de camponeses, de mulheres etc. Na ocasião, ocorreu uma preparação dos ativistas com realização de seminários dias antes da manifestação, o que contribuiu para a mobilização deles. Grupos culturais prepararam diversas formas de manifestações artísticas e lúdicas que deram “[...] um ar festivo aos protestos, seguindo os *novos padrões de mobilização radical da juventude*” (LEITE, 2005, p. 328, grifo nosso).

Tudo isso indica que as práticas de ação sociopolítica foram elementos importantes da organização deste evento, sobretudo pela disposição dos jovens para revitalizá-las e pelo sentido revelado dessa participação e dessas inflexões para a história da sociedade, conforme expõe Leite (2005, p. 326):

A inserção da juventude na luta dá ao movimento global boa parte do dinamismo e, em diversos países, capacidade de catalisar antigos setores militantes e parcelas dos movimentos sociais. A radicalização da juventude quase sempre prenunciou mudanças mais profundas: ela não carrega nas costas o peso das derrotas sofridas pelas gerações anteriores e se coloca em movimento a partir da sua própria experiência. E uma distância histórica cada vez maior a separa do século XX político, encerrado em 1989/91. Este é um dado existencial para a geração que vertebrará o movimento de Seattle, pessoas em geral da faixa de vinte anos. Elas cresceram ouvindo as promessas do discurso neoliberal e as viram frustrarem-se, vivendo as consequências da mercantilização da vida. O ressurgimento de um anticapitalismo aparece, aí, como parte de uma desconfiança mais geral do sistema, das instituições e das práticas políticas estabelecidas – inclusive pela esquerda tradicional, integrada ao sistema. Assim a mobilização de massas, a ação direta e a desobediência civil se apresentam como caminhos lógicos no protesto e na luta por alternativas, aumentando a distância entre a esquerda forjada antes dos anos 1990 e aquela que hoje se desenvolve.

A Batalha de Seattle, como evento considerado “catalisador” dos movimentos altermundialistas sucedeu uma onda de mobilizações que perdurou até os protestos ocorridos em Gênova, no momento da reunião do G-8 em 2001 (LEITE, 2005, p. 327). Nesse ínterim ocorreram outros protestos, campanhas e conferências dedicadas à crítica e à luta anticapitalista até atingir a organização de um fórum amplo, capaz de convergir as diferentes experiências altermundialistas, que foram os fóruns sociais mundiais. Entretanto, vale salientar que Seattle expressa um conjunto de resistências construídas ao longo da década 1990 em diversos países (LEITE, 2005; BRINGEL; MUÑOZ, 2010).

Leite (2005), Löwy (2008) e Bringel e Muñoz (2010) consideram que este processo de reconfiguração da ação política anticapitalista possui raízes mais profundas, pois já vinham sendo despontadas em diferentes regiões do planeta desde o início desta década. Os

anteriores⁴⁸ deste movimento global mais articulado têm influência das experiências de eventos críticos aos organismos internacionais, das lutas anticapitalistas propriamente ditas e pelas manifestações de reconfiguração de práticas políticas não hierárquicas, heterogêneas, com forte influência autonomista. Primou-se por uma nova cultura de transformação (MASSIAH, 2009), mas supostamente deslocada de uma perspectiva revolucionária.

O movimento altermundialista é histórico [...], prolonga e renova os três movimentos históricos precedentes: o da descolonização – [...] modificou profundamente as representações norte-sul em proveito de um projeto mundial comum; o das lutas operárias [...]; e o das lutas pela democracia a partir dos anos 1960-1970 – é um movimento pela renovação do imperativo democrático após a implosão dos Estados soviéticos em 1989 e as regressões [militaristas] (MASSIAH, 2009, p. 3-4).

Para Zúquete (2016), o movimento altermundialista expressa outro período de ressurgimento das ideias e práticas anarquistas que inspiraram aquelas autonomistas, horizontalistas e anti-hierárquicas que vão de encontro às concepções e formas de ação e organização políticas centralistas e rígidas dos movimentos sociais da esquerda tradicional. Em linhas gerais, a rede de movimentos altermundialistas defende que para alcançar um outro mundo que se entenda possível, o qual seja mais justo e humano, é preciso radicalizar e revolucionar o fazer político e assim viver os processos de intensificação política por meio da ação direta, da vivência prática e do pertencimento que isso proporciona aos ativistas e organizações, qual seja, possibilitar vivenciar no cotidiano imediato uma realidade almejada (ZÚQUETE, 2016), seja por meio de protestos, acampamentos seja por ocupações de espaços públicos.

O balanço de dez anos dos movimentos altermundialistas feito por Bringel e Muñoz (2010) destaca com precisão um conjunto de características desveladoras desse movimento global, particularmente quanto à diversidade de práticas políticas reconfiguradas que mesclam formas tradicionais e formas renovadas, sobre as quais destacamos na íntegra:

⁴⁸ Conforme Bringel e Muñoz (2010, p. 32), entre outras experiências altermundialistas deste ciclo, destacam-se a criação de “cúpulas paralelas às oficiais” ou “contracúpulas” a partir da integração de Organizações Não Governamentais (ONGs) na ONU. Estratégia também utilizada em 1992 durante a reunião do G-7. Segundo Amorim e Arias (2009, p. 237), em 1993 foi criada a “Via Campesina com sede em Honduras [a qual] aglutina movimentos rurais da América Latina e região caribenha, África e Ásia”. Segundo Bringel e Muñoz (2010), cumpre papel fundamental à ideia altermundialista de convergência de lutas transnacionais contra o neoliberalismo o levante indígena mexicano Zapatista de 1994 e a realização, em 1996, do I Encontro Intergaláctico contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, organizado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) (LÖWY, 2007). Como desdobramento deste evento ocorrido em Chiapas, ocorreu a articulação da rede transnacional Ação Global dos Povos a partir de 1998. Como indicam Amorim e Arias (2009), destacam-se ainda os “protestos contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI)” da OCDE, a criação da rede Associação pela Tributação das Transações Financeiras para a Ajuda dos Cidadãos (ATTAC) em 1998 e o movimento dos desempregados argentinos de resistência ao neoliberalismo, conhecido como Piqueteiros, em 1996, entre tantos outros eventos e movimentos.

[...] em primeiro lugar, sua enorme **heterogeneidade** derivada da união de amplos setores da esquerda (política e social) e de diversas lutas (geradoras de eixos temáticos que conformam o movimento antiglobalização); em segundo lugar, o **caráter espetacular de seu repertório** de ações coletivas (o que contribuiu para a sua inclusão na agenda midiática) que se articula entre o pacifismo, os vários tipos de ação direta, as estratégias de inovação cultural e a resistência ativa, entre outras; em terceiro, a utilização das novas **Tecnologias de Informação e Comunicação**, [...] se constituíram em ferramentas-chave em todo o mundo para canalizar a informação contada pelos próprios movimentos sociais, mas que também funcionam como instrumentos de participação, mobilização e criação de identidade; em quarto lugar, a **horizontalidade** como forma de organização política, a partir de um sistema de tomada de decisões de caráter assembleário e por consenso, desvinculado do centralismo, das fortes hierarquias e da lógica da representatividade, e uma estrutura organizativa descentralizada em forma de redes; em quinto lugar, a presença de uma **conexão glocal**, cujo lema pensar globalmente, atuar localmente funciona como impulsor de uma engrenagem que permite identificar a globalização neoliberal como causa principal de diversos conflitos locais, com a importância da visibilização global dos conflitos e também dos trabalhos de base mais invisíveis; finalmente, em sexto lugar, uma **radicalidade reivindicativa** frente a um modelo socioeconômico que se pretendia infalível (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p. 30, grifos nossos).

A heterogeneidade deve ser considerada um aspecto particularmente definidor deste movimento de movimentos. Entre os elementos que a caracterizam, segundo os mesmos autores, destacam-se:

[...] (a) o **eixo ideológico direita/esquerda** (que varia, dentro do movimento antiglobalização, entre sensibilidades de centro esquerda e a extrema esquerda); (b) o **grau de institucionalização** (desde partidos políticos, sindicatos e associações passando por coletivos, associações, grupos de afinidades e também indivíduos); (c) o **posicionamento perante o Estado** (desde a social-democracia até os anarquistas); (d) suas **diferentes localizações e manifestações geográficas** (ainda que possa ser considerado um movimento global, não podem ser destacadas as particularidades referentes aos vínculos com o Estado em que surgem, com a cultura política com a qual habitualmente se socializam e com as oportunidades políticas dos lugares onde atuam) (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p. 30-31, grifos nossos).

O comportamento político pluridimensionalmente reconfigurado da juventude e dos demais militantes dos movimentos altermundialistas resgatou e atualizou muito do sentido político e das formas de ação e organização explicitadas pelos movimentos sociais dos anos 1960, particularmente nas revoltas de maio de 1968. O aspecto inovador desse movimento global está na potência, na extensão geográfica, na diversificação, no volume de ativistas engajados em suas ideias e ações (CORRÊA; ARIAS, 2012), o que indica que também se relaciona com a mundialização do capitalismo, a cultura difundida e a sua subjetivação.

É importante considerar que ambos são movimentos antissistêmicos e expressam as inflexões sociais, políticas e econômicas antecedentes e posteriores à deflagração de agudas crises capitalistas que convergem cenários de perda de direitos, do trabalho, de insegurança etc. O terreno histórico para a mobilização social dos anos 1960, assim como nos anos 1990, girará

em torno da crise capitalista, mas em 1990 o foco é a crise da mundialização que se manifesta em outras crises, como a geopolítica e a ambiental (MASSIAH, 2009).

Este contexto e essas influências ideopolíticas criaram um solo fértil para as contestações dos movimentos altermundialistas que reconfiguraram a organização em nível global ao prefigurar o uso da internet para tal, o que proporcionou uma grande dinamização da articulação de diversas organizações de diversos países para realização das atividades políticas, promovendo assim “solidariedades internacionais”, algo não visto nos anos 1960 (LÖWY, 2008, p. 32). A ênfase na ação direta (protestos e ocupações) permanece como meio de luta, no entanto, nos anos 1990, segue-se um maior delineamento da rede de organizações que elaboram planejamentos prévios.

Como em 1968, o movimento global possui composição social heterogênea e é marcante a presença da juventude, bem como da tradução juvenil sobre as demandas sociais, especialmente os jovens brancos de classe média, mas não exclusivamente. Para Löwy (2008, p. 32): “[...] esta pluralidade é uma das fontes de força, crescimento e expansão do movimento” altermundialista.

Os movimentos altermundialistas possuem foco na contestação ao neoliberalismo e nos enfrentamentos diretos aos órgãos e símbolos da gestão desse projeto ofensivo. Para tanto, uma forte tendência destes foi articular movimentos e organizações sociais que tivessem esse horizonte, promovendo assim redes de articulação e de ação em nível global.

Como em 1968, subsistem visões libertárias, anarquistas, socialistas e humanistas, bem como críticas às tradições hierarquizadas e da militância tradicional de esquerda, primando assim por um caráter mais independente e coletivo de participação. Com isso, conformou-se um campo político-autonomista⁴⁹ e a formatação de outros agrupamentos sociopolíticos alinhados a essa perspectiva, como coletivos, fóruns e redes, o que delineou uma prática sociopolítica com

⁴⁹ Desde a década de 1960, os movimentos sociais autonomistas ou independentes se conformam a partir de duas críticas principais. A primeira quanto à forma como as estruturas burocráticas e as organizações/instituições políticas verticalizadas se organizam e atuam, pois os autonomistas consideram as estruturas políticas hierárquicas excludentes e rígidas de participação. A segunda crítica diz respeito à relação de rendição que correntemente estes estabelecem com o patronato e o Estado. Influenciados pelo anarquismo, o movimento autonomista pode valorizar práticas radicalizadas, sendo um espaço organizativo flexível, permeável à participação horizontal, ou seja, não obedece necessariamente uma hierarquia diretiva ou organizacional. Para os autonomistas, os sujeitos participantes devem ter a mesma voz e o mesmo poder de incidência sobre o fazer político, assim, não se valoriza a figura e o papel de sobreposição das lideranças, pois não busca dar centralidade ou destaque a organizações ou dirigentes, por exemplo. Em geral, manifestam oposição à partidarização dos movimentos sociais, a fim de se manterem independentes destes, de modo que não sirvam como correias de transmissão para partidos, grupos e outras organizações.

caráter descentralizado, não hierárquico, diverso, independente, jovem e interconectado (SOUSA, 2004). Para essa mesma autora:

A ideia central é criar um movimento que envolva a todos e permita um coletivo que seja *a expressão e o resultado* de uma *conjunção de interesses diversos*, uma exigência dos protestos contemporâneos. *Dedos entrelaçados* substituem a tradição *dos duzentos anos de punho fechado*, para esta nova geração de contestadores (SOUSA, 2004, p. 460, grifos da autora).

Concordamos com Sousa (2004) ao dizer que tais aspectos indicam que esse movimento global expressa muito da influência pós-moderna, pois sintetiza um agir político baseado no “[...] plano simbólico e ideológico” (SOUSA, 2004, p. 460), como ainda vemos exercer grande influência sobre a conformação dos militantes, dos movimentos sociais e das lutas sociais na atualidade.

O movimento de movimentos da década de 1990 marca a história das lutas sociais no mundo, seja por aquilo que manifesta quanto à reconfiguração da participação em seu caráter difuso ou descentralizado, seja por sua dimensão planetária, diversa e complexa, tornando-se alvo também de muitas críticas, análises e revisões acadêmicas.

É importante destacar que o movimento global obteve vitórias objetivas (como a reversão do Acordo Mundial de Investimentos (AMI) e a frustração do evento da OMC em Seattle), assim como conquistas políticas para a sociedade, ao realizar enfrentamentos radicalizados em oposição ao poder da financeirização e dos organismos multilaterais etc. (CHESNAIS; SERFATI; UDRY, 2005). Algumas análises evidenciam o caráter evasivo e difuso de suas campanhas que aspiravam um outro mundo alternativo ao que vivemos sob o capitalismo mundializado e não sinalizam de forma concreta como e a partir de que isso seria possível (CHESNAIS; SERFATI; UDRY, 2005).

Podemos dizer que este movimento deixou um importante legado político para as gerações seguintes quanto ao *modus operandi* (ZÚQUETE, 2016) da ação coletiva. Tais enunciações reavivaram as ideias anarquistas (atualizadas como autonomismo) e patentearam amplamente as formas extrainstitucionais de participação social, as quais conquistaram diferentes setores e segmentos da sociedade, especialmente a juventude. Esse legado também capitaneou os movimentos e protestos da onda mundial de rebeliões do início deste século, como veremos no capítulo a seguir.

Seguindo Corrêa e Santiane (2012), outra crítica muito recorrente refere-se à presença massiva de pessoas da classe média de diversos países nos movimentos dos anos 1990 e, com isso, a prevalência dos meios de luta, das visões políticas e dos interesses mais próximos às necessidades e ideologias políticas dessa fração de classe, também afetada pelo desmonte neoliberal. Entretanto, embora não tenham sido negados, os setores populares exerceram um caráter secundário nas ações e organização dos movimentos globais. Nesse sentido, é também relevante ressaltar que houve maior influência e direção das organizações do centro sobre as lutas da periferia.

O legado deixado pelos movimentos altermundialistas às gerações de militantes que se seguiram, embora dissipados e enfraquecidos mundo a fora, estimulou a organização local ou por área de interesse/socialização. Isso contribuiu para a ampliação da formação de Coletivos e outras mediações políticas independentes as quais, permanentemente, experimentam reorientar a atividade política a partir daquelas referências que marcaram os movimentos sociais de todo o mundo desde os anos 1960, em muito, cimentadas nas experiências sociopolíticas dos movimentos altermundialistas.

No Brasil, sementes dispersas do movimento altermundialista se revelaram nos últimos anos quanto à perspectiva e à forma de ação e organização de setores do campo político-autonomista, como o Movimento Passe Livre de São Paulo, organizado desde 2004. Este movimento, convergente ao campo político-autonomista, passou a articular lutas pelo direito ao passe livre e à cidade, bem como contra o aumento de tarifa de transporte público ao longo dos anos na cidade de São Paulo, a partir de um encontro ocorrido no Fórum Social Mundial de 2005, conforme afirmam todos os quatro ex-militantes do MPL entrevistados para a realização desta pesquisa. Essa também é a configuração política que mobilizou a atuação do Coletivo “O Mal Educado”, também analisado neste estudo. A discussão sobre essas organizações e sua atuação nas lutas da onda nacional de revoltas será feita nos capítulos 3 e 4 da tese.

Ocorre que as ideias e os meios de luta radicalizados, independentes, não hierárquicos e repletos de manifestações culturais (aspectos característicos dos movimentos altermundialistas) foram as principais fontes de inspiração para a organização das Jornadas de Junho de 2013 cuja explosão decorre da ação planejada do MLP, o que foi afirmado pelos quatro ex-militantes entrevistados para esta pesquisa.

Diante da forte conexão entre o MPL e o coletivo “O Mal Educado” (propositor do movimento de ocupação das escolas de 2015 também em São Paulo), analisamos que essa influência ideopolítica e político-organizativa altermundialista (que também ecoam dos protestos de maio de 1968) se prolongou no Brasil enquanto força política mobilizadora, cuja expressão massiva ocorreria com a eclosão de uma onda nacional de revoltas da juventude, que compreendeu: a explosão dos protestos de 2013 (que extrapolaram São Paulo, atingindo todo o país) até o movimento de ocupação das escolas secundárias ocorrido, pela primeira vez, em 2015, em função de uma ampla reorganização escolar anunciada para todo o estado de São Paulo e, em 2016, quando essa forma de luta foi reprisado em todo o país com outras bandeiras, especialmente de caráter nacional.

Assim, consideramos que estes movimentos configuraram a onda de revoltas da juventude urbana brasileira que seguiu o rastro e talvez tenha encerrado a onda mundial de rebeliões do início do século XXI no contexto da crise capitalista. Ao recuperar e atualizar traços marcantes da forma de ação e organização sociopolítica dos movimentos altermundialistas e do movimento zapatista mexicano, conforme expõem a maior parte dos entrevistados desta pesquisa, intensificam-nas, pois expressam maior fluidez em sua organização e se mostram ainda mais difusas e efêmeras, conforme discutiremos nos próximos capítulos.

4 AS LUTAS URBANAS DO SÉCULO XXI E A RADICALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL

O prosseguimento do projeto neoliberal associado ao colapso financeiro manifesto na primeira década dos anos 2000 criou um terreno fértil à explosão de contestações sociais em diversos países do mundo capitalista. Eventos massivos protagonizados pela juventude urbana mobilizada entraram em cena por meio de protestos e ocupações radicalizados, que explicitaram as práticas sociopolíticas insurrecionais forjadas mais por ações e organizações extrainstitucionais e menos por aquelas historicamente promovidas pelas instituições políticas tradicionais representativas das forças populares.

Ainda que não vistas com tanta ênfase, mobilizações desta natureza colocaram em evidência, além de suas pautas, muitas vezes difusas, a crise da democracia representativa e as formas tradicionais de participação política frente ao contexto de dismantelamento da vida social aprofundado pela crise capitalista.

A literatura acadêmica, as lutas deste século e as organizações mais recentes demonstram que a percepção dos jovens sobre a ofensiva neoliberal⁵⁰ emerge, principalmente, em função das insatisfações decorrentes das experiências pessoais vivenciadas no complexo cotidiano urbano⁵¹, seja a partir da vivência escolar, da atividade em trabalhos precários, das violências, dos desafios e dores decorrentes das opressões e preconceitos, seja diante da perda dos direitos e do acesso residual às políticas públicas. Acrescentamos a tudo isso, a sensibilidade ativista despertada pelo revigoramento das lutas e da tematização em nível global do racismo, da homofobia, do machismo.

Esses temas tocaram de forma profunda a juventude deste século, motivando-os/as a agir e a se articular social e politicamente, principalmente, por meio de organizações e ações coletivas de caráter fluido⁵² com vistas a: i) agir para suprir as ausências e carências imediatas, como fazem

⁵⁰ É importante salientar que a ofensiva neoliberal se prolonga desde a reação à crise dos anos 1970 nos países centrais e desde o final dos anos 1980 nos países periféricos, conforme discutido no capítulo anterior.

⁵¹ Como o fenômeno estudado ocorreu, principalmente, nos centros urbanos do país, neste trabalho daremos ênfase à dimensão urbana dos conflitos sociais. No entanto, é fundamental reconhecer a pujança de conflitos e expressões contemporâneas de resistência social dos jovens do campo, das águas e das florestas, bem como, em menor escala, o espraiamento dessa onda nacional nesses territórios.

⁵² Essa caracterização tem inspiração na discussão de diversos autores, especialmente Zúquete (2016) e ([2019], não publicado). A percepção sobre fluidez dos movimentos sociais e das ações coletivas do século XXI também está em Miguel (2018) e Jasper (2016). Especificamente sobre as lutas dos jovens neste início de século, destacamos Gohn (2018), Duarte (2016) e Vommaro (2015a). Por fim, essa ideia também foi notada com a análise

os coletivos das periferias urbanas, por exemplo; ii) forjar uma nova realidade a partir de práticas insurrecionais calcadas na ação direta que possibilitem vivenciar espaços libertários e, com isso, provocar uma “revolução cultural” fértil à formação de “subculturas de resistência” e de novos sujeitos políticos (FERREIRA, 2016, p. 32); e iii) atuar em coletivos de ativismo político-autonomista articulados pelas causas citadas anteriormente, entre tantas outras.

Sob este ângulo, consideramos que as insatisfações, o florescimento e o amadurecimento das consciências se acumularam e convergiram com as lutas sociais e políticas já explicitadas no cotidiano da vida urbana pelos movimentos sociais tradicionais, o que desencadeou uma onda de insurreições que se estenderam a diversos países nas primeiras duas décadas dos anos 2000.

Partindo dessas noções, para a construção deste capítulo, buscamos realizar uma breve exposição sobre a crise da democracia representativa e sua expressão contemporânea cada vez mais tensionada pela liberalização do controle político derivado da imanente tensão histórica entre as requisições da estrutura econômica do capitalismo neoliberal e as necessidades e demandas dos grupos sociais populares, especialmente nestes tempos de financeirização da economia capitalista e de aprofundamento das desigualdades sociais.

Nessa discussão, partimos do pressuposto de que a expressão contemporânea dessa tensão histórica entre as classes sociais tem sido revestida pela ideia de crise da institucionalidade, de

dos relatos dos ex-militantes do MPL e do “O Mal Educado”, entrevistados para esta pesquisa. A partir das leituras e da coleta de dados, consideramos que a ideia de fluidez qualifica tanto as *formas de organização* das expressões políticas de resistência social contemporâneas, quanto a *condução* da ação ou da luta sociopolítica referente a quatro principais aspectos, os quais expomos esquematicamente: 1) a *relação que estabelecem* com o Estado e com as estruturas organizativas tradicionais (partidos, sindicatos) de insubordinação, desatrelamento e independência; 2) a *abertura permanente ao engajamento* dos sujeitos de distintas orientações ideológicas; 3) a *abrangência plural* das pautas com a intensificação das lutas; e 4) o *papel desempenhado pelas* Tecnologias de Informação e Comunicação sustentadas na internet para mobilização, articulação e difusão de informações. Em geral, as ações coletivas de caráter fluido se articulam por questões imediatas, ou seja, a partir da vivência cotidiana, o que lhes confere o risco à espontaneidade e a aderência frágil à ação. Não possuem estrutura rígida diretiva e organizativa, o que possibilita certa flexibilidade de participantes bem como de referências políticas, pois não impõem barreiras ao engajamento nem rigor ideológico. São fluidas, pois, em geral, se manifestam por meio de eventos culturais descentralizados ou, segundo Zúquete (2016), expressam lutas políticas que utilizam táticas insurrecionais de curto prazo, bem como não manifestam com nitidez um programa com intenções sociopolíticas para além das pautas/temas imediatas postos em luta. Exploram, principalmente, os mecanismos radicais e explosivos de ação/pressão direta, como os protestos e as ocupações, portanto, demonstram limitada capacidade de manter a continuidade não só das lutas e das ações, mas também das organizações (ZÚQUETE, 2016). São, por isso, imprecisas por não apresentarem delineamento ideológico e programático, por isso muitas vezes produzem lutas difusas e muitas vezes efêmeras. A exposição das ações e lutas, bem como a comunicação mediante intenso uso das redes sociais também lhes confere um caráter fluido, pois exprimem certa imaterialidade e impessoalidade às ações coletivas. Os coletivos, as redes e os fóruns podem ser considerados formas de organização fluidas ([2019], não publicado) assim como as lutas deste início de século também expressam essas características, as mesmas que configuram os movimentos autonomistas que se conformam em oposição às estruturas tradicionais de participação consideradas excludentes e centralizadoras as quais possuem forte influência do Anarquismo.

legitimidade e de representatividade político-democrática. O que tem contribuído para uma fragilização ainda maior do sistema representativo democrático e das práticas políticas tradicionais que o conformam, uma vez que tem provocado a ampliação da ação política tanto das esquerdas sociais, independentes e autonomistas (que explicita as tendências da participação sociopolítica dos jovens urbanos no século XXI), quanto para a ascensão das articulações oportunistas da direita reacionária, como buscamos pontuar neste capítulo.

Na sequência, apresentamos um quadro aproximado da onda mundial de lutas e rebeliões ocorridas no início do século XXI, em diferentes centros urbanos do mundo. Nesta exposição, buscamos tratar da reação política, embora nem sempre direta, à crise contemporânea, ressaltando a emergência do conjunto de rebeliões descentralizadas e sem programa comum, que revelou, sobretudo, seu caráter global bem como as mudanças das formas históricas de ação e organização sociopolíticas de massa. Avaliamos que o perfil dessas lutas e das formas de participação captaram elementos presentes nos movimentos sociais dos anos 1960-1970, nas revoltas de 1968 e nos movimentos altermundialistas dos anos 1990, que expressou um esforço de reinvenção de alguns elementos da prática política desses contextos.

O contexto de avanço neoliberal, a configuração dessas lutas, bem como da participação estudantil-juvenil enredam e revelam sua conexão com os protestos e ocupações ocorridos nas primeiras duas décadas do século XXI em países do norte da África, Europa, Estados Unidos e América Latina. Diante disso, esta discussão sugere pensar que essa onda mundial de revoltas é uma reação sociopolítica explosiva e pouco organizada às consequências do avanço neoliberal reeditado no contexto da mais grave crise capitalista mundial que impactou ainda mais a vida social e a dinâmica dos centros urbanos, tornando-as ainda mais desiguais, caóticas e hostis à vida dos jovens.

4.1 LUTA DE CLASSES E AS EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DA CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Os contextos de aprofundamento das crises econômicas são particularmente complexos e reveladores dos tensionamentos sociais e políticos das sociedades capitalistas. Crises indicam os descompassos dos arranjos sociais históricos estabelecidos entre as burguesias e o Estado

para assegurar a manutenção dos níveis almejados de acumulação capitalista e o controle dos conflitos sociais (ALMEIDA, 2018). Esses processos deflagrados agudizam o conhecido conflito entre os interesses das frações da classe dominante e as necessidades das camadas médias e trabalhadoras, de tal maneira que a dinâmica política, segundo Almeida (2018), tende a se intensificar, sobretudo, para conservar as bases garantidoras da sociabilidade capitalista: “as formas políticas, jurídicas e as formas ideológicas que lhes são próprias” (IASI, 2017, p. 216).

A abertura deste processo expõe antigas e novas disputas entre as forças políticas da classe dominante para exercer o controle do poder institucional, especialmente do Estado no que diz respeito à interferência sobre as medidas reativas à crise econômica quanto à disputa pela disposição e destino dos recursos/fundos públicos e privados para superar os déficits econômicos e as perdas humanas decorrentes deste processo.

A prevalência das medidas de austeridade nos países capitalistas ocidentais remonta à incompatibilidade estrutural entre capitalismo e democracia, portanto, a limitada capacidade de a democracia liberal representativa propiciar a interferência das forças políticas populares sobre decisões desta natureza. Mais que isso, as circunstâncias de aprofundamento da crise econômica expõem um sistema político representativo subscrito em um permanente estado de crise, de modo que suas contradições denunciam cada vez mais a primazia do caráter instrumental da democracia em detrimento do seu sentido original de ausência de privilégios de qualquer ordem para o exercício do poder (RANCIÈRE, 2014).

A reflexão que pretendemos realizar nesta síntese segue este pressuposto buscando relacionar a processualidade histórica das democracias ocidentais e as expressões contemporâneas da crise da forma democrático-representativa, pois consideramos que as tendências da participação juvenil e a irrupção da onda mundial de revoltas do início do século XXI se revelam, entre outros aspectos, efeitos deste estado de crise.

Como resultado histórico de processos árduos de lutas sociais e políticas ocorridas entre os séculos XVII e XVIII, a democracia moderna decorre da ruptura revolucionária contra o poder absolutista característico do fim da era medieval. Desse processo, a democracia moderna, ao absorver os princípios iluministas da Revolução Francesa (1789-1799), inscritos pela burguesia: liberdade, igualdade e fraternidade, também expressa o saldo “prático-político” e o

legado “histórico universal” (NETTO, 1990, p. 15) que essa revolução impôs à redefinição da teoria política liberal⁵³.

Os princípios iluministas, embora nunca tenham sido realizados plenamente, são valores que ainda iluminam a ação dos movimentos sociais, bem como os projetos societários e anseios com horizonte emancipatório (LÖWY; BETTO, 2002) por perseguirem, em alguma medida, o que Bobbio (2000) sinaliza como o sentido substancial ou original da democracia moderna.

Autores como Netto (1990), Löwy e Betto (2002) entre outros pensadores e atores políticos socialistas concordam que a democracia, melhor que as formas autocráticas ou autoritárias, pode ser considerada o regime político capaz de intermediar, a depender da configuração e dinâmica da luta de classes, um rumo para a transição para outra forma de organização social, ou mesmo um ponto de partida para galgar avanços em termos de justiça social, pois, como expõe o autor liberal Bobbio (2000), o sistema democrático admite o conflito, a conformação e a redefinição de arranjos sociopolíticos que podem reverter a realidade, muito embora os grupos em disputa nunca estiveram em condições equivalentes para tal.

A democracia moderna é considerada uma conquista social da classe trabalhadora em decorrência da ampliação das liberdades individuais por meio da extensão dos direitos civis e políticos a todos os cidadãos, mas também por exaltar a soberania popular e o ideal de igualdade como objetivos democráticos. São elementos que atribuem sentido e valor à política democrática, os quais, ao longo do tempo, também serão alvos de disputas acirradas e constantes que ora levaram a avanços (constitucionais, nas relações sociais, na ampliação e organização política da sociedade civil e na pluralização do debate público), ora culminaram em derrotas, especialmente em prejuízo dos interesses e necessidades das massas trabalhadoras (BRINGEL; ECHART, 2008).

Não é demais enfatizar que a condição civil, ou seja, a condição de participação social na esfera política resultou, historicamente, dos privilégios de poder derivados da propriedade dos homens ricos (NETTO, 1990), excluindo desse lugar os pobres não proprietários, as mulheres e a

⁵³ “A Revolução Francesa é, na realidade, o divisor de águas que impõe à teoria liberal a sua inflexão definitiva” diante da anunciação da “exigência moderna democrática” para a criação de “instâncias democrático-populares” (NETTO, 1990, p. 16), o que fez gerar uma crise da teoria política liberal (NETTO, 1990). Desde os primórdios, o liberalismo alimenta profunda desconfiança e desvalorização “[...] para com toda forma de governo popular” (BOBBIO, 2000, p. 37). Essa exasperação burguesa sustentou e ainda sustenta a legitimação da participação restrita, da qual deriva a ideia da representação política que se tornou a forma predominante de participação nos Estados capitalistas sob o ideário liberal.

população negra. Originalmente, o estabelecimento da figura jurídico-política do cidadão sucede a consolidação de uma cidadania burguesa construída com base na doutrina política e na concepção liberal de sociedade que se serve historicamente das estruturas de dominação social e política patriarcal e racista (LÖWY; BETTO, 2002). Essa conformação só sofreu modificações com a “extensão política da cidadania”, fruto da intensificação das “lutas dos movimentos operários, negro e feminista”, principalmente a partir do final do século XIX (VARELA; ARCARY; DEMIER, 2015, p. 75), muito embora suas pautas ainda sejam muito desafiadoras ao embate político e à convivência social, mesmo com a revitalização dessas lutas nos anos 1960 e início dos anos 2000.

Pouco a pouco, a democracia moderna foi sendo forjada da combinação de ideias liberais e método democrático. Desse processo, o modelo liberal-representativo figurou a forma de participação predominante das sociedades capitalistas ocidentais. Sua constituição decorreu do estabelecimento do ordenamento jurídico formal dos indivíduos, que permitiu a transformação das instituições políticas e a gradual ampliação da cidadania aos trabalhadores vinculada à defesa dos direitos de liberdade⁵⁴, diga-se, de passagem, uma liberdade relativa (NETTO, 1990; BOBBIO, 2000). Todavia, a igualdade jurídica formal produziu a superação da sociedade feudal e a emancipação política mediante direitos (IASI, 2017), no entanto não possibilitou a superação dos mecanismos de concentração de poder da classe dominante ao legitimar a liberdade do mercado.

Se confrontarmos essas premissas de participação política tal qual durante a era medieval, quando o poder se dava em função da propriedade e da ascendência, a democracia moderna reinventa a ideia de participação para a disputa de poder no sentido de não diferenciar juridicamente proprietários de não proprietários em termos de direitos, liberdades civis e liberdades políticas (VARELA; ARCARY; DEMIER, 2015). Embora, na prática, isso nunca tenha ocorrido de forma satisfatória, é importante considerar que a atmosfera política forjada

⁵⁴ No capitalismo, ser livre difere de ter liberdade plena (BOBBIO, 2000). A premissa liberal da liberdade é entendida a partir da relação do indivíduo com a propriedade privada e com o Estado. Está subjacente a esta premissa, a defesa da liberdade tanto do mercado quanto a liberdade funcional a ele, como bem exemplifica Silvio Almeida (2018, p. 29): “A liberdade e a igualdade [jurídica] são condições primordiais da troca mercantil, de tal sorte que todo portador de mercadoria deve ser, necessariamente, portador de direito. Ora, ser sujeito de direito nada mais é do que apresentar-se como livre e igual quando da relação mercantil, nada tendo a ver com respeito à dignidade ou com necessidades sociais assistidas”. Assim, o interesse individual – o direito de propriedade, direito de vender aquilo que possui e a individualização da relação de trabalho – é assim um componente dissimulado e ineliminável que alicerça o liberalismo, base que estrutura a concepção liberal individualista de sociedade (NETTO, 1990).

pela democracia tende a ser mais plural e passível de contestação nos marcos da legalidade, o que é impensável em regimes absolutistas ou ditatoriais (TRINDADE, 2017).

Essa foi a aposta histórica dos movimentos de trabalhadores (socialistas e social-democratas) por volta da segunda metade do século XIX. Em meio a muitos conflitos e dissidências (como por parte dos anarquistas), os movimentos de trabalhadores sucumbiram ao sistema representativo democrático para disputar por dentro das instituições políticas burguesas seus objetivos futuros e suas pautas imediatas, respectivamente: o socialismo/as reformas sociais e as reivindicações por melhorias sociais e das condições de trabalho (PRZEWORSKI, 1988).

Não há nenhuma novidade em constatar que a ordem social capitalista pressupõe a sujeição às exigências da acumulação do capital, às leis do mercado e aos requisitos de reprodução do capital baseados na expropriação do trabalho (WOOD, 2007), que tem como alicerce a organização social da produção, da troca e da circulação. Ocorre que, no capitalismo, quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas e o poder financeiro, maior é o esforço político da classe dominante para buscar o reconhecimento social da “[...] igualdade jurídico-formal fundamento da cidadania” (NETTO, 1990, p. 75), para obter apoio político e, com isso, atuar sobre o Estado para fazer avançar as metas de acumulação que são, por efeito, produtoras de desigualdade.

Seguindo essa premissa, é possível sinalizar que o sistema de representação se molda historicamente como instrumento de domínio capitalista, pois reitera o acesso privilegiado dos detentores de capitais ao poder, por meio das instituições do ordenamento democrático jurídico e constitucional burguês, sendo o sistema eletivo, as formas jurídico-constitucionais, o parlamento etc. (NETTO, 1990). Afinal, o estabelecimento da sociabilidade capitalista alicerçada no “Direito como parte da totalidade” (IASI, 2017, p. 202), segundo a apreensão de Mauro Iasi a partir de Marx,

[...] se define pela produção e reprodução da vida material, ou seja, pela maneira como os seres humanos, em cada época histórica, se relacionam para produzir sua existência dentro das condições materiais e, assim procedendo, **produzem de igual maneira as formas de tomada de decisão, ou formas políticas, formas dentro das quais normatizam em maior ou menor grau suas relações**, podendo ou não assumir a forma de Direito, da mesma forma que resulta dessa produção e reprodução da vida uma determinada forma de consciência social (IASI, 2017, p. 202, grifo nosso).

Em contrapartida, ao trabalhador portador de direitos, indivíduo “livre”, proprietário apenas de suas capacidades (BOBBIO, 2000), restou a submissão ao sistema de representação política concedido pela burguesia, que prevê os mecanismos coletivos de pressão que permitem tão

somente a disputa eleitoral (desigual), por mais direitos para a melhoria das condições de vida da população trabalhadora (PRZEWORSKI, 1988; WOOD, 2007), como em outros sistemas de dominação como destacado anteriormente. Dessa forma, restou às massas populares arrancar direitos civis e políticos mediante muita disputa política organizada em partidos, sindicatos e associações contra o Estado e as elites que representam a dominação burguesa, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX (NETTO, 1990).

Isso significa que a classe trabalhadora, sujeito político diretamente envolvido nessas conquistas, teve seus direitos concedidos somente por meio de lutas árduas e de forma tardia se comparados ao estabelecimento da condição civil da classe burguesa. Esse tempo é ainda mais dilatado quando se trata das conquistas para as mulheres, as populações negras e os povos indígenas. O movimento do real exigiu as alterações do ordenamento jurídico democrático “[...] e, por sua vez, essa mudança incide sobre a dinâmica da própria luta de classes e do desenvolvimento material que se encontram a sua base [...]. O Direito só pode acompanhar a dinâmica da mudança do real, ora à frente, geralmente atrás” (IASI, 2017, p. 208-209).

À vista disso, o mecanismo democrático se tornou a forma de participação necessária para a classe trabalhadora conquistar e assegurar direitos, o caminho para a escalada socialista ou reformista, assim como a pré-definição da forma de organização sociopolítica para tal (PRZEWORSKI, 1988), como bem explica Maria Orlanda Pinassi (2009, p. 33, grifo nosso):

De fato, o destino da classe trabalhadora assim construída está inextricavelmente associado ao rumo do sistema sociometabólico e hierárquico do capital que, além de lhe negar a condição de sujeito histórico, ainda reforça a sua sociabilidade deformada, reificada e alienada. Isso significa que nesse sistema, os trabalhadores, além da exploração material a que são submetidos, recebem pronta uma sociabilidade a qual devem se sujeitar para viver e se organizar enquanto classe para o capital.

Não obstante, a democracia como método se revelou uma via tortuosa e burocratizada para alcançar os objetivos imediatos e finais dos movimentos de trabalhadores. Afinal, como argumenta Norberto Bobbio (2000), há uma incompatibilidade estrutural entre liberalismo e democracia, portanto, entre democracia e capitalismo (WOOD, 2007), o que desnuda a incompatibilidade original entre direito à liberdade e direito à igualdade (em face dos meios de produção), pressupostos que, sob a doutrina liberal, são inconciliáveis, posto que “[...] não se pode realizar um sem limitar fortemente o outro” (BOBBIO, 2000, p. 39). O que significa que a liberdade dos indivíduos não detentores de capital não é possível nos marcos do capitalismo, pois, mesmo em condições jurídicas equiparadas, as condições materiais, a submissão ao

trabalho, as oportunidades e a dependência em relação às respostas do Estado para proteção social são muito distintas entre as classes sociais.

Por tudo isso, estamos de acordo com Netto (1990) ao dizer que a democracia moderna é um sistema político restrito, uma vez que não permite de igual forma a generalização da organização sociopolítica entre os grupos sociais diferenciados, pois tal generalização não ocorre na organização social desigual do capitalismo, já que o poder econômico é o elemento que define qual grupo é sujeito político livre o suficiente para se fazer representar na disputa política. Ao promover a distribuição relativa do poder político entre os cidadãos através dos mecanismos institucionais de representação onde vigora o imperativo da maioria, o sentido democrático do *governo do povo* descaminha definitivamente para o sentido formal da democracia como *governo para o povo*, preferencialmente sob a forma liberal do Estado mínimo em oposição ferrenha ao Estado máximo intervencionista⁵⁵ (BOBBIO, 2000).

Conforme Streeck (2012), a extensão dos direitos civis e políticos a todos os cidadãos insta aos governos democráticos o cumprimento, além dos princípios do mercado, do atendimento das necessidades sociais da população trabalhadora, no entanto, nas sociedades capitalistas, isso se revela uma mera retórica.

Na prática, podem negligenciar um princípio em favor do outro por algum tempo, até serem penalizados pelas consequências: governos que deixem de atender demandas democráticas por proteção e redistribuição se arriscam a perder o apoio da maioria, enquanto aqueles que desconsideram as demandas por compensação dos detentores dos recursos produtivos — com relação à produtividade marginal — provocam disfunções econômicas que se tornam cada vez mais insustentáveis, solapando também seu apoio político (STREECK, 2012, p. 37-38).

⁵⁵ Os liberais opõem-se ao Estado intervencionista por considerarem que esta forma lhe atribui forte caráter paternalista ao estabelecer uma relação de passividade entre cidadão e Estado, por assim limitar o controle dos indivíduos sobre as atividades do poder público, consideradas excessivas ou ainda por suprimir a tão aclamada liberdade do indivíduo em relação ao Estado por afetar sua autonomia, ou seja, a capacidade de autogovernar (BOBBIO, 2000). Com isso, o liberalismo justifica a defesa da busca individual para a satisfação do bem-estar através da redução do papel do Estado. Ainda assim, consideram que essa passividade representa um retrocesso aos “ganhos” que o confronto de ideias provoca à ampliação do “progresso técnico e moral da humanidade” (BOBBIO, 2000, p. 28), bem como à competição econômica como meio de atingir o bem-estar. O destaque deste aspecto tem importância peculiar para a discussão teórica desta pesquisa, pois localiza uma convergência entre a crítica política liberal ao Estado Social (que se estende aos Estados socialistas) e a crítica dos “novos movimentos sociais” e dos movimentos sociais autonomistas em relação ao Estado hierarquizado e paternalista, bem como às estruturas tradicionais de participação democráticas (partidos e sindicatos), ou seja, esses movimentos sociais de esquerda parecem captar e reproduzir, em parte, o mesmo sentido da crítica política liberal. A nosso ver, ao defenderem a autonomia sob este prisma, incorrem na mesma crítica política que tanto fortalece as forças liberais quanto fragilizam as forças socialistas, algo que contribui fortemente para a fragmentação das forças políticas que se identificam com a emancipação do capitalismo.

Para a burguesia, o ordenamento jurídico e constitucional e as instituições democráticas configuram obstáculos ao projeto da classe burguesa, já que a democracia representativa permite a disputa dos distintos projetos políticos sob o aval da maioria, uma maioria conformada com a ascensão da classe trabalhadora e do seu potencial organizativo, ou seja, os pobres trabalhadores predominam em relação aos ricos, o que provoca o maior temor da classe burguesa e da direita política: a extinção da propriedade privada e do livre mercado (STREECK, 2012).

De acordo com Przeworski (1988), a democracia moderna, ao dispor desse sistema representativo como tática, tornou-se um dilema fundamental do movimento socialista para edificar o projeto socialista, pois esse mecanismo esvaziou tanto seu caráter de classe quanto o caráter da participação ativa da sociedade. Para o autor, ao fazer parte deste sistema liberal representativo, os objetivos do socialismo foram remodelados e obstaculizados em função dos efeitos desagregadores e despolitizadores dos trabalhadores enquanto classe, que expomos a seguir.

Um efeito negativo desse envolvimento, segundo Przeworski (1988), foi a desagregação das relações internas da classe em função da cisão entre luta econômica e luta política, o que levou, conseqüentemente, à diversificação tanto das formas de organizações quanto dos objetivos de luta. A esquerda revolucionária perdeu potência enquanto movimento político de resistência ao capitalismo, e a classe trabalhadora também passou a se organizar politicamente por outras vias e a ser mobilizada por outros temas⁵⁶, não necessariamente centrados no conflito capital/trabalho e pelas formas tradicionais e centralizadoras de participação, como o partido e o sindicato (PRZEWORSKI, 1988). A derrota do Socialista Real no final do século XX levou à quase finitude da luta revolucionária socialista, assim como à intensificação da fragmentação das lutas sociais e à individualização dos trabalhadores, conforme expõe Przeworski (1988, p. 63):

⁵⁶ Embora o próprio sistema político-democrático tenha criado mecanismos que levaram ao fracionamento da classe trabalhadora e a desradicalização da luta contestatória, é inegável que se processou historicamente uma profunda mudança da composição social da classe trabalhadora a partir do final do século XIX, determinada por um conjunto de fatores revelados na medida em que esta classe se amplia numericamente; que se urbaniza sob distintos contornos, seja nos países e centrais ou nas periferias do sistema; que se industrializa e se diferencia em termos de atividade laboral; que as mulheres adentram as frentes de trabalho; que as populações negras passam a margear o mercado de trabalho após o fim dos sistemas coloniais escravocratas; que se amplia a educação; e, por fim, que se intensificaram os processos migratórios da população do campo e entre nações. Todos esses elementos também estabeleceram uma nova dinâmica à luta social que contribuíram para a mudança e a diversificação das organizações sociais e das suas formas de ação e organização sociopolítica.

Esta desenfaturação do conflito de classe repercute entre os trabalhadores. A medida em que a identificação de classe torna-se menos evidente, os partidos socialistas perdem sua única atração perante os trabalhadores. Os partidos social-democratas não são muito diferentes, qualitativamente, de outros partidos: a lealdade de classe não é mais a principal base de autoidentificação. Os trabalhadores veem a sociedade como composta por indivíduos; veem-se a si mesmos como membros de coletividades e não de classes; comportam-se politicamente com base em afinidades religiosas, étnicas, regionais ou outras. São católicos, sulistas, francófonos, ou simplesmente cidadãos.

Outro efeito negativo diz respeito à sanha pelo processo eleitoral que levou à elitização dos quadros políticos e à burocratização dos movimentos diante da busca pela conquista da pequena burguesia e dos seus votos, levando os trabalhadores à penúria da “[...] submissão às regras e aos limites do jogo parlamentar” (PRZEWORSKI, 1988, p. 50).

Por último, o mesmo autor sinaliza que a imposição da relação de representação tem efeito negativo sobre a classe, na medida em que “[...] as massas não agem diretamente na defesa de seus interesses; delegam essa tarefa” (PRZEWORSKI, 1988, p. 48) aos representantes eleitos, num processo em que prevalece a voz e a figura do líder e não do coletivo representado, limitando assim os momentos de participação aos processos eleitorais, o que levou, junto aos efeitos mencionados, à desmobilização e ao esvaziamento progressivo do movimento político da classe trabalhadora.

Esses efeitos indicam, sobretudo, que as liberdades democráticas foram historicamente manejadas “[...] como recurso para legitimar a defesa dos mecanismos mais agressivos de realização e dominação do capitalismo contra o seu verdadeiro antípoda, o socialismo” (PINASSI, 2009, p. 30) e se mostrou eficiente. Nesse ensejo, a social-democracia, fenômeno histórico que expressa a reconfiguração da classe trabalhadora e seus anseios, cumpriu importante papel político na moderação da prática e da teoria revolucionária que levou ao abandono do socialismo como objetivo final (PRZEWORSKI, 1988), contribuindo assim para o enfraquecimento da contraposição radical à ordem social capitalista. Dessa maneira, a defesa do Estado de direito e a disputa (desigual) pelo poder institucional se tornaram reivindicações comuns de todas as forças políticas que vão da extrema direita à esquerda moderada.

Ao submeter-se à política eleitoral, desde o final do século XIX, a expressão partidária do movimento socialista se ramificou em partidos socialistas radicais, que configuram organizações de trabalhadores como classe (com menor apelativo eleitoral), e partidos social-democratas, que buscaram se consolidar nas disputas eleitorais ampliando a base de apoio junto às camadas médias, principalmente nos países de capitalismo avançado. Com isso, os social-democratas passaram a representar os interesses dos trabalhadores como indivíduos integrantes

de coletividades de massas heterogêneas, mas não como membros de uma classe (PRZEWORSKI, 1988). A redução da ideia de classe não é algo residual na luta de classes, isso afetou definitivamente a luta revolucionária, tornando-a difusa à medida que a democracia, além de meio, se tornou a finalidade do movimento socialista; logo, tornou-se “[...] o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, simultaneamente a estratégia e o programa, instrumental e pré-figurativo” (PRZEWORSKI, 1988, p. 50).

A configuração da luta de classes e as alianças feitas com o capital darão o tom da atuação do parlamento e do Estado na reparação maior ou menor dos danos decorrentes da precarização das condições de vida e do trabalho da população trabalhadora, especialmente nos contextos de crise (IASI, 2017). No entanto, historicamente, nem mesmo a reparação mais eficiente se mostrou capaz de enfrentar os efeitos das condições da exploração capitalista.

A burguesia, ao exercer poder político hegemônico sobre o Estado capitalista, impõe distintas formas políticas à democracia (representativa, participativa, deliberativa etc.) e pode combiná-la⁵⁷ ao fascismo, à ditadura militar, ao oligarquismo etc. (VARELA; ARCARY; DEMIER, 2015), na medida em que essa classe dominante busca de todo modo se proteger da possibilidade de serem governados ou fortemente tensionados por forças políticas empenhadas em realizar mecanismos de redistribuição econômica, mesmo que tenham que se aliar a forças reacionárias para tal (STREECK, 2012). A predominância de uma forma política ou outra será determinada pela dinâmica da luta de classes.

A evolução histórica do capitalismo revela o capital como agente político e força social (STREECK, 2018) articulado com o Estado, arranjo determinante dos rumos da democracia representativa, seja banalizando seus processos, seja agindo por meio de operações institucionais e extrainstitucionais dedicadas a obter legitimação política das maiorias para a implementação das políticas governamentais mais ou menos afeitas às demandas da população trabalhadora. Tudo isso indica que o horizonte da classe trabalhadora está submetido à blindagem dos seus interesses para a proteção dos interesses burgueses que se articulam às instituições e práticas políticas da democracia liberal representativa, forjadas por alianças e

⁵⁷ Ter a dimensão desta combinação é fundamental, pois, a partir da primeira década século XXI, período aqui estudado, esse tipo de combinação tem se revelado com muita intensidade em muitos países democráticos como os Estados Unidos, países da Europa e da América Latina, como é caso do Brasil com a ascensão dos movimentos neofascistas. Consideramos que a ascensão do neoconservadorismo, da ultradireita e do neofascismo é também expressão da crise contemporânea da democracia representativa.

coalizões voltadas à administração do governo que, na contemporaneidade, contam com o alicerce da grande mídia para exercer o domínio de classe (DEMIER, 2017).

Assim como a crise capitalista, a crise da democracia não pode ser interpretada como algo episódico, mas sim como elemento permanente e intrínseco às sociedades capitalistas ocidentais, onde este sistema político predomina. Todavia, concordamos com Dominique Rousseau (2018) que não é a democracia em seu sentido original que está em crise, mas sim a forma representativa da democracia que se manifesta como restritiva da participação e desconectada do povo.

Esses aspectos se revelam ainda mais intensos com o avanço do neoliberalismo associado à financeirização, a partir de quando os Estados capitalistas se viram forçados a modificar bruscamente a configuração jurídico-política dos seus regimes democráticos, deteriorando direitos e conquistas sociais para atender às políticas de ajuste estrutural e de austeridade fiscal (DEMIER, 2017), ditadas pelo mercado para “conter” as crises cíclicas, deixando assim esses mercados ainda mais livres e protegidos da interferência política. No entanto, o que a história tem mostrado é que as economias dos países capitalistas democráticos têm exercido o controle meramente temporário das crises e da instabilidade econômica e social que lhes são características. Quando esse controle se esgota, engendra-se outra crise sistêmica que encontra “solução” por meio de medidas ofensivas às condições de vida da classe trabalhadora que ignoram os tensionamentos sociopolíticos contrários a estas, vide os quadros reativos das crises 1970-1973 e 2007-2008, conforme expusemos no capítulo anterior.

Este último cenário de crise se mostrou provocativo de resistências sociais, que tem apostado na inventividade das lutas, ao mesmo tempo estas têm sido intimidadas pelo endurecimento da repressão policial em quase todos os países. A força coercitiva do Estado sempre ocupou a reação do Estado capitalista e da burguesia quando acuados pelo potencial revolucionário de mobilizações contestatórias, que se somam à reação sociopolítica conservadora que pode assumir traços antidemocráticos, autoritários e até populistas, o que Florestan Fernandes nomeia como contrarrevolução preventiva. O grande problema é que tal percepção e a radicalização da ação política antissistêmica têm se restringido a estes contextos (MIGUEL, 2018), mesmo sendo a crise capitalista uma constante e as limitações estruturais da democracia também.

É justamente nos momentos de aprofundamento da crise que a crítica à legitimidade dos regimes políticos democrático-representativos e do Estado é revivida de forma mais intensa pelas camadas médias da sociedade e pelas lutas e movimentos sociais que denunciam um quadro de revolta contra a democracia representativa. De forma esquemática, as críticas plasmam a inconformidade com relação aos rumos dados ao sentido democrático original e ao limitar a participação efetiva do povo; a desilusão com os processos eleitorais e com a capacidade do voto expressar os interesses das maiorias (ROUSSEAU, 2018); a revolta com as práticas de corrupção dos governos, do parlamento e das campanhas eleitorais; o receio da criminalização da atividade política dos movimentos sociais; a descrença sobre a idoneidade das instituições sociais, jurídicas e políticas; o desencanto com relação às contradições entre ideais e práticas dos partidos políticos, sindicatos e demais instituições tradicionais de participação política; o descontentamento com as formas hierarquizadas de fazer política que reproduzem práticas de silenciamento de militantes e a centralização das decisões do corpo dirigente, entre outros aspectos.

Seguindo as indicações de Rousseau (2018), os efeitos desse desencanto do fazer político nos sistemas representativos são diversos, inclusive tem levado à apatia e à redução da participação em eleições em que isso não é compulsório, bem como o esvaziamento dos espaços de participação tradicionais. Outro aspecto diz respeito à ampliação da judicialização para ter acesso às necessidades imediatas em detrimento da luta política coletiva (evidente na realidade brasileira). Contata-se ainda o esmorecimento do vínculo representativo entre o povo e os governantes por meio do voto e o enfraquecimento das instituições como sindicatos, partidos políticos e o parlamento, o que tem levado à descentralização das lutas, entre outros aspectos, que se acentuam neste tempo, mas são também recorrências do processo histórico e estrutural que configurou a democracia representativa nos países capitalistas.

O teor e o volume de insatisfações com o sistema representativo se somam à crítica das medidas econômica adotadas no século XXI em reação à crise, fazendo explodir nas ruas, sobretudo, o desejo por mais democracia, uma vez que os sistemas representativos não conferem a confiabilidade de que a luta política possível neste sistema pode representar a forma de acesso às demandas reivindicadas pela sociedade em busca de justiça social, a não ser aquelas apresentadas pelas frações mais abastadas da classe trabalhadora e pelas burguesias capitalistas nacionais e internacionais.

Diante da incompatibilidade estrutural entre capitalismo e democracia em suas expressões contemporâneas, o pêndulo da luta de classes pende cada vez menos para as vitórias da classe trabalhadora e cada vez mais para as conquistas da burguesia. Assim, os espaços juridicamente autorizados para a participação e de tensão das diferentes classes permitem cada vez menos interferências substanciais na esfera pública que legitimem as demandas populares, nem mesmo sob a direção política dos partidos de tradição progressista, social-democrata e de esquerda, a exemplo das posturas contrarreformistas ocorridas nas primeiras duas décadas nos ciclos de governos liderados por partidos à esquerda, como no Brasil (entre 2003 e 2016 pelo Partido dos Trabalhadores), em Portugal (entre 2005 e 2011 pelo Partido Socialista), na Grécia (2009 pelo Partido Social Democrata), no Chile (2006-2010 pelo Partido Socialista), na Argentina (2007-2015 pelo Partido Justicialista), entre outros.

Todos esses países foram palcos de resistências sociais e protestos massivos no contexto do desdobramento da crise de 2008, o que sinaliza, entre outros aspectos, uma enorme insatisfação popular com relação às medidas de austeridade adotadas, especialmente operadas por esses governos que, em tese, representariam as demandas populares e, portanto, seriam mais abertos à interpelação dos movimentos sociais; mas, sobretudo, o que gostaríamos de destacar é que houve uma explicitação global de insatisfação e desilusão com a forma representativa da democracia quanto as formas de representatividade e as instituições políticas, jurídicas e sociais.

No entanto, em termos gerais, os movimentos que compuseram a onda mundial de revoltas não apresentaram programas contraofensivos, mas sim contrarreformistas, como indica Demier (2018) ao analisar as lutas brasileiras de 2013. Em certa medida, sob a gestão de governos “progressistas”, os Estados capitalistas parecem ter contribuído ainda mais para a contenção da luta de classes. Os ciclos progressistas contribuíram fortemente para a desradicalização das lutas e para a institucionalização da disputa política, fragilizando assim a atuação e a organização dos movimentos sociais combativos, seja pela cooptação de lideranças, seja conservando práticas coercitivas das forças de segurança para coibir manifestações e criminalizar militantes.

Desse modo, a classe trabalhadora (em suas distintas frações e afinidades ideológicas) e os setores da burguesia insatisfeitos (quando os convém) intensificam o tensionamento ao regime democrático, pondo em evidência seus limites ao ponto de produzir uma explosão da crise da forma democrático-representativa que, nestes tempos, é revestida pelos problemas de institucionalidade, representatividade e legitimidade política. Os impactos dessa expressão

contemporânea da crise democrática ainda estão sendo revelados nas sociedades, como a ampliação do autoritarismo de Estado por meio das forças de segurança, descumprimento explícito de compromissos de campanha eleitoral, golpes contra a democracia que envolvem, inclusive, ameaças e deposição de presidentes como ocorreu no Brasil em 2016 e na Bolívia em 2019.

Sendo esse o pano de fundo, a título de síntese, consideramos que a consolidação de um terreno favorável à reconfiguração do ativismo político contemporâneo, particularmente jovem, se deu em função: i) da limitação da participação nos sistemas democrático- representativos; ii) das influências teóricas e das práticas do novo associativismo civil engendradas a partir das experiências dos movimentos altermundialistas e da ampliação da participação institucional durante os ciclos progressistas (TRINDADE, 2017); iii) da fragmentação da esquerda; iv) da ascensão do discurso da autonomia que pressupõe a substituição dos “[...] instrumentos tradicionais de representação e participação política” (TRINDADE, 2017, p. 101); e, por último, iv) das revoltas decorrentes da frustração com relação às expectativas quanto à democratização da esfera pública nos governos progressistas.

A juventude, por meio de protestos e mobilizações de massa, vem atuando politicamente de forma extrainstitucional com forte inspiração autonomista e pautada na radicalidade, revitalizando assim as ideias anarquistas (ZÚQUETE, 2016), com incidência ativa e pouco organizada na política do cotidiano, ou seja, que se articula em ações coletivas voltadas às questões imediatas do cotidiano (BRAZ, 2012), especialmente nos centros urbanos. Com isso, as lutas, os indivíduos e as organizações alinhadas a essa perspectiva evidenciam que a participação ativa subverte formas tradicionais e alertam sobre a necessidade de democratizar a política, colocando-se como via alternativa de participação livre das hierarquias clássicas às quais se opõem e até mesmo rechaçam.

Diante desse quadro, as expressões contemporâneas de luta social à esquerda, objeto de maior interesse desta pesquisa, seguem buscando independência das instituições e das formas tradicionais de ação e organização política características da democracia liberal representativa, em função de um conjunto de críticas acumuladas dos movimentos sociais com relação à configuração da democracia burguesa. Tais críticas têm forçado a deslegitimação das formas de participação social, como os partidos, os sindicatos e as entidades estudantis oficiais, ao serem vistas como meras favorecedoras da dinâmica capitalista e dos interesses das burguesias nacionais e internacionais. Assim, os movimentos sociais e as ações políticas diretas deste início

de século seguem ao largo dessas interferências, configurando práticas políticas cada vez mais independentes e autônomas, as quais foram incidentes na onda mundial de revoltas ocorrida nas duas primeiras décadas do século XXI, tema que discutiremos com mais ênfase nos itens a seguir.

4.2 TENDÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS JOVENS URBANOS NO SÉCULO XXI

[...] parece que a reconstrução de forças de esquerda é um processo bem mais paulatino, e vai resultar em algo bem diferente do que foi no último século. Os movimentos que têm surgido parecem mais enraizados nos bairros, parecem emergir mais diretamente da experiência de vida das pessoas, e menos de grupos estruturados que vão buscá-los. A referência não está mais tanto na relação de trabalho, mais especificamente de trabalho assalariado, mas na vida como um todo — até porque a tendência é que a subsunção ao capital se expanda para a vida como um todo. Tudo isso exige novas ideias, que aos poucos vão sendo criadas, testadas, desenvolvidas (VIANA, 2018, p. 7).

Na contemporaneidade, os movimentos sociais de esquerda têm se mostrado cada vez mais fragmentados e heterogêneos⁵⁸, especialmente com relação à perspectiva ideológica, à interpretação da realidade, bem como à convergência de unidades táticas. Quando se colocam em diálogo, disputa ou em luta, confrontam-se e pouco conseguem estabelecer unidades de ideias e estratégias para fazer avançar ações de curto alcance ou projetos políticos, quiçá reconstruir um projeto societário progressista necessário e suficientemente contundente que faça contraposição à ordem capitalista e sua organização sociopolítica hegemônica. Até porque, há um esvaziamento ou mesmo desistência dessas propostas por parte de muitas organizações.

A heterogeneidade da esquerda é histórica. Como vimos no item anterior, esta continua a reproduzir uma mescla de sujeitos políticos mobilizados por ideias socialistas, social-democratas e anarquistas. Nas lutas deste século, nota-se o esvaziamento da presença diretiva dos movimentos sociais tradicionais e, de forma numerosa, a presença de indivíduos sem qualquer identidade de classe e aleatórios a qualquer ideologia política, assim como organizações e lutas influenciadas pelas ideias e formas de ação política empreendidas pelos

⁵⁸ Essa heterogeneidade pode ser notada, inclusive, no interior das mesmas organizações. Diante disso, é possível deduzir que são ainda mais distintas as perspectivas ideopolíticas entre as mesmas e as diferentes estruturas organizativas, o que torna ainda mais desafiador analisar a configuração recente dos movimentos sociais de esquerda e as ações conduzidas por estas.

anarquistas e autonomistas. Essas lutas têm explicitado uma profusão explosiva de indignados sem direção política unívoca e desarticulada de aspirações emancipatórias. No entanto, em alguma medida, para Mauro Iasi (2019), estas reavivaram a luta social aberta e são potencializadoras para despertar e avançar a consciência das massas, criando-se, com isso, uma geração de militantes, mas também de mártires.

Diante dessa configuração política da esquerda e das organizações, lutas sociais cada vez mais fluidas, diversificadas e radicalizadas são produzidas na realidade contemporânea. Isso tem desafiado os movimentos sociais de esquerda socialistas a se reinventarem, assim como tem provocado as forças da esquerda tradicional reformista a repensar e reconfigurar as práticas políticas viciadas, rendidas e burocratizadas focadas na disputa eleitoral.

Em todo o mundo, tais fatores têm contribuído para a fragmentação da organização e da ação política do heterogêneo campo político da esquerda. No entanto, este fenômeno não tem ocorrido com a mesma intensidade no campo político da direita que, além de inspirar-se⁵⁹ nas tendências sociopolíticas explicitadas pela esquerda, também se vale da fragilidade e da baixa combatividade dos movimentos sociais deste campo para fazer avançar ainda mais o projeto neoliberal ou ultraneoliberal; este último manifesto com mais vigor na segunda década do século XXI, como ocorreu no Brasil, no Reino Unido, na Argentina, nos Estados Unidos, entre tantos outros.

Somado a isso, a presença massiva dos jovens nas lutas sociais contemporâneas demonstra que as inflexões da participação social explicitadas nos processos de rebelião das duas primeiras décadas do século XXI também decorrem da deterioração da condição juvenil impactada pela precarização do trabalho e das políticas sociais, bem como pela vivência cada vez mais penosa no cotidiano dos centros urbanos os quais, não por acaso, foram lócus imediato da erupção das lutas sociais no curso do aprofundamento da crise capitalista.

Ainda que de forma incipiente e difusa, os diferentes jovens atores desses tempos, que se anunciam ainda mais sombrios, vêm expressando não só as tensões do sistema político-democrático, mas, sobretudo, a crise do modelo capitalista de civilização. Por meio do revigoramento das lutas sociais, revelaram algumas tendências quanto às formas de ação e

⁵⁹ Ao analisar a onda global de protestos a partir da cultura, Jasper (2016, p. 10) sugere pensar que as “mobilizações de tendências esquerdistas e direitistas inspiram umas às outras”.

organização coletiva que configuraram as resistências sociais contemporâneas (GOHN, 2018; BRASIL, 2014), sobre as quais dedicamos a discussão neste espaço.

Como ponto de inflexão dessas expressões sociopolíticas de resistência social no cenário contemporâneo, como optamos por nominar, destacamos traços das mudanças das formas de fazer política quanto à articulação, convocação, mobilização e organização das estruturas e das lutas sociais. Estas seguem forte tendência de participação social independente das estruturas tradicionais de participação política dos trabalhadores e dos estudantes, entre elas, os partidos políticos, os sindicatos/centrais sindicais, os grêmios estudantis, centros/diretórios acadêmicos e as entidades oficiais do movimento estudantil, especialmente no caso brasileiro.

Isso significa que estruturas como essas já não ocupam o principal espaço de elaboração e direção das manifestações das lutas juvenis-estudantis destes tempos, o que não quer dizer que estas tenham deixado de existir ou de exercer influência sobre as expressões de lutas atuais ou que ainda tenham rompido absolutamente a relação/interação com os movimentos tradicionais, principalmente em situações de intensificação das lutas sociais. As mais recentes expressões de resistência social da cena contemporânea passaram a agregar, majoritariamente, jovens mobilizados por movimentos sociais independentes ou autonomistas, coletivos urbanos (políticos ou culturais) e redes de associativismo.

Esse aspecto, para Garcia, Causen e Jeppeen (2015), marca as lutas sociais em nível global, com importante emergência na América Latina diante dos similares desdobramentos sociais, políticos e econômicos detonados na região com o avanço da crise estrutural do capital deflagrada entre 2007 e 2008, mas também pelas formas similares de participação política assumidas pelos jovens latino-americanos, a exemplo do Brasil, México e Colômbia, como destacam os autores. A efervescência desses processos de luta expressa, sobretudo, “[...] uma larga história de protestos e mobilizações sociais” (GARCIA; CAUSEN; JEPPEEN, 2015, p. 10) deste subcontinente, a exemplo das lutas dos povos tradicionais, dos movimentos populares e estudantis.

Ao analisar as contestações sociais deste século, em diferentes países, entre eles o Brasil, Braga (2017) parte da premissa, com a qual concordamos, de que há uma forte relação entre o avanço das medidas neoliberais no cenário contemporâneo e a intensificação e renovação das lutas sociais deste tempo. Para o autor, o fenômeno da precariedade laboral agravado neste contexto está no centro dessa relação, pois, desde os anos 1970, como apontado no capítulo anterior,

engendra-se um quadro danoso aos trabalhadores que repercutiu, especialmente, no crescimento e prolongamento do desemprego articulado à redução salarial, aumento da instabilidade, desproteção, intermitência e informalidade do trabalho. Esse quadro configurou uma categoria de trabalhadores que o autor nomina como precariado, sendo os jovens o grupo social predominante.

Esse conjunto de fatores, combinados à evolução da burocratização dos movimentos sociais tradicionais, contribuiu para o declínio do poder associativo dos trabalhadores, na medida em que os sindicatos, as centrais e os partidos políticos mais atuantes na pauta do trabalho perderam poder de negociação política e a legitimidade social da classe trabalhadora (e dos filhos dela), já que cada vez mais se revela a impotência desses movimentos tradicionais em alterar ou barrar as mudanças impostas pela reestruturação produtiva face às alterações contemporâneas, como destacado no capítulo anterior. Isso os levou a sucumbir e, muitas vezes, a se corromper aos mecanismos burgueses de administração dos conflitos da democracia representativa, o que resultou no apassivamento prolongado da ação coletiva dos trabalhadores, se compararmos à histórica liderança que exerceram na direção das lutas dos trabalhadores.

Essa configuração tem provocado essas organizações à tematização da importância de reinventar as formas de lutas praticadas por estas. Como aposta Braga (2017), a fragilização do poder de negociação dos sindicatos e o deslocamento do papel das organizações de trabalhadores nos processos de luta:

[...] tem estimulado uma reorientação dos protestos trabalhistas rumo à interpelação dos governos. Nesse sentido, é possível prever que a pressão das bases, isto é, aquela exercida por meio de formas de ação alternativas ao burocratismo trabalhista, deverá representar uma dimensão cada dia mais importante na reinvenção do sindicalismo (BRAGA, 2017, p. 28).

É importante destacar que esse mesmo enredo está posto ao papel dos partidos políticos tradicionais e dos movimentos estudantis, os quais, entre 1960 e final dos anos 1990, marcaram a direção política da juventude em suas organizações e em grandes manifestações e ocupações de fábricas e universidades. Assim, a fragilização e o descrédito dos jovens/militantes em relação às instâncias tradicionais de representação dos trabalhadores e dos estudantes, entre outras instituições da democracia representativa, contribuíram para o surgimento de formas independentes de ação e organização sociopolítica incipientes e pouco articuladas com bases sociais consistentes, como destaca Braga (2017, p. 26, grifo nosso):

[...] as formas de representação das classes trabalhadoras atravessam uma transição na qual as velhas estruturas organizacionais fordistas já não são mais eficazes para alterar

os rumos desse declínio, enquanto *novas experiências organizativas estão ainda em seus estágios embrionários*.

A conjunção entre a crise capitalista (2007-2008) e o esgotamento dos arranjos sociopolíticos da democracia representativa possibilitou uma contenção dos conflitos entre classes, a sua canalização para o parlamento no contexto do século XXI, especialmente nos países que vivenciaram governos ditos de esquerda, centro-esquerda ou progressistas, nutriu insatisfações e dissensos de toda ordem que foram capazes de criar um terreno fértil, mas pouco consistente, para irromper uma onda mundial de mobilizações sociais no início dos anos 2000 (BRAGA, 2017).

Essa onda de protestos⁶⁰ explicitou não só a radicalização das lutas, mas também revelou com maior nitidez um forte estranhamento dos movimentos tradicionais, da academia e de muitos analistas políticos a respeito do caráter político-organizativo dos movimentos sociais autonomistas, dos protestos e das ocupações destes tempos.

Apesar do destaque que aqui será dado aos aspectos político-organizativos dos movimentos sociais do século XXI, é importante demarcar que não partimos do pressuposto de que as mobilizações sociais ao redor do mundo estivessem adormecidas, pois entendemos que o acirramento dos conflitos que expressam a luta de classes manifesta-se de forma intermitente, a depender das oportunidades e demandas sociopolíticas explicitadas. No entanto, é notável que ocorreu um resgate de sua face mais radicalizada, numerosa e com organização independente, conforme revelado em sucessivos protestos, especialmente diante da crise de 2007-2008.

Nota-se uma radicalidade da participação através do tensionamento para o exercício da democracia direta que explora táticas de ativismo e abertura à violência política, ao enfrentamento direto às instituições públicas (ZÚQUETE, 2016), a exemplo da ação dos *Black Blocs* em diversos protestos pelo mundo. Segundo Ferreira (2016, p. 9), antropólogo brasileiro estudioso da sociologia das insurgências e da teoria anarquista:

Em meio aos protestos [deste início de século] ressurgiu o fantasma do “anarquismo”. O *apelo ao anarquismo nesses momentos de crise* se dá em razão da contribuição histórica do anarquismo (como atividade de resistência e subcultura subalterna e como teoria anarquista, representação e legitimidade do poder político), não sendo apenas um efeito da “criminalização”, mas um movimento interno, de baixo para cima, que *questiona a forma de organização centralizada e a representação política mediada pelo Estado*. O grau em que tal fenômeno se expressa no desenvolvimento do

⁶⁰ Encontra-se no item 2.3 a discussão sobre a onda mundial revoltas do século XXI.

anarquismo como identidade e forma de tradição organizativa é muito variado de contexto a contexto (FERREIRA, 2016, p. 9, grifo nosso).

Consideramos que essa onda mundial de revoltas sinalizou em escala mundial as inflexões da participação social predominantemente jovem naquilo que se apresenta como tentativa de reinvenção das lutas sociais contemporâneas, especificamente, quanto às formas de participação e do fazer político.

Entendemos que a reinvenção da forma política é o esforço dos movimentos sociais tornarem a inventar ou reelaborar as conhecidas formas de ação política, configurando-as aos anseios, às características e às particularidades sociopolíticas dos grupos e indivíduos inseridos em um tempo histórico submetidos a determinadas tensões sociopolíticas. Isso exige das organizações de cada tempo, tanto criar práticas como novas abordagens das práticas políticas precedentes de modo que dialoguem com os novos sujeitos políticos, especialmente as novas gerações dispostas ao ativismo.

Não é à toa que a juventude se destaca nos cenários de intensificação das lutas, pois é o grupo populacional que, inevitavelmente, se renova e tem a possibilidade (não como algo natural, muito menos vocacional) de capturar elementos do passado, afirmando-os ou negando-os; mas são, inevitavelmente, expressão do seu presente.

O que seria a tentativa de reinvenção das lutas sociais protagonizadas pelos jovens na atualidade? Entendemos que as expressões políticas de resistência social contemporâneas preservam e intensificam os conteúdos político-organizativos manifestos pelos “novos movimentos sociais” dos 1960 e pelos movimentos altermundialistas dos anos 1990, principalmente quanto ao caráter anti-hierárquico, independente e radical que foram revisitados e renovados dessas lutas precedentes e que configurou o esforço para reinventá-las.

Assim, em nível mundial, em nossa interpretação, o epicentro desse fenômeno desponta com a profusão de organizações sociopolíticas horizontais e fluidas e com a erupção da onda mundial de revoltas que se abriu pouco antes da explosão da crise na América Latina, com a Revolta dos Pinguins em 2006 (processo de ocupação das escolas secundárias pelos estudantes chilenos) e com a explosão de protestos massivos com características similares em diversas partes do mundo, cujo vetor foi a rebelião da Islândia em 2009 contra a quebra da economia do país. No caso brasileiro, isso ocorreu com as Jornadas de Junho de 2013 e as Ocupações de Escolas (2015 e 2016), cuja conexão entre estas engendrou a onda nacional de revoltas da juventude brasileira.

O que essas expressões contemporâneas de resistência preservam em relação aos movimentos sociais expressivamente jovens e radicalizados dos anos 1960 e 1990? A partir de Scherer-Warren (2014), Gohn (2018) e do conteúdo das entrevistas desta pesquisa, foi possível identificar alguns traços similares e heranças de processos políticos anteriores que sugerem pensar que houve um esforço para reinventar as formas de lutas por parte dos jovens e de suas organizações desde o início do século XXI, que exigem, de forma geral e esquemática: mais democracia direta radicalizada; revisão de específicos efeitos do neoliberalismo; e legitimidade do fazer político horizontal e autônomo, se possível, aberto à interpelação digital, como detalharemos a seguir.

No que diz respeito à participação em manifestações massivas, um aspecto preservado e muito destacado pela mídia, pelas análises políticas e pela academia é o perfil jovem predominante dos participantes e das organizações. A juventude persiste sendo o sujeito político de realce da última onda global de mobilizações, como também ocorreu nos anos 1960 e 1990 (SCHERER-WARREN, 2014).

A composição da juventude ativista nos anos 2000, em sua maioria, foi de estudantes (universitários e secundaristas), militantes, ativistas, trabalhadores precarizados, jovens de classe média, jovens de periferia, mulheres jovens, produtores culturais, como também interlocutores de espaços de comunicação e difusão de informações.

A presença de manifestações políticas articuladas a manifestações culturais que enseja uma estética própria é outro traço marcante dos protestos, das ocupações, dos acampamentos e das ações dos coletivos políticos e culturais deste século. Essa também é uma característica que registra o movimento contracultural dos anos 1960 (GOHN, 2018) e marca os movimentos altermundialistas que também exploraram performances artístico-culturais às ações coletivas.

Algumas lutas deste século reavivam o posicionamento político contra opressões de gênero, étnico-raciais e de diversidade sexual como pautas transversais às lutas e intervenções sociopolíticas, como ocorreu nos anos 1960 com a explosão dos “novos movimentos sociais” setoriais, e, na década de 1990, com a incidência desses movimentos setoriais nos protestos e ações altermundialistas, especialmente o movimento negro, feminista e ambientalista. Essa mescla de pautas/temas teve importante realce, por exemplo, no processo de ocupação das escolas na Primavera Secundarista de 2016 no Brasil.

Nessa linha de raciocínio, outro aspecto que se manifesta comum aos movimentos do século XXI é a composição heterogênea desses movimentos (CARNEIRO, 2012; ALVES, 2012) por agregarem grupos plurais e diferentes gerações de sujeitos individuais e coletivos, mas com forte presença de jovens sem qualquer experiência de participação política, sendo estes jovens independentes (aqueles não organizados em partidos e movimentos sociais), estudantes, trabalhadores precarizados e, de forma mais residual, militantes e organizações tradicionais de diferentes frentes de luta.

Os movimentos sociais dos anos 1960, 1990 e dos anos 2000 exploraram muito a prática da ação direta, como protestos, manifestações e ocupações públicas para enfrentar o Estado e dar visibilidade às suas “reivindicações e posicionamentos políticos” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 423).

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o protesto foi a forma de luta de maior realce a partir da revolta dos islandeses em 2009, da Primavera Árabe em 2011, bem como as ocupações de espaços públicos, a exemplo da ocupação da Praça Tahir na capital egípcia, em 2011, do movimento dos Occupys nos Estados Unidos no mesmo ano, o acampamento na praça Puerta del Sol, em Madrid, entre outros.

No Brasil, os protestos são a marca das lutas das Jornadas de Junho de 2013 e a ocupação de escolas foi a maior expressão tática da Primavera Secundarista de 2016, ou seja, utilizaram e reavivaram as reconhecidas formas diretas de manifestação política dos movimentos sociais e dos movimentos estudantis universitários (protestos massivos e ocupações de reitorias), no entanto, com menor anseio para negociar pautas, quando definidas.

Segundo Zúquete (2016), há uma ideia ou um imaginário que conduz as manifestações políticas radicalizadas para uma sociedade mais justa e humanizada, de modo que:

[...] o Estado e o capitalismo têm que ser confrontados através da associação livre, da ajuda mútua e da democracia direta. Essa tríade terá que ser o motor para qualquer eventual “emancipação” [...] a uma globalização escoriada como desumana. [...] A ação direta pode ser expressa de várias formas, mas ela reflete sempre a vontade dos ativistas de deter o controle sobre a sua própria existência. É ação sem mediação, seja de partidos, sindicatos, ou de agentes e instituições do Estado. É uma filosofia de ação que, em princípio, serve para aumentar a sensação de poder (o “empoderamento”) dos que a ela aderem, e a põem em prática (ZÚQUETE, 2016, p. 971).

O que supõe, como consequência, “o desejo e a tentativa, ilusória ou não, de fazer criar uma nova política, e de experimentar práticas políticas e modos de vida alternativos” (ZÚQUETE, 2016, p. 971, grifo nosso) como forma de prática que objetiva antever, vivendo no presente, o

modelo de sociedade almejado, o que denota, segundo o mesmo autor, referência à perspectiva anarquista.

Em grande parte, esses aspectos caracterizam uma forte tendência da atuação política autonomista que se caracteriza pela busca de formas organizativas horizontais como as práticas de autogestão⁶¹ e recusa de mediações de agentes e instituições do Estado, bem como dos movimentos sociais tradicionais de esquerda. Estes são aspectos muito marcados pelos recentes movimentos sociais juvenis-estudantis, nos marcos das transformações globais e regionais no curso da crise capitalista.

Nos acampamentos em praças e nas ocupações das escolas ocorridas no Brasil, à luz das lutas chilenas, por exemplo, primou-se pela de autogestão do espaço escolar, sem lideranças definidas, pautando-se em assembleias para definição dos rumos das ocupações.

O autonomismo explicitado nas lutas da década de 2010 gravita entre ideias socialistas e anarquistas. Essa tendência, como sugere Gohn (2018), pode ser examinada como legado dos movimentos altermundialistas do final dos anos 1990 e dos movimentos sociais dos anos 1960, em particular as revoltas de maio de 1968, quando se tem a expressão mais evidente dos grupos e ideias em convergência.

Embora a relação entre movimento social e educação não seja algo novo (GOHN, 2018), a atuação política dos estudantes secundaristas e universitários brasileiros também sofreu importantes mudanças quanto à conduta das entidades estudantis dos anos 1960 ao final dos anos 1990, como: grêmios estudantis, diretórios centrais de estudantes, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UBES) e partidos políticos de esquerda, os quais exerceram papel fundamental de liderança/direção e organização das lutas

⁶¹ Seguindo a discussão de Luís Antonio Groppo (2006) em seu livro, *Autogestão, universidade e movimento estudantil*, a ideia da autogestão tem importante influência das tradições libertárias e do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon. Essa ideia remonta as experiências cooperativistas de trabalhadores, como também as concepções anarquistas e as ideias socialistas críticas ao modelo centralista soviético, ambas incidentes nos séculos XIX e XX. A autogestão pode ser considerada uma prática ou um processo organizativo de atividades de caráter cooperativo que ocorrem pela ação coletiva em que a tomada de decisões ocorre de forma direta por seus membros executores/participantes, ou seja, de forma horizontal, sem hierarquização ou interferência externa no processo gestor. Tem inspiração na ação direta radicalizada dos movimentos de ocupação de fábricas, mas também como uma defesa alternativa de gestão democrática do espaço fabril. Essa ideia decorre da crítica às gestões centralizadas e burocratizadas do trabalho exercidas tanto por empresas como pelo Estado, seja em regimes capitalistas ou socialistas, os quais, segundo descrição, exercem o domínio econômico e ideológico do trabalhador. Em diversas partes do mundo, os movimentos estudantis dos anos 1960 se apropriaram da ideia de autogestão, especialmente nos processos de ocupação das universidades por inúmeras motivações (por democratização das universidades, contra o racismo institucional, contra guerra do Vietnã, por liberdades individuais etc.) que também impulsionaram a efervescência de lutas sociais nos anos 1960, mas principalmente em 1968.

estudantis, bem como das manifestações ou ocupações políticas dos espaços escolares e acadêmicos.

Gohn (2014a) indica que o caráter de renovação (preferimos busca por reinvenção) dos movimentos e lutas sociais está justamente relacionado a essa negação/distanciamento/independência das formas tradicionais de organização política da democracia representativa (sindicatos/centrais sindicais, partidos, entidades de classe e movimentos estudantis), cujas críticas plasam tanto pela forma quanto pelo conteúdo das práticas políticas.

Quanto à *forma*, alega-se que preservam a formalidade, a disciplina e o compromisso com a organização das ações coletivas, assim como pelas formas hierarquizadas de organização política através do estabelecimento e reconhecimento de lideranças e quadros dirigentes, em geral, distantes da realidade e das formas de organização da juventude contemporânea, como os coletivos (GOHN, 2014). No que diz respeito ao conteúdo, a crítica passa pela descrença sobre a capacidade dessas instituições políticas influenciarem e condicionarem as ações governamentais, legislativas, decisões partidárias etc., frente ao poder do mercado e dos interesses das elites.

Esse tensionamento político vem provocando as sociedades e a própria democracia representativa a se reinventarem frente a essa “nova” forma de socialização política, na medida em que a internet e as redes sociais têm sido cada vez mais utilizadas como ferramentas de comunicação (SUBIRATS, 2011). O uso da internet e das redes sociais é outra forte tendência das expressões contemporâneas de resistência social da juventude, pois, em certa medida, tem substituído a comunicação pessoal dos militantes para articulação das ações coletivas, assim como tem possibilitado ampla publicização virtual destas.

Essas mudanças evidenciam experiências de participação mais imediatas, ou seja, que não precedem de uma organização e não dependem diretamente da intermediação das instituições tradicionais de representação política para apresentação de pautas e agendas políticas. Diante da incredulidade das sociedades e da impossibilidade de obterem respostas das instituições tradicionais, do Estado e do mercado aos problemas sociais e políticos, sujeitos e grupos

mobilizados utilizaram as redes sociais⁶² como forma alternativa de mobilizar e divulgar a ação política (SUBIRATS, 2011).

Consideramos que o elemento virtual de comunicação via internet, redes sociais e TICs nos processos de lutas sociais e no interior da organização dos grupos tem incidido em dois aspectos principais: primeiro, na ampliação do alcance de informações às pessoas, movimentos sociais e coletivos; e, segundo, quanto à perda da organicidade das lutas, da interação entre os sujeitos e da implicação destes nos processos de agitação e, por conseguinte, nos seus desdobramentos (caso a intenção seja negociar de fato as pautas com o poder público ou instituições privadas).

Nesse aspecto, a internet proporciona ganhos por possibilitar a extensão da visibilidade das lutas e dos movimentos sociais, mas, ao mesmo tempo, também produz uma grande impessoalidade no fazer político e atribui um caráter de efemeridade às lutas. Em outras palavras, esse recurso, ao mesmo tempo em que contribui para a explosão de lutas e difusão de notícias, proporcionando-lhe enorme evidência, diante do turbilhão de informações presentes na internet, possibilita também que a luta ou a produção de conteúdo a respeito dela desapareça ou se desmanche com facilidade entre tantas outras notícias e publicações, desde banalidades a matérias jornalistas que ocorrem corriqueiramente na dinâmica virtual (vide as *timelines* do Facebook, Twitter e Instagram ou a infinidade de vídeos disponibilizados a partir do Youtube sobre os mais diversos temas). A luta ganha e perde foco com muita facilidade, a atenção sobre elas é facilmente substituída por outra coisa.

Acreditamos que essa forma de comunicação cria uma falsa impressão de que as pessoas/movimentos sociais estão efetivamente em contato e mobilizados, que as publicações e as divulgações feitas pelos canais virtuais causam um efeito sociopolítico para a mudança do *status quo*. No entanto, essas ferramentas inegavelmente fazem parte da socialização das

⁶² A mobilização social neste contexto ocorreu muito mais por meio da convocação e do compartilhamento de informações acerca das marchas, protestos, ocupações e greves, através do recurso das redes sociais como Facebook, Twitter, Youtube, Instagram. Isso foi facilitado pelo uso de celulares e *smartphones* conectados à internet, cuja tecnologia permite o registro e o compartilhamento imediato de áudios, vídeos e imagens com excelente resolução/captação. O Facebook, em especial, permite criar eventos e disparar convites a incontáveis sujeitos “amigos” que desejar, bem como compartilhá-los em seus murais virtuais (as *timelines*). Os eventos mencionados, neste caso, são os atos públicos, protestos, marchas, assim como as reuniões de organização e mobilização para estes. Esses recursos, inegavelmente, possibilitaram uma enorme capacidade e agilidade de comunicação e divulgação dos movimentos sociais deste século, não somente para seus territórios com a população adjacente, mas para o mundo conectado, principalmente entre aqueles mais atentos ao cenário político. Segundo Tostes e Silva (2015), as redes sociais permitiram aos manifestantes trocar experiências em diferentes locais, bem como denunciar atos de repressão policial em tempo real. Isso gerou “[...] uma rede de solidariedade do movimento, servindo para fortalecer e promover os movimentos” (TOSTES; SILVA, 2015, p. 252).

pessoas no mundo contemporâneo e da dinâmica política, sendo assim, é impossível negá-las, pois também são recursos usados para a mobilização das lutas e das organizações.

Sobre outras tendências do ativismo no século XXI, é fundamental destacar a ampliação dos *coletivos* urbanos de jovens, sejam eles coletivos midiativistas (SCHERER-WARREN, 2014), coletivos culturais, coletivos de jovens articulados à defesa da cultura, das identidades étnico-raciais, das mulheres, da população LGBTI+, como também coletivos mobilizados pela defesa dos direitos à cidadania.

No caso brasileiro, tanto nas Jornadas de Junho de 2013 como nas Ocupações de Escolas em 2015 e 2016, os jovens e os estudantes urbanos buscaram, segundo Gohn (2018), se manterem distantes dos partidos políticos e das entidades citadas, estabelecendo maior articulação com coletivos, movimentos e ativistas “independentes” mobilizados pela defesa dos direitos à cidadania). Neste caso, o Movimento Passe Livre atuava na defesa do direito à mobilidade urbana, e o Coletivo “O Mal Educado” atuou em defesa da educação, os quais exerceram importante papel no delineamento inicial para a explosão das lutas ao influenciarem a perspectiva político-organizativa e a difusão dessas lutas em todo o país.

Ao analisar os movimentos altermundialistas, Gohn e Bringel (2014) indicam que o caráter renovador desses movimentos coexiste com a herança histórico-cultural acumulada, ou seja, com aqueles elementos político-organizativos e ideológicos que perduram ao longo do tempo e são reproduzidos ou rompidos pela militância futura. Nesse sentido, concordamos com os autores ao dizerem que “[...] os movimentos sociais podem ser entendidos como objeto/sujeito privilegiado de atores e práticas sociais que, assim como as identidades, estão em contínua reinvenção” (GOHN; BRINGEL, 2014, p. 12), ou seja, trata-se de uma tendência dos processos de organização política e das lutas sociais na dinâmica da história.

Gohn (2014b) sugere pensar que os movimentos do presente, embora também sinalizem características específicas, possuem traços das experiências de um legado de práticas e memórias dos movimentos sociais antecedentes, que ora recrudescem, ora se mantêm paralisados, os quais, “[...] em dadas ocasiões reaparecem, e se articulam com os fatos do presente, reagrupam forças sociopolíticas, reconstroem identidade dos grupos e movimentos, rompendo com as formas de dominação” (GOHN, 2014b, p. 27-28).

No entanto, concordando com Garcia, Clausen e Jeppensen (2015), é importante salientar que as expressões políticas de resistência social destes tempos mostraram que têm a capacidade de

reunir massas, sem necessariamente se identificarem como classe. Ainda assim, estas têm produzido significado de rebeldia e consciências críticas que foram incorporadas por indivíduos e organizações desarticuladas, notadamente jovens, com potencial maior ou menor de “[...] influir nas agendas políticas locais e às vezes nacionais, a partir de pontos de vista e experiências de vida experimentadas às margens das sociedades” (GARCIA; CLAUSEN; JEPPESEN, 2015, p. 10).

A partir da literatura examinada, da propagação da onda mundial de revoltas do século XXI e da observação da onda nacional de rebeliões, consideramos como tentativa de reinvenção das formas de participação e de fazer política: a ampliação da heterogeneidade da composição social, a presença menos marcante de tradicionais lideranças políticas ou grupos explicitamente dirigentes, o revigoração da tradição anarquista pela fluidez e radicalização das ações diretas com massivos protestos e ocupações, a independência e autonomia em relação a partidos, sindicatos ou entidades estudantis oficiais ligados à esquerda tradicional, o uso intensivo da internet e das redes sociais na comunicação e mobilização e a horizontalidade na organização, dando forma aos anseios por mais democracia ou por uma democracia de novo tipo.

É possível dizer que todos os aspectos citados não são essencialmente novos aos movimentos sociais, no entanto, como parte do movimento da história, denotam continuidades e rupturas com as experiências passadas e se apresentam de forma mais intensa do que as formas de ação e organização sociopolítica explicitadas pelos movimentos sociais dos anos 1960 e 1990. Essas expressões contemporâneas de participação sociopolítica demarcam suas diferenças em relação aos movimentos sociais tradicionais organizados e suas práticas políticas, por defenderem uma conformação e organização alternativa a estas, baseada na organização horizontal, sem lideranças ou representações, enfatizando o caráter autonomista em relação ao Estado, aos partidos políticos, a igreja etc., como indica Gohn (2017).

Mas, há aspectos particulares ou novos em relação aos movimentos de 1960, 1990 e os tradicionais? Avaliamos que as expressões contemporâneas de resistência social interpelaram maior visibilidade das demandas, por meio da virtualização destas por intermédio da internet e redes sociais. Outro aspecto diz respeito à exigência e à profusão de um exercício político mais próximo da realidade da vida cotidiana, por meio da ampliação das ações coletivas territorializadas ou identitárias, ou seja, a partir das vivências imediatas dos sujeitos, como é o caso da ação e organização sociocultural e sociopolítica dos coletivos. O coletivo, enquanto

espaço, é a forma de ação e (des)organização⁶³ sociopolítica que melhor sintetiza esses traços de reinvenção, como veremos no item a seguir.

4.2.1 Os Coletivos: forma contemporânea de participação sociopolítica e sociocultural da juventude

De acordo com Gohn (2017), os coletivos são formas alternativas de atuação social ou política eminentemente jovem, podendo ser contestatórios ou não. Estes apresentam destacada influência de ideias anarquistas e libertárias e se organizam como espaços que congregam, em geral, ativistas ligados às questões artístico-culturais. Mas, não se limitam a isso; acrescentamos, a essa indicação da autora, que há uma diversidade de coletivos que atuam sobre os mais variados temas, sejam aqueles ligados ao debate da democratização da mídia, outros voltados à realização de ações e intervenções territoriais de cunho socioeducativo e cultural. Os coletivos utilizam manifestações artístico-culturais para desenvolver intervenções sociais por meio de oficinas, ações e eventos que agregam jovens tanto para o lazer, como para os debates étnico-raciais, feministas, da cultura urbana e da periferia etc.

Os jovens do século XXI encontraram nesses espaços alternativas de participação e de exercício da cidadania que se diferenciam dos espaços tradicionais ou institucionais, como os partidos políticos ou o movimento estudantil e suas entidades oficiais. A partir desses espaços alternativos de participação e organização sociopolítica e sociocultural, reafirmam não só ideologias, mas também demandas sociais, especialmente demandas de caráter sociocultural (CORREA, 2013).

São agrupamentos ou formas de associação expressivamente compostas por pessoas jovens agrupadas ou articuladas em torno de pautas sociopolíticas ou temas mobilizadores, como negritude, mulheres, arte e cultura, LGBTI+, por mobilidade urbana, por espaços públicos etc.

⁶³ Usamos a expressão (des)organização para destacar que os coletivos não necessariamente seguem uma forma de organização, tal qual os movimentos sociais tradicionais, muitos deles fazem questão de se opor a alguma forma de institucionalidade. No entanto, para existirem e, minimamente, para realizarem qualquer ação cultural, social ou política, requerem uma mínima definição de prioridades, tarefas e responsabilidades, e, mesmo que isso não obedeça a alguma formalidade, em geral, se associam e se organizam de forma livre, baseada em cooperação ou na auto-organização, o que, muitas vezes, expressam desorganização ou fluidez.

Diferenciam-se também por seus objetivos, formatos e ações, ou seja, não seguem necessariamente referências ou padrões organizativos, como indica Gonçalves (2017).

No Brasil, os coletivos estão mais evidentes a partir dos anos 2000, mesmo não manifestando algo absolutamente novo, esses formatos participativos atingem seu auge entre os jovens neste contexto de crise e desilusão com a dinâmica da vida cotidiana nos centros urbanos que os impacta de forma imediata, com os rumos da democracia representativa e com as instituições tradicionais de participação política.

Mas, o que os Coletivos têm em comum? Em sua maioria surgem de forma independente, especialmente no contexto urbano, diante do modo como vivem o cotidiano, como sentem a realidade que os cerca e os conforma (CORREA, 2013; GONÇALVES, 2017). A isso incluímos as insuficiências e descasos do poder público no campo das políticas públicas, a desigualdade regional, as injustiças sociais, de gênero, étnico-raciais, de orientação sexual, entre outros temas.

Os coletivos primam por ações sociopolíticas de caráter direto, muitos realizam ações de intervenção social, principalmente nas periferias dos centros urbanos. Esses se constituem de forma autônoma, horizontal, independente e preferem a autogestão como forma de organização e opõem-se a centralização como expressão de um comando externo, de uma direção para o movimento que não é definida por seus participantes. Em geral, possuem uma organização fluida, que se caracteriza pela ausência de uma forma rigidamente definida de comando ou coordenação não definindo assim regras de participação e de tomada de decisões, o que torna a organização suscetível a atuação frágil e inconstante de militantes, o que limita muito a capacidade de promover mudanças. Os coletivos podem se configurar como espaços de libertação ligados à experimentação de criação, de rebelião, de recriação de utopias emancipatórias, mesmo que suas práticas sociopolíticas e ações coletivas sejam fugazes. São valorizadas como sendo algo que pode ser construído no cotidiano a partir de experiências subversivas à ordem das sociedades capitalistas, caráter que Zúquette (2016, p. 985) indica ser uma das “[...] consequências do anarquismo no ativismo global”.

A internet e as redes sociais são ferramentas importantes de comunicação entre os membros e com a sociedade, mas também favorecem a sua organização (limitada), a mobilização de outros sujeitos, bem como a divulgação de suas ações.

Nesse sentido, consideramos que os Coletivos são expressões contemporâneas de resistência social, política e sociocultural da juventude que, mesmo com fragilidade organizativa, se configuram como espaços de participação social e de ativismo das juventudes.

A discussão sobre coletivos é fundamental nesta pesquisa, pois tanto o Movimento Passe Livre quanto o coletivo “O Mal Educado” – ambos estudados nesta pesquisa –, se comparados aos movimentos sociais tradicionais, assumem muitas características de participação social tal qual a forma Coletivo, conforme trataremos no decorrer deste trabalho.

4.3 A ONDA MUNDIAL DE LUTAS URBANAS NO CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA (2007-2008)

De acordo com a literatura analisada, há um relativo consenso de que as lutas e revoltas deste início de século eclodiram por volta de 2009 no contexto da explosão da crise capitalista despontada entre 2007 e 2008. Entretanto, um pouco antes, em meados de 2006, a Revolta dos Pinguins no Chile já sinalizava o esgotamento da política neoliberal no campo da educação e explicitava tentativas de reinvenção das formas de organização e ação política dos jovens estudantes. Observa-se nesta luta certa radicalidade por recuperar e revigorar elementos político-organizativo dos “novos movimentos sociais” dos anos 1960 e dos movimentos altermundialistas dos anos 1990 com forte influência autonomista, especialmente por meio da ocupação dos liceus secundários. Mas um novo pico de mobilizações ocorreu no país em 2011 e 2012, mas, desta vez, mobilizado pelos jovens universitários que levou o país a um ciclo intenso de lutas nesse ínterim.

Entre os movimentos juvenis e estudantis da América Latina, em um processo anterior ao recrudescimento dos movimentos em nível global, mas no curso dos desdobramentos do avanço neoliberal, o movimento estudantil chileno destacou-se pelo pioneirismo quanto ao revigoramento da ação política radicalizada, independente e autogestionária (aspectos ainda pouco evidenciados entre as grandes lutas juvenis-estudantis, no entanto foram muito evidenciados a partir desta onda mundial de revoltas), que persistiu em 2012 neste país. Os estudantes chilenos contestaram, em termos gerais, os graves desdobramentos da privatização da educação e a desqualificação desta política ocorrida em um país que serviu de vitrine para o mundo por sua ampla adesão à agenda neoliberal, especialmente para os países latino-americanos.

Nestes seis anos, as mobilizações – não isentas de flutuações – se espalharam para outros setores sociais, como trabalhadores (principalmente os precários e subcontratados), associações de usuários, organizações ligadas a problemas habitacionais [...], grupos LGBTI, grupos ambientais e defesa dos recursos naturais, e as comunidades mapuche já mobilizadas no sul do país. Essa confluência de vários grupos mobilizados concentrados em poucos anos e com ações visíveis nas ruas pode ser analisada como a constituição de um ciclo de protestos [...] que chocou muitas das bases que a sociedade chilena parecia ter consensuado na transição democrática, abriu oportunidades políticas disruptivas e obrigou a buscar soluções alternativas (VOMMARO, 2015b, p. 59, tradução nossa).

Em nossa interpretação, essas lutas revisitaram as formas de mobilização e organização social e política das experiências históricas dos movimentos sociais dos anos 1960 e dos anos 1990, ao agirem com independência na relação/interação com os movimentos sociais tradicionais.

No contexto chileno, de acordo com Gómez Leyton (2006), por meio de protestos massivos, não vistos desde a democratização daquele país (1990), os estudantes protestaram contra o sistema educativo nacional (privatizado, mercantilizado e subvencionado pelo Estado). No Chile, “[...] a educação se transformou em um negócio rentável e lucrativo para o capital privado” (GOMÉZ LEYTON, 2006, p. 111, tradução nossa) e oneroso para a população. Isso levou o sistema educacional a uma crise que vem sendo ressentida, principalmente, por quem dela necessita ou se endivida para acessá-la por meio dos mecanismos de financiamento, principalmente privados, ou seja, as famílias e os filhos da classe trabalhadora.

Seu estopim ocorreu no primeiro mandato da presidenta Michele Bachelet (2006 a 2010)⁶⁴ do Partido Socialista do Chile, depois de sua posse em 2006, quando os protestos eclodiram reivindicando ao governo, a partir daquele momento, a urgência do cumprimento dessa histórica reivindicação. Por essa pauta, o governo Bachelet foi tensionado pelos estudantes durante todo seu mandato (GOMÉZ LEYTON, 2006).

Repreendidos pelas forças de segurança e sentenciados pela mídia como vândalos, em 2006, as reais demandas dos estudantes chilenos, a princípio, foram silenciadas em favor das notícias sobre os danos patrimoniais decorridos das manifestações. Isso gerou uma revolta ainda maior, levando os protestos a se avolumarem das ruas para o interior das escolas secundárias por quase dois meses, quando a experiência de organização política autogestionária, por meio das ocupações das escolas, ganhou evidência e respaldo da sociedade (AGUILERA RUIZ, 2008).

⁶⁴ O segundo mandato da presidenta ocorreu entre 2014 e 2018.

Isso obrigou tanto o governo chileno como a mídia a alterarem seus discursos, passando a enaltecer os estudantes por sua capacidade criativa de expressão e organização das lutas (AGUILERA RUIZ, 2008). Esse movimento, ocorrido no mesmo ano de 2006, ficou conhecido como Revolta dos Pinguins⁶⁵, em alusão ao tradicional uniforme (terno e gravata) dos estudantes secundaristas (GOMÉZ LEYTON, 2006).

O destaque à proeminência dessa luta secundarista tem estreita relação com o debate que aqui tecemos, da relação da emergência das lutas sociais frente às crises capitalistas e seus desmontes. Nesse sentido, consideramos que se trata de um movimento de massa de jovens em contestação aos efeitos do desmonte neoliberal na área da educação. Vale aqui lembrar que o Chile foi o país latino-americano pioneiro na adesão às medidas neoliberais, o qual admitiu ampla privatização da educação em todos os níveis, o que condicionou a precarização da residual educação pública.

Outro elemento fundamental é a radicalidade do meio de luta utilizado, a ocupação, o que é comum entre universitários, operários, mas não entre estudantes secundaristas tão jovens. Isso, para nós ecoa a radicalização assim como se mostra uma semente da onda de revoltas que se seguem com o aprofundamento da crise capitalista em 2008 e da reação burguesa decorrente. Cabe ainda mencionar que a Revolta dos Pinguins inspirou a emergência do movimento de ocupação de escolas secundárias no Brasil (2015 e 2016) e na Argentina em 2016.

Pela forma de luta, pela radicalidade delas, por expressar reação à precarização da política de educação em função do avanço neoliberal e pela retomada deste processo em 2011 no contexto de aprofundamento da crise capitalista, compreendemos que a onda mundial de revoltas da juventude da primeira década do século XXI emergiu na América Latina a partir do ciclo de revoltas chilenas.

É importante sinalizar ainda que esse movimento de ocupação inspirou lutas estudantis de outros países, como Argentina e Brasil, demonstrando que o solo castigado pelo capitalismo contemporâneo é fértil à rebeldia dos sujeitos das regiões mais afetadas pelas medidas liberalizantes. As ocupações chilenas foram amplamente debatidas em nível acadêmico e estas

⁶⁵ Sobre este movimento, ver documentário *La Revolución de los Pingüinos* (2008), **dirigido por** Jaime Díaz Lavanchy.

podem ter anunciado que a participação juvenil sofreu modificações importantes que se conectam a mais recente onda internacional de manifestações.

Em nível mundial, a explosão de uma onda de protestos e ocupações de espaços públicos foi marcada pelo ato desesperado de um jovem trabalhador ambulante da Tunísia em dezembro de 2010. Este, ao atear fogo ao próprio corpo após saber do confisco de suas mercadorias e da tentativa de suborno por parte dos agentes públicos, conseguiu provocar a indignação popular há décadas alimentada por um contexto marcado por ditaduras liberais e corrupção, não só em seu país, mas em muitos países do mundo árabe (CHAVES, 2015; ACHCAR, 2016). Esse ato trágico ocorreu, não ao acaso, em frente à sede do governo local da cidade de Sidi Bouzid, onde foi filmado e, posteriormente, publicado na internet, através das redes sociais, o que ganhou uma grande visibilidade (GOHN, 2014a; CHAVES, 2015).

Esse protesto individual que levou à morte do jovem tunisiano, em janeiro de 2011, foi o estopim da indignação do povo árabe, ao mesmo tempo em que, de onde partiu, simbolizou a dura crítica da juventude ao Estado autoritário castigado pelo governo Zine el-Abidine Ben Ali, que ocupava o cargo desde 1987.

A questão intrigante está no fato desse evento ter sido capaz de sensibilizar e catalisar a revolta de milhares de pessoas diante da reação do poder público em relação ao caso, levando não só os jovens tunisianos a manifestações massivas e pacíficas em ruas e praças, mas toda a região árabe, o que tensionou as ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen, levando à sua ruína. Tais acontecimentos ficaram mundialmente conhecidos como Primavera Árabe (CHAVES, 2015).

Gilbert Achcar (2016, 2017) prefere nominá-las como Revoltas Árabes⁶⁶, por atribuir a este levante, diante de sua magnitude, um processo de abertura revolucionária duradouro. Esse autor avalia que tal explosão já vinha sendo anunciada na região, mesmo antes do levante, por meio de protestos locais na Tunísia e no Egito, por exemplo. Nesse sentido, o autor indica que essas revoltas, ao explodirem, anunciaram quão ancoradas estão em uma complexidade maior, que

⁶⁶ Gilbert Achcar, professor de Estudos de Desenvolvimento e Relações Internacionais na Escola de Estudos do Oriente e da África, da Universidade de Londres, explica que os desdobramentos deste processo oscilam entre conquistas e derrotas, revoluções e contrarrevoluções. Um cenário de guerra assombra a região, mas este mesmo autor considera que isso não pode servir de pretexto para lamentar a derrubada dos governos totalitários, como se o cenário anterior fosse melhor. Sugere que se analisem as Revoltas Árabes a partir de seu potencial de transformação, naquilo que estas podem anunciar para mudanças necessárias e estruturais (ACHCAR, 2016; 2017).

envolve o anseio por liberdade política e um acúmulo de opressão e indignação popular diante do contexto autoritário, de conflitos religiosos, assim como do baixo crescimento econômico e alto desemprego que afetam especialmente os jovens e as mulheres.

De acordo com Carneiro (2012) e Gohn (2014a), o impactante levante árabe inspirou uma onda de mobilizações grandiosas em diversas partes do mundo, a priori, nos países mais atingidos pela intensidade da mais recente crise estrutural do sistema capitalista. Nesta perspectiva, sua vizinha, a Europa, foi a primeira a estremecer. Países como Espanha, Grécia, Portugal, Islândia, Itália, Grã-Bretanha, entre outros, foram palcos de manifestações, ocupações de praças públicas e marchas numerosas, a partir de 2011 (GOHN, 2014a).

Menos citados pelos textos consultados, mas antecedentes à Primavera Árabe, estão os protestos reativos à quebra da economia e contra as medidas de austeridade arbitrárias no contexto de explosão da crise de 2008 em países como a Islândia (entre 2008 e 2009) e a Grécia (entre 2010 e 2012), onde também foram deflagradas greves. Nesses países, a crise está no centro das contestações.

Seguindo a onda de lutas de resistência contra as medidas de austeridade, os protestos em Portugal têm início em 12 de março de 2011, com o protagonismo do movimento Geração à Rasca⁶⁷ (ou 12M, nominado em alusão à data, formato que inspira as mobilizações até a atualidade). Em seguida, iniciaram os movimentos na Espanha, a partir de 15 de maio do mesmo ano, através do movimento Indignados⁶⁸ (ou 15M, seguindo a mesma tendência de evidenciar os protestos pela data de sua eclosão). Neste contexto, o sul europeu amargava os desdobramentos regressivos da crise estrutural do capitalismo que atingiram a Europa mais incisivamente em 2009 (TOSTES; SILVA, 2015).

⁶⁷ “Em Portugal, este ciclo teve o seu momento fundacional com a manifestação do 12 de março de 2011. Organizada a partir de um apelo inicial no espaço dos fluxos da Internet, foi o primeiro protesto convocado fora de qualquer estrutura tradicional que encheu as ruas de várias cidades do país, tendo tido a adesão de cerca de meio milhão de pessoas. A identificação de uma condição comum associada à precariedade entre os jovens – a denominada Geração à Rasca – produziu um sentimento de união e de reconhecimento que ultrapassou o ciberespaço e se materializou na ocupação do espaço público urbano. Essa manifestação foi intergeracional na sua composição e muito diversa no tipo de reivindicações que ali se exprimiram, com as questões do trabalho e do emprego a terem predominância, mas onde o descontentamento face ao Governo, aos agentes políticos em geral e à corrupção tiveram também um peso relevante” (SOEIRO, 2014, p. 62).

⁶⁸ O movimento *Indignados* chegou a 170 cidades espanholas (GOHN, 2014a). Diante da “falta de confiança e de legitimidade no sistema e a falta de identificação com os partidos tradicionais, abrem as portas para a institucionalização do movimento e o surgimento de um novo partido político”, o *Podemos* (TOSTES; SILVA, 2015, p. 255).

O contexto da crise somado à insuficiência de políticas públicas capazes de impulsionar a transição geracional⁶⁹ entre o mundo juvenil e adulto gerou um cenário adverso ao atendimento dos interesses e das necessidades sociais da juventude, um quadro desfavorável a sua existência, à sua proteção social e à sua entrada e permanência no mercado de trabalho (RUIZ; ERANSUS, 2014).

Na Europa, essas expressões contemporâneas de resistência social tenderam a reclamar, principalmente, a conservação dos direitos constituídos pelo Estado Social fortemente ameaçados pelas medidas regressivas neoliberais.

Este também foi um cenário inspirador aos Occupys (Ocupas) que se espalharam por inúmeras cidades norte-americanas. Iniciado em Nova Iorque, o Occupy Wall Street ocorreu entre setembro e novembro de 2011, por meio de acampamento no Parque Zuccotti, em Manhattan. A horizontalidade na condução e divisão voluntária de tarefas (por setores, desde a organização da alimentação, até a comunicação do processo) caracterizou a ação dos 200 ocupantes, aproximadamente (GOHN, 2014a). Nesta, o mote “[...] que de fato sensibilizou e mobilizou a população foi: “Injustiças perpetradas por 1% da população – elites política e econômica –, afetam os 99%, nós. Ocupem *Wall Street*” (GOHN, 2014a, p. 39).

Esse movimento representou uma emblemática ocupação política do espaço onde se concentra o maior centro econômico do mundo, cujas críticas e inquietações dirigiram-se ao capitalismo financeiro, em última análise. A partir desse momento, manifestações desta natureza se espalharam por diversos países do mundo⁷⁰, com forte incidência na América Latina, inclusive no Brasil (GOHN, 2014), com erupção da onda nacional de rebeliões iniciada com as Jornadas de Junho de 2013 e o sucessivo processo de ocupação das escolas.

⁶⁹ Nesses países, a sociedade regulada, constituída nos anos de ouro do capitalismo, foi atravessada pelas mudanças estruturais que afetaram incisivamente os processos de transição geracional entre o mundo juvenil e adulto, tornando-os também complexos e desiguais (ABAD, 2005). Para Ruiz e Eransus (2014), as variáveis, idade e trabalho, associadas à fragilidade de políticas sociais (primordialmente habitacionais e de proteção ao desemprego) são aspectos determinantes ao trânsito para a vida adulta.

⁷⁰ Conforme indica Chaves (2015, p. 17), “O site *Occupy Together* (occupytogether.com) registrou mais de mil ocupações em todo o planeta nessa época, que reivindicavam um novo modelo de cidade, de país e de mundo”.

4.3.1 A emergência das rebeliões dos jovens latino-americanos no século XXI

Na América Latina, essa ascensão de mobilizações sociais foi expressiva em países como Chile (desde 2006), Colômbia, México, Argentina, Brasil, entre outros, cujas respostas de contestação ao avanço do neoliberalismo também emergiram nas ruas, através de manifestações massivas, mas também por meio de ocupações⁷¹ de espaços públicos, principalmente de escolas. E, novamente, foi o segmento juvenil quem protagonizou as expressões políticas de resistência social deste início de século, o qual, em grande parte, explorou a criatividade, as linguagens e as mídias sociais em suas ações, ao passo que também encararam forte repressão policial e a criminalização de suas ações (MARCIAL, 2013; AGUILERA RUIZ, 2013; MARTÍNEZ, 2016).

Dentro de todo esse contexto, os jovens latino-americanos atuam dentro dos limites do possível sob pena de serem violentamente reprimidos se os transgridem; o que acontece cada vez com mais frequência. A história dos movimentos juvenis em nosso subcontinente, pelo menos daqueles em que a presença de jovens é significativa (trabalhadores, estudantes, guerrilheiros, grupos culturais indígenas, alternativos, dissidência sexual etc.), contém uma herança radical política que em ocasiões é retomada, reelaborada e colocada em prática por alguns grupos e movimentos sociais (MARCIAL, 2013, p. 32, tradução nossa).

É importante considerar que nesta região, de dimensão subcontinental, o fosso deixado pelos impactos neoliberais, desde os anos 1980, se comparadas aos países centrais, é ainda mais profundo e as possibilidades de superação do quadro de desigualdade⁷² estabelecido são ainda mais reduzidas pelo caráter dependente de nossas economias.

Martínez (2016), Mayorga (2017) e Mayorga, Marcial e Aguilera Ruiz (2013) indicam que este enredo conformador da realidade latino-americana é determinante da explosão das rebeliões juvenis-estudantis do século XXI, assim como da organização dos movimentos sociais rurais,

⁷¹ Nesta região, o principal alvo dos Ocupas foram as escolas públicas de ensino médio (Brasil) ou secundárias (Chile e Argentina). Em menor grau, as universidades.

⁷² Os países latino-americanos por sua condição historicamente dependente e subordinada à dominação da acumulação mundial capitalista (CARCANHOLO, 2017a) vivenciam profunda desigualdade social, uma realidade que evidencia o contraste socioeconômico em relação aos países centrais. Nos países latino-americanos, a instabilidade econômica é regra, os índices de desemprego e pobreza são gigantescos. Grandes parcelas da população convivem com diversos tipos de violências, com a favelização e com os conflitos no campo e no centro urbano. A desigualdade étnico-racial e de gênero, bem como o empobrecimento de idosos e jovens, afeta profundamente o padrão de vida desses segmentos. Desde os anos 1980, ampliam-se as privatizações, a insuficiência dos gastos públicos e a precarização de políticas sociais, reduzindo assim o acesso da população à satisfação de necessidades sociais básicas. Tudo isso associado às macromedidas de mercantilização dos recursos naturais e da terra, espoliação e criminalização dos movimentos sociais revelam a precária condição de dependência latino-americana.

urbanos e indígenas deste subcontinente, como indicam Galvão (2009) e Amorim e Arias (2009).

Entre 2011 e 2013, outros ciclos de protestos de rua se intensificaram no Chile com mobilizações majoritariamente compostos por estudantes, mas que também agregaram jovens sindicalistas e o tradicional movimento Los Pobladores⁷³ (AGUILERA RUIZ, 2013).

A Movilización Callejera, como nomina Aguilera Ruiz (2013), a partir de 2011, passa a compor o contexto global de manifestações. Neste país, o mote das lutas de resistência juvenis-estudantis foi novamente a educação, mas agora o foco é o ensino superior. O caráter cultural e artístico marcou a estética dessa onda de manifestações (MARTÍNEZ, 2016).

Nesse cenário, convocados pela Confederação de Estudantes do Chile, durante aproximadamente seis meses ocorreram marchas e protestos massivos. Inicialmente, os jovens estudantes demandaram a gratuidade da educação superior pública; entretanto, inspirados pelo legado da Revolta dos Pinguins e com a adesão da sociedade e das entidades representativas da educação secundária, as reivindicações se estenderam ao ensino público gratuito em todos os níveis (MARTÍNEZ, 2016).

Mesmo assim, as respostas governamentais persistiram em apenas ampliar as formas de financiamento e a política de bolsas para acesso ao ensino superior, assim como intensificou a repressão às manifestações (MARTÍNEZ, 2016).

Com intensidade distinta, entre 2012 e 2013, as mobilizações no Chile perseveraram, pois a pauta pela gratuidade da educação se consolidava, ao passo que o diálogo entre movimento social e governo não evoluiu naquela ocasião (MARTÍNEZ, 2016). Somente em 2018, a sociedade chilena pareceu vislumbrar uma conquista, fruto desses doze anos de luta, pois em

⁷³ O movimento social chileno, Los Pobladores (Movimento de Moradores), é um movimento popular urbano de luta por moradia que iniciou seu processo de organização a partir das ocupações dos terrenos desocupados nos anos 1950. Todavia, este movimento teve maior atuação no final dos anos 1960 e início de 1970, num contexto de articulação dos movimentos e partidos de esquerda no país até o governo democrático e socialista de Salvador Allende (1973-1973) (CORTÉS, 2014). Trata-se de um movimento nacionalmente reconhecido que centralizou a luta e organização de acampamentos urbanos, o qual exerceu importante papel político no contexto de forte polarização política do país. Estes ficaram conhecidos como los pobladores, um movimento de moradores de caráter autônomo, pautado na organização comunitária dos espaços para urbanização dos terrenos ocupados sem qualquer estrutura de habitabilidade. Esse processo também contou com alianças, apoios e solidariedade de militantes e partidos de esquerda, da Igreja Católica e do movimento de trabalhadores, o que contribuiu para resistirem aos despejos por parte do Estado e para organizarem as ocupações com vistas à construção do processo de urbanização. Este era também um mecanismo para tensionar as autoridades a atender as necessidades sociais dos moradores (CORTÉS, 2014). “O processo de ascensão das lutas dos moradores foi interrompido com o golpe de Estado que depôs o governo de Salvador Allende em 1973” (CORTÉS, 2014, p. 247, tradução nossa).

março deste ano, no final do mandato de Bachelet, o Congresso chileno aprovou a lei federal do ensino superior que estabeleceu sua gratuidade universal (CARTA CAPITAL, 2018).

De acordo com Martínez (2016), na **Colômbia**, 2011 também marcou um período de levante dos movimentos juvenis-estudantis apoiados pela organização estudantil Mesa Amplia Nacional Estudiantil (MANE). Como no Chile, esses movimentos contestatórios emergiram contra o modelo de educação vigente, mas também contra os retrocessos anunciados naquele período para essa pasta. Os estudantes colombianos contestaram o anúncio da reforma da educação superior do país, no que diz respeito à intensificação da liberalização dos mecanismos de financiamento público para atender demandas do mercado, cujo conteúdo fere o acúmulo de propostas que vinham sendo construídas pelas organizações e coletivos estudantis para a educação superior do país.

Isso ocorreu através de uma jornada de mobilizações que agregou, assim como no Chile, protestos tradicionais e festivais com forte apelo criativo, cultural e artístico, o que favoreceu obter maior visibilidade e sensibilidade social, bem como midiática; todavia, sob o risco de perder do foco a pauta central. Mesmo assim, sua radicalização ocorreu a partir de uma greve estudantil que teve duração de um mês. Essa greve abriu caminhos para a conquista da revogação do projeto de lei que previa a reforma da educação superior (MARTÍNEZ, 2016).

A pauta da defesa da democratização da mídia esteve na linha de frente do movimento **mexicano** #Yosoy132⁷⁴, protagonizado por jovens universitários (de instituições de ensino públicas e privadas) em protesto direto à manipulação midiática que trabalhou para definir processos eleitorais, neste caso, em favorecimento à candidatura de Henrique Peña Nieto às eleições presidenciais de 2012. Isso gerou uma contraofensiva do partido do candidato, bem como dessa mesma mídia televisiva tendenciosa, o que pôs em marcha uma cadeia de mobilizações que foram se unindo ao movimento detonante, aglutinando posicionamentos variados, pautas sociais heterogêneas e outros movimentos sociais consolidados (MARTÍNEZ, 2016).

⁷⁴ Nome popularizado pelo uso de *hashtag* (#) indica um chamamento, que se costuma utilizar nas redes sociais (Facebook e Twitter) para evidenciar uma expressão de qualquer natureza. Neste caso, evidencia o apoio e a convocação aos protestos. De acordo com Martínez (2016), o número 132 simboliza a solidarização da sociedade à luta, bem como a intenção de impulsionar a continuidade das mobilizações detonadas pelos estudantes da Universidade Iberoamericana ocorrida após a publicação de um vídeo no Youtube com 131 pessoas que foram caracterizados como estudantes desta universidade em apoio ao movimento.

Um elemento explorado intensamente nessas mobilizações foi a comunicação, por meio do intenso uso das redes sociais corporativas da internet, inovando o meio de comunicação utilizado para mobilizar, comunicar e articular os movimentos sociais. Isso contribuiu para a difusão em tempo real das informações sobre os protestos, assim como para a ampliação territorial das lutas⁷⁵.

Tudo isso sugere pensar que o fenômeno brasileiro não é algo isolado da realidade global, principalmente da América Latina, pois, diante dos efeitos da crise estrutural do capital agravada pela crise política, a pulsão da onda de lutas estudantis-juvenis do início do século XXI se manifesta como catalisadora da insatisfação dos distintos setores sociais com o sistema político, a ilegitimidade e imoralidade das instituições democráticas e sua direção política dominante, como também com as organizações tradicionais dos trabalhadores, como indicou Braga (2015).

Assim como Bringel e Echart (2008), destacamos que o esforço em direção à reinvenção das práticas políticas transita por gerações de militantes. Não configura um determinado tempo ou diz respeito a uma determinada luta, mas trata-se de um esforço contínuo de diferentes movimentos sociais de reinventar fazeres político-democráticos. Tendo esse pressuposto, consideramos que, em ocasião de luta aberta, os esforços acumulados para reinventar os fazeres sociopolíticos ganham particular evidência pública, pois estes se põem em conflito direto com seus antagonistas e com as instituições políticas tradicionais.

A partir desse pressuposto, analisamos o contexto de maior exposição coletiva do acúmulo dessas tentativas de reinvenção no Brasil: a onda de lutas ocorrida entre 2013 e 2016. Foi quando as mobilizações juvenis expressaram de forma particular as recorrências e rupturas com a forma de participação política tradicional, quando ganhou destaque a atuação das organizações independentes e autonomistas, que tiveram participação decisiva no planejamento e na condução das ações coletivas, incidindo decisivamente em termos táticos e ideológicos.

A respeito do conteúdo desse ponto de inflexão da história da participação social da juventude brasileira, trataremos nos capítulos seguintes.

⁷⁵ A inovação sugerida aqui diz respeito ao caráter interativo e aligeirado proporcionado por essa forma de comunicação, onde se compartilha informações de muitos sujeitos e grupos para outros tantos. Isso quer dizer que o mundo conectado às redes sociais pôde saber, na imediatividade dos fatos, que os movimentos sociais ferviam em sucessivos levantes que inflamaram e influenciaram os seguintes, mas também pode ter atizado sujeitos e frentes conservadoras.

5 TENSÕES DA CONJUNTURA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI: ONDA DE PROTESTOS E A ASCENSÃO NEOCONSERVADORA

Na segunda década do século XXI, o Brasil viveu momentos de convulsão social e forte instabilidade política que puseram em relevo tanto pautas por direitos de cidadania como defensivas dos direitos trabalhistas, que indicam as limitações e os problemas históricos e estruturais do Estado e do regime democrático-representativo. Como parte integrante de uma onda mais ampla de desestabilização que atingiu a América Latina no mesmo período, esse processo também se conecta a mais recente onda mundial de revoltas, conforme discutimos no capítulo anterior.

O país viveu uma onda de irrupção de movimentos de protestos e ocupações cujas dimensões há muito tempo não eram registradas no cenário nacional⁷⁶ (GOHN, 2014). Referimo-nos especificamente à explosão de uma intensa onda de rebeldias que conecta dois eventos protagonizados pela juventude urbana, as Jornadas de Junho de 2013 e as Ocupações das Escolas⁷⁷ (ocorridas em 2015 em São Paulo e, em caráter nacional, em 2016).

Em certa medida, esses eventos surpreenderam os governos, a sociedade, a academia, a mídia e os movimentos sociais tradicionais, não só pela força e capilaridade de mobilização ou pelo aspecto inaugural e controverso de Junho 2013 (seu estopim), mas também pelo que apresentaram como tentativa de reinvenção do fazer político, especialmente com relação à independência dos movimentos sociais tradicionais, sobretudo quanto à forma de ação, associação, organização, articulação e mobilização das organizações e das lutas.

⁷⁶ Protestos massivos radicalizados e de proporção nacional não são vistos no país desde os movimentos sociais dos anos 1980 contra a Ditadura Militar; a campanha pelas Diretas Já em 1984 - realizada entre novembro de 1983 e abril de 1984 para a aprovação da Emenda Constitucional “Dante de Oliveira”, que previa a realização de eleições diretas para a presidência da República que chegou a ser aprovada (BRASIL, 2014; TATAGIBA, 2014). Citamos ainda os protestos massivos ocorridos entre 1987 e 1988 durante a Constituinte, além dos grandes atos ocorridos em 1992 pelo Impeachment do presidente Fernando Collor de Melo) - primeiro presidente eleito após a democratização e foi o primeiro presidente brasileiro com mandato impedido devido denúncias de corrupção (TATAGIBA, 2014; BRASIL, 2014). Esses movimentos de protestos tiveram um caráter comum: o protagonismo dos movimentos sociais tradicionais na convocação e condução dos processos de luta. Esse caráter os difere dos movimentos ocorridos a partir de 2010.

⁷⁷ Em menor grau, mas não menos importante, em 2016 essa onda de ocupações teve irradiação nos Institutos Federais de Educação e nas Universidades Federais. No entanto, os/as ocupas de maior evidência nos processos de 2015 e 2016 foram os/as estudantes secundaristas; desse modo, neste estudo, daremos maior ênfase à discussão das ocupações das escolas do ensino médio.

Para compreensão desse fenômeno, neste capítulo, procuramos tratar da configuração e dos efeitos da crise capitalista sobre a realidade brasileira, bem como da crise política que se delineou no país neste início de século, sugerindo ser esta a conjuntura detonadora da onda de lutas protagonizadas pelos jovens brasileiros.

Ao abordarmos em específico a reação política da juventude, neste capítulo seguimos a discussão tecendo algumas considerações sobre o ser jovem a partir de uma síntese de noções conceituais entre as quais nos amparamos, para compreender a singularidade e a diversidade desses que podem ser sujeitos políticos circunstanciais, como ocorrera entre 2013 e 2016 no país. Ainda neste percurso, buscamos elucidar de forma aproximativa, por meio de dados secundários, alguns aspectos socioeconômicos que indicam a condição material-existencial dos jovens brasileiros, bem como um breve destaque ao perfil dos participantes das lutas que compuseram a onda nacional de revoltas.

Seguindo essa lógica, neste capítulo buscamos tratar tanto da particularidade brasileira que impulsionou a onda de revoltas (2013-2016) quanto dos sujeitos políticos desta realidade, que sobressaíram tanto na incidência inicial dos protestos e ocupações como na composição social desses processos que acenaram tentativas de mudança da forma de fazer a tensão política, fazendo das ruas e das escolas brasileiras palcos políticos potentes ocupados por indivíduos indignados e grupos com pouca tradição organizativa.

5.1 OS DESDOBRAMENTOS DA CRISE CAPITALISTA NO BRASIL, TENSÕES E A CRISE POLÍTICA EM QUESTÃO

Por seu caráter estrutural e mundializado, a crise da ordem do capital reordenou a economia capitalista, de modo que suas consequências engendram custos financeiros e humanos ainda inestimáveis e seguramente duradouros, tendo em vista que as repercussões da crise são ainda presentes na atualidade. Com distintas proporções, os impactos da crise foram sentidos em todos os setores da economia ao redor do mundo globalizado, atuando como um efeito em cadeia, partindo dos países centrais aos periféricos (HARVEY, 2011) que foram levados a uma forte instabilidade econômica determinante da crise política que acirrou a luta de classes e o sistema de representação em diversos países como no Brasil.

No Brasil, como em diversos outros países, os efeitos da crise estrutural não se impuseram sem resistência, seus danos e contradições foram evidenciados pelos movimentos contestatórios de cunho progressista (GAMBINA, 2017; BRAGA, 2017) que se voltaram mais às práticas políticas auto-organizadas em suas contestações. Não obstante, essas lutas também foram atravessadas por uma forte onda conservadora e reacionária que erigiu de forma mais evidente a partir das Jornadas de Junho de 2013 e configura um componente secundário fundamental da crise política brasileira, como sinaliza Boito Junior (2016).

Entre o primeiro e o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), do Partido dos Trabalhadores (PT), a repercussão da crise capitalista foi atenuada por meio da associação de medidas anticíclicas e relativo crescimento econômico assentado no pacto de conciliação de classes⁷⁸ que se baseou em cinco eixos principais: 1) manutenção da política neoliberal herdada dos governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) “pautada no tripé macroeconômico: superávit primário, controle do câmbio e metas de inflação determinadas por elevadas taxas de juros” (PERONDI, 2017, p. 605); 2) elevação dos gastos sociais e ampliação de políticas sociais redistributivas em diversas áreas⁷⁹; 3) crescimento da formalização do trabalho⁸⁰ como também do trabalho informal; 4) ampliação do crédito e de financiamentos

⁷⁸ Vale destacar que no Brasil esse modelo foi construído por um partido tradicionalmente de esquerda aliado a outros até mesmo de centro e direita, no entanto muito descolado das bases sociais que o erigiram, o que gerou uma significativa crise da esquerda brasileira insatisfeita com os rumos admitidos pelo PT para a manutenção da governabilidade.

⁷⁹ Sobre o conjunto de medidas e políticas sociais criados nos governos petistas, encontramos uma síntese completa em Macedo (2017) que optamos por reproduzir na íntegra; todavia, é importante sinalizar que, para o autor, tais ações, embora representem um impacto positivo na vida das massas trabalhadoras, possibilitaram, tão só, mitigar a realidade destas diante da histórica situação de pobreza brasileira. Conforme síntese do autor, neste período registra-se: “a criação das universidades públicas federais, dos institutos federais de ensino, resultando na maior expansão da história brasileira, em que pesem os problemas passíveis de críticas; criação do maior programa do mundo de reordenamento da renda no interior da classe trabalhadora, o Bolsa Família; financiamento bilionário para a agricultura familiar via Pronaf; a reserva de mercado para a agricultura familiar via PAA; o atendimento da saúde básica de aproximadamente 60 milhões de trabalhadores por meio do Mais Médicos; Mais Médicos especialidades; Minha Casa Minha Vida; Transposição do Rio São Francisco; reajuste real do salário-mínimo; manutenção de legislação que resguarda 30% de exploração do pré-sal à Petrobrás, o regime de partilha; destinação de parcela dos royalties do pré-sal para a educação e saúde; favorecimento de parcela da burguesia brasileira envolvida com a construção civil, via PACs, além do apoio ao processo de oligopolização de ramos produtivos, por onde se forjou como exemplo a Brasil Foods, a Ambev; fortalecimento da indústria naval; os pedidos contratados junto à Embraer; isenções fiscais versus lucros da indústria, filiadas às grandes federações da indústria; notadamente indústria de eletrodoméstico, da linha branca, bem como da automobilística; além do Programa de Manutenção do Emprego. Financiamento e estímulo ao Agronegócio, dispondo centenas de bilhões de reais do orçamento público ao financiamento das safras, A UNASUL; compras militares com transferência de tecnologia; construção de submarinos (nuclear ou não); Plano de Defesa Nacional; denúncia de espionagem dos EUA; atuação da diplomacia contrária à base militar estadunidense no Paraguai; formação dos BRICS; criação do Banco dos BRICS” (MACEDO, 2017, p. 288-289).

⁸⁰ É importante registrar que os governos petistas não reverteram uma série de tendências encadeadas desde a era FHC quanto à flexibilização do trabalho, seguindo assim uma linha de continuidade que contribuiu para a ascensão de uma fração da classe trabalhadora ligada ao setor da indústria e de serviços privados submetida a piores das

corporativos e privados via bancos públicos; e, por fim, 5) redução de impostos para estímulo do consumo (PERONDI, 2017; BRAGA, 2016; SINGER, 2016).

O primeiro governo Lula contou ainda com um cenário mundial de ampliação das exportações de matérias-primas e do agronegócio, o que levou ao aumento dos índices de crescimento econômico, num contexto similar a outros países latino-americanos como Venezuela, Argentina, Chile, Bolívia e Equador (KATZ, 2016).

Com base no intervencionismo público/privado voltado para sustentar os ritmos de crescimento do setor produtivo, que também impulsionou o setor de serviços, foi possível gerar o crescimento dos rendimentos do trabalho a uma margem mais elástica da classe trabalhadora que correspondeu à ascensão de uma baixa classe média diante da melhoria das condições de vida proporcionadas à população, principalmente, por meio do endividamento das famílias (MORAES, 2019; BRAGA, 2016).

Essa experiência conformou um novo ciclo neodesenvolvimentista (BOITO JUNIOR, 2012; KATZ, 2016) no país, assentado na regulação política da acumulação econômica capitalista capaz de promover o consentimento passivo dos trabalhadores à política governamental fazendo esmorecer por algum tempo as lutas políticas por direitos e as lutas econômicas da classe trabalhadora por melhores condições salariais e de trabalho (BRAGA, 2016).

Embora o ciclo neodesenvolvimentista tenha retardado os efeitos mais nocivos da crise em princípio, tais medidas não se sustentaram por muito tempo, seus impactos econômicos e políticos logo tiveram repercussão negativa sobre os governos sucessores do PT (MORAES, 2019), o que fez explodir tanto a crise econômica quanto política no país.

Na América Latina, incluindo o Brasil, a explosão da crise teve forte relação com a contração do comércio mundial diante da redução da demanda e dos preços das matérias-primas de países importadores de grande porte, como os Estados Unidos e a China (KATZ, 2016). Isso

condições de trabalho dado o aumento das terceirizações nos setores público e privado. Ocorre que as terceirizações geram duras implicações quanto à perda de direitos e benefícios trabalhistas com o crescimento da rotatividade e da ampliação das contratações por tempo determinado, o que gerou uma maior desproteção do emprego além do rebaixamento salarial em diversas categorias profissionais (BRAGA, 2016). Para se ter uma ideia, nos governos Lula (entre 2003 e 2010), 2,1 milhões de empregos foram criados, destes, 2 milhões tinham rendimentos de até 1,5 salário-mínimo, ou seja, apenas 100 mil empregos criados no período ultrapassaram essa baixa margem salarial (POCHMANN, 2012 *apud* BRAGA, 2016). A precarização das condições de trabalho é ainda mais prejudicial aos jovens, majoritariamente mulheres e não brancos residentes das periferias dos centros urbanos, já que a maioria dessas vagas de trabalho formalizadas foram ocupadas por este perfil de trabalhadores nos anos 2000 (BRAGA, 2016).

comprometeu as exportações das *commodities*, importante eixo da economia nacional, levando assim ao desaquecimento da produção industrial e agrícola do país (PERONDI, 2017), em função, especialmente, da redução da demanda expansionista chinesa (SINGER, 2016). As medidas adotadas neste ciclo provocaram “[...] a contínua conversão da dívida externa em dívida interna gerando forte custo fiscal, com juros altos” (MORAES, 2019, p. 98), que produziu um quadro de desconfiança e descontentamento quanto aos rumos da política econômica do país.

Em termos concretos, as consequências diretas desse processo afetaram as condições socioeconômicas das sociedades latino-americanas que passaram a enfrentar um forte “efeito cascata” de sucessivos agravos sociais entre falências, endividamentos, intensificação de migrações rurais, redução salarial, intensificação e precarização do trabalho, desemprego e empobrecimento das populações. Tudo isso acarretou o aumento da população excedente relegada à, ainda, mais informalidade do trabalho ou à criminalidade, muitas vezes, associada à narcoeconomia, como meio alternativo de sobrevivência (KATZ, 2016), em grande parte, no Brasil, atingindo a juventude pobre e negra, alvo principal também da violência e coerção policial.

No país, esses efeitos se impuseram de forma mais severa a partir de 2012, culminando em uma forte recessão entre 2015 e 2016, durante o início do segundo governo de Dilma Rousseff (PT), interrompido pelo processo de *impeachment* (PERONDI, 2017).

Desde o primeiro mandato (2011-2014), o governo Dilma vinha sendo fragilizado pelos rebatimentos da crise financeira de 2007-2008 que convergiram com um conjunto de elementos negativos que fizeram ferver um caldeirão de insatisfações. Entre estes, estão a desaceleração da economia nacional entre 2011 e 2012 e o crescimento da dívida interna, as medidas de redução dos incentivos para manter elevado o poder de consumo dos setores populares e da classe média que, somados aos descumprimentos de compromissos de campanha feitos para sua reeleição em 2014, provocaram fortes tensões políticas tanto dos setores da burguesia (interno e externo) quanto da classe trabalhadora (que inclui a classe média).

Sua impopularidade também se justifica pela contração dos investimentos em políticas sociais com forte apelo social, como o Programa Bolsa Família, bem como dos mecanismos de financiamento da educação superior, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que fornece bolsas integrais e parciais em instituições privadas e o Fundo de Financiamento

Estudantil (Fies) (MORAES, 2019), mecanismo de financiamento total ou parcial das mensalidades a juros baixos, aspectos que afetaram especialmente os jovens, os sujeitos políticos de maior realce nas lutas de 2013, como veremos adiante.

Assim, é possível afirmar que a crise política em questão é parte do agravamento da crise estrutural capitalista (SAMPAIO JUNIOR, 2017; MÉSZÁROS, 2010). No Brasil, esta sinaliza tanto o esgotamento da política de coalizão ampla e instável operada pelos governos petistas (2003 a 2016) alinhados ao campo neodesenvolvimentista, quanto explicita a chancela das instituições democráticas a um processo de rearticulação espúrio das forças políticas da ordem burguesa articuladas ao campo neoliberal ortodoxo pelo controle do Estado, para assim conduzir, nestes tempos de crise, o aprofundamento de novo ajuste neoliberal adequando a sociedade e a economia às novas exigências do grande capital, internacional e nacional, ainda que admitindo um golpe institucional para tal (SAMPAIO JUNIOR, 2017; BOITO JUNIOR, 2016).

Todavia, foram as contradições internas da coalizão neodesenvolvimentista que acentuaram a crise política ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando esta outorgou maior favorecimento do capital produtivo em detrimento do capital bancário nacional, ambos componentes dessa coalizão, processo que aprofundou o conflito político que sempre tensionou esse campo (BOITO JUNIOR, 2016). Como bem explica Boito Junior (2016, p. 157):

O governo Dilma não eliminou os pilares do modelo capitalista neoliberal que impedem a implantação de uma política desenvolvimentista estrito senso, mas, como o seu predecessor, tomou medidas visando a atenuar os efeitos negativos desse modelo sobre o crescimento econômico. De fato, os anos de 2011 e 2012 ficaram marcados, na política econômica e social, por medidas visando, por intermédio da intervenção do Estado na economia, estimular o crescimento econômico – redução da Selic, do spread, desvalorização do real, ampliação da política de conteúdo local, isenções fiscais para capital produtivo e outras. [...] essa nova matriz representava não apenas uma radicalização da política neodesenvolvimentista, mas também uma alteração no interior dessa política. Era a tentativa de beneficiar o segmento produtivo da grande burguesia interna em detrimento dos interesses do seu segmento bancário. Ou seja, essa política aprofundou um conflito que sempre esteve presente na grande burguesia interna e, ao mesmo tempo, despertou a reação do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Foram essas forças que iniciaram uma ofensiva contra o governo Dilma no início de 2013.

A medida que os efeitos da crise global se impuseram de forma mais incisiva sobre a economia brasileira, em resposta, a ofensiva do campo neoliberal ortodoxo, composto pelo “grande capital internacional, pela fração da burguesia brasileira integrada a esse capital e pela fração superior da classe média” (BOITO JUNIOR, 2016, p. 156), se impôs para fazer avançar uma agenda de

medidas regressivas e de austeridade seguindo mais uma vez o receituário neoliberal, mas, para tal, era necessário retomar o controle do Estado.

Além dos aspectos macroeconômicos, é fundamental salientar que essa alta classe média brasileira também se vê afrontada não só pelas residuais perdas econômicas, mas também pelo conteúdo e resultados das políticas sociais redistributivas que promoveram, em alguma medida, o encontro ou a disputa indesejada das populações trabalhadoras em ambientes ou circunstâncias antes restritas às camadas mais abastadas, como esmiúça novamente Boito Junior (2016, p. 158-159):

Os programas de transferência de renda para a população em situação precária, as quotas raciais e sociais nas universidades e no serviço público, a extensão dos direitos trabalhistas às empregadas e empregados domésticos, a recuperação do salário mínimo, essas e outras medidas, são vistas pela alta classe média como uma conta que ela deverá pagar por intermédio dos impostos que lhe são cobrados, como uma ameaça à reserva de mercado que os seus filhos ainda detêm nos cursos mais cobiçados das grandes universidades e nos cargos superiores do serviço público, como afrontas aos valores da ideologia meritocrática – tão cara aos profissionais com diploma universitário –, como uma intromissão nas relações autoritárias e paternalistas que as famílias de classe média mantêm com os seus funcionários domésticos e como medidas indesejáveis por possibilitar que espaços e instituições anteriormente reservados à alta classe média fossem “invadidos” por indivíduos pertencentes aos setores populares.

Entretanto, neste curso de aprofundamento do projeto neoliberal sob a face neodesenvolvimentista, não só as condições de vida foram afetadas, mas também a organização política dos trabalhadores. Isso decorreu, entre outros aspectos, da pronunciada mudança do perfil da classe trabalhadora precarizada brasileira (se comparada ao operariado forjado no modelo fordista). Tal mudança tem relação com o aumento da exigência por escolaridade mínima fixada na conclusão do ensino médio, com a redução da taxa de sindicalização e o distanciamento do trabalho sindical junto às bases, a ampliação do trabalho feminino e dos jovens não brancos (ocupando 70% das vagas criadas nos anos 2000). Essa fração da classe se constituiu fortemente impactada não só pelas mudanças e desigualdades evidenciadas pelo padrão de consumo mundializado, mas também pelo comportamento cada vez mais individualizado da classe trabalhadora em tempos de ampla flexibilização neoliberal, aspecto que se arrasta desde os anos 1990 (BRAGA, 2016).

O aparelhamento do Estado pelo PT e o transformismo decorrente desse processo como caracteriza Braga (2016), sob acepção gramsciana, são outros aspectos que impactaram particularmente a participação e a organização sociopolítica da classe trabalhadora no país, não só no sentido da desmobilização e desradicalização das lutas, mas da diluição e perda da

referência e da confiança no PT como um partido de esquerda representativo dos interesses dos trabalhadores e dos setores populares.

Na luta sindical, por exemplo, Braga (2016) sinaliza que há um importante deslocamento dos dirigentes sindicais para as estruturas do governo e instituições privadas ligadas ao setor de investimentos capitalistas, como os fundos de pensão. Isso revelou aos militantes e organizações tanto o descolamento de interesses historicamente representados por estes quanto a relativa legitimação desses interesses pelas entidades representativas da classe da qual fizeram parte, como a Central Única de Trabalhadores (CUT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Força Sindical (BRAGA, 2016).

Já na luta estudantil, desde o início dos anos 2000 nota-se também a entrada de quadros do movimento estudantil na gestão de políticas de juventude nos governos locais do PT (TAQUETTI, 2010), no entanto, ocorrera também uma tendência ao aparelhamento das entidades estudantis locais e nacionais pelo PT para, além de buscar maior coalizção com as bases políticas dos estudantes, desmobilizar revoltas contrárias ao governo.

Apesar de os governos petistas terem apostado na ampliação e valorização de espaços de participação por meio de conselhos de direitos, conferências locais e nacionais de políticas públicas – que cumpriram papel importante na democratização dos debates públicos, defesa de direitos e elaboração de políticas sociais –, as lutas de enfrentamento direto que, desde os anos 1980, contavam com o PT e as organizações sociais aliadas deram lugar às lutas por dentro dos limites do Estado voltadas muito mais à ampliação das políticas sociais governamentais.

Com isso, o PT sofrera, além das pressões internas por parte de tendências mais críticas do partido, pressões e críticas externas de militantes e movimentos sociais tradicionais historicamente aliados do partido diante da valorização da política de ampla aliança em detrimento do Programa Democrático Popular (PDP), que contribuíram em sua formulação ao longo dos anos. Assim, muitos militantes passaram a criticar o governo ao ponto de romperem com as organizações e com o PDP, como exposto em carta⁸¹, que manifesta os motivos do rompimento de nossas organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

⁸¹ “Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas”, nome do documento que manifesta o rompimento de militantes dessas organizações e com o projeto petista Democrático Popular diante de posturas de subordinação às linhas políticas o governo e por terem se desvinculado do horizonte socialista. Cf. conteúdo completo da carta disponível em: <https://passapalavra.info/2011/11/48866/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

(MST), o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), a Consulta Popular e a Via Campesina, com o projeto petista, do qual fizeram parte da constituição.

Essas tensões no campo da esquerda acirraram não só a crise política em curso, mas também conformou uma crise na esquerda brasileira, fazendo ampliar a sua fragmentação e a perda da identidade desta com o PT, ao ponto de não conseguir perceber e enfrentar suficientemente a onda conservadora que também se fortaleceu dessa fragilidade dos movimentos sociais progressistas.

Sem uma reação defensiva por parte da esquerda, tudo isso ressoará negativamente para o governo federal, levando-o a uma forte tensão política que, no limite, levou ao afastamento arbitrário da presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016, por meio de um golpe institucional parlamentar e midiático, arquitetado desde o final de 2015 pelas elites nacionais e internacionais articuladas com deputados e senadores. Isso tornou ainda mais aguda a crise política brasileira com uma forte guinada à direita que apostou no golpe e fez acirrar uma política revanchista e odiosa contra o PT e uma polarização político-partidária que se mantém até a atualidade. Tal processo se soma ao papel decisivo exercido pela internet⁸² e pelas redes sociais na definição da política e no reforço da ideologia antipartido e anticorrupção, como algo inerente apenas ao sistema político como ressalta Demier (2014).

Assim, a partir de setembro de 2016, durante o governo do sucessor Michel Temer⁸³, as medidas reativas à crise primarem pelo velho conhecido ajuste fiscal associado a um verdadeiro ataque

⁸² A partir desse momento, a internet, as redes sociais e seus algoritmos passaram a cumprir um importante papel na difusão, distorção e despolitização de notícias sobre o cenário político do país, capazes de alcançar em questão de segundos as telas dos celulares *smartphones* de milhares de pessoas.

⁸³ Michel Temer (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje Movimento Democrático Brasileiro (MDB)) era o vice-presidente de Dilma Rousseff na ocasião. Este assumiu o mandato com a deposição da presidenta por meio do processo de *impeachment* sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal, que ficou conhecido popularmente como “pedaladas fiscais”. Trata-se de um “tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas. No caso do governo Dilma Rousseff, o Tribunal de Contas da União entendeu que o Tesouro Nacional teria atrasado, voluntariamente, o repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de programas sociais como Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, benefícios sociais como o abono salarial e o seguro-desemprego, e subsídios agrícolas. Essas instituições faziam o pagamento com recursos próprios, garantindo que os beneficiários recebessem em dia. Ao mesmo tempo, o governo omitia esses passivos nas estatísticas da dívida pública, postergando para o mês seguinte a sua contabilização. Com isso, as contas públicas apresentavam bons resultados que, no entanto, não eram reais” (SENADO FEDERAL, s.d.).

aos direitos da população, através do congelamento dos gastos públicos federais por vinte anos⁸⁴ somado à intensificação das privatizações⁸⁵ e à efetivação de contrarreformas⁸⁶ impopulares, por exemplo, no campo do trabalho, da educação, da saúde e da previdência social. Tais medidas prenunciam um quadro que retrata ainda mais empobrecimento da população, aumento do desemprego, desproteção e insatisfação social (PERONDI, 2017), sob a justificativa de enfrentar o déficit fiscal do país.

Acreditamos que todo esse processo contribuiu para a elevação do grau de exploração das classes trabalhadoras, ampliando assim as desigualdades que ainda atingem, majoritariamente, a população negra, as mulheres, os imigrantes, os povos tradicionais, os moradores das periferias urbanas e os jovens, especialmente os grupos das camadas mais empobrecidas. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017) dizem que, entre 2016 e 2017, houve um crescimento de 2 milhões de pobres⁸⁷ no país, de um ano para outro. Isso equivale a 26,5% da população que vive com rendimentos de R\$ 406 mensais (AGÊNCIA IBGE, 2017).

Na conjuntura nacional, a ofensiva do capital em suas possíveis correlações com a crise política pulsante ressoará, conforme Boito Junior (2012), em demonstrações de indignação popular com

⁸⁴ Conforme matéria da revista Carta Capital (2016), o congelamento dos gastos públicos foi sancionado pela Emenda à Constituição nº 95/2016. Essa medida afetará por vinte anos os investimentos e a expansão em execução de serviços e políticas sociais como saúde e educação, pois as despesas públicas passam a ser corrigidas apenas com base na inflação do ano que antecede a definição do orçamento, independentemente se houver aumento das receitas e do PIB. De forma geral, como efeitos, de acordo com Stocco e Moraes (2018), a aprovação desta Emenda Constitucional gerará redução de recursos públicos para manutenção e ampliação dos investimentos em políticas sociais, o que ocasiona em sucateamento progressivo dos serviços existentes, em manutenção da distorção de investimentos em regiões desiguais, dificuldade de pagamento dos funcionários públicos, aposentados e pensionistas.

⁸⁵ O pacote de privatizações anunciado pelo Governo Temer indica o projeto de aprovação, até 2018, de 75 projetos de desestatização de serviços e patrimônios públicos, entre eles a Eletrobrás (e subsidiárias), a Casa da Moeda e a Infraero. “O pacote inclui privatizações, concessões, arrendamentos e prorrogações de contratos em vigor e outras modalidades de transferência do controle ou gestão para a iniciativa privada”, com destaque para os setores de energia, portos, aeroportos, rodovias, turismo e eventos, diversos serviços públicos federais, estaduais e municipais, entre tantos outros. As modalidades principais de desestatização são: concessão e parcerias público-privadas (ALVARENGA, 2018, n.p.). A estes, também acrescentamos o projeto avançado de privatização de refinarias da Petrobras. Entre 2017 e 2018, tais projetos passam por consultas públicas, avaliação do Tribunal de Contas União, assim como análises e estudos por parte do governo para definir quais ativos serão desestatizados e sob quais regras tais privatizações ocorrerão. Esse, em sua maioria, não foram concluídos, entretanto muitos desses processos de análise já estão avançados com expectativas para serem finalizados entre 2018 e 2019.

⁸⁶ Aqui destacamos três contrarreformas pautadas pelo governo Temer: a Reforma do Ensino Médio (aprovada pela Lei 13.415/2017 – que passa a compor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a Reforma Trabalhista (aprovada pela Lei 13.467/2017) e a Reforma da Previdência (ainda como agenda política na esfera legislativa).

⁸⁷ O parâmetro utilizado na publicação para medir a linha da pobreza segue a proposta do Banco Mundial que indicam serem pobres aqueles indivíduos com renda de até 5,5 dólares por dia, incluindo 42,4% das crianças e adolescentes brasileiros de até 14 anos (AGÊNCIA IBGE, 2017).

os limites do projeto de desenvolvimento engendrado pelos governos petistas (2003 a 2016). Tudo isso agravado por uma perigosa onda neoconservadora⁸⁸, que também contou com a participação dos jovens, inclusive ocupando organizações de caráter liberal emergentes.

Entretanto, para fins deste estudo, ao correlacionar as crises econômica e política no cenário nacional e as tensões sociopolíticas deste tempo histórico, concordamos com a proposição de Martuscelli (2016, p. 26), ao indicar que “[...] o processo de crise política não logra colocar em questão o tipo de Estado, como nos processos de transição social, mas pode provocar alterações na forma de Estado, na forma de regime político ou na forma de governo”. Pois, diante do potencial que um processo dessa natureza tem de politizar, mas também de despolitizar as massas, é possível “[...] criar um espaço mais ou menos aberto para a crítica popular à orientação da classe política estatal” (MARTUSCELLI, 2016, p. 15, grifo nosso).

No caso brasileiro, tal percepção revelou-se em meio a uma confluência de fatores históricos e conjunturais que provocaram uma rebelião nacional que ficou amplamente conhecida como as Jornadas de Junho de 2013. Seu estopim decorreu do anúncio do aumento das tarifas⁸⁹ de transporte coletivo em São Paulo que culminou em grandiosos protestos impulsionados, inicialmente, pela disposição radical dos militantes autonomistas do Movimento Passe Livre que, intencionalmente, forjaram uma revolta na capital paulista, conforme relato de todos os ex-militantes entrevistados desta pesquisa, que se espalhou não só pela cidade, mas por todo o país durante quase todo o mês de junho de 2013, o que ascendeu tanto a chama das lutas progressistas auto-organizadas quanto a ascensão de organizações e protestos reacionários.

Tal medida somada e essa reação explosiva, conforme Seidl (2014), foram capazes de catalisar as insatisfações acumuladas e aquelas mais imediatas relativas aos desgastes políticos que

⁸⁸ Referimo-nos aqui à onda conservadora como uma forte tendência à conservação da ordem burguesa na esfera político-econômica, mas também moral. Uma guinada à direita mais evidente a partir das jornadas de junho de 2013 que segue em intenso movimento muito explicitado pelo parlamento brasileiro, pelos partidos políticos e por novas organizações de caráter liberal, que evocam e apoiam um conjunto de medidas ofensivas à economia, aos movimentos populares, aos direitos sociais e às liberdades (BOULOS, 2016). De acordo com Braga (2017), segue em nível global, uma tendência de avanço do autoritarismo, nutrido pelo contexto de instabilidade econômica diante da crise econômica mundial.

⁸⁹ Os aumentos abusivos de transporte urbano não se limitam a São Paulo, trata-se de uma realidade que afeta a todos os centros urbanos do país. De acordo com dados do Índice Geral de Preços ao Consumidor (IPCA), entre 2000 a 2012, nas principais aglomerações urbanas do país (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e Goiânia), o preço das tarifas do transporte público urbano subiu mais do que a inflação. Enquanto o IPCA teve alta de 125%, as tarifas do transporte público aumentaram 192%, o que significa 67 pontos percentuais acima da inflação. O mesmo documento aponta ainda que 13,6% do orçamento das famílias mais pobres é gasto com transporte, enquanto a média nacional é de 3,4% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013).

encenaram escândalos e denúncias de corrupção⁹⁰ somado a um cenário urbano ainda mais castigado pelas obras para a construção de estruturas para os megaeventos (Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016)⁹¹ num contexto de acentuação do tráfego de automóveis⁹² e ampliação da segregação urbana⁹³.

A crescente precarização das condições de reprodução das classes subalternas nas periferias urbanas impulsionada pela financeirização do espaço urbano não se refere apenas ao problema da propriedade urbana. Na realidade, *a segregação espacial revela aspectos centrais do esgotamento do modelo de desenvolvimento brasileiro* que, mesmo no auge, isto é, durante o segundo governo Lula da Silva, já apresentava limites muito objetivos no tocante à mobilidade social do proletariado precarizado (BRAGA, 2016, p. 83-84, grifo nosso).

⁹⁰ Além do Mensalão, referimo-nos ainda às denúncias de superfaturamento das obras para a realização de três megaeventos realizados no Brasil: a Copa das Confederações FIFA de 2013, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. Outro escândalo emblemático do período diz respeito à Operação Lava Jato que foi deflagrada pela Polícia Federal (PF) em março de 2014 sendo as medidas requeridas ao juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba no Paraná pelos integrantes da força tarefa do Ministério Público Federal (MPF). Esta frente de investigações é marcada por grande personalismo do seu comando, especialmente o ex-juiz federal Sergio Moro (que coordenou a operação entre 2014 e 2018) e pelo procurador da república acusador das investigações, Deltan Dallagnol que segue integrante até a atualidade (2020). A operação configura um conjunto de investigações sobre um esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro, principalmente, relativo aos contratos da empresa pública Petrobrás e subsidiárias que envolveram seus diretores, empreiteiras, parlamentares de diversos partidos políticos, operadores financeiros e doleiros (POLÍCIA FEDERAL, 2014-2017). Além desta frente, também investiga desvios de recursos ocorridos em outros órgãos públicos federais (POLÍCIA FEDERAL, 2014-2017). Esta controversa operação enfrentou no início do primeiro semestre de 2020 uma forte crise diante das críticas proferidas pela Procuradoria Geral da República (PGR) a possíveis aparelhamentos e pela duvidosa independência da PF e do MPF no comando das investigações pelo fato de terem produzido arbitrariedades e equívocos que colocaram em xeque a legalidade de uma série de ações da operação, envolvendo, especialmente, vazamentos de informações confidenciais entre os membros do seu núcleo de comando (SOUZA, 2020) bem como diante das evidências do vazamento de informações das investigações por membros do MPF ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos (THE INTERCEPT BRASIL, 2020). Embora diversos partidos estivessem envolvidos neste esquema de corrupção, mesmo sendo o Partido Progressista (PP) a legenda de parlamentares com maior número de investigações seguido do PT, PMDB e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), entre outros, a mídia, compactuada com a divulgação excessiva dos passos da Lava Jato ressaltou com muito mais veemência o envolvimento dos quadros do PT neste esquema de corrupção, o que contribuiu para *forjar um forte antipetismo que foi fundamental para legitimar um movimento de oposição não só ao governo, mas ao PT e a esquerda como um todo*.

⁹¹ Com a realização dos Megaeventos, dezenas de cidades urbanas brasileiras se tornaram canteiros de obras para construção de uma ampla estrutura para sediá-los. Diante da magnitude desses eventos, as cidades precisaram dispor de espaço para tal. Com isso, o conjunto de obras afetou a mobilidade das pessoas nos centros urbanos, como provocou desalojamentos e conflitos.

⁹² Como um dos mecanismos usados para atenuar os efeitos da crise financeira mundial na economia brasileira, no governo Lula, foi criando uma medida de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como eletrodomésticos de linha branca e veículos (moto e carro) zero quilômetro, o que fez aquecer o mercado automobilístico individual e, com isso, intensificou a frota de veículos e o tráfego urbano.

⁹³ A acentuação da segregação urbana neste contexto neodesenvolvimentista foi também impulsionada pelas políticas de financiamento habitacional como o Programa Minha Casa Minha Vida e pelos incentivos de crédito para a construção civil que possibilitaram um melhor acesso à moradia a parcelas da classe trabalhadora que anteriormente não o fariam, no entanto também fortaleceram a financeirização do espaço urbano, a especulação imobiliária e as construtoras ao possibilitar a reprodução do “velho padrão periférico de expansão das cidades por meio da segregação espacial entre ricos e pobres” (BRAGA, 2016, p. 83).

Os desgastes e sofrimentos cotidianos em torno da mobilidade afetaram toda a sociedade nas diferentes frações de classe que trafegam diariamente nos centros urbanos, o que, de imediato, serviu de ponto de convergência que fez explodir protestos massivos por todo o país.

Além do tensionamento político dos setores da burguesia (interno e externo), o ano de 2013 demarcou um expressivo crescimento de greves⁹⁴ organizadas por trabalhadores brasileiros com pouca tradição organizativa voltados às práticas auto-organizadas radicalizadas “à revelia dos sindicatos” (BRAGA, 2016, p. 59). Braga alerta que tais práticas tendem a politizar mais os trabalhadores em detrimento das formas organizadas, seguindo assim as tendências da participação social do século XXI, conforme abordamos no capítulo anterior.

Para pensar as motivações mais diretas dos jovens de 2013 para as lutas iniciais das Jornadas de Junho, além das questões macrosocietárias assinaladas, é preciso considerar esse quadro que os impacta de forma mais imediata que inscreve as medidas de intensificação da flexibilização do trabalho, os baixos salários, a redução dos incentivos ao acesso à educação superior, a expansão de dupla ou tripla jornada dos jovens trabalhadores/as estudantes que exigem longos deslocamentos, em geral, por meio do transporte público urbano caro e de baixa qualidade. Concordamos com Braga (2015, 2016) que esses indicadores afetaram diretamente a vida dos jovens e, não por menos, esse foi o segmento que mais ocupou as ruas das cidades brasileiras no início dos protestos e serão novamente os que farão o movimento de ocupação nas escolas.

Os antecedentes e os desdobramentos dos contextos movimentalísticos se descortinam no movimento da realidade e a influência ideológica e política de maior expressão, segundo Galvão (2009), vêm contribuindo para alterar as formas de organização e resistência social e política entre as diferentes frações da classe trabalhadora (entre operários e classes médias), bem como da pequena burguesia que contribuiu para a polarização e a fragmentação política em prejuízo da unidade de classe.

Nesse aspecto, as manifestações de Junho de 2013 ilustram tal polarização e a fragmentação da esquerda, pois, à medida que ascendiam os protestos de cunho progressista, em sequência

⁹⁴ No ano de 2013, com base nos dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-Dieese), publicado em 2015, registra-se um crescimento de 134% com 2.050 greves em relação a 2012, que registrou 887 greves. Desde 2011 (554 greves), registra-se uma ascensão do número de greves e paralisações não tendo registrado números superiores desde 1997 no país (G1 BRASIL, 2012).

creciam multidões de antagonistas nas ruas e avenidas dos grandes centros urbanos (MAYORGA, 2017). Entre sujeitos individuais e coletivos provocados por tendências políticas de centro e de direita, estes “[...] pegaram carona na corrente que deslanchava pela nova esquerda” (SINGER, 2013, p. 33), o que fez alterar o caráter inicial⁹⁵ dos protestos que passaram a ter uma composição social heterogênea em termos de pautas e de diversificação de ativistas e que, ao fim, sobressaíram as bandeiras anticorrupção da classe média centrista (GOHN, 2017).

O fortalecimento desses setores impulsionou a criação de organizações liberais e neoconservadoras com expressiva presença de jovens em sua formação, como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL), heranças do caldo político das Jornadas de Junho (GOHN, 2017). Os nomes dessas organizações expressam essa ideia de que “pegaram carona” na luta progressista sobrepujando inclusive o grito das ruas: “Vem, vem pra rua vem contra o aumento”! E o nome MBL também alusivo para gerar uma confusão com MPL.

Junho de 2013 anunciou um acirramento da crise política no país com ampla articulação dos setores à direita, da elite brasileira, da classe média e da mídia corporativa hegemônica. Estes contribuíram e/ou saíram às ruas em manifestações, organizaram movimentos, criaram grupos e inúmeras páginas virtuais em redes sociais para difusão leviana de ideias em torno da anticorrupção e em defesa da moralidade na política, o que construiu e contribuiu para um forte sentimento antipetista, de demonização da esquerda e de homogeneização da esquerda em torno do PT. Um fenômeno tão complexo que arrolou e se intensificou até o pleito eleitoral de 2018, levando à vitória surpreendente do candidato neofascista Jair Messias Bolsonaro eleito pelo Partido Social Liberal (PSL)⁹⁶ que, ao disputar com Fernando Haddad do PT (ex-prefeito de SP), cresceu vertiginosamente apoiado no antipetismo.

Esse movimento reacionário foi protagonizado por empresários e pela classe média num processo que se fortaleceu nas Jornadas de Junho de 2013, legitimou o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, como também deu força à ascensão da onda neoconservadora que já vinha, contraditoriamente, numa crescente, de acordo com Moraes (2019), desde a abertura política conferida pelo PT aos setores conservadores no estabelecimento da coalizão de forças políticas para a vitória dos pleitos e para a manutenção da governabilidade.

⁹⁵ As Jornadas de Junho de 2013 foram desencadeadas pela luta organizada do Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo contra o aumento das tarifas de transporte coletivo.

⁹⁶ Desde novembro de 2019, Bolsonaro se desfilou do PSL e permanece sem partido.

Já o ciclo de Ocupações das Escolas pelos estudantes do ensino médio (ocorridas entre 2015 e 2016) revelaram a potencialidade do caráter educativo e formativo que a militância nos movimentos sociais e os contextos de radicalização oportunizam. Neste caso, os jovens estudantes, em sua maioria adolescentes, aprenderam sobre fazer política exercitando coletivamente os processos políticos, especialmente através da experiência vivenciada no interior das escolas, por meio de práticas auto-organizadas inspiradas na autogestão que gerou espaços de discussão e decisão quanto aos rumos do movimento. Nas ocupações, os jovens construíram um espaço político e participaram de um processo de formação política de cunho progressista, como indica Groppo *et al.* (2017), pois, ao fim, manifestaram-se contra as contrarreformas anunciadas pelo governo federal.

A conjuntura específica de cada tempo, ou seja, o próprio movimento histórico da realidade conforma as condições concretas que ora provocam, ora fragilizam a luta social (CARCANHOLO, 2017a) e, por isso, não há espontaneísmo que deflagre as rebeldias (GALVÃO, 2011) protagonizadas pelos jovens brasileiros, pois se configuram como processos germinados na dinâmica contraditória da realidade, cujas formas de expressão e seus atores também se reconfiguram em cada contexto, entre continuidades e descontinuidades político-ideológicas e práticas de cada tempo.

A juventude e os movimentos juvenis também são expressões contraditórias da realidade social, segundo Groppo (2004). Para este autor, a juventude é produto histórico e não produto de interpretações baseadas em definições prévias, isto é, em uma ideia pré-estabelecida sobre o ser jovem e suas ações, ou seja, não há uma padronização do jovem enquanto sujeito definido a partir de um período etário, ou por um perfil conformado pelas instituições socializadoras do mundo adulto (escola, igrejas, partidos políticos etc.) (GROPPO, 2004), ou mesmo por uma postura política possivelmente característica deste tempo da vida dos sujeitos.

Para Groppo (2004, p. 10), desde o final do século XVIII “[...] a juventude é uma constante preocupação das sociedades modernas e contemporâneas, uma permanente ‘questão pública’”, a qual passa por fases mais ou menos intensas. Os jovens que não se enquadram ou se contrapõem à lógica de desenvolvimento das sociedades modernas, em suas medidas e valores, eram considerados desviantes⁹⁷ (GROPPO, 2004), mas, nas sociedades contemporâneas, ainda

⁹⁷ Esta categorização da juventude serviu para justificar a preocupação e as ações de repressão pública dirigidas a este segmento, cuja ênfase e conteúdo se aplicam a depender do estágio de avanço do capitalismo em seus efeitos negativos e conflitos sociais engendrados na dinâmica da luta de classes (GROPPO, 2004).

são, vide a frequente reação violenta por parte do Estado aos protestos protagonizados pela juventude que se torna sujeito político em determinados tempos.

Os movimentos sociais da juventude também foram alvo de preocupação, sendo em muito associados à delinquência juvenil. Considerados subversivos, o que, não necessariamente, tem relação com o viés ideológico destes, os movimentos da juventude foram alvo de interpretações teóricas e sociais, bem como de preocupações públicas no sentido de implementar ações de disciplinamento, institucionalização, formação para o trabalho, repressão, demonização ou obscurecimento da atuação política dos jovens (ABRAMO, 1997; GROPPPO, 2004).

Esse debate interessa para o objeto de estudos em tela, pois buscamos analisar as expressões políticas de resistência social contemporâneas, cujos protagonistas são os jovens em uma determinada condição, ou “[...] relação experimental com a realidade” (GROPPPO, 2004, p. 16-17) dada pelas condições concretas de cada tempo histórico que engendram as circunstâncias provocativas ou não das rebeldias, aspectos que trabalharemos no item a seguir.

5.2 O SER JOVEM E A CONDIÇÃO JUVENIL NOS CENTROS URBANOS BRASILEIROS

Pensar o ser jovem no contexto atual requer considerar e analisar diferentes noções de juventude, seu tempo histórico e os sentidos atribuídos a esse segmento social que apontem para uma perspectiva que considere as determinações sócio-históricas de sua condição, buscando compreender a realidade diversa e desigual que os inscreve em seu dinâmico, heterogêneo e peculiar universo. Entretanto, as concepções correntes sobre a juventude são, historicamente, marcadas por perspectivas que, para Scherer (2015), muitas vezes expressam análises que ocultam a complexidade que os inscrevem e evidenciam visões fragmentadas e homegeneizadoras dos jovens, mesmo quando vivenciam distintas e desiguais realidades, perspectivas com as quais não temos acordo. Todavia, tais concepções ainda são alicerces para a compreensão dos jovens e sua sociabilidade, inclusive, no que diz respeito à participação política.

Nos últimos vinte anos, no âmbito acadêmico e para formulação de políticas sociais, vem-se admitindo o termo juventudes no plural, a fim de expressar e conciliar múltiplas determinações e expressões culturais e sociais que revestem os jovens e seus modos de vida (BARBIANI, 2007). Seguindo essa tendência, a partir dos primeiros anos do século XXI, percebe-se que no

Brasil a apreensão conceitual em torno das juventudes tem reverberado, inclusive, nos textos e discursos de gestores de políticas sociais, bem como entre militantes/ativistas deste campo. Entretanto, isso ainda pouco resulta na qualificação da intervenção pública onde o jovem é o sujeito direta ou indiretamente favorecido (TAQUETTI, 2010).

De acordo com Foracchi (1972, p. 160), a discussão sobre juventude como categoria social é conformada “pelas tensões inerentes à crise do sistema”, cuja inflexão “[...] representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social” (FORACCHI, 1972, p. 160).

Trata-se, nesse sentido, de uma categoria de difícil precisão e em permanente disputa, em termos de significados, condições e funcionalidade histórico-cultural (BARBIANI, 2007). Para uma aproximação conceitual, é necessário considerar sua estreita relação com a situação de classe, a conflituosa questão geracional e o papel historicamente exercido pelas instituições família, escola e trabalho no processo de socialização juvenil. Considerar essa multiplicidade de elementos permite construir uma perspectiva mais ampla sobre a nova condição juvenil (ABAD, 2005).

De acordo com Abad (2005) há que se considerar uma nova condição juvenil nas sociedades contemporâneas baseadas, principalmente, na crise das instituições tradicionais transmissoras de valores (família, escola, trabalho).

O processo de desinstitucionalização dos laços sociais está relacionado aos valores transmitidos pelos adultos aos jovens, o que compreende quatro fatores principais: a) crise do modelo familiar tradicional; b) desilusão quanto à ascensão social por meio da educação; c) surgimento de novos atores na proposição político-jurídica no campo da juventude; e d) perda da ideologia nacionalista devido à negação de valores tradicionais. Tudo isso, associado à diminuição da infância e extensão da juventude, à mudança da cultura em torno do emprego e do salário, bem como diante da conformação de uma cultura juvenil quase universal sob forte influência da mídia globalizada, determinará profundamente uma nova realidade e uma nova sociabilidade dos jovens (ABAD, 2005).

O advento da sociedade de consumo, despontada a partir do segundo pós-guerra, demarcou um ponto de inflexão na conformação das juventudes, pois passaram a ser objeto do mercado em apologia a um padrão estético e de consumo. O estabelecimento de um signo jovem e a ampliação desmedida de produção de mercadorias (dirigidas a esta parcela, como também ao

conjunto da sociedade que passa a vislumbrar uma ideia/possibilidade de uma “juventude eterna”) são as expressões mais contundentes desse fenômeno (BARBIANI, 2007; SCHERER, 2015). Isso constituiu um movimento de juvenização ou juvenilização das populações.

Por este espectro de composição de forças, a juventude passa a compor uma imagem desejada, como um signo de poder e beleza, ou seja, a lógica da coisificação liberal transforma a juventude em um “modelo” a ser seguido pela sociedade. As manifestações de consumo multiplicam-se para a juventude em discos, filmes, produções televisivas, roupas, revistas criadas pela indústria fonográfica, cinematográfica, da moda e editorial, representando um mercado sem limites para criar a juventude como um espelho do consumo (SCHERER, 2015, p. 73-74).

O jovem é como uma unidade da complexa totalidade social expressa em condições sócio-históricas, que perpassam as esferas econômica, cultural, étnica, territorial, de gênero, de classe social e frações de classe (FRIGOTTO, 2004), de orientação sexual, bem como de posição ideopolítica. Portanto, ao admitirmos uma compreensão mais flexível e plural, em torno de juventudes, indicamos que o olhar sobre estes explora essas distintas variáveis que a determinam e conformam no cenário contemporâneo, o que indica sua condição atual.

Entretanto, o prisma analítico que considera a diversidade juvenil ainda pouco ecoa nos discursos sociais e midiáticos. Estes ainda redundam na reprodução das ideias que tipificam os jovens em modelos idealizados (DAYRELL, 2003), como a ênfase é dada à transitoriedade dessa geração ou à ideia da juventude problema, o presente e a autonomia da juventude são ainda muito negligenciados.

Assim, uma característica comumente atribuída à juventude é a ideia da transitoriedade. Esse prisma de análise limita a juventude a uma fase, ou seja, uma passagem da vida que possui um tempo definido pelo critério etário e por aspectos culturais como as vivências, consideradas típicas de etapa, como estudar, trabalhar, casar, ter filhos, num curso de tempo-idade. Este é considerado um momento de preparo para o futuro, que inclui, principalmente, o tempo dedicado aos estudos e à qualificação para o trabalho (MARGULIS; URREST, 1996).

Essa visão recorrente prioriza o presente ante a preparação para a vida adulta, ou seja, dissimula o contexto determinante à condição juvenil, cujas condições concretas permitirão ou não essa preparação.

Neste aspecto, há que se considerar que este ‘tempo de preparação’ para o futuro não é estabelecido nas mesmas condições para os jovens pobres. Em geral, os jovens da classe trabalhadora devem ingressar no mundo do trabalho mais cedo e ocupam os espaços de trabalho

mais precarizados, o que, muitas vezes, os impossibilita de dar continuidade aos estudos, assim como de acessar bens e serviços necessários à reprodução social. Esses jovens assumem responsabilidades típicas da vida adulta mais precocemente que os jovens dos setores médios e altos, pois, aos jovens pobres, é negado o tempo de relativa despreocupação com o presente e lhes é cobrado a preocupação com a sobrevivência futura (MARGULIS; URRESTI, 1996).

Aos jovens das classes médias e ricos, essa realidade se coloca de forma distinta, ainda que desafiadora a estes, em geral, pois lhes é assegurado o gozo pleno ou muito superior da juventude, que inclui a escolarização em todos os níveis, o suporte familiar, o acesso a bens culturais e serviços necessários à reprodução material e cultural. Com isso, tem-se o tempo de preparação estendido para enfrentar a competitividade do mercado, para usufruir a vida e, em maior quantidade, fazer escolhas sobre seu futuro, algo que, em regra, é quase negado ao jovem pobre. Isso configura como uma concessão de tempo a esses jovens, que Margulis e Urresti (1996) interpretam como moratória social.

Outra regularidade discursiva imputa à juventude a redenção à mudança social sob dois aspectos: i) através da ação política concreta ou ii) como força de trabalho potencial, predestinada a incorporar a responsabilidade sobre o desenvolvimento econômico no país.

Esta primeira, em certa medida, romantiza o olhar cristalizado na imagem de juventude que simbolizou o ativismo dos anos 1960, ou mesmo nos caras-pintadas dos anos 1990; sendo esse segmento depositário de esperanças em torno do engajamento por mudanças sociais e políticas (ABRAMO, 1997). A segunda indica a propagação da ideia de que os jovens são atores estratégicos de desenvolvimento (ALBURQUEQUE; COSTA, 2016), o que, nos anos 1950, respondeu aos interesses da recente industrialização⁹⁸, no contexto do desenvolvimentismo e, mais recentemente, vem justificar, por exemplo, a ampliação de políticas sociais residuais dirigidas à formação profissional e ao empreendedorismo jovem.

A associação do jovem à ideia de problema ou desvio é outra reprodução discursiva recorrente que é expressa de diferentes maneiras. Nesta, a juventude pode ser vista como preocupação pública, seja como potencial ameaça à ordem e aos valores sociais hegemônicos, ou como risco,

⁹⁸ A convergência da industrialização em meio à conformação do Estado capitalista e ascensão da burguesia sugere uma ideia de valorização da adolescência e da juventude, como valor político e como valor força de trabalho. Isso significa que, pelas elites, politicamente, a juventude representava a oportunidade de assegurar a continuidade do projeto político-burguês, e, quanto ao jovem trabalhador, visava-se sua preparação e disciplinamento para o exercício profissional (ABAD, 2005).

dado o ascendente envolvimento dos jovens com a criminalidade (ABRAMO, 1997). Esse aspecto tende a criminalizar a juventude e suas expressões sociais, políticas e culturais.

“Estas diversas tendências que, embora contraditórias, convivem na atual compreensão da categoria ‘juventudes’ é resultado de uma sociedade fetichizada, onde a aparência encobre a essência na forma de compreender as juventudes no contexto atual” (SCHERER, 2015, p. 81).

Para pensar os jovens e a participação sociopolítica neste contexto de intensificação das expressões contemporâneas de resistência social, recorreremos à proposição de Groppo e Silveira (2020)⁹⁹ quanto à abordagem do jovem em situações de incidência da socialização política em diferentes momentos históricos. Para os autores, isso leva a considerar que o sentido da juventude sofre alterações em determinadas circunstâncias, seja pela identidade atribuída por instituições socializadoras seja pela mera referência à categoria etária, ou ainda pela disposição política que o segmento revela. Isso quer dizer que as circunstâncias podem transfigurar o jovem em sujeito político de realce, o que entendemos ter ocorrido também na onda mundial e nacional de rebeldias do início do século XXI.

Essa apreensão ecoa da concepção dialética da juventude proposta por Groppo (2004), inspirada em parte na perspectiva de Karl Mannheim, bem como nos estudos críticos de interpretação heterodoxa do marxismo. Esse prisma de análise da juventude considera que a autonomia e a extracotidianidade que perfazem a condição juvenil são elementos negligenciados pela corrente estrutural-funcionalista, fixada na ideia de categoria etária homogênea e ordenada, cuja socialização, formação de valores e identidades resultam de forma universal como determinação objetiva das instituições socializadoras que atribuem sentido ao ser jovem (GROPPO; SILVEIRA, 2020). Desse modo, a dialética da juventude nega essa perspectiva como sendo capaz de revelar a diversidade de classe e identitária que inscrevem os jovens assim como a autonomia destes sobre as pré-determinações do mundo adulto e propõe outro caminho de interpretação que também considere que os jovens e os grupos juvenis também desenvolvem valores, identidades e sociabilidades a partir do inesperado, à sua maneira, por exemplo, em contextos de rebeldias e da sua intervenção sobre a realidade, seja no âmbito da cultura, da religião ou da política (GROPPO; SILVEIRA, 2020).

⁹⁹ Para essa discussão, os autores citados partem da compreensão da dialética da juventude (GROPPO, 2004) combinada ao emprego da categoria sujeito político, de Jacques Rancière. Cf. GROPPO, Antonio L.; SILVEIRA, Isabella B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. *Argumentum*, Vitória, n.1, v. 12, p. 7-21, jan./abr. 2020.

Entendemos que a discussão dessa particularidade elucidará a interpretação do objeto desta pesquisa, uma vez que buscamos analisar os conteúdos político-organizativos anunciados pelos movimentos urbanos da juventude brasileira, entre 2013 e 2016, diante das condições concretas deste tempo, ou seja, no contexto de acirramento das crises, econômica e política. Pois, consideramos que ocorreram tentativas de reinvenção do fazer político em relação às experiências acumuladas dos movimentos sociais tradicionais e dos movimentos anarquistas que têm forte expressão nas ondas de protestos antecedentes, como dos novos movimentos sociais dos anos 1960, a revolta de 1968 e os movimentos altermundialistas dos anos 1990, como também há contestação ao ordenamento político-capitalista e suas formas de contenção dos conflitos.

Neste cenário conflituoso, está a juventude brasileira em ameaçadora condição existencial de seu presente e das projeções futuras, em termos socioeconômicos e de formação social e humana, aspectos que fragilizam a condição juvenil e torna os jovens mais suscetíveis a valorizar “[...] as vivências do imediato e a espontaneidade, que tendam a considerar mais ou menos secundário, às vezes inútil, a experiência acumulada [...]” (GROPPO, 2004, p. 17).

No item a seguir, buscaremos explicitar, por meio de dados secundários, um breve quadro da condição juvenil brasileira no que diz respeito ao peso populacional da juventude, além de aspectos desafiadores em torno da vitimização dos jovens, da escolaridade, do trabalho e de alguns aspectos da desigualdade de gênero e étnico-racial.

5.2.1 Alguns elementos da realidade dos jovens brasileiros na atualidade

Ao pensarmos a juventude como um segmento diverso e inserido em um processo mais amplo, discutir o tema torna-se algo ainda mais desafiador, principalmente no contexto atual de acirramento da crise do sistema capitalista, cujos desdobramentos, de acordo com Scherer (2015), atingem particularmente as trajetórias de vida desse segmento heterogêneo, impondo a estes um alto grau de insegurança e desproteção social.

Não por casualidade, os jovens e estudantes, desempregados, precarizados de distintas frações da classe trabalhadora, têm se manifestado como grupo mais engajado nas mobilizações sociais no cenário contemporâneo (BRAGA, 2017). Segundo Ruiz e Eransus (2014), em nível global,

a juventude vive uma condição de precariedade no que diz respeito à educação, ao trabalho e à criminalização. Talvez seja o pior momento na história do capitalismo, desde a Crise de 1929.

Diante disso, é importante indicar um panorama da condição da juventude brasileira para atribuir concreticidade aos apontamentos em tela. Para tanto, utilizaremos dados secundários de estudos e pesquisas nacionais que apontam evidências quantiquantitativas em índices populacionais, territoriais, de educação, trabalho e violência.

Quem são os jovens brasileiros? No Brasil, são os sujeitos que percorrem a adolescência e ultrapassam a maioridade, cuja faixa etária compreende de 15 a 29 anos¹⁰⁰, sendo pouco mais de um quarto da população (IBGE, 2010). Há em torno de 50,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, aproximadamente 26%¹⁰¹ da população brasileira que ultrapassa 200 milhões de habitantes. A maior parte dos jovens brasileiros possui entre 18 e 24 anos (47%) e a grande maioria reside nos centros urbanos (85%) e 15% destes vivem no campo. Esse mesmo estudo indica que a variação por gênero entre os jovens é mínima, sendo 50,4% mulheres e 49,6% homens (IBGE, 2010) e que 60% dos jovens brasileiros declararam-se negros ou pardos, 34% brancos e 6% outras etnias. Os jovens negros são maioria no país, de acordo com a pesquisa Agenda Juventude Brasil de 2013, realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em 2013.

Dados da SNJ de 2013 indicam que 28% dos jovens vivem com renda familiar per capita inferior a 290,00 ou, ¼ do salário-mínimo, sendo o Nordeste a região com maior concentração desses índices. Os jovens negros também são os sujeitos mais pobres do país, 61% destes possui renda familiar per capita inferior a 290,00 reais.

Com relação à escolarização, a partir dos 15 anos de idade: 8,6% são analfabetos e 20,4% são analfabetos funcionais. Desses com idade entre 15 e 29 anos (os jovens), 34% possuem nível

¹⁰⁰ O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) indica uma subdivisão que abarca três agrupamentos a esta faixa de idade: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos) (CONJUVE, 2011). Com isso, o Brasil admite a ampliação do tempo de juventude, seguindo assim uma tendência internacional, orientada por organismos multilaterais.

¹⁰¹ Considerando que os dados do censo IBGE de 2010 já estão ultrapassados, gostaríamos apenas de destacar que ainda está em processo a pesquisa que atualizará os dados populacionais para o ano de 2021, todavia o próprio IBGE, por projeção, indica em 2019 a população total brasileira era de 210.147.125 pessoas, sendo que o percentual de jovens de 15 a 29 anos sofreu redução de dois pontos percentuais, ocupando 24,35% da população total. Isso é ainda mais evidente entre os jovens de 15 a 19 anos, conforme tabela “população residente segundo o sexo e os grupos de idade” disponível no site oficial do IBGE, baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2012/2019. Cf. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>. Acesso em: 29 jul. 2020.

médio, 30% ensino fundamental e 6,3% concluíram o ensino superior (IBGE, 2010). Embora, entre 2005 e 2015, tenha havido uma redução do índice de crianças e adolescentes fora da escola, a situação de evasão escolar na adolescência, tanto no ensino fundamental quanto no médio, ainda é muito alta.

Dos 2, 8 milhões de meninas e meninos [entre 4 e 17 anos] fora da escola no país, 1,59 milhão (57%) têm entre 15 e 17 anos. Muitos deles nem chegam a concluir o ensino fundamental [...]. Atualmente, o Brasil apresenta uma taxa de 19% de distorção idade-série no ensino fundamental.

No ensino médio, essa taxa de distorção chega a 27%, ou seja, que quase três em cada dez alunos dessa etapa de ensino apresentam dois ou mais anos de atraso escolar (UNICEF, 2017, p. 9).

Os jovens brasileiros têm uma das maiores predisposições para evadir do sistema escolar. A maior parte dos adolescentes entre 15 e 17 anos está estudando (65%), enquanto 16% estão trabalhando. Vale aqui enfatizar que 35% dos adolescentes que, obrigatoriamente, deveriam estar estudando, não o fazem. Entre os jovens de 25 a 29, a realidade é inversa, mais de 70% está trabalhando ou procurando trabalho, enquanto apenas 12% estudam (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2013).

Na educação superior, o quadro diverge, de acordo com Singer (2016, p. 15), “[...] o número anual de universitários ingressantes no Brasil aumentou de 1 milhão para 2.3 milhões entre 2001 e 2011”. Entretanto, nos centros urbanos, a ampliação do ingresso dos jovens no ensino superior ocorreu, em sua maioria, nas instituições privadas, facilitado por incentivos públicos de crédito e de concessão de bolsas de estudos. Todavia, os estudos precisam ser conciliados com o trabalho, em geral, no setor de serviços pessoais e construção civil, numa rotina exaustiva que conta com uma precária mobilidade urbana (SINGER, 2016). Essa é a realidade de milhares de jovens do *precariado* brasileiro, nos termos de Braga (2015).

Sobre o mercado de trabalho, dados divulgados trimestralmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) no final de 2016 apontam que a população jovem entre 14 e 24 anos é a parcela da sociedade mais atingida pelo desemprego, cuja taxa alcançou 27,7% no último trimestre deste ano. Embora a taxa de desemprego tenha demonstrado ligeiro crescimento ao longo deste ano, isso ocorreu por meio do crescimento do mercado informal e de trabalhadores por conta própria. Entretanto, esse aumento se deu entre as pessoas maiores de 59 anos e não entre os jovens (IPEA, 2016).

Com relação à situação de ocupação e remuneração, 53% dos jovens realizam algum trabalho remunerado e 47% não realizam nenhum. Entre aqueles que têm ocupação remunerada, 46% possuem jornada de 40 horas semanais (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2013).

Desde o final dos anos 1990, identifica-se que a juventude é o grupo populacional mais atingido pela violência homicida no país, tendo, até 2014, alcançado um crescimento de 669,5%, sendo este superior ao conjunto da população, cujo crescimento foi de 592,8%. Entre 2009 e 2013, o Brasil ocupou a 10ª posição entre 100 países do mundo com maiores taxas de homicídio por arma de fogo, por cem mil habitantes (WAISELFISZ, 2015).

Contabilizados em 2014, os dados do Mapa de Violência (2016) indicam o tamanho dessa tragédia, que denota um real extermínio de jovens, principalmente entre os homens (90%) e majoritariamente negros (77%). Vale destacar que as maiores causas de mortes de jovens no Brasil são homicídio, acidentes de trânsito e suicídio (WAISELFISZ, 2015).

Nos últimos vinte anos, a taxa de letalidade de brancos decaiu 16%, enquanto entre os negros eleva em 46,9%. Em 2003, a vitimização de negros, em relação aos brancos, atingiu 71,7%. Em 2014, isso salta para 158,9% (WAISELFISZ, 2015).

Em 2014, em torno de 25 mil jovens entre 15 e 29 anos foram mortos por arma de fogo, o que equivaleu a 70 mortes por dia. Embora compreendam 26% da população, 58% do total de vítimas de arma de fogo no país são jovens. Os índices de letalidade já iniciam entre adolescentes de 13 anos, mas o ponto mais alto está nos 20 anos de idade (WAISELFISZ, 2015).

Neste quadro geral desfavorável posto às juventudes, o racismo, a desigualdade de renda, territorial e educacional impõem a esse grupo uma condição de enorme prejuízo a sua reprodução social e à transição geracional, o que remete, especialmente, à necessidade de inserção profissional e de preparação educacional para que tenham, minimamente, maior autonomia sobre suas vidas. Mais que isso, o quadro de vitimização juvenil remete a uma realidade de guerra e genocídio, e são os jovens pobres e negros os mais atingidos.

O desemprego entre jovens é mais alto do que em relação aos adultos, a precarização e a flexibilização das condições de trabalho são também mais incidentes sobre os jovens negros e as jovens mulheres das camadas mais pobres (CARROCHANO, 2011). É importante destacar que as oportunidades colocadas no mercado de trabalho, ainda que muito desiguais, são mais

favoráveis aos adultos e jovens do sexo masculino, o que reforça a discriminação de negros e mulheres e coloca os segmentos em desigual oportunidade (FRIGOTTO, 2004).

Diante deste quadro, a condição juvenil na sociedade brasileira, aqui brevemente ilustrada, a partir dos dados secundários, expressa o quão distante está o Estado brasileiro de assegurar a oferta de condições e oportunidades para esse amplo segmento populacional, de modo que possam vivenciar plenamente a sua juventude.

Para Ruiz e Eransus (2014), essa condição de precariedade supõe ameaça à coesão social, na medida em que as disparidades de classe se aprofundam, como também podem despertar a tomada de consciência e a participação social e política dos jovens. Estes indicam, inclusive, a necessidade de realizar uma discussão intergeracional da crise e seus efeitos sobre os jovens, alertando sobre o futuro sombrio que está sendo desenhado, pois a expectativa é de um amplo empobrecimento das populações se as trajetórias juvenis não forem punccionadas.

Os jovens são a parcela da população mais afetada pela crise econômica. Conforme dados mais recentes, esse grupo teve a maior queda na ocupação de 2012 para 2016, sendo que o índice de ocupação desse segmento diminuiu de 59,1% (2012) para 52,6% (2016). A desigualdade de gênero também é evidente neste quadro, o nível de ocupação para mulheres jovens foi de 44,8% e o dos homens foi de 60,5%. Já a taxa de desocupação dos jovens foi de 18,9% para homens e 24,0% para mulheres. Dos desocupados, 54,9% tinham de 16 a 29 anos, refletindo em uma taxa de desocupação (21,1%) mais alta para esse grupo que para os demais (AGÊNCIA IBGE, 2018).

Outra taxa, que também foi mais alta para os jovens, é a da subutilização da força de trabalho que passou de 25,5% (2012) para 32,8% (2016). “A desocupação foi o principal componente da taxa, correspondendo a 47,0% dela em 2012 e a 58,8% em 2016” (AGÊNCIA IBGE, 2018, n.p.).

Houve também um aumento do percentual de jovens (16 a 29 anos) que não estudavam e não tinham outra ocupação: 2014 (22,7%) para 2016 (25,8%). Essa diferença entre homens e mulheres jovens é ainda mais profunda. “Entre homens de 25 a 29 anos de idade, 16,6% não estudavam nem estavam ocupados, enquanto entre mulheres da mesma faixa etária o percentual era de 34,6%” (AGÊNCIA IBGE, 2018, n.p.). A questão racial é outro indicador que demonstra a diferença entre a realidade de estudo e trabalho dos jovens. Em 2016, o percentual de jovens pretos e pardos que não estudavam e não trabalhavam era de 36%, enquanto para os brancos,

21,2%. As mulheres pretas ou pardas foram o grupo mais afetado pelo fenômeno (37,6%)” (AGÊNCIA IBGE, 2018, n.p.).

Os dados apresentados confirmam a perspectiva defendida por Braga (2012) de que a juventude da classe trabalhadora é um segmento particularmente vulnerável às injunções do mundo do trabalho. Essa parcela da população está submetida à aviltante precarização do trabalho urbano, em especial do setor industrial e de serviços.

De outro lado, como alternativa de sobrevivência, apresenta-se a escapatória alternativa da emigração, ou, em meio ao crescimento da narcoeconomia, como indicou Katz (2016), tem-se o tráfico de drogas como refúgio para aqueles jovens mais vitimizados e com menor possibilidade de inserção no mercado de trabalho, em geral, os meninos negros e pobres.

Para a análise dos movimentos sociais, neste caso, protagonizados pela juventude brasileira neste início de século, deve-se buscar compreender, além das mudanças relativas aos conteúdos que fundamentam sua mobilização e prática política, também o pano de fundo propulsor à eclosão desses movimentos contestatórios, realizando uma profunda análise do contexto social e econômico e das tensões políticas deste tempo, como sugere Gohn (2014a). Isso posto, é premente a associação desse debate às mudanças “[...] culturais decorrentes, principalmente, da ação dos sujeitos em cena, de suas subjetividades, identidades e pertencimentos” (GOHN, 2014a, p. 103).

É importante que os estudos sobre os movimentos juvenis do século XXI se atentem à ideia de que a “[...] rebeldia juvenil, quando acontece, não toma naturalmente um rumo político-social de caráter esquerdista, democrático ou progressista – ela contém possibilidades políticas variadas, que dependem de muitos fatores sociais, históricos e conjunturais”, como destaca Groppo (2005, p. 21) ao ressaltar o movimento juvenil no início do século XX. Pois, o histórico enquadramento das contestações políticas da juventude ao status de problema sujeitou seu ativismo/militância à criminalização e à invisibilização das suas experiências, ocultando assim o papel dos jovens como atores sociais que não se limitam a requererem individualidades, mas que também reivindicam demandas coletivas, por exemplo, ao tensionarem o Estado a respeito dos efeitos nocivos do neoliberalismo para as políticas de educação, cultura, transporte etc. (MAYORGA, 2017).

Nesse aspecto, é fundamental conhecer o perfil e a renovação dos militantes/ativistas dos movimentos contemporâneos (GOHN, 2014), entre os quais se destaca a prevalência dos jovens

do *precariado* urbano, para identificar suas demandas e inquietações específicas. Assim, buscamos apresentar algumas pistas quanto à composição social dos protestos de junho a partir do levantamento feito por André Singer (2013)¹⁰². O autor indica que a composição social dos protestos de junho foi formada por um misto entre pessoas da classe média tradicional, inconformadas com a realidade e com as políticas sociais dos governos petistas, e o novo proletariado, nos termos de Singer (2013), ou *precariado*, como preferimos, conforme propõe Ruy Braga; ou seja, “[...] trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho” (SINGER, 2013, p. 27). O quadro reproduzido a seguir demonstra a prevalência de pessoas jovens nos atos, embora a presença de pessoas não jovens também seja um indicador relevante:

Quadro 1 – Faixa etária dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais jovens	53% (12 a 25)	51% (12 a 25)	41% (15 a 24)	43% (14 a 24)	55% (Até 25)
Idade intermediária	35% (26 a 35)	31% (26 a 35)	39% (25 a 34)	38% (25 a 39)	29% (26 a 39)
Mais velhos	12% (acima de 36)	19% (acima de 36)	20% (acima de 35)	19% (acima de 40)	17% (Acima de 40)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Singer (2013, p. 28).

Nota: Para os dados de São Paulo, considerar Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para as oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

¹⁰² Para construir sua hipótese que alerta ser aproximada sobre a composição social dos protestos de junho de 2013, André Singer (2013) se baseou em diversos estudos disponíveis, entre eles estão as análises de Armando Boito Junior (“O impacto das manifestações de junho na política nacional”. Brasil de Fato, 02/08/13) e Ruy Braga (“Sob a sombra do precariado”. In: Maricato, Ermínia e outros. Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013, p.82) como também em dados de outras pesquisas realizadas durante as jornadas pelo Datafolha em São Paulo; pesquisa realizada no Rio de Janeiro pela Plus Marketing; pesquisa realizada pelo Instituto Innovare em Belo Horizonte, além da pesquisa nacional realizada pelo Ibope nas manifestações do dia 20 com 2002 entrevistas em oito cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília, onde os protestos foram intensos.

Ainda sobre a composição social dos protestos de junho de 2013, de acordo com os dados da Pesquisa Ibope de 2013 sobre o perfil dos manifestantes em diversas capitais brasileiras, destacam-se as pessoas com alta escolaridade, dado também ressaltado por Singer (2013) que, associado aos indicadores de renda familiar, identifica-se uma equivalência aos padrões da classe média do país. Em sua maioria são trabalhadores e estudantes.

Quadro 2 – Perfil dos manifestantes segundo pesquisa Ibope (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA e Brasília)

Sexo	Escolaridade	Renda	Função Remunerada
Masculino: 50% Feminino: 50%	<ul style="list-style-type: none"> • Até ensino médio iniciado: 8% • Ensino médio completo ou Ensino superior iniciado: 49% • Superior completo: 43% 	<ul style="list-style-type: none"> • 15% têm renda familiar até 2 salários-mínimos; • 30% têm renda familiar acima de 2 até 5 salários-mínimos; • 26% têm renda familiar acima de 5 até 10 salários-mínimos; • 23% têm renda familiar acima de 10 salários-mínimos; • 6% não responderam. 	76% trabalham; 24% não trabalham; 52% estudam.

Fonte: Pesquisa Ibope divulgada no site do G1Brasil em 24/06/2013.

Outro dado da pesquisa Ibope (sobre o perfil dos participantes de junho de 2013) nos chama atenção. Entre os entrevistados, 54% já haviam participado de manifestações de rua e 48% não. Embora mais da metade já tivessem participado de movimentos de protestos, esses dados sugerem pensar que há um número expressivo de pessoas que se engajaram nessas lutas com pouca tradição organizativa ou nenhuma vivência em lutas sociais. Ao cruzarmos com os dados de renda e faixa etária, conforme indicados anteriormente, é possível sinalizar que esses percentuais também reafirmam as características da composição social dos atos de junho, sendo os próprios jovens, mas também a classe média.

Quanto à composição social nas ocupações dos estudantes, em 2015, na luta ocorrida em São Paulo restringiu-se à participação dos estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais que se revoltaram com o anúncio de um processo de reorganização escolar. No final de 2015, há registros de ocupações de escolas em algumas cidades do estado de Goiás (Goiânia, Aparecida e Anápolis) em reação ao anúncio do governo estadual de transferência da

administração das escolas para Organizações Sociais (OSs) (MARTINS, 2014), que indica a continuidade da onda de ocupações. Somente em 2016, essa forma de luta ganhou caráter nacional. Neste ano, em diversas partes do país não só os/as estudantes das escolas de ensino médio da rede estadual atearam fogo às ocupações, embora tenham sido a maioria, mas também estudantes das Escolas Técnicas Estaduais (no caso de São Paulo), estudantes dos Institutos Federais de Educação, das Universidades Públicas, inclusive, do Ensino Fundamental. Isso indica que os/as ocupas são predominantemente adolescentes-jovens estudantes de ensino médio das escolas públicas, ou seja, em sua maioria, são filhos da classe trabalhadora. Mas, esse perfil ganha uma variação com a participação de estudantes das escolas técnicas e das universidades, sendo, em sua maioria jovens-jovens. Há variações dessa composição em 2016 quanto à faixa etária e situação econômica diante da diversidade do envolvimento. No entanto, ainda não foram publicados estudos nacionais que apresentem um perfil desses ocupas que possibilite fazermos afirmações mais precisas.

É importante considerar que o cenário de crise não afeta apenas as condições socioeconômicas, mas também o campo político-cultural, pois o crescimento das desigualdades econômicas, étnicas e de gênero, a realidade de violência e vitimização (em seus efeitos mais incidentes sobre os/as jovens negros/as), em meio a um contexto de crise política brasileira (GOHN, 2018) explicitaram ainda mais as contradições e ambiguidades dos últimos governos (SINGER, 2016).

Acreditamos que todos esses aspectos históricos e os elementos mais concretos da realidade conformaram um caldo de insatisfações, desconfiança e desesperança entre os jovens e a classe média com relação à política e às instituições democráticas do país, que enredou tanto a crítica como a rejeição ao sistema democrático e ao grupo político dirigente do país naquele momento, o PT. Esse contexto colocou um holofote (embora ambíguo) sobre a política, o parlamento e os partidos políticos, levando os jovens a se envolverem mais e se reorganizarem politicamente em coletivos urbanos autônomos heterogêneos, entre frentes culturais, midiativistas e liberais (GOHN, 2018).

Acreditamos que as campanhas eleitorais brasileiras de 2016 para o executivo e parlamento municipais e, principalmente, de 2018 para a câmara e senado federal demonstraram que as provocações das ruas e das escolas quanto a mudanças na forma de fazer política surtiram efeitos em algum nível quanto às linguagens utilizadas, aos temas de representação, à estética das campanhas e à ampliação das vitórias de candidaturas de mulheres jovens negras

progressistas que em muito dialogaram com coletivos jovens e surpreenderam, mas também de candidatos jovens liberais forjados na ideia de representação da novidade na política.

É fundamental analisar quais circunstâncias possibilitaram a constituição e ascensão dos movimentos urbanos juvenis para tentar desvelar as mudanças de sua configuração e redefinição naquilo que se altera e preserva das experiências acumuladas pelas lutas sociais históricas, a fim de “[...] conhecer os significados do que se apresenta como novo e a reelaboração do velho, que já estava posto” (GOHN, 2014, p. 101), reconhecendo o quê e como a juventude passa a contestar nesse processo.

Essas análises devem, sobretudo, buscar compreender a forma com a qual os militantes/ativistas visualizam a política e as instituições democráticas tradicionais ou atores políticos, como partidos, sindicatos, instâncias e entidades representativas dos segmentos sociais (GOHN, 2014; GALVÃO, 2009), para compreender as mudanças da postura coletiva dos jovens no contexto de globalizado da crise, bem como dos repertórios que emergem dessas mobilizações, como sugere pensar Braga (2017), ao tratar do contexto mais geral dos movimentos sociais.

Quando partimos da ideia de que as gerações de jovens possuem um potencial de renovação permanente em relação àquelas gerações que transitaram para a vida adulta, isso indica que esse segmento da sociedade acumula socialmente as experiências sociais que as antecedem, o que lhes permite absorver, negar ou reelaborar valores transmitidos pela herança cultural, podendo assim conservá-los ou subvertê-los, a depender das condições concretas e conjunturais que tenderão a definir sua situação social e o seu lugar no processo de mudança (GROPPO, 2015), seja de submissão, alienação ou subversão.

No capítulo seguinte, dedicar-nos-emos à discussão da atuação das organizações autonomistas de São Paulo, MPL e do coletivo “O Mal Educado”, nas Jornadas de Junho de 2013 e nas ocupações das Escolas em 2015 e 2016, respectivamente. Nesta análise, buscamos salientar como esses grupos incidiram sobre a onda de revoltas da juventude brasileira, no sentido de identificar se há inovações nesses fazeres políticos, buscando observar o fenômeno brasileiro não reduzindo-o à imediatividade dos fatos ou aos seus particularismos, mas como expressões do movimento mais amplo da realidade (cenário global de lutas) em suas fortes conexões continentais (movimentos latino-americanos de juventude) e singularidades locais (contexto nacional de crise econômica e política), conforme discutido até aqui; pois, o pressuposto de análise perseguido parte do reconhecimento dos antecedentes históricos e dos elementos do

presente para tentar desvelar a multiplicidade de tensões políticas e econômicas explicitadas na conjuntura atual, sobre as quais se conformaram as expressões contemporâneas de resistência social e política, em que a fluidez é a tônica das lutas e a juventude é o agente político de maior realce.

6 AS EXPRESSÕES POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA SOCIAL DO SÉCULO XXI NO BRASIL: TENTATIVAS DE REINVENÇÃO DA POLÍTICA?

Desde junho de 2013 os governos descobriram-se perante movimentos sociais imprevisíveis. Eles não têm uma só forma ou conteúdo. Quando se julga derrotá-los, eis que reaparecem com outra demanda e outra tática.

Não tem unidade nacional, mas demonstram união. Vistos de longe, compõem um belo desenho. De perto, são pontos. Não têm um autor, são antes uma escultura social. As passeatas não têm rumo pré-estabelecido, são decididas em assembleia. Para contê-las, a Polícia Militar passou a cercar os manifestantes. Usou o caldeirão, o cassetete, as bombas e os tiros de borracha. Para criminalizá-los, garrafas de plástico se tornaram molotovs e a água não transmutou-se em vinho, mas em perigoso líquido inflamável (SECCO, 2016, p. 1-2).

O fragmento do texto de Lincoln Secco ilustra a tônica dos movimentos sociais protagonizados pelos jovens neste início de século no Brasil, no entanto, assim como na maior parte das análises sobre Junho de 2013, a discussão sobre o papel exercido pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo no planejamento e organização das jornadas é residual. Talvez o autor esteja olhando os protestos no conjunto da obra e de trás para frente, quando o que mais impressionava era perceber que a direita e a classe média já haviam se apropriado da luta popular e deformado a pauta que provocou a explosão dos protestos a partir da cidade de São Paulo para todo o país.

Nosso esforço de análise segue outro caminho e também compreende outro ciclo de lutas herdeiro das jornadas, embora não desconsideremos em absoluto a importância das discussões sobre os sentidos e os desdobramentos sociopolíticos pós Junho de 2013. Desse modo, este trabalho se dedica à análise da onda de revoltas que compreendeu as Jornadas de Junho de 2013 e o ciclo de Ocupações das Escolas transcorrido entre 2015 e 2016 a partir da experiência dos militantes das organizações impulsionadoras, o MPL e o coletivo “O Mal Educado” (OME)¹⁰³, respectivamente.

Para tanto, buscamos caracterizar as duas organizações, considerando as referências ideopolíticas, as experiências dos militantes, seus objetivos e as formas de ação e organização que preconizam. Neste texto identificamos as conexões entre as organizações impulsionadoras e as lutas da juventude deste período e, por fim, analisamos as tendências político-organizativas engendradas durante a onda de revoltas. Dessa forma, procuramos compreender ainda em quais

¹⁰³ Consideramos importante sinalizar que Campos, Medeiro e Ribeiro (2016) realizaram uma minuciosa discussão sobre as ocupações secundaristas de 2015 e dedicaram um capítulo de sua obra apenas para analisar o papel exercido pelo coletivo “O Mal Educado” nesse processo de luta. No geral, as discussões sobre o movimento de ocupação tratam de experiências locais, do processo de formação política dos jovens e menos sobre a forma de luta adotada.

críticas políticas aos movimentos sociais tradicionais estas se baseiam buscando reinventar e incidir sobre as lutas da década de 2010.

Para tal esforço, realizamos um diálogo entre as produções literárias sobre os movimentos, as lutas e o conteúdo das entrevistas realizadas com ex-militantes dessas organizações paulistanas; e buscamos recontar essa história dando voz aos militantes das organizações impulsionadoras das duas explosões de participação social da juventude que estremeceram o país e que revitalizaram o debate sobre movimentos sociais.

6.1 O MOVIMENTO PASSE LIVRE E O COLETIVO “O MAL EDUCADO”: EMERGÊNCIA, ATUAÇÃO, CONEXÃO E REBELDIA

Neste tópico nos dedicaremos à caracterização do Movimento Passe Livre e do coletivo “O Mal Educado” considerando o surgimento, a forma de ação e organização predominante, os valores democráticos perseguidos, as críticas tecidas às organizações políticas da esquerda tradicional e a conexão entre elas. Com isso, buscamos compreender a perspectiva acumulada por elas e a incidência política junto à base mobilizada nas lutas, sobretudo, nas Jornadas de Junho de 2013 e no ciclo de Ocupações das Escolas, respectivamente.

6.1.1 O Movimento Passe Livre

Éramos jovens vivendo a cidade ao mesmo tempo em que buscávamos outra forma de organização e outra forma de se articular politicamente. (MPL 1)

De acordo com a descrição do próprio movimento e do conteúdo de sua carta de princípios¹⁰⁴ disponíveis no site do MPL de São Paulo, trata-se de um movimento social que se organiza em torno da luta por um novo projeto popular de transporte para a cidade, diferente do sistema comercial hegemônico. Sua ação tem importante centralidade na defesa da gratuidade do transporte público para todos, tendo na luta contra o aumento da tarifa, o principal mote dos protestos que organizam desde 2005 (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2009). O movimento avalia que a forma como a mobilidade urbana é ordenada não é capaz de atender às necessidades

¹⁰⁴ Cf. Apresentação do Movimento Passe Livre de São Paulo em: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>. Acesso em: 11 ago. 2020. Para acesso à carta de princípios do MPL, conferir link: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

da população trabalhadora, gerando grande sofrimento social cotidiano, como relata MPL 3. Isso decorre do insuficiente número de veículos disponíveis, das linhas e modalidades de transporte, do valor abusivo das tarifas e por sua baixa qualidade, sejam ônibus, trens, estações sucateadas, número insuficiente de profissionais etc. Um problema que é recorrente em todos os centros urbanos do país.

Em nossa interpretação, o MPL considera que é preciso radicalizar a luta social urbana para pressionar o poder público a rever as prioridades políticas e orçamentárias relativas ao transporte. Isso indica que o sentido de radicalidade para o MPL diz respeito a subverter a ordem por meio da pressão política, da indisposição para estabelecer negociações para parcas conquistadas com o poder público ou privado, seja pela disposição ao enfrentamento das forças de segurança, como ocorreu em 2013.

Seus militantes entendem que é preciso rever as práticas de luta consideradas moderadas que consolidaram a atuação dos movimentos sociais tradicionais e das organizações de esquerda, quais sejam: a participação via representação em conselhos de políticas públicas; o estabelecimento de mecanismos rígidos de organização e condução limitadores da participação do coletivo mais amplo de militantes e a preferência pela organização de passeatas, formas de protestos mais brandas, que apenas apresentam as lutas e não priorizam o enfrentamento direto mais incisivo aos poderes públicos e privados. Dessa forma, o movimento põe em causa não só o transporte, um direito de cidadania, mas também a forma de ação e organização dos movimentos sociais tradicionais, especialmente de esquerda.

Tendo em vista esta perspectiva de atuação, é importante situar o Movimento Passe Livre primeiro, como *“uma expressão social de uma temática que existia e que era candente nas grandes cidades [...], porque existia uma grande quantidade de mobilizações, principalmente da juventude, em relação aos aumentos de passagem e pelo passe livre [...], no início dos anos 2000 [...]”* (MPL 1), em que se destacam em nível nacional: a Revolta do Buzu de Salvador (2003), as Revoltas da Catraca em Florianópolis (2004 e 2005), as mobilizações em Vitória (2005), entre outros protestos radicalizados ocorridos em diversas cidades do país nesse período (MPL 1, 2, 3).

[...] Essas lutas [...] viraram tipo um exemplo, um tipo de luta que parecia muito louca para uma juventude, uma geração que estava ali vivendo o começo do governo do PT (é um momento em que os movimentos sociais estão “entrando para dentro”, definitivamente para uma gestão do Estado, se institucionalizando).[...] de 2003 a 2013 tem um ciclo de lutas contra o aumento da tarifa que todas elas têm uma forma parecida que na origem é Florianópolis e Salvador. (MPL 2)

O segundo fator diz respeito à formação, em nível nacional, de um campo político pouco articulado, autonomista e com forte influência anarquista, composto por integrantes do Centro de Mídia Independente (CMI)¹⁰⁵ (formado no bojo da Ação Global dos Povos e dos Movimentos Altermundialistas, entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000), por militantes dos Comitês de Luta pelo Passe Livre Estudantil¹⁰⁶, que tinham uma relação com o movimento secundarista do final da década de 1990, além de militantes egressos do PT (MPL 1, 2 e 3).

Dessa confluência surgiu o MPL, como uma tentativa de os militantes e grupos mobilizados pelo debate autonomista darem sentido e forma político-organizativa aos anseios em torno da pauta do transporte, cumprindo assim um papel de dar conteúdo à demanda popular. O MPL, além de ter capturado o impulso das rebeldias produzidas pela onda de lutas contra o aumento do transporte no início do século XXI no país, também buscava reinventar as práticas políticas de esquerda recuperando o traço da radicalidade esmorecido, principalmente na era petista (MPL 1 e 2).

As entrevistas realizadas com quatro ex-militantes do MPL para esta pesquisa permitiram confirmar nossa perspectiva sobre este coletivo como uma expressão político-organizativa que foi capaz de captar uma movimentação autonomista¹⁰⁷ mais ampla e incidir sobre a política nacional em 2013, movimentação esta que se afina aos grupos libertários e a proposições críticas do poder do Estado.

O movimento ganhou dimensão nacional e tomou forma em 2005, a partir de um encontro paralelo realizado no Caracol Intergaláctico, espaço dos setores autonomistas do Fórum Social Mundial (FSM), que ocorreu neste mesmo ano (SCARCELLI, 2014); isso demonstra que suas

¹⁰⁵ Segundo definição própria, conforme site oficial da organização: “O CMI Brasil é uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. [...]. A ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais e sobre as políticas às quais se opõem.” (CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, [1999?], n.p.). Esta rede se conecta à rede internacional *Indymedia* criada em 1999 para cobrir os protestos de Seattle. Trata-se de uma rede formada por produtores de conteúdo autodeclarados anticapitalistas, livres e independentes de empresas ou governos.

¹⁰⁶ De acordo com o estudo de Scarcelli (2014), com base em entrevistas com militantes do MPL feitas após junho de 2013, os Comitês pelo Passe Livre Estudantil tiveram origem em Florianópolis, em 1999, e, inicialmente, eram ligados às juventudes partidárias, principalmente do PT e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Segundo a avaliação dos militantes, com a aprovação do passe livre no Rio de Janeiro, a direção nacional do PSTU buscou implantar os Comitês em outras cidades, como trata o autor, muito mais como pretexto para aproximar e agregar militantes para o partido que propriamente qualificar e expandir a pauta do transporte, ou seja, os militantes estavam mais dedicados à autoconstrução partidária (SCARCELLI, 2014).

¹⁰⁷ Uma discussão mais detalhada sobre esse processo de movimentação autonomista ocorrida em São Paulo pode ser conferida no livro de Leo Vinicius, intitulado *Antes de Junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista*. Ed. Em Debate/UFSC, Florianópolis, 2014.

articulações são ainda anteriores ao evento. O espaço do FSM, por sua proposta e por convergir diversos movimentos sociais, oportunizou um encontro nacional de militantes autônomos com alguma intervenção na pauta do transporte que culminou no estabelecimento de uma forma organizativa autonomista relativamente comum para as lutas urbanas pelo transporte ascendentes no país.

É possível dizer que, já em sua fundação, essa organização assumiu um caráter independente e apartidário, o que levou a divergências e dissidências das juventudes partidárias que estavam próximas dessa movimentação. Em São Paulo, por exemplo, o *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado* (PSTU) rompeu com o movimento desde o primeiro protesto realizado neste mesmo ano (MPL 1).

Gradativamente este movimento jovem, eminentemente urbano, não muito numeroso¹⁰⁸ e pouco legitimado pelas instituições políticas tradicionais de esquerda foi se constituindo como uma referência nas lutas contra o aumento do transporte em São Paulo (MPL 3), mas também em outras cidades do país, porém, como é de interesse deste estudo, nos ateremos às especificidades desta organização em São Paulo.

Com o passar do tempo, o MPL paulistano acumulou experiências e saberes que levaram a uma defesa mais ampla do acesso ao transporte e da mobilidade, qual seja, a defesa da tarifa zero para todos. Com isso, as organizações da esquerda tradicional da cidade passaram a dar maior atenção à atuação deste movimento (MPL 1). O alto nível de compreensão do tema em disputa nas ruas, a lucidez quanto à forma política defendida, além da alta capacidade argumentativa dos militantes é algo que surpreendeu, inclusive, os entrevistadores do Programa Roda Viva¹⁰⁹ da TV Cultura que foi exibido durante o início das Jornadas de Junho de 2013, quando dois ativistas do coletivo foram entrevistados.

[...] a gente entendia muito mais de transporte do que eles [os demais setores da esquerda] iam entender na vida. De fato, a gente entendia, porque a gente estudava muito [...]. A gente estudava as linhas [inaudível], sabia modelos diferentes, sabia números, sabia muito [...], a gente estudava transporte, a gente estudava a cidade! Então, a gente conseguia militar muito bem e a gente consegue convencer a esquerda finalmente disso. (MPL 1)

¹⁰⁸ Ao longo do tempo, o número de integrantes do MPL de São Paulo variou entre 10 e 30 pessoas. No dia a dia, as reuniões contavam com aproximadamente 10 pessoas mais assíduas, mas, nos períodos de luta contra o aumento, os demais militantes se reincorporavam (MPL 2 e 4).

¹⁰⁹ Entrevista com dois militantes do MPL, Nina Cappello e Lucas Monteiro, exibida em 17/06/2013 pela TV Cultura. Roda Viva, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>. Acesso em: 27 ago. 2019.

Assim, o acúmulo sobre o tema e a disposição de fazer lutas radicais fez com que o MPL passasse a ser reconhecido e também hostilizado como um movimento social urbano autônomo, a despeito de uma visão recorrente que o associava à luta dos estudantes¹¹⁰, pois, como explica MPL 2, este “[...] nunca foi propriamente um movimento estudantil, apesar de ter surgido muito em escola [...], ele não era baseado nas estruturas, no dia-dia de estudos, nas faculdades, ele está fora do movimento estudantil, ele se via mais como um movimento social urbano mesmo” (MPL 2).

Além do legado histórico da luta estudantil, a incorporação dos estudantes à pauta do transporte decorreu do trabalho sociopolítico desenvolvido de forma permanente pelo MPL nas escolas de ensino médio, principalmente, por apresentarem a revolta como uma forma de luta potente com possibilidade de atingir a vitória. Vale ressaltar que uma das estratégias de conscientização sobre o tema também se dava com a exibição de uma edição reduzida do documentário “Revolta do Buzu”¹¹¹, que ocorreu em Salvador no ano de 2003, uma luta que revelou a disputa das entidades tradicionais do movimento estudantil pela pretensa liderança do movimento e a revolta das pessoas ao lidar com as tentativas de negociação da pauta por essas organizações.

De certa forma, interpretamos que ações como esta “plantaram sementes” de rebeldia entre os jovens-estudantes, algo que as entidades estudantis já não conseguem mais fazer como em outros momentos da história brasileira, a exemplo da resistência à ditadura militar (especialmente no final dos anos 1960), a campanha pelas Diretas Já (1983-1984) e o *impeachment* de Collor (1992). Aos poucos, os estudantes se incorporavam aos protestos do MPL e, a partir de 2011, se tornaram a base que o movimento mais conseguia mobilizar. Em nossa opinião, o MPL e suas lutas conseguiam atingir justamente uma parte dos estudantes que não se identificava com as ações e as organizações tradicionais.

Entre 2011 e 2013, ocorreu a intensificação dos protestos chamados pelo movimento, especialmente mediante os anúncios de aumento das tarifas do transporte público feitos pela

¹¹⁰ Em nossa visão, essa associação também decorre do fato de ser um movimento eminentemente composto por jovens estudantes, pela referência ao passe estudantil e ao passe livre, sendo o primeiro uma conquista social histórica dos estudantes e o segundo uma pauta de luta a ser conquistada não só pelos estudantes, mas pela classe trabalhadora, uma vez que o valor das tarifas de transporte em todo o país é impraticável a todas as frações da classe usuárias dos meios de transporte urbano.

¹¹¹ Cf. REVOLTA do Buzu. Direção de Carlos Pronzato. Documentário 70 minutos. NTSC. Salvador. Focu's imagens, 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>. Acesso em: 20 jan. 2020.

prefeitura e governo de São Paulo, tornando-se o principal elemento a mobilizar essa base juvenil que se avolumava a cada protesto a partir daí.

Com base nas entrevistas, foi possível identificar um perfil aproximado da composição social do MPL, o qual variou ao longo dos anos. Inicialmente era mais heterogênea, mas com o passar do tempo se diversificou, no entanto os jovens estudantes independentes entre 17 e 30 anos sempre foram maioria entre seus militantes. Eram estudantes que estavam nos últimos anos do ensino médio, técnico ou nos primeiros anos do ensino superior, oriundos da classe média, mas também havia moradores de periferias, grupo que nos parece ser minoritário. Há também o registro minoritário da participação de trabalhadores, artistas, metroviários, pessoas de outros coletivos autonomistas e até de partidos políticos de esquerda, como o PT e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (MPL 1, 2, 3, 4). Com o avançar dos anos, o grupo relativamente “mais assíduo/ativo”¹¹² foi envelhecendo e este perfil variou um pouco para jovens recém-ingressos no mercado de trabalho, mas sempre convivendo com a participação de estudantes que seguiam renovando o grupo (MPL 1).

[...] com o tempo, essa heterogeneidade [de militantes] para de existir, começa a ter pessoas que não eram organizadas em outros espaços, são pessoas que têm sua primeira experiência política no movimento, ou, no máximo, sua segunda experiência [...]. De fato, elas já tinham que ter algum interesse na política [...], mas, a experiência organizativa delas [...] vai estar no movimento [...]. (MPL 1)

Esse caráter pode ser notado, inclusive, a partir da experiência dos próprios entrevistados, conforme demonstrado no quadro a seguir. Neste, destacamos, entre outros aspectos, as experiências antecedentes de participação sociopolítica dos militantes que ocorreram, majoritariamente, em organizações independentes ainda que tenham tido uma residual aproximação com os movimentos tradicionais.

Diante da prevalência da atuação desses militantes no MPL, é possível indicar que este foi o espaço que mais definiu a perspectiva autonomista de participação deste grupo, aspecto recorrente entre os demais militantes. Isso quer dizer que o movimento cumpre um objetivo pedagógico junto à base juvenil, criando, como sugere Bogo (2011, p. 83), “algum grau de referência política e de consciência de classe” ao se inserirem neste espaço de acúmulo político como parte do sujeito coletivo.

¹¹² Deste grupo mais ativo e assíduo do MPL, estão os quatro militantes entrevistados para esta pesquisa.

O quadro também demonstra que três destes entrevistados também faziam parte do coletivo “O Mal Educado”, o que já demonstra uma conexão não só ideopolítica entre os dois coletivos autonomistas, mas também dos sujeitos atuantes.

Quadro 3 – O perfil dos entrevistados do MPL

Entrevistados MPL	Condição de classe	Ocupação	Idade	Tempo MPL	Militância precedente
MPL 1	Classe média	Trabalhador	29	2005 a 2015	- Grêmio estudantil autogestionário - Centro Acadêmico (por pouco tempo) - Centro de Mídia Independente - Comitê Passe Livre de São Paulo - MPL
MPL 2	Classe média	Estudante graduação	18	2010 a 2015	- Grêmio estudantil autogestionário e Poligremia (simultaneamente) - MPL/ “O Mal Educado” (simultaneamente)
MPL 3	Classe média	Estudante graduação	19	2010 a 2015	- Grêmio estudantil autogestionário e Poligremia (simultaneamente) - MPL/ “O Mal Educado” (simultaneamente)
MPL 4	Classe Média	1ª Estudante secundarista	17	2006-2016	- Entrou no MPL quando secundarista e considera que o movimento foi sua escola de militância.

Fonte: Elaboração própria baseada no conteúdo das entrevistas.

Uma das experiências antecedentes ao MPL importante de destacar é a Poligremia (2009-2011), uma associação de grêmios livres, principalmente composta de escolas particulares de São Paulo que se voltava mais à organização de ações culturais ou debates políticos que suscitavam a agitação política, mas não necessariamente desenvolvia ações eminentemente político-organizativas (MPL 3). É importante sinalizar que a experiência da Poligremia motivou tanto a participação de alguns dos seus militantes no Movimento Passe Livre quanto a criação do coletivo “O Mal Educado” (OME 2).

Concordamos com MPL 2 de que a condição juvenil-estudantil possibilitou um engajamento mais efetivo dos militantes nas lutas: *“o fato de ser estudante, não trabalhar ou trabalhar poucas horas [...] foi fundamental para a gente ter o tempo que a gente teve disponível para a gente poder organizar o movimento, porque eram reuniões intermináveis no fim de semana [...]”*. Isso demonstra que a moratória social (MARGULIS; URRESTI, 1996), além de aparecer

no conteúdo das entrevistas, é uma noção conceitual que permeia o ser jovem e que possibilita compreender esse tempo “disponível” de maior dedicação e experimentação militante, se comparado às gerações mais velhas, conforme discutido no capítulo anterior.

A respeito das bases ideológicas e práticas que inspiraram a militância do MPL, os quatro militantes entrevistados afirmam que seu delineamento remonta aos movimentos altermundialistas, reproduzindo assim muito da elaboração política e da forma de ação e organização dos movimentos da esquerda autônomos americanos, a exemplo dos protestos de Seattle de 1999 (MPL1, 2, 3, 4).

No entanto, ao longo da sua constituição, ocorreu uma variação de influências teóricas conforme a participação dos sujeitos, entre os quais destacamos o movimento anarquista, o movimento zapatista, os movimentos articulados à Ação Global dos Povos, *Reclaim the Streets*, movimento *Punk* e a tática radical *BlackBlock*. Quanto às influências teóricas mencionadas, identificamos o anarquismo e o marxismo. Entre os autores que os inspiraram, destacaram: João Bernardo, Jo Freeman e Rosa Luxemburgo (MPL1, 2, 3, 4).

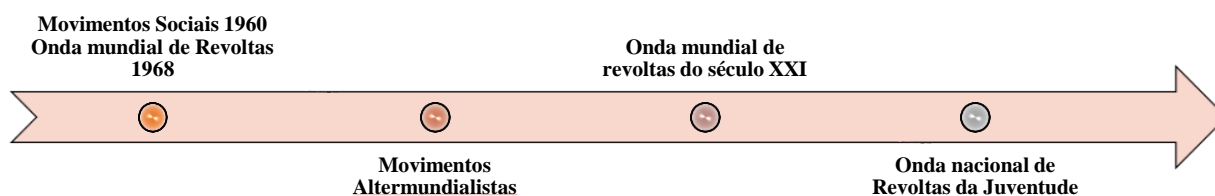
Essa heterogeneidade de referências teóricas e influências ideopolíticas é outro aspecto que caracteriza o MPL como expressão política de resistência social que tem referências nas lutas antecedentes aos movimentos altermundialistas com perceptível influência dos “novos movimentos sociais” dos anos 1960, embora não mencionado diretamente pelos entrevistados.

Essa analogia deriva da nossa percepção de que há um “fio condutor” histórico entre estes movimentos sociais antecedentes diante das similaridades destes com as características político-organizativas do MPL quanto ao impulso à radicalização dos protestos que organizam e pela variedade de influências ideopolíticas e teóricas explicitadas (anarquistas, socialistas e autonomistas), entre outros aspectos, sobretudo pela defesa da organização anti-hierárquica e independente ou apartidária. Tudo isso remonta à configuração e às críticas dos movimentos anarquistas que foram reelaboradas pelos movimentos dos anos 1960, explicitados com fervor na onda de revoltas de 1968 e reconfiguradas nos anos 1990, com os movimentos altermundialistas, como exposto no primeiro capítulo deste trabalho.

Este é o acúmulo político, ideológico e prático que terá maior incidência sobre a ação e organização dos movimentos sociais e das lutas do século XXI aqui estudadas. O MPL, coletivo que analisamos neste tópico, impulsionou as Jornadas de Junho de 2013, compondo assim a

onda nacional de lutas da juventude brasileira, portanto expressa, em seu fazer e em suas lutas, fortes traços deste fio condutor.

Figura 1 – Representação do fio condutor entre movimentos e lutas sociais



Fonte: Elaboração própria

Quanto à concepção de ação e organização sociopolítica, de acordo com seu site oficial, o MPL é um movimento social independente, descentralizado, popular e apartidário, embora negue o antipartidarismo. Defende a democracia direta (participação direta, decisões por consenso), a horizontalidade (sem hierarquia interna, sem representação política) e a extrainstitucionalidade, ou seja, não possui estrutura organizativa rígida pré-estabelecida e sua organização/ação ocorre por fora das instituições tradicionais por considerar suas práticas autoritárias, insuficientes e burocráticas para “conquistar mudanças realmente significativas na sociedade” (MPL, [2005?], n.p.). Esta descrição não diverge dos relatos dos militantes entrevistados para esta pesquisa; em linhas gerais, esses são os traços que melhor caracterizam esta organização autonomista.

De forma mais precisa, a emergência do MPL pode ser considerada uma expressão social alternativa de organização sociopolítica protagonizada pela juventude urbana que divergia das estruturas e das práticas políticas reproduzidas nas relações e nas lutas pelas juventudes partidárias da esquerda (com destaque para o PT, o PSTU e o Partido Comunista do Brasil-PCdoB), pelos grêmios estudantis, centros e diretórios acadêmicos e entidades estudantis como UNE e UBES, pelo Conselho da Cidade de São Paulo (de caráter consultivo), pelos sindicatos/centrais sindicais e movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) (MPL1, 2, 3). Desse modo, as divergências do MPL se dirigem tanto à lógica institucional hegemônica quanto à prática de luta política corrente das organizações tradicionais de esquerda (MPL 1).

Em geral, a lógica organizativa dessas e da maioria das organizações tradicionais da esquerda se baseia em procedimentos estatutários que definem a priori a eleição de representantes dirigentes, a periodicidade delas e as suas funções, bem como os processos decisórios para a

definição dos rumos dos movimentos (que ocorrem, em geral, por meio de espaços deliberativos que possuem também estruturas pré-estabelecidas, o que pode ser considerado como meios rígidos de organização pelos militantes do MPL), ou seja, são expressões da democracia representativa.

Ainda que sejam vistas como formas burocráticas do fazer política por parte dos militantes do MPL, consideramos que estas são práticas que atribuem uma estrutura organizativa às instituições sociopolíticas democráticas assim como permitem a continuidade das lutas e a constância do debate democrático, porém via representação, que pode ser necessário quando se trata de movimentos sociais com numerosa composição social, embora também contribua para distanciar a direção da sua base, um processo recorrente nas democracias representativas. No Brasil, seguem esta lógica os partidos políticos, os movimentos populares, os sindicatos, as centrais sindicais, as entidades do movimento estudantil e os conselhos deliberativos e consultivos de políticas públicas.

Entretanto, a depender de alguns aspectos (a forma como procedem as relações internas entre direção e base social e as relações externas com outros movimentos sociais; e a forma como é estabelecido o respeito aos mecanismos democráticos para a tomada de decisões e a articulação para as lutas sociais), essas práticas podem recair em posturas autoritárias, em cooptação ou na sobreposição das bases sociais do próprio movimento, assim como de outras organizações políticas. É nessa linha crítica que os militantes do MPL explicam suas oposições às estruturas tradicionais.

Em seus relatos, os militantes entrevistados manifestam divergências quanto à forma com a qual os movimentos populares, como em São Paulo, o MST e o MTST, por exemplo, se relacionam com suas bases e com o Estado, na época, sob o governo do PT, partido à frente do governo federal, mas também local, quando a cidade de São Paulo estava sob a administração de Fernando Haddad do PT (2013-2016), período em que ocorreram as Jornadas de Junho de 2013 (MLP 1 e 2).

É importante ressaltar que a direção do Estado exercida pelo PT, um partido de massa, tradicionalmente de esquerda, constituído historicamente a partir do trabalho de base em bairros, promovido pela igreja católica, correntes de esquerda e do “novo sindicalismo” e articulado a muitos movimentos sociais populares (sejam criados a partir do PT ou influenciados politicamente pelo partido) revelou de forma particular algumas disputas

históricas dos diferentes setores progressistas que, em nossa opinião, contribuíram para aprofundar a fragmentação das esquerdas brasileiras, formando grupos internos ao campo, cada vez mais irreconciliáveis. Ao mesmo tempo, o PT se restabeleceu¹¹³ como protagonista da esquerda no país, embora passe por uma severa crise desde 2013 e uma grande perda da sua capacidade eleitoral, mas ainda é o maior partido que a classe trabalhadora brasileira construiu em sua história. Em parte, isso confirma a hegemonia do Partido dos Trabalhadores neste campo, como também revela o resultado do esforço da classe dominante (associada à mídia comercial) no processo de criminalização seletiva deste partido nos escândalos de corrupção e na cobertura pró *impeachment* da ex-presidenta Dilma. Essa ofensiva representou assim um ataque não só ao partido, mas ao ideário representado historicamente pelo PT que se espalhou a outras organizações de esquerda que inclui os partidos políticos que se opõem a ele.

As disputas que aqui nos referimos não são novas, na essência, estão postas desde o século XIX entre comunistas, socialdemocratas e anarquistas e perduram até a atualidade entre continuidades e discontinuidades. São divergências que dizem respeito a romper com e superar ou não o capitalismo e como fazê-lo, seja de forma ampla, seja no embate discursivo ou nas intervenções políticas do cotidiano (como em disputas eleitorais, na relação estabelecida com as instituições burguesas, nos espaços de participação social e na ação direta). Considerando que as forças políticas não são movidas por ideologias que “flutuam no ar”, estas interagem entre os distintos atores e suas interpretações em conjunturas específicas de cada tempo, por isso essa divergência de fundo ideológico repercute sobre a prática política que fez aprofundar a crise da esquerda no país nos últimos anos e isso tem expressão na profusão de organizações autonomistas apartidárias em detrimento da organização sociopolítica em torno das formas tradicionais de participação. Afinal, o reformismo fraco de cariz neodesenvolvimentista confundiu política com gestão e a militância identificada com o PT “embarcou” nessa confusão, o que contribuiu para distanciar e esvaziar a reflexão a respeito das experiências políticas transformadoras antissistêmicas, como aventa Safatle (2017).

Destacamos aqui três aspectos que mais ilustram as críticas dos movimentos autonomistas como o MPL aos movimentos sociais tradicionais, especialmente sob influência do PT: o rebaixamento das pautas anticapitalistas, o pressuposto e extensão das conciliações como regra

¹¹³ Esse restabelecimento contou com um forte apelo midiático associado às forças da direita e da extrema direita brasileira que se aproveitaram politicamente da fragilização das esquerdas para se reerguerem politicamente para, com isso, derrotar não só o PT nos processos eleitorais, mas toda e qualquer referência ao campo progressista e aos movimentos sociais.

do embate político e a ampliação irrestrita da base de militantes ou de simpatizantes com a política petista. Esses são os elementos que estão no cerne dessas críticas. Essas também são oposições feitas pelos partidos políticos de extrema esquerda, como o PSTU, o PSOL, o PCO (Partido da Causa Operária) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro), por exemplo.

A respeito da interação entre o MPL e as organizações tradicionais da esquerda ao longo da sua trajetória, a partir das entrevistas foi possível identificar que o diálogo com partidos moderados como o PT e o PCdoB, bem como com a direção dos movimentos populares (de moradia e do campo), é muito mais complexo, sendo a conciliação algo remoto por três principais motivos. Em primeiro lugar porque essas organizações tendem a não concordar com a perspectiva de luta que o MPL defendia, ou seja, radicalização e descentralização sem o controle das massas. Em segundo lugar, por se tratar de uma organização fluida, ou seja, avessa à hierarquização. Em terceiro, pelo fato desses partidos¹¹⁴ estarem na gestão do Estado em todo o período de atuação do MPL (até 2015), o que tornava ainda mais hostil essa interação, já que o Passe livre manifestava sua oposição a este governo e ao Partido dos Trabalhadores.

Quanto à interação com os partidos da extrema esquerda como PSOL, PSTU e PCO, o diálogo era um pouco maior, pois em algum nível ocorria um apoio destes às lutas que travavam, mas, a partir das entrevistas, não é possível afirmar que o MPL os apoiava da mesma forma. No entanto, as diferenças de perspectiva político-organizativa entre tradicionais e autonomistas quanto à hierarquização e à definição do caráter classista os distanciavam muito.

Não se trata de novas oposições, como dito, pois, na realidade brasileira, essas tensões também existiam antes do PT assumir o governo federal, mas, a partir de então, foram fortalecidas e provocaram o esmorecimento das lutas radicalizadas diante do constrangimento dos militantes de esquerda em pressionar os governos do PT em nível nacional, mas também os governos petistas locais que se ampliaram na primeira década de 2000. Outro aspecto diz respeito à impossibilidade do estabelecimento de uma coalizão das forças de esquerda com disposição para realizar os rompimentos necessários à subversão das lógicas que sustentam o capitalismo.

Portanto, ao ocupar a presidência da república sob os governos de caráter neodesenvolvimentista, ancorados no pacto entre classes e diante na indisposição para realizar negociações robustas com os movimentos sociais, ocorre um acirramento da oposição de

¹¹⁴ O PCdoB foi um forte aliado do PT nas gestões Lula e Dilma.

diversos setores da esquerda e dos coletivos juvenis ao modo petista de governar e à postura rendida dos movimentos populares fortemente influenciados pelo PT.

Tudo isso, além de aprofundar a fragmentação deste campo político, também provocou uma descaracterização do sentido histórico das lutas e movimentos sociais progressistas no país, uma vez que, no lugar do enfrentamento direto ao governo e suas contrarreformas, muitos movimentos sociais (ainda que sob disputas) optavam por suavizar os embates. No lugar de lutas por direitos (seja por novos ou pela consolidação daqueles conquistados), ocorreu uma relativa contemplação pelo aumento dos recursos públicos e pela ampliação políticas sociais estabelecidas pelo governo, mesmo que residuais¹¹⁵.

Esse é o contexto em que uma enorme geração de pessoas jovens com pouca experiência de participação social teve sua consciência política forjada. Foi uma circunstância que possibilitou o reconhecimento dessas divergências como uma novidade, sendo que as ideias e as práticas políticas de contestação de maior incidência sobre a juventude não foram aquelas constituídas pelos movimentos sociais tradicionais, mas sim aquelas propostas pelos movimentos autonomistas e pelas lutas organizadas por fora das instituições, especialmente pelo caráter apartidário e anti-hierárquico que assumem. Esse é um importante aspecto que contribuiu para a explosão de revoltas dos anos de 2010, que recuperou formas de participação deslocadas da institucionalidade de modo que fossem divergentes das referências petistas, ou seja, optou-se pelas práticas de ação sociopolítica inspiradas no anarquismo, no altermundialismo e no autonomismo.

Desse modo, o MPL segue esse fio condutor e se configura como um movimento urbano da juventude que se constituiu a partir da crítica à forma tradicional da esquerda se organizar e agir, uma forma que tem no PT uma importante referência, diante de tudo que representa

¹¹⁵ Como já delineado neste trabalho, temos o acordo de que os recursos e o conjunto de políticas públicas proposto pelas gestões petistas são residuais se considerarmos a enorme demanda da sociedade brasileira por renda, moradia, saúde, educação, saneamento, habitação, redistribuição de terras etc. Mas, em nossa opinião, o conjunto de incentivos, programas e serviços ampliados pelos governos do PT, mesmo que tenham favorecido o sistema financeiro, se manifestam como respostas concretas que satisfizeram parcialmente as demandas da sociedade e dos movimentos sociais populares que lutam há décadas por direitos e pela melhoria das condições de vida e trabalho. É inegável que moradia, vaga nas universidades, manutenção dos assentamentos de terra, ampliação de universidades e institutos federais de educação, estabelecimento de espaços democráticos na gestão pública e de uma política de quotas para a população negra, entre outras coisas traduzem conquistas que afetaram concretamente a vida das pessoas. Embora seja o papel do poder público prover tudo isso, no Brasil, o sofrimento social, a escassez de recursos, a elitização do acesso à educação, o aviltamento aos direitos sempre foram regras e tais medidas governamentais, mesmo que mitigadas, foram um alívio à vida social. Portanto, o constrangimento dos movimentos sociais também tem relação com esses aspectos.

politicamente para esse campo político e para os movimentos sociais no Brasil, como mencionado. Assim, é possível dizer, segundo a sugestão de um entrevistado, que a movimentação da luta pelo transporte nas duas primeiras décadas deste século, associada às práticas políticas radicalizadas, extrainstitucionais e não hierárquicas, representa “*um pouco como um avesso do Lulismo*” (MPL 2).

O relato a seguir traz uma dura crítica do MPL ao que percebe como clientelismo estabelecido na relação entre os governos petistas e os movimentos populares (sob influência do PT), mas também quanto à postura recorrente desses movimentos utilizarem sua base social como “massa de manobra” acrílica para obter/pressionar por conquistas ou benefícios.

[...] esses movimentos [populares de esquerda] se tornavam, na prática, gestores de bases sociais, eles utilizavam as bases sociais para conseguir políticas públicas, mas, ao mesmo tempo, [...] eram movimentos que tinham perdido, na visão do MPL, a finalidade da luta em si, a radicalidade da luta e se transformavam muitas vezes em instrumentos de controle, garantindo assim sempre um lugar na mesa de negociação. Acho que essa questão de sempre se pautarem [...] por uma tentativa de negociação mais do que garantir a continuidade da luta, eu acho que era uma das principais críticas do MPL [...]. Também uma crítica da própria hierarquia interna desses movimentos [...] que davam um poder muito grande aos seus dirigentes e pouco poder às suas bases [...] que terminavam se [...] burocratizando. Então, a gente via a base desse movimento como interessante [...], eu não acho que a gente tinha um rechaço, exatamente porque a gente fazia trabalhos com o Movimento Sem Terra, com o Movimento Sem Teto, mas existia uma profunda divergência de forma organizativa e de prática de luta política. (MPL 1)

Ainda a respeito da crítica sobre organizações tradicionais e populares de esquerda terem assumido um lugar de “gestores de bases sociais” e da forma como isso se apresenta à sociedade, MPL 2 acrescenta que:

[...] é isso que está simbolizado na crítica que a direita faz que não está tão errado, [...] no ônibus que chega com um monte de gente, daí o dirigente vai lá distribuir “pão com mortadela”¹¹⁶, às vezes, as pessoas estão ganhando efetivamente para estar ali, ou pelo menos estão ganhando pontinhos na corrida pela casa que o movimento vai descolar via “Minha Casa Minha Vida” [...]. Então, justamente esses movimentos com base viraram parte da máquina de governo e aí essa era uma forma claramente negada pelo MPL [...]. O Movimento Passe Livre sempre foi um movimento pequeno [...] que, de certa forma, não tinha base, não se organizava com essa ideia de uma base organizada, de um contingente de pessoas que fica a sua disposição.

Para MPL 2 e 4, o uso do carro de som pelos movimentos tradicionais é ilustrativo da relação de sobreposição dos dirigentes sobre suas bases sociais; do movimento sobre outras forças

¹¹⁶ Esta ideia do “pão com mortadela” pode ser vista, em parte, como uma jogada política leviana das forças conservadoras de direita diante do uso político dessa ideia, inclusive por meio de piada, para desqualificar o PT e a participação dos militantes de esquerda como um todo. A dualidade narrativa criada entre coxinhas (conservadores, liberais) e mortadelas (militantes de esquerda) foi muito utilizada a partir de 2013 para construção do ódio não só ao PT, mas ao conjunto dos movimentos sociais com forte conexão com o partido.

políticas ou do movimento sobre as massas que participam das manifestações. Os militantes do MPL demonstram, além de uma profunda divergência quanto ao uso desta ferramenta histórica de mobilização e comunicação dos protestos, uma maior preocupação em realizar uma forma de mobilização e comunicação mais horizontal, por meio da comunicação via jogral¹¹⁷, por exemplo, como explica MPL 4:

[...] normalmente as manifestações [dos movimentos de esquerda], elas têm uma centralidade no carro de som, de lideranças muito claras, [...] [para estas,] a forma da manifestação, ela não é tão importante politicamente. Para o MPL, a forma sempre foi muito importante, a forma sempre disse muitas coisas, por exemplo, a gente sempre se preocupou em fazer jograis, a gente sempre teve uma luta muito forte com outros movimentos de esquerda de proibir carro de som na manifestação.

Em nossa análise, essas divergências assinaladas pelos entrevistados dizem respeito à crítica às posturas ou práticas políticas de cunho autoritário reproduzidas pelas organizações tradicionais e suas lideranças, assim como o tipo de relação política estabelecida com suas bases ou com outros movimentos sociais populares, independentes e coletivos. Na visão dos entrevistados, essas práticas se referem à tensão exercida pelas estruturas tradicionais para se apropriarem, controlarem ou mesmo se sobreporem à sua base ou a outros movimentos, lutas e protestos, que pode desrespeitar a autonomia dos espaços, dos militantes e dos processos combativos em curso ou disputando a direção dos espaços e das lutas encarando-os como “correias de transmissão” dos partidos ou das entidades tradicionais. Outra crítica diz respeito à personalização dos movimentos pelas lideranças e o distanciamento dessas das suas bases, um elemento característico das democracias representativas que configuram os movimentos sociais tradicionais de uma forma geral.

Consideramos importante sinalizar que estas foram práticas muito comuns de algumas juventudes partidárias no movimento estudantil no início dos anos 2000, por exemplo, que contribuíram muito para o enfraquecimento e a desarticulação das estruturas¹¹⁸ consolidadas de organização dos estudantes a partir da influência de partidos políticos, fazendo ascender organizações mais alinhadas ao autonomismo, as quais também influenciaram a formação política dos jovens-estudantes neste contexto.

¹¹⁷ A comunicação prioritária nos protestos organizados pelo MPL era feita por jogral (potencializada pelo uso do megafone), ou seja, pela repetição escalada dos informes. Trata-se de um recurso para informar a direção dos atos que eram definidos anteriormente pelo MPL (MPL 4).

¹¹⁸ Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs), Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), Executivas de cursos de graduação, Congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE) etc.

Acreditamos que essas formas de ação política foram repetidas ao longo do tempo, muitas vezes por falta de habilidade política das juventudes partidárias que buscavam ampliar a militância, ou desmobilizar os estudantes para manter a governabilidade do PT sem pressão, ou ainda com evidente intenção de sobreposição ou cooptação dos movimentos estudantis, seguindo assim as tarefas estabelecidas pelos partidos políticos. A questão é que essa intenção ou essa falta de “tato” gerou uma espécie de repulsa dos movimentos autonomistas e da juventude aos partidos e organizações políticas tradicionais (na interação em disputas e lutas políticas), mesmo quando não necessariamente as organizações tradicionais buscavam reproduzir essa lógica. Mais uma vez, essa repulsa contribuiu para que cada vez mais a juventude assumisse as críticas políticas autonomistas a priori e optasse mais por coletivos independentes com menor rigor organizativo para atuar social e politicamente ao invés de ingressarem em organizações da esquerda tradicional.

A postura radicalmente crítica e a forma horizontalizada preconizada pelo MPL nem sempre eram legitimadas e nem sempre eram aceitas sem resistência pelos movimentos sociais tradicionais para estabelecer articulações para a luta política, especialmente seus quadros dirigentes (MPL 4). Afinal, é importante ressaltar que o MPL critica uma forma consolidada de prática política de grupos e organizações também consolidadas e com grande capilaridade e reconhecimento em nível local e nacional. Às gerações de militantes do passado essas práticas foram apresentadas como possíveis e resolutivas, ou seja, aquelas que podem viabilizar ganhos à classe trabalhadora, especialmente às frações menos abastadas dela. Para dar maior precisão a essas críticas, o relato de MPL 4 apresenta uma síntese de como se davam as interações deste movimento com os movimentos sociais tradicionais, especialmente os populares, bem como essas ocorriam nos espaços democráticos de articulação das forças políticas:

[...] a gente tinha interação praticamente com todos os movimentos tradicionais da esquerda, [...] o MST e o MTST [...], mas não tanto com a direção em si, mas, com militantes, algumas vezes com militantes que tinham divergências com a direção ou que formavam grupos dissidentes, ou com militantes que a gente conseguia fazer construções políticas mais amplas, porque o MPL por ser um movimento horizontal e não tradicional teve resistência também desses movimentos tradicionais. A gente tinha proximidade também com alguns movimentos de Sindicatos, mas aí, com distanciamento maior de sindicatos mais tradicionais, ligados ao PT ou ligados às centrais de sindicais mais tradicionais [...]. Na verdade, as lutas contra o aumento, [...] a gente tentou diferentes formas de organização, mas a gente chegou a fazer Redes, Frentes com os principais grupos de esquerda. Então, os partidos de esquerda no geral participavam o PT, o PSOL, o PCdoB algumas vezes chegou a participar e vários movimentos sociais, principalmente dos movimentos de moradia. (MPL 4)

De acordo com MPL 4, a opção do movimento nunca foi vincular-se organicamente a instâncias de participação democrático-representativas, como conselhos de políticas públicas, ou vincular-

se a gabinetes de vereadores ou a partidos políticos para o atendimento das suas pautas políticas ou para obter benefícios próprios. Outras vezes, como na luta de 2011, quando analisaram ser uma interação estratégica, seja nos momentos de luta contra o aumento, seja por demandas específicas que pudessem fortalecer as pautas, estabeleciam contatos pontuais com o governo (na gestão petista), com vereadores ou conselhos, mas isso ocorria mais no sentido de pressioná-los para atendimento das pautas. Afinal, o foco de atuação do MPL nunca esteve ligado à institucionalidade e, com isso, não havia sido estabelecida uma articulação suficiente entre o movimento e as instâncias democráticas tradicionais para fazer avançar quaisquer propostas.

Nota-se, por meio dos relatos, que as estratégias de ação política definidas pelo movimento variavam a depender da força política que estava à frente da gestão governamental. Quando a força era o PT, era preciso “driblar” a sua base de apoio para não recair no desvio da luta ou em uma frágil negociação, em que quem passaria como vitorioso seria o governo pela postura “democrática” conciliadora possivelmente assumida pela articulação com a base social jovem petista. Os relatos a seguir demonstram esses argumentos:

[...] a gente nunca teve uma negação a priori [de estabelecer interação com o Estado], mas, [havia] sempre uma preocupação de que fossem contatos táticos. A gente não era contra a princípio, inclusive, a negociação com o governo, sentar na mesa é o contrário, a gente achava que essa era a tática adequada para quando era a esquerda no governo, foi diferente a tática que a gente usou em 2011 [na gestão de Gilberto Kassab do Democratas (DEM) na época]. Mas, isso tinha a ver com a avaliação de que é a tática do PT: sentar e negociar, ou, subir no carro de som dos movimentos quando fazia ato na frente da prefeitura. Então a recusa tem a ver com isso também. (MPL 3)

[...] o MPL nunca foi um movimento que apostou na via institucional que queria ocupar esse espaço ou que achava que esses espaços seriam os espaços definitivos para a gente conseguir a tarifa zero, para a gente conseguir a revogação do aumento, para a gente construir/conseguir politicamente o que a gente defendia. Mas, esses espaços, a gente tentou mostrar o esgotamento deles e usar eles a nosso favor em 2011, o que não deu certo, e o que a gente teve foram manifestações que até foram cheias para os padrões de movimento, a gente chegou a ter manifestações com 4 mil, 5 mil pessoas, mas que não foram efetivas. E aí então, de 2011 a 2013 a gente teve, de certa forma, a consolidação de um grupo do movimento que ficou pensando muito: o que seria necessário para a gente ter uma revolta que fosse vitoriosa? (MPL 4)

[...] Depois, na luta de 2011 teve a tentativa de criar a campanha tarifa zero que [foi preciso] coletar assinaturas para um Projeto de Lei da Tarifa Zero, mas, para São Paulo, precisaria de 500 mil assinaturas, todo mundo era meio anarquista então, a gente não acreditava muito nisso daí, era difícil fazer campanha para um negócio que você não acredita muito até o fim. (MPL 2)

Os protestos anteriores a 2013 não foram considerados exitosos por MPL 4, primeiro por não conquistarem a redução da tarifa; segundo, por não alcançarem a tão almejada revolta. No entanto, a experiência política que obtiveram nas manifestações de 2011 foi fundamental para

os militantes perceberem os avanços e insuficiências do movimento para conseguirem provocar a revolta que ocorreu nas jornadas.

As lutas de 2011 [...] foram muito importantes para desenhar um pouco o que a gente propôs em junho de 2013, porque muitas das coisas que aconteceram em 2013 foram muito planejadas pelo movimento com base em desgastes que a gente já tinha experimentado em outras manifestações e coisas que a gente tinha visto que de fato deram errado. E, pensando um pouco o que a gente precisaria fazer para ter uma revolta que fosse vitoriosa [...], como na época a Prefeitura era do Kassab, era um governo assumidamente de direita, era muito mais fácil mobilizar a esquerda e a gente teve uma certa tentativa de diálogo com alguns espaços institucionais, entendendo que isso seria importante para conseguir um desgaste da prefeitura e aí a articulação, por exemplo, com alguns políticos [e vereadores] do PT, [...] foi importante numa tentativa de desgastar a Prefeitura. [...] A gente fez uma ocupação na Câmara dos Vereadores para conseguir uma Audiência Pública com o prefeito para discutir a revogação do aumento, a gente tentava reunião com o prefeito, a gente tentava reunião com a Secretaria de Transportes, entendendo que esses espaços seriam importantes para a gente conseguir construir uma pressão, trazer mais gente para rua e deixar claro onde a gente queria chegar. (MPL 4)

Os entrevistados são pouco precisos ao tratarem dos aspectos da organização política do MPL, mas foi possível notar que o caráter horizontal do movimento exige que toda decisão seja tomada no coletivo por consenso, o que tornava as reuniões exaustivas e longas, porque atingir esse consenso para encaminhar propostas não é uma tarefa simples e nem sempre é possível. A rotatividade de tarefas entre militantes era outro formato de organização perseguido pelo movimento, para que não ocorresse a centralização, personificação ou especialização no desenvolvimento dessas, ou ainda para que o movimento não incorresse na formação de representantes ou lideranças, algo que criticavam. Tudo isso exigia destes militantes um esforço permanente para tornar a horizontalidade possível, pois essa forma de organização também gerava grandes desgastes entre os militantes, esvaziamento da participação e divergências internas, mas também externas, como já apontado.

O movimento tinha oito anos de existência antes das Jornadas de Junho de 2013 e durante essa trajetória a forma de organização e de atuação sociopolítica sofreu alterações, de acordo com MPL 1. Na fase inicial, entre 2006 e 2008, havia comitês em bairros por região da cidade de São Paulo, cuja perspectiva era constituir grupos auto-organizados para a formação de uma rede que discutisse e lutasse pela questão do transporte.

É importante notar que essa forma organizativa experimentada ou almejada pelo MPL tem semelhança com uma prática tradicional petista, os Núcleos de Base do PT que representaram, no início dos anos 1980, uma grande inovação ao sistema partidário brasileiro por estabelecer um mecanismo democrático que possibilitava maior aproximação entre as bases e a agremiação

(AMARAL, 2013). Até hoje essa forma é prevista na estrutura de organização do partido, embora hoje não cumpra o mesmo papel (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2018]).

No entanto, como em muitas estruturas partidárias não só como a do PT, em que a organização é dirigida de forma centralizada por um grupo de representantes/líderes preparados, a participação deve envolver o máximo de grupos de cada espaço dessa estrutura, de modo a centralizar as decisões entre os dirigentes, uma lógica de participação democrática e socialista inspirada no legado leninista (BOGO, 2010a) marcadamente criticado pelos militantes do MPL.

Entre 2006 e 2010, houve uma desmobilização importante de militantes no MPL por não haver uma pauta que motivasse a participação, como o aumento de tarifa, mas também pelas divergências internas que se revelaram quanto à organização do movimento. Nesse formato, as decisões eram tomadas em uma reunião municipal quando os comitês se encontravam. Com o tempo, essa organização se perdeu e mantiveram apenas a reunião municipal (MPL 1) em que os militantes se reuniam com uma periodicidade semanal ou quinzenal (MPL 4). Em nível nacional, houve uma tentativa de articulação em forma de federação que seguia os princípios do autonomismo e não previa um mecanismo contínuo de participação de seus membros, assim esta se limitou a um grupo que se comunicava esporadicamente e virtualmente, mas que existia em várias localidades do país. Sobre a organização, é importante registrar ainda que:

[...] Na prática, era um coletivo pequeno [...], a federação não funcionava, não existia, tinha se desarticulado em 2006, tinha só uma lista de e-mails desde então. [...] [O MPL] promovia debates em torno da questão do transporte, principalmente em escolas, a gente chamava de [...] trabalho de base [...]. Era assim, tinha um contato com professor, a gente entrava na aula dele e fazia uma oficina igual em várias salas e desenvolvia um trabalho, tentava na verdade aproximar militantes e formar uma rede de contatos do movimento, não funcionava muito, de modo geral, eram poucos militantes que vinham. Às vezes a gente fazia um ato na porta da escola, isso era legal de fazer, queimava catraca nos bairros, panfletava. Mas, incorporar o coletivo é uma rotina meio louca porque tem reuniões muito longas no fim de semana e essa atividade meio além de atividades na escola, esses debates a gente fazia [...] em tudo que é lugar, se chamava, a gente ia! (MPL 2).

Uma renovação de militantes do MPL aconteceu a partir da realização da campanha pela tarifa zero, ocorrida entre 2011 e 2013. A partir daí, segundo os entrevistados, foi possível aglutinar uma nova geração de jovens estudantes (de graduação e do ensino médio) com pouca experiência de participação, mas com alguma identificação com os movimentos de esquerda ou com aproximação à temática do transporte. Mas essa campanha ainda contou com pouca adesão das forças tradicionais de esquerda moderada por considerarem uma campanha radical.

Os militantes do MPL avaliam que suas experiências anteriores, a definição do deslocamento das vias institucionalizadas de pressão, a negação de realizar articulação com as forças do PT somado ao reagrupamento de um grupo disposto a planejar e conduzir as lutas ainda mais radicalizadas foram fundamentais para mobilizar os protestos contra o aumento da tarifa a partir deste período até a explosão de Junho de 2013.

A incidência do Movimento Passe Livre nas Jornadas, as formas de ação e organização sociopolítica por eles apresentadas amplamente em nível nacional, sua conexão com o coletivo “O Mal Educado” e com o movimento de ocupação das escolas, assim como a conflituosa relação destes movimentos com os movimentos tradicionais são os temas da análise que se seguem neste trabalho, no entanto não antes de discutirmos sobre o OME.

6.1.2 O Coletivo “O Mal Educado”

Era um esforço de preservação da memória do movimento [secundarista autônomo] e uma tentativa de [...] dar continuidade, estabelecer um fio de ligação entre as diversas lutas [...] para que elas não se perdessem no tempo. (OME 3)

Então, vamos dizer que tem dois “Mal Educados”: 2015, um jornal que tinha essa discussão toda da experiência dos estudantes [secundaristas e da Poligremia] e, no fim de 2015, esse “O Mal Educado” frente para fazer ocupação. (OME 4)

“O Mal Educado” foi um coletivo pequeno, eminentemente jovem, que se constituiu com forte inspiração da herança cultural autonomista fecunda em SP, conforme apresentado no item anterior. É fundamental sinalizar que o coletivo também sofreu forte influência da forma como este legado foi catalisado pelo MPL e pelas experiências locais de luta estudantil secundarista em grêmios livres autogestionários. Embora tenha tido uma trajetória relativamente curta (2012- 2016) e de organização fluida, o coletivo OME desempenhou um papel potente no impulsionamento do movimento de ocupação de escolas ocorrido em São Paulo em 2015 e em todo o país em 2016, ano em que foi dissolvido.

Sua formação resultou do encontro entre duas experiências de luta secundarista que possibilitaram uma articulação de militantes, os quais, anos depois, se reencontraram como estudantes do ensino superior na Universidade de São Paulo (USP), o que oportunizou uma rearticulação para a formação do OME. Para isso, agregaram algumas pessoas que atuaram no

intenso processo de lutas ocorrido na Escola Estadual José Vieira de Moraes¹¹⁹ em 2009 e outras que tiveram experiências em grêmios autogestionários que levaram à constituição da Poligremia (ativa entre 2009 e 2011) (OME 2 e CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

É importante pontuar que, a princípio, o OME tinha dois objetivos principais: apoiar a formação de grêmios livres e elaborar um jornal com vistas a registrar a memória das lutas e transmitir as experiências do movimento secundarista autônomo para, com isso, inspirar outros estudantes a dar continuidade ao legado da ação e organização sociopolítica autonomista do Ensino Médio. O jornal¹²⁰ foi pensado para ser uma ferramenta de difusão de informações para circular nas rodas de conversa que o OME promovia nas escolas, quando realizavam atividade de apoio e/ou estímulo à formação de grêmios (seja ela mobilizada pelos secundaristas, professores ou provocadas pelos militantes do coletivo).

Para os integrantes da findada Poligremia, a ausência de registro das experiências contribuía para a desmobilização do movimento secundarista autônomo, o que exigia aos estudantes recomeçar permanentemente essa organização sem uma referência antecedente. Isso levou os ex-militantes da Poligremia a impulsionar a formação do OME, para que este coletivo assumisse esse papel de mediador capaz de transmitir as vivências políticas secundaristas das gerações mais velhas para as mais novas, como explicado nos relatos a seguir por dois militantes do coletivo OME que também eram militantes do MPL:

“O Mal Educado” ele surge a partir de uma crítica de uma experiência anterior chamada Poligremia [...] e aí nesse momento as pessoas que saíram da Poligremia entraram na Universidade e quiseram retomar o trabalho nas escolas, agora com outra perspectiva [...]. O objetivo do “O Mal Educado” era, enfim, essa coisa de estabelecimento de rede entre as experiências das lutas secundaristas que se perdiam né, agora com o foco mais nas escolas públicas [...]. A ideia era assim, fazer um boletim para organizar, criar um espaço para [...] aglutinar essas experiências, pôr as pessoas em contato, [...] naquele momento um caráter muito mais mediador [...] dessas experiências específicas, [afinal] [...], seus membros eram, na verdade, já estudantes universitários. (OME 2)

E aí, em 2012, eles [os egressos da Poligremia e também do MPL] já estavam fora da escola [...] e estavam naquela crise de: “agora a Poligremia acabou, a gente sai, todo mundo, e mais uma vez o movimento vai perder continuidade [...]. Então, eles têm essa ideia de criar um boletim no jornal e aí eles me chamam para uma reunião, para a gente trocar essa ideia, eles falam: “a, a gente estava pensando em criar um coletivo que ajude a formação de grêmios e registrar a história do movimento

¹¹⁹ Escola Estadual José Vieira de Moraes, localizada no bairro Rio Bonito, considerada uma das melhores escolas da região extremo Sul de São Paulo, o território mais pobre da cidade.

¹²⁰ As edições do jornal também foram publicadas no Blog do coletivo “O Mal Educado”. Além, destas, há outros conteúdos elaborados pelos militantes para fortalecer a formação de grêmios livres estudantis. Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

secundarista, as lutas que a gente participou e tal, para que essas lutas não se percam e a gente tenha que sempre recomeçar do zero”. (OME 3)

Em nossa percepção, a precariedade do registro das organizações e das lutas em movimentos autonomistas que incluem os coletivos sociais decorre justamente do caráter fluido desses espaços que, por opção política, não adotam uma estrutura organizativa que estabelece funções no movimento como a de secretariar as reuniões e registrar as ações. No campo autonomista, tarefas organizativas como estas são consideradas rígidas e podem recair em personalismos e centralização de papéis, algo que entendem ser contraditório com a defesa da horizontalidade feita pelo coletivo, em que todos têm o mesmo poder e papel.

É importante destacar que, em 2013, houve um esmorecimento das atividades do OME, pois a maior parte dos poucos integrantes do OME eram também militantes do MPL e, por isso, parte deles dedicou-se ao planejamento e à realização das atividades de mobilização para as Jornadas de Junho durante todo o primeiro semestre desse ano (OME 1, 2, 3 e 4). Isso demonstra a estreita conexão entre essas organizações e implica uma sintonia entre suas práticas e perspectivas ideopolíticas, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Este sempre foi um pequeno coletivo composto por cinco ou seis pessoas até 2015, sendo estas, majoritariamente, estudantes da USP e que também militavam no MPL, mas também alguns estudantes do ensino médio que se agregaram ao grupo a partir no processo de mobilização e durante as ocupações nesse mesmo ano (OME 2, 3 e 4). Entre outros aspectos, o quadro a seguir ilustra a perfil dos entrevistados.

Quadro 4 – O perfil dos entrevistados do “O Mal Educado”

Entrevistados	Condição de classe	Ocupação	Idade	Participação Ocupações	Tempo OME	Militância precedente
OME 1	Pobre	Estudante graduação e trabalhador	22	+ 2015 - 2016	2014-2015	- Movimento popular de bairro - MPL pós Junho de 2013
OME 2	Pobre	Estudante Ensino Médio	17	2015	2015-2016.	- Mobilizações estudantis ETESP - Protestos Junho 2013 - MPL (2014)
OME 3	Pobre	Estudante graduação	23	+ 2015 - 2016	2012-2016	- Rede de Comunidades do Extremo Sul ¹²¹ - “O Mal Educado”

¹²¹ Coletivo que lidava com questões de moradia na região do extremo sul de São Paulo.

						- Participou de protestos do MPL
OME 4	Classe média	Estudante graduação	20	2015	2012-2016	- Grêmios estudantil autogestionário e Poligremia (simultaneamente) - MPL e “O Mal Educado” (simultaneamente)

Fonte: Elaboração própria baseada no conteúdo das entrevistas.

Em 2014, ocorreu uma mudança na forma de estabelecer o diálogo com a juventude do Ensino Médio, pois os militantes do OME passaram o ano realizando encontros mensais de estudantes fora do espaço escolar (OME 3). As falas dos entrevistados ilustram as mudanças das dinâmicas organizativas e de atuação do coletivo:

Inicialmente, a gente começa com foco em formação de Grêmios. [...] Então, essa primeira edição do jornal vai ter a história da Poligremia, vai ter a história da luta que eu participei lá no Vieira¹²² [em 2009], vai ter a história do grêmio da ETESP¹²³ que travou algumas lutas lá [...]. A gente fez essa primeira edição do jornal basicamente registrando essas lutas que a gente participou e, com isso, a gente começou a marcar atividade em escolas que eram basicamente rodas de conversa para discutir a importância de se organizar, de fazer Grêmios e tal e distribuir o jornal, trocar uma ideia sobre o jornal (OME 3).

E, como atuação no movimento, a gente estava basicamente acompanhando alguns grêmios de algumas escolas [...] que a gente ajudou montar o Grêmios, fez algum acompanhamento aí de se reunir com a galera, discutir possibilidades de intervenção, pequenas tretinhas do cotidiano: “a, aconteceu tal coisa lá na minha escola, a diretora falou isso, o que a gente pode fazer?” Aí orientava a galera e ia acompanhando o desenrolar das “tretas” aí. Então, nesse período de 2013 até 2015, a gente tava com esse coletivo reduzido e essa forma de atuação né (OME 3).

Por meio do OME, seus membros buscavam estimular uma organização estudantil independente e a criação de grêmios autogestionários para manter acesa a perspectiva autonomista secundarista acumulada por eles e pela experiência de participação na Poligremia. Avaliamos que a atuação do OME buscou, sobretudo, inspirar a organização social e política autônoma dos estudantes, ou seja, por fora das estruturas partidárias e das entidades oficiais estudantis, pois estas, além de não representarem importante força política estudantil em SP, eram consideradas insuficientes para realizar as pressões políticas radicalizadas necessárias para forçar o poder público a rever o quadro de precarização posto à política educacional.

¹²² Escola Estadual José Vieira de Moraes.

¹²³ Escola Técnica Estadual de São Paulo.

Assim, examinamos que o coletivo OME põe em causa, de uma forma pouco precisa, a educação, um direito de cidadania previsto na constituição brasileira, mas, assim como o MPL, também atua para provocar mudanças da forma de ação e organização dos movimentos sociais tradicionais de esquerda nas lutas pela educação e para a organização estudantil, cujas críticas políticas a estas, de acordo com OME 3, passam pela: recusa à representação (defendem que nenhuma pessoa pode se pronunciar em nome do movimento dos estudantes, de modo que os assuntos devem ser discutidos pelo conjunto dos estudantes e somente eles podem deliberar sobre o processo de forma independente) e pela defesa da ação direta (defendem “*fortalecer a organização de base e apostar em formas de luta de enfrentamento direto com o Estado*” (OME 3)).

O quadro anterior demonstrou que três dos quatro militantes do OME entrevistados também foram do MPL, apenas OME 3 não participou do Passe Livre, embora tenha “*orbitado em suas lutas*” de forma não orgânica. Ainda assim, todos os entrevistados apontam o MPL como uma fundamental referência de movimento social autonomista. Essa referência se expressa em convergências quanto às críticas políticas, à dimensão tática das lutas e algumas influências teóricas, afinal há um trânsito dos mesmos sujeitos nos dois movimentos, na mesma universidade, em lutas do passado (quando adolescentes) e, mais recentemente, nas lutas urbanas que o MPL protagonizou.

A respeito das bases ideológicas e práticas que inspiraram a militância do OME, assim como o MPL, os entrevistados indicam uma variedade de influências conforme a participação dos sujeitos, entre os quais destacamos o anarquismo, o zapatismo, o autonomismo italiano, os movimentos articulados à Ação Global dos Povos e o movimento operário brasileiro dos anos 1970. Quanto às influências teóricas mencionadas, identificamos o anarquismo e o marxismo. Entre os autores que os inspiraram, destacaram: Cornelius Castoriadis, Ivan Illich e João Bernardo.

A Rebelião dos Pinguins ocorrida no Chile em 2007, um movimento de ocupação de escolas dos estudantes secundaristas, é a luta que inspirou o movimento de Ocupação das Escolas em 2015 e, conseqüentemente, todo o ciclo de ocupações que se estendeu até 2016. Mas, as revoltas do Buzu e de junho de 2013 também inspiraram os militantes do OME. Isso se justifica no relato de OME 3:

[...] a referência de movimento social que a gente tinha era o MPL, essa ideia de, ah um movimento horizontal sem dirigentes e de tradição e de referência de lutas, a gente

tinha em comum com o Movimento Passe Livre também, a referência da Revolta do Buzu em Salvador, então que a gente via como um movimento, uma luta importante que rolou, mas, sobretudo, a Rebelião dos Pinguins no Chile 2007/2011.

Entre 2015 e 2016, o OME assumiu um outro papel junto ao movimento dos estudantes secundaristas. Colocou-se como agente impulsionador da luta, tendo realizado um importante apoio político nas ocupações das escolas paulistanas diante do anúncio do governo estadual do projeto de reorganização das escolas pela mídia, em setembro de 2015, sem que a pauta tivesse sido debatida com a comunidade escolar, aspecto que será debatido mais adiante neste estudo.

As duas organizações estudadas possuem identidades e objetivos distintos, mas defendem direitos de cidadania e se baseiam em formas de ação e organização sociopolíticas autonomistas, possuindo uma estreita relação entre si em termos de ideias, valores e práticas, sinalizando que derivam da mesma herança cultural.

O Movimento Passe Livre se reivindica um movimento de esquerda aliado a uma luta popular, no entanto o horizonte da transformação da sociedade relacionado e submetido à “identidade de classe e pela oposição e luta entre elas” (BOGO, 2010b, p. 9) não é algo que marca a sua formação, assim como também não caracteriza o “O Mal Educado”, pois não se articulam de forma direta a uma perspectiva de transformação social. Ainda assim, considerando a análise de Gohn (2000), mesmo não sendo um movimento específico da classe trabalhadora, a ação histórica desses grupos sociais pode ser designada como ação da classe em movimento.

É possível afirmar que o MPL, enquanto movimento social, possui maior densidade organizativa que OME em termos de construção política coletiva, pois manifesta princípios mais definidos, uma identidade comum (em torno do transporte) que qualifica o grupo para a ação, mesmo sendo um espaço de organização política não institucionalizado, tal qual o OME. Desse modo, o MPL apresenta um percurso mais sólido que lhe permitiu estabelecer muito mais interações com a sociedade, com o Estado e com os movimentos sociais autônomos e os tradicionais de esquerda. Nesse sentido, seus militantes conseguem sinalizar com mais precisão a experiência do movimento e sua elaboração crítica aos processos vivenciados tanto com os movimentos sociais tradicionais em suas articulações e cisões, como com o Estado, no sentido de pressionar com radicalidade e autonomia o poder legislativo e o poder executivo nas lutas pela redução do reajuste das tarifas do transporte público e pela sua gratuidade.

Já o Coletivo “O Mal Educado”, pela afinidade política com o MPL e por ser formado quase totalmente por militantes deste movimento, confere as mesmas críticas políticas apresentadas

anteriormente. No entanto, seu propósito e grau de experiência se distinguem. O OME participou efetivamente de um grande ciclo de lutas, o movimento de ocupação de escolas em SP (2015 e 2016), desenvolvia uma ação sociopolítica voltada à formação de grêmios livres, principalmente por meio da produção de um jornal, cujo conteúdo tratava das memórias do movimento secundarista autonomista paulistano. Enquanto coletivo, as vivências que permitiram uma interação com o Estado e as organizações da esquerda tradicional se deram, basicamente, no processo das ocupações, aspectos que trataremos mais adiante.

No Brasil, o protagonismo das organizações autonomistas da juventude paulistana desempenhou um papel que somente as entidades tradicionais da esquerda haviam desempenhado no passado. O MPL e o OME forjaram as lutas e “atearam fogo” em uma sociedade “inflamável”, descontente com o cenário conjuntural que provocou a maior revolta urbana e a maior onda de lutas secundaristas registradas na história do país. Revoltas que suscitaram reações, especialmente dos setores conservadores da política e da sociedade brasileira, o que demarca a cultura política destes tempos.

O item a seguir será dedicado à análise dessa onda disruptiva que foi capaz de pôr em causa as relações historicamente estabelecidas entre as classes sociais, os movimentos sociais e os partidos políticos, reflexão que Ianni (1986) nos provoca a ter em contextos de forte pressão política protagonizada pela luta popular.

6.2 A ONDA NACIONAL DE REVOLTAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA E A INCIDÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES AUTONOMISTAS

Neste item, serão discutidos os dois eventos que compuseram a onda nacional de revoltas da juventude ocorrida na década de 2010, as Jornadas de Junho de 2013 e o ciclo de Ocupações das Escolas (2015-2016). Para isso, serão analisados três grandes aspectos centrais neste estudo, sendo, primeiro, a participação dos Coletivos dos jovens autonomistas de São Paulo (MPL e “O Mal Educado”) no processo de mobilização, convocação e organização nas lutas dessa onda, para verificar os esforços empreendidos por esses grupos no sentido de afetar as disputas e a organização política desses movimentos. Em segundo lugar, examinaremos a relação/interação dos coletivos MPL e OME junto aos movimentos sociais tradicionais de esquerda no processo de intensificação das lutas, para identificar as formas de desenvolvimento dessa relação e quais críticas foram feitas às formas de ação política dessas organizações. Por último, buscamos

analisar se essas formas de ação política utilizadas nesses movimentos urbanos da juventude caracterizam uma reinvenção de tendências político-organizativas reveladas nas lutas antecedentes no século XX.

6.2.1 As Jornadas de Junho de 2013 e o Movimento Passe Livre

Para compreender os protestos que configuraram o evento de Junho 2013 e a sua forma política predominante, é preciso levar em conta as particularidades nacionais e locais dessa onda de indignação impulsionada a partir da cidade de São Paulo, mas buscando também compreender o papel desempenhado pelo Movimento Passe Livre na incidência político-organizativa dessa controversa luta.

Sendo assim, é importante considerar que a dinâmica urbana das cidades brasileiras se encontrava muito mais afetada pela execução das obras de infraestrutura¹²⁴ para a realização dos megaeventos¹²⁵ que ocorreram no país nos anos de 2010. Foram longas construções com capacidade de impactar negativamente a mobilidade urbana dos centros urbanos, desgastando ainda mais a população com o aumento do tráfego de veículos, mas também com as desocupações verificadas nas periferias urbanas para a edificação dessa estrutura.

É necessário sinalizar que 2013 foi o ano da Copa das Confederações no Brasil. Um momento em que a mídia comercial dava uma particular visibilidade aos atrasos das obras, os altos gastos do governo com os eventos e suas construções megalomaniacas, caras e de alto padrão que destoavam das estruturas existentes no país, bem como da realidade de maior parte dos brasileiros, como pode ser conferido no balanço de obras em Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio e Salvador, feito pelo jornal on-line G1 BRASIL (2013b). Essa dinâmica urbana comprometida por cerca de cinco anos causou descontentamentos de várias ordens em distintos setores da sociedade, mas também despertou resistências populares diante das violações que a população desalojada sofrera.

Não foi por menos que irrompeu uma explosão de manifestações de rua em mais de 350 cidades de todo o país por quase todo o mês de junho desse ano (VAINER, 2013; SINGER, 2013), em uma onda de protestos que ficou conhecida como Jornadas de Junho de 2013 (BRAGA, 2017),

¹²⁴ Estádios, alojamentos e vias de acesso.

¹²⁵ Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016).

levando milhões de pessoas às ruas, números em manifestações não estimados desde a campanha das “Diretas Já” (GOHN, 2017).

A explosão das manifestações de junho teve um estopim: o anúncio de aumento da tarifa de transporte pela prefeitura e governo de São Paulo, em 20 centavos (de 3 reais para 3,20), fator que também ocorria em outras localidades. No entanto, desde janeiro desse ano os jornais noticiaram que em junho ocorreria o reajuste, foi a partir daí que o Movimento Passe Livre da capital paulistana passou a elaborar um planejamento estratégico voltado a fazer uma pressão radical para barrar esse aumento e provocar uma “revolta popular” (MARTINS; CORDEIRO, 2014) com protestos descentralizados que perdessem o controle, mas que fossem capazes de atrair grupos sociais distintos (MPL 1, 2, 4). Isso quer dizer que a incidência do MPL-SP sobre os protestos de junho de 2013 foi definidora da explosão e da forma política predominante dessa luta.

Conforme indicam os entrevistados, o planejamento das Jornadas só foi possível porque os governos de SP, assim como em dezenas de outras cidades brasileiras, seguiram a recomendação do governo federal para realizar o adiamento do reajuste das tarifas de ônibus e metrô de janeiro para junho. Uma medida vinculada à política econômica que já vinha sendo adotada desde 2011, pelo governo Dilma, visando conter a inflação; seguindo, assim, a frágil linha intervencionista voltada à sustentação (temporária) do ritmo do crescimento por meio de incentivos fiscais (SINGER, 2016) que, neste caso, permitiu que o reajuste das tarifas ficasse em 6%, percentual abaixo da inflação que estava em 15%, de acordo com a declaração do prefeito Fernando Haddad (G1, SÃO PAULO, 2013).

As ações adotadas pelo governo federal já vinham desagradando setores aliados poderosos do mercado financeiro por considerarem os gastos do governo ineficientes e descontrolados, provocando, com isso, o acirramento das disputas deste com o setor produtivo, ambos fundamentais à coalizão petista. Essa tensão fez ruir o pacto de conciliação de classes costurado pelos governos Lula que contou com um amplo apoio midiático capaz de criar um “clima ideológico” (SINGER, 2016, p. 40) que tanto alargou quanto forjou uma forte oposição da sociedade ao governo e ao PT. Este é o cenário nacional mais imediato provocativo da indignação da sociedade brasileira.

Entretanto, para tratar de um evento da magnitude e desdobramento sociopolítico como Junho de 2013, é preciso cercá-lo em seus determinantes sócio-históricos, suas particularidades e singularidades. Sendo assim, consideramos que a revolta de junho resultou da convergência de

um conjunto de fatores que engloba os efeitos da crise da economia capitalista; o rastro da onda mundial de protestos do início do século XXI, o ensejo de insatisfações com a conjuntura e o governo brasileiro e a disposição radicalizada do MPL. Essa organização autônoma foi responsável por planejar e dirigir a revolta na cidade de São Paulo que, em poucos dias, ganhou dimensão nacional, assumindo um caráter de rebeldia massiva, no entanto, fluida.

Em nossa avaliação, o aumento da tarifa configurou uma oportunidade política para a abertura da luta direta e do estabelecimento do conflito com o Estado, pois fez entornar o “caldeirão” das insatisfações da sociedade paulistana e, posteriormente, da brasileira. Sendo assim, descartamos qualquer hipótese que considere essa luta uma manifestação espontânea¹²⁶ de indignação popular.

É imprescindível mencionar que a persistência das manifestações radicalizadas teve relação com o espraio do uso da tática *blackblock* por alguns grupos de manifestantes e com a estarrecedora resposta violenta da polícia paulistana aos protestos e manifestantes na primeira fase das Jornadas. Essa reação acabou atingindo não só os manifestantes, mas também os jornalistas de importantes canais da imprensa burguesa que faziam a cobertura dos protestos. Para os brasileiros que assistiam aos vídeos publicados pela internet em tempo real ou pelos canais da televisão aberta de todo o país, eram cenas que remetiam a um conflito de guerra. Uma forte criminalização dos manifestantes decorreu dessa ação policial. Um exemplo da criminalização pôde ser verificado no dia 13 de junho, após o quarto ato convocado pelo MPL, quando se registrou que cerca de 240 pessoas envolvidas nos protestos haviam sido detidas (UOL, 2013). Mas, de acordo com MPL 4, só no dia 13 de junho, 400 pessoas haviam sido detidas.

[...] as coisas começam a se expandir para outros lugares do país a partir do momento do dia 13 de junho, que você tem uma repressão gigantesca em São Paulo, e é uma repressão que é amplamente documentada, tanto pela mídia tradicional, quando pela mídia não tradicional, por assim dizer. Até o dia 13 na hora do café da manhã, os jornais estavam pedindo para a retomada da ordem e para que a polícia expulsasse os “vândalos” da Avenida Paulista, os vândalos éramos nós, no caso. [...] Depois do dia 13, quando a polícia faz um cerco, [...] repreende mais de cem pessoas antes delas entrarem na manifestação, revistando mochilas [...], e depois, quando a manifestação começa a andar, você tem uma repressão intensa [...] com um fotógrafo que é o Sérgio Silva perdendo um olho e a Juliana Valoni que era repórter da Folha de São Paulo tomando um tiro embaixo do olho [...] (MPL 1).

¹²⁶ Em nossa análise, o espontaneísmo dessas lutas encontra-se na adesão de uma classe média desorganizada imbuída de um falso patriotismo “verde e amarelo”, a qual ocupou as ruas movida por outras pautas, como aquela contrária à corrupção. A partir daí, essa desorganização ganhou algumas formas organizativas como os movimentos MBL, “Revoltados On Line” e “Vem Pra Rua”.

Esse cenário gerou indignação e um forte apelo social, que contribuíram para mobilizar milhares de pessoas em centenas de cidades por todo o país (SINGER, 2003; MARICATO *et al.*, 2013) a ocuparem as ruas, forçando assim a reversão da postura criminalizatória e desmobilizadora até então assumida pela imprensa. Com isso, contraditoriamente, a mídia conseguiu mobilizar mais pessoas que o próprio MPL, pois cumpriu um papel de divulgar o prosseguimento dos protestos, ainda que condenando os atos de depreciação.

A página do Facebook (FB) do MPL também foi um importante canal de ressonância dos protestos de 2013. Criada em 2010, só teve uma significativa ampliação de seguidores em 2011 com a divulgação de um vídeo sobre a repressão policial sofrida nas lutas daquele ano. O uso dessa rede social para auxiliar a convocação das manifestações de junho levou a uma enorme ampliação do número de seguidores da página do movimento, bem como do compartilhamento dos conteúdos produzidos, apesar dos limites que esta plataforma impunha à época. Esse processo fortaleceu a reversão do discurso criminalizatório midiático acerca dos protestos como explica MPL 1, pois ofereceu um contraponto ao discurso hegemônico.

Em 2013 a gente comunica as coisas pelo Facebook, isso tem um número de compartilhamentos dos posts do MPL [...] que são gigantescos, [...] o alcance era muito alto [...]. Então foi bem benéfica para a gente, fez com que a gente conseguisse romper com os limites iniciais de mobilização que a gente tinha [...]. Então, as pessoas, na medida em que elas invertem a lógica dessa tecnologia [...], a gente consegue (não por uma ação só do MPL, mas por uma ação das pessoas que se apropriam daquilo), [...] criar um contra discurso em relação à criminalização do movimento, isso foi bastante interessante. (MPL1)

[...] era uma notícia muito chocante e pela primeira vez a imprensa divulgava o próximo ato, as pessoas ouviam da Globo sobre o próximo ato, não que a Globo estava apoiando ou convocando e insuflando, mas porque, mano, a galera destruiu a cidade no dia 6, esses malucos estão dizendo que vão fazer outro ato no dia 7? Então o jornal só estava dando notícias porque vendia e porque a gente fazia coisas que saía no jornal, então [...] a própria imprensa acabou convocando os nossos atos. Tinha matéria que tinha link para os eventos do Facebook, só que a gente estava sem tempo pra administrar bem a página. [...] A gente usava para criar o evento, fazia de madrugada, não tinha imagem, era tudo meio tosco e, na segunda semana de protestos, a página travou! Quando os likes subiram muito, a gente não conseguia postar coisas [...]. Quando se fala da internet em 2013, [...] eu acho que as pessoas usaram por conta própria no Facebook, postando coisas, mais do que o próprio movimento [...]. (MPL 2)

O papel exercido por essa rede social nas jornadas inaugurou uma nova forma de convocação das lutas sociais no Brasil, ao possibilitar a interação imediata entre os articuladores dos movimentos e promovendo o acesso instantâneo a informações não pautadas na imprensa comercial. Em contraponto, a internet e as redes sociais também permitiram difundir uma grande heterogeneidade de informações que circularam servindo a distintos interesses políticos, a depender da intencionalidade do uso da ferramenta.

Nesta exposição sobre as Jornadas de Junho de 2013, seguiremos a proposição de Singer (2013) de que essa luta se desdobrou em três fases em suas distinções que ocorreram de forma bem marcadas quanto ao teor das pautas em defesa, à extensão territorial atingida, à intensidade e às alterações da direção e composição social dos protestos.

6.2.1.1 “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar”: planejamento, explosão e a vitória deformada

Entre 6 e 13 de junho, ocorreu a **primeira fase** dos protestos que ficou caracterizada pela explosão das lutas na cidade de São Paulo, pela unidade da pauta mobilizadora e pela forte incidência do Movimento Passe Livre nesse processo (SINGER, 2013). Para esta pesquisa, a análise dessa fase é fundamental para identificarmos se a incidência política do MPL buscou reinventar a forma de ação e organização política dos movimentos sociais e se foi capaz de afetar as jornadas em nível nacional, identificando quais reinvenções e em que medida isso ocorreu.

Em nossa opinião, tal incidência diz respeito às mobilizações precedentes, às convocações dos protestos e à proposição da linha política radical manifesta por táticas planejadas que foram provocadoras de uma revolta e de uma reação ainda mais violenta do que comumente faz a polícia militar.

Os processos mobilizatórios para as jornadas são anteriores à sua explosão a partir do dia 6 de junho e resguarda elementos que contribuíram para o delineamento político-organizativo dessa luta em suas projeções e contradições. A partir do conteúdo das entrevistas, é possível afirmar que o MPL mobilizou principalmente os estudantes de Ensino Médio ao intensificar atividades sociopolíticas em escolas, inclusive, com o apoio do “O Mal Educado”, coletivo do qual os entrevistados MPL 2 e 3 também faziam parte. Outro mecanismo utilizado para agregar mais pessoas para contribuir na ação direta de junho foi a articulação do “MPL ampliado” (MPL 1), que se constituiu em um grupo de militantes autonomistas que já participavam de ações do MPL, mas nas jornadas desempenharam tarefas técnico-operativas de apoio mais direto à luta, já que as funções diretivas e de comunicação com a imprensa eram ações restritas aos militantes orgânicos deste movimento, ou seja, aqueles que detinham mais informações do processo como um todo e que representavam mais diretamente a organização, mesmo que não quisessem

imprimir essa ideia. Isso pode ser notado nos relatos que se seguem acerca das ações precedentes a junho de 2013:

[...] ali também foi uma espécie de “esquenta” e que ajudou a reaproximar algumas pessoas ou aproximar estudantes. E, nesse primeiro semestre, se retomou com maior intensidade o trabalho nas escolas, o “O Mal Educado”, inclusive, está na ativa [...] nesse tempo e ajudava o MPL a entrar em algumas escolas etc. [...] Em maio aconteceu uma série de atos antes do aumento [...] que saíram da porta das escolas [...], não foi nada muito grande, mas acho que a importância disso está em estabelecer assim um círculo um pouco mais ampliado ao redor do MPL de pessoas com as quais a gente podia contar durante os atos. (MPL 3)

[...] É claro que a gente não faz isso sozinho [...], a gente cria o que na época se chamava [...] de “MPL ampliado”, que são pessoas de confiança do MPL que a gente chama para se agregar a essas reuniões e que na prática terminam sendo a mesma coisa que era o MPL [...]. É indiferenciável quem era do MPL e quem era do “MPL ampliado” num dado momento. Porque [...], as pessoas que administram a nossa página do Facebook são tanto do ampliado quanto do MPL; [...] que estão escrevendo panfleto [...]; indo na delegacia [...]; que estão fazendo comissão de segurança; que tão fazendo faixa, elas estavam nesses dois espaços. [...] Que falam com a imprensa, não, [...] eram todas do MPL mesmo! (MPL 1).

Para MPL 4, ocorreu uma incorporação difusa de militantes à organização de junho, o que difere da construção de uma “frente ampliada”, ou seja, um grupo político articulado de organizações até mesmo antagônicas para realizar enfrentamentos sociopolíticos. Nos primeiros protestos, o MPL contou mais com o apoio de pessoas de sua confiança ligados tanto aos movimentos autônomos como também militantes próximos de movimentos sociais populares (de moradia e do MST). No entanto, os diálogos com os partidos da esquerda tradicional também ocorreram, mas, com estes, o objetivo era divulgar a luta que ocorreria em junho, deixando livre às organizações construir suas ações em paralelo.

A interação ocorrida entre o MPL e os militantes¹²⁷ do MTST, do MST, da Consulta Popular, do PSOL, do PSTU e do PCO nas prévias de junho não promoveu o envolvimento dessas forças às Jornadas. Além de não ter sido este o objetivo do Movimento Passe Livre, em nossa avaliação, essas organizações da esquerda tradicional também não legitimavam o MPL como um movimento que ecoa os anseios populares e dos trabalhadores, mesmo que defenda uma pauta popular e a reforma de uma política setorial que vislumbre um acesso pleno da população ao transporte, à mobilidade urbana.

Essas organizações subestimaram a capacidade de mobilização do MPL de forjar um movimento de massa. Em sua maioria, julgavam os militantes do MPL como irresponsáveis e

¹²⁷ Aqui nos referimos mais aos militantes de base destes movimentos e menos aos seus dirigentes, uma vez que a interação da militância do MPL se dava, preponderantemente, com pessoas que compunham a base dos movimentos sociais tradicionais.

não concordaram com o planejamento tático para junho de 2013 (MPL 1 e 4), afinal era de fato muito ousado e não se projetava como lidar com as consequências e desdobramentos. Ainda assim, a postura conformista dos movimentos sociais em relação às contradições dos governos petistas e da prefeitura do SP também explica a indisposição destes em construir ações para a luta anunciada. Assim, a organização dos protestos que levou às Jornadas não foi partilhada com nenhum partido ou movimento, mesmo os de extrema esquerda com os quais o MPL possuía alguma relação política, ainda assim pouco convergente.

Como a gente tinha um planejamento muito detalhado disso, a gente não abriu espaço para pensar essas manifestações para os outros movimentos, o que a gente fez foi: a gente somou a organização com grupos muito mais próximos da gente [...], por exemplo, grupos do movimento autônomo de São Paulo que são coletivos muito menores, alguns deles não existem mais. Foram mobilizadas muitas escolas que a gente tinha “trabalho de base” do MPL ([...] a gente não usava esse termo), mas, escolas que a gente tinha trabalho com secundaristas [...]. Antes de junho a gente fez reunião com os principais grupos do PSOL, desses movimentos de moradia e algumas dessas escolas que a gente chegou a fazer panfletagens, manifestações na porta para falar um pouco do que era esse planejamento e para somar com essas pessoas para se mobilizar para junho de 2013 [...], mas, foi algo de fato muito difuso. (MPL 4)

Em junho de 2013, diferente de outros anos, a gente resolve não chamar nenhuma frente aberta, nada, e aí a gente faz conversas bilaterais, a gente opta por uma negociação bilateral e não por um fórum multipolar, por assim dizer, porque no fórum multipolar a gente era um e eram muitos que tentavam fazer aliança e era um inferno! [...] Nossa interação com sujeitos [organizações de esquerda], a ideia era: “façam a proposta de vocês do ato”, não precisam discutir com a gente, tomem esse ato para vocês [...]. A dificuldade de interação maior era com os partidos que lidavam mais com a gente, porque você pega, por exemplo, o PT e o PCdoB, eles mal procuravam a gente, eles falavam nas mídias sociais mal da gente. Os partidos que a gente interagia mais diretamente eram os da Extrema esquerda né, PSTU, PSOL, PCO. A gente não ia em reunião porque a gente tinha uma relação muito ruim com eles desde sempre [...], e aí, com o PSOL a gente fazia 400 reuniões diferentes porque eles são várias correntes né [...]. E o PT, ele não se reunia com a gente pessoalmente, mas ele mandava suas redes de articulação, o MST foi, a Consulta Popular foi [...].

Assim, as “primeiras chamadas”¹²⁸ dos protestos de junho (que ocorreram dias antes do dia 6) contaram, principalmente, com a mobilização dos estudantes secundaristas de diferentes localidades da cidade e em menor grau com militantes de movimentos populares. As táticas do travamento de vias de alta circulação da cidade e a tentativa da descentralização dos protestos de modo que fosse imprevisível aos olhos da polícia, já se delineavam, dando o tom da radicalidade nas prévias das jornadas.

¹²⁸ Aqui reproduzimos parte do título do documentário, “Primeiras Chamadas: atos regionais das jornadas de Junho”, que trata da relação do MPL com a escola e os estudantes que contribuiu para forjar protestos descentralizados prévios ao evento de junho que foram importantes para iniciar as jornadas com mais de duas mil pessoas nas ruas.

Em junho de 2013 a gente começa a primeira manifestação, que não foi nem o 6 de junho, [...] travando a M'Boi Mirim¹²⁹, queimando pneu, [...] articulado com alguns movimentos como o MST, com alguns militantes do Extremo Sul de São Paulo, já dando um tom de que a manifestação seria diferente [...]. Esse tom de radicalidade que foi construído pelo movimento também contribuiu para a explosão das manifestações de junho. (MPL 4)

O planejamento das Jornadas de Junho de 2013 contou assim com uma organização precedente e um relativo diálogo com a sociedade, mas o MPL centralizou as decisões sobre as manifestações para estabelecer a linha política e tática desse evento de modo que não houvesse a interferência das organizações tradicionais de esquerda, ou mesmo que pudesse vaziar informações sobre a forma de luta delineada para as jornadas. Os relatos que se seguem tratam desse planejamento, das referências das lutas antecedentes ocorridas no Brasil, da ousadia prevista para junho, da direção do MPL e os grupos com os quais se articularam nesse processo.

A gente consegue planejar detalhadamente como a gente queria organizar essa mobilização contra o aumento, [...] a gente tinha alguma inserção em escolas, a gente faz um trabalho mais detido nessas escolas, [...] se organiza nessas escolas [...] e a gente começa a discutir: bem, o que a gente pode fazer para barrar esse aumento? Então, a gente chega a alguma conclusão: a gente olha para a história de frentes que barraram o aumento (Vitória, Florianópolis, Diamantina, Teresina) e a gente conclui que todos os locais que barraram esse aumento têm algumas características em comum: a primeira característica é que foram em sua maioria lutas de tiro curto, tinham no máximo duas semanas para barrar o aumento. A segunda característica é que eram lutas radicalizadas [...], elas não fugiam quando havia repressão, elas se dispunham a correr riscos, a se manter nas ruas não importa o que acontecesse. A última característica, e essa era consideravelmente mais complexa, é que eram manifestações que tinham saído do controle do grupo que tinha chamado elas inicialmente. Então, a gente faz o planejamento tentando garantir que essas coisas acontecessem. E o planejamento ele é tão bem sucedido que [...] a gente marcou que dia 19 é a data limite pra cair a tarifa e a tarifa caiu dia 19. (MPL 1)

[...] não dá para não recorrer a um contexto histórico, tanto de acúmulo do Movimento Passe Livre como um todo, que era um movimento nacional, apesar de ter uma dinâmica muito diferente dos movimentos sociais tradicionais. Então, [...] várias características das revoltas de junho de 2013 em São Paulo que surpreenderam muitas pessoas, na verdade já eram observadas em outras revoltas em outras cidades do Brasil contra o aumento da tarifa de ônibus e foram uma forte inspiração para a gente [...]. (MPL 4)

Esse esforço de organização dos protestos atribuiu ao MPL, pelo menos nesta primeira fase das jornadas, o lugar do dirigente das jornadas, algo que contraria a premissa da horizontalidade defendida por essa organização autonomista. A expectativa do movimento era dirigir o processo para explodir a revolta e, quando isso acontecesse, a intenção era que essa direção se dissolvesse

¹²⁹ Estrada M'Boi Mirim, uma avenida estrutural da cidade com dezesseis quilômetros de extensão, localizada na zona sul da cidade. Seu travamento tem forte impacto sobre o trânsito da cidade, como era a intenção.

(MPL 3). Com isso, a militância do MPL apostou que seu impulso estimularia a autonomia dos participantes dos protestos para se auto-organizarem e para prosseguirem a luta (MPL 2).

É importante ressaltar que as entrevistas para esta pesquisa foram feitas seis anos após junho de 2013 e o diálogo com esses ex-militantes revela análises acuradas e percepções que foram reelaboradas, sistematizadas e amadurecidas ao longo dos anos. Aqueles jovens que eram estudantes de graduação, em 2019, já são profissionais, pesquisadores e demonstravam profundidade teórica e política em suas análises sobre as jornadas e sobre a posição do MPL nesse processo. Sendo assim, de forma mais ou menos direta, alguns relatos apresentam autocríticas em relação às contradições da ação deste movimento autonomista nas jornadas, especialmente quando admitem que o MPL cumpriu um papel dirigente e centralizador das decisões acerca da luta de 2013, como pode ser notado nos relatos de MPL 2 e MPL 4, assim como no artigo de Martins e Cordeiro (2014), publicado no site Passa-palavra¹³⁰.

[...] por mais que fosse um movimento horizontal, sem lideranças, tem um certo caráter verticalizado na organização das manifestações, mas que era muito importante para que a gente conseguisse atingir a finalidade dela. (MPL 4)

O MPL negava que ele era uma liderança, mas ele era! [...]. A gente negava negociar qualquer coisa além dos 20 centavos. A gente negou nesse ano formar uma frente ampla com as organizações, como formamos em outros anos, a gente atropelava elas e impunha o nosso ato. [...]. (MPL 2)

Em 2013 o MPL não realizou assembleias, centralizou o planejamento e a comunicação alinhando um discurso único entre os militantes não só expresso nas notas que emitiam informando os acontecimentos e convocando atos posteriores, mas também no contato com que estabeleciam com as mídias. Essa condução indica que a horizontalidade e a pluralidade defendidas pelo MPL foram afetadas. Como tática, optaram por adotar uma prática tradicional na medida em que admitiram que somente tomando a direção dos protestos seria possível atingir os objetivos propostos, mesmo que incorressem em um relativo autoritarismo. Isso decorreu do fato de que a militância do Passe Livre, em junho, não compartilhou a discussão da luta e a estratégia que seria adotada com outros movimentos organizados nem mesmo com os manifestantes, de acordo com a autocrítica feita por MPL 2. Nesse sentido, em nossa avaliação, em junho de 2013 há um misto de reprodução de práticas das organizações tradicionais e práticas autonomistas.

¹³⁰ Publicação de dois autores que também foram militantes do MPL à época das jornadas de junho ao site Passa-Palavra, que MPL 1 considera como “[...] um espaço nosso de formulação, era o site que a gente usava para discutir e formular” (MPL 1).

*Em um momento ele se diz horizontal, mas no fundo era um grupo de [...] 30 pessoas, quando muito, que defendia tudo numa reunião fechada que ninguém podia ir, ninguém sabia onde era, então tem uma coisa conspiracionista na forma do MPL nesse período. Em São Paulo a gente era contra fazer assembleias, a gente achava que ia virar movimento estudantil. E, de fato, ia fu*** com o movimento se houvesse assembleia! Mas, era super conspiracionista, em sentido autoritário, parece uma coisa meio blanquista, tipo, grupo seleta que [...] planeja, executa e as pessoas iam para um ato onde elas não sabiam para onde o ato ia. Então, tinha uma coisa meio de mistério [...], era secreto por causa da polícia não saber, mas a gente não contava nem para as pessoas, então parecia, pra muita gente, como se o ato andasse sozinho. [...] os trajetos foram todos decididos antes e até o dia 18 de junho, a gente sempre conseguia aplicar o nosso trajeto, mesmo um trajeto maluco, tipo: dividir o ato no meio e reencontrar na ponte pra tirar uma foto igual a da Turquia¹³¹. [...] Quem falava com a imprensa? Só o movimento! Quem escolheu essas pessoas? Ninguém, ele tinha legitimidade, esse é um problema. (MPL 2)*

Consideramos que a “apartidarização” e a “extrainstitucionalidade” da luta de junho também expressam os desafetos e o desgaste histórico das relações estabelecidas entre autonomistas e tradicionais em diversas instâncias da disputa política. Ao longo dos anos, as práticas operadas por muitos partidos políticos (de esquerda e direita), seja no movimento estudantil, no sindical, nos conselhos de políticas públicas, nas lutas e nos movimentos populares, vêm esgotando as relações e as expectativas dos jovens sobre esses espaços, pois persistem reproduzindo práticas autoritárias e escusas na dinâmica política, tais como: articulações de bastidores, agindo como “correias de transmissão” dos partidos, adoção da rigidez hierárquica, fazem blocos para a obtenção de maiorias, bem como o aparelhamento político. São ações ainda corriqueiras e muito naturalizadas nas relações políticas na democracia representativa que reverberam na ação e organização dos movimentos sociais e os distanciam.

Há assim uma intolerância dos autonomistas em relação a essas práticas e uma forte tendência à ação extrainstitucional em função disso, que se tem traduzido na inclinação de se organizarem em Coletivos de Jovens. A militância do MPL também explicita essa intolerância, o que motivará o planejamento de Junho por fora das instituições políticas tradicionais, buscando apenas interação com militantes parceiros, coletivos autônomos e a juventude secundarista.

Em 2013 o MPL se empenhou ainda em construir uma “ação de espetáculo”, a fim de garantir a identidade da militância autonomista aos protestos assim como para demarcar suas diferenças com as organizações da esquerda tradicional. Para isso, buscou aliar uma estética “lúdico-rebelde” ao modo de comunicar os atos. Essa talvez tenha sido uma de suas prioridades, assim como forjar a revolta e barrar o aumento. Para tanto, a militância utilizou enormes faixas em

¹³¹ Acreditamos que aqui se faça uma alusão aos protestos massivos que ocorriam na Turquia desde o final de maio até o início de junho de 2013.

preto e branco à frente dos protestos marcando a luta independente dos partidos e movimentos tradicionais, o que, em alguma medida, dava visibilidade ao movimento autônomo proponente, ao mesmo tempo em que encobria bandeiras de partidos e movimentos, caso tivesse.

O MPL procurou atribuir uma lógica estético-política às manifestações de junho, cujos jovens, sonoridade, cor, fogo nas catracas, descontrolado e desgoverno dos protestos constituíssem um espetáculo de revolta que demarcasse suas diferenças quanto ao modo das organizações tradicionais de esquerda atuarem em momentos de ação direta (MPL 3). A descrição feita por Gabriela Kunsch, citada por Nunes (2014, n.p.), expressa com detalhes esse efeito estético provocativo que o MPL buscou imprimir na primeira manifestação oficial convocada para anunciar as jornadas, e a imagem exposta na sequência do texto explicita esse momento do disparo da luta:

No dia 6 de junho de 2013 o Movimento Passe Livre bloqueou a Av. 23 de Maio com uma barricada de catracas de papel pegando fogo. Ao fundo, do alto do Viaduto do Chá ao Vale do Anhangabaú, o movimento posicionou uma enorme bandeira com a frase “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar”. À direita estava o prédio da prefeitura de São Paulo. No dia seguinte esta cena foi capa do jornal *Folha de S. Paulo* [...].

Figura 2 – Bandeira do MPL na manifestação do dia 6/6/2013



Fonte: Autor desconhecido *apud* Nunes (2014).

Nos protestos, o movimento também explorou jograis, fanfarras e baterias ao invés de carros de som (onde costumeiramente há revezamento de líderes de movimentos sociais e de falas

longas e prolixas), com isso, o MPL buscou descaracterizar lideranças e a personalização dos atos. A intenção de queimar as catracas e pneus para o travamento de importantes avenidas da cidade era causar não somente a paralisação do fluxo de trânsito, mas também representar o tema de luta, criando um cenário de caos e enfrentamento ao Estado sinalizado ao poder público municipal no Viaduto do Chá. Com isso, a militância motivou o registro dessa forma estético-política para que ocupasse o espaço da imprensa e desse visibilidade a uma luta que se anunciava provocadora de uma “revolta popular”,

[...] tinha uma aposta na construção de uma outra estética de ato que acho que corria sim o risco, justamente da estetização pura [...], mas o espetáculo era parte pensada também da coisa, botar fogo ali era mais do que uma ação para interromper o fluxo [...], era ação de espetáculo para aparecer, para chamar atenção. Aí já estava calculada a foto para o jornal com as catracas pegando fogo e o bandeirão atrás dando o recado. Então, tudo isso fazia parte da tática, uma tática bastante diferente dos atos tradicionais da esquerda [...]. Então, às vezes se usava o megafone para fazer o jogral, mas tinha essa proposta estético-política diferente, voltada justamente para a perda de controle, do desgoverno (MPL 3).

Na quinta-feira [13/06], por exemplo, a maioria dos grupos de esquerda não concordava com essas táticas, [...] não queria trajetos que enfrentassem a polícia, [...] achava essa postura um pouco irresponsável, não queria a radicalização das manifestações, [...] a maioria da esquerda não queria [...] que a gente tivesse repressão policial, que a gente enfrentasse a polícia. E a gente entende que essa era uma estratégia central, radicalização era uma estratégia central para que a gente fosse bem-sucedido na revogação do aumento. A gente tinha clareza de que uma manifestação pacífica grande não conseguiria incomodar, principalmente, uma Prefeitura petista e que a estratégia principal era conseguir uma revolta popular, então, ao mesmo tempo em que a gente tinha muito controle da manifestação, a nossa estratégia era perder o controle [...], porque a gente queria que o Estado se assustasse para entender que a única forma de controlar aquilo era revogar o aumento, já que a gente não colocava nenhuma possibilidade de diálogo institucional de negociação com o movimento em si. (MPL 4)

A radicalidade e o caráter disruptivo marcaram a luta da juventude urbana de junho de 2013. Avaliamos que esses foram elementos fundamentais dos desdobramentos sociopolíticos do evento, entre os quais destacamos a continuidade da onda de rebeldias, com a explosão das ocupações estudantis (novamente primeiro em SP), a ampliação de coletivos de jovens independentes e, por último, a reversão conservadora das jornadas, colocando em marcha a disputa dos protestos massivos que foram desencadeados a partir de SP, aspecto que trataremos mais adiante.

Como sugere MPL 4, a estratégia em si era a luta radicalizada e intensa que resistisse até o limite do enfrentamento que pudesse ocorrer com a polícia, e as táticas eram os meios necessários para que essa estratégia fosse alcançada. Sendo assim, para forçar a revolta almejada, observaram algumas experiências vitoriosas que ocorreram no Brasil e, a partir delas,

definiram quais utilizar em SP, por exemplo, o travamento de importantes avenidas¹³² para impedir o fluxo de automóveis da cidade entre trechos tradicionalmente ocupados por protestos e outros menos prováveis, como a Avenida Faria Lima, onde está situado um importante centro comercial e financeiro não só de SP, mas do país; porém ocorreram também em outras avenidas e marginais improváveis.

Na segunda-feira [10/06] a gente optou tanto por fazer essa tática mais ousada, que era tanto chegar na Ponte Estaiada (que para a gente sempre foi o símbolo da priorização do transporte individual, de uma cidade absolutamente privatizada e voltada para iniciativa privada), quanto dividir a manifestação em duas e aí ocupando dois espaços como a Faria Lima e a Marginal Pinheiros que normalmente as manifestações não ocupavam [...]. Era [...] uma luta que se pensa territorialmente também, cada manifestação ela foi feita em um lugar para dialogar com partes diferentes da cidade pensando um pouco [...] da importância que tinha a forma da manifestação, a manifestação era a própria estratégia do movimento, o que também tem as suas limitações, mas isso era muito central. (MPL 4)

Outra tática utilizada foi ludibriar a polícia todo o tempo a fim de dificultar impedimentos ao curso dos protestos e provocá-la a reagir para, com isso, chamar a atenção da cobertura midiática. Os militantes do MPL não explicitavam aos manifestantes todos os percursos planejados, isso ocorria no decorrer do processo, pois a ideia era diluir esse controle entre os manifestantes sem impedir que a população propusesse e seguisse outros destinos. Com isso, os trajetos se tornavam imprevisíveis tanto aos manifestantes quanto à polícia militar que revidou com muita agressividade a esse “descontrole” do MPL. Havia, inclusive, uma organização para que um membro do MPL se comunicasse com a polícia informando trajetos, enquanto outros conduziam os manifestantes para outra direção. Dessa maneira, os militantes do Passe Livre planejaram controlar os atos até que a massificação da revolta triunfasse, embora essa perspectiva fosse algo dissimulado pelo movimento. Seguindo um planejamento prévio, buscaram ocupar as vias planejadas para criar um verdadeiro caos urbano. Os relatos que se seguem ilustram essas últimas apreensões:

*[...] no planejamento que o movimento fez era central bloquear grandes vias, ainda que seja um bloqueio noturno [...]. O ato é mais uma ação direta do que uma demonstração para o governo, nesse sentido de passeata, sabe? É menos dizer uma coisa e mais fu*** a cidade! [...] A tática é: “sequestrar” a cidade e só devolver se a tarifa baixar. Então, o ato tem uma dimensão de chantagem, tipo, ele é uma medida de força mais que um pedido, né? (MPL 2)*

[...] a gente tinha uma organização interna muito grande de quem faria ações mais radicalizadas, quem ia conversar com a polícia [...] dizendo que a gente faria um trajeto, mas a gente sabia que em determinado momento a gente faria outro para [assim a] polícia não bloquear aquelas vias, e aí, de repente, a gente mudava e

¹³² Avenida 23 de Maio, Terminais Rodoviários, Pontes, Viadutos, Marginal Pinheiros, Radial Leste, Avenida Paulista, entre outros.

entrava na via que a gente queria [...], porque, acho que essa era uma das estratégias mais importantes, a ocupação do espaço público como uma forma de dizer também o que a gente estava querendo e não deixar a polícia decidir para onde a gente ia e não deixar a polícia conseguir silenciar os atos. Eu acho que isso deu muito o tom de radicalidade, de repressão e que foi central para a visibilidade que a repressão policial [...] teve na quinta-feira 13. (MPL 4)

[...] essa tática dos atos, eles têm que ser no ritmo mais intenso, tinha o objetivo de ser descentralizado, por isso também as relações com as escolas e/ou com movimentos da periferia, mas, a verdade é que ele só se descentralizou quando perdeu o controle [...]. A gente decidiu que naquela jornada de luta [...] a gente ia definir o trajeto sem conversar com os outros grupos [...], uma lógica com um pouco de surpresa, que ia animando as pessoas [...] que não sabiam para onde iam [...], mas sempre tinha alguém para negociar com a polícia enfim, tinha advogados, a gente tinha já uma espécie de “know how” de atos [...]. (MPL 3).

No estágio inicial dos protestos, os militantes do MPL buscaram chamar a atenção das autoridades de modo que não demonstrassem abertura para recair em alguma tentativa de negociação, especialmente por parte da prefeitura do petista Fernando Haddad, uma figura considerada habilidosa e conciliadora pelos militantes com grande capacidade de agregar a juventude progressista, o que era visto pelo Movimento Passe Livre como um risco para a desmobilização da iminente revolta. Consideravam que por ser uma prefeitura do PT, a ação de 2013 deveria ser ainda mais ousada que qualquer outra luta dirigida anteriormente pelo movimento. Portanto, para forçar a redução da tarifa demarcando oposição a este governo, protestaram em frente à Prefeitura simulando que iriam ao encontro da sede, mas, propositalmente, desviaram do caminho para escaparem de qualquer possibilidade de estabelecer contato com a equipe do governo e, com isso, deixá-los sem alternativa.

E outro elemento fundamental [para a explosão de protestos] [...] era o fato de ter o PT na Prefeitura, então, a gente sabia que [...] teria uma forma de lidar [...] diferentemente de 2011 (que a gente ocupava a câmara para pedir uma reunião com o prefeito, para, a partir disso, começar a discutir como a gente revogaria a tarifa). A gente sabia [...] que a primeira medida que eles anunciariam seria uma reunião com a Prefeitura, [...] com a Secretaria e que isso seria usado exatamente para desmobilizar as manifestações e para tentar, da forma como eles sempre faziam, cooptar os movimentos e colocar o movimento dentro da máquina do Estado e usar isso para dar mais legitimidade para a Prefeitura. E isso era exatamente o que a gente não queria! (MPL 4)

Então, por mais que o MPL sempre tenha sido muito crítico da participação dos movimentos sociais nas vias institucionais, a gente deixou isso muito claro desde o começo [...] de uma forma muito simbólica [...] na manifestação do dia 6 de junho que a gente estende uma faixa enorme do movimento no Viaduto do Chá e queima pneu na 23 de Maio: ela foi propositalmente pensada para [...] [ocorrer na] frente da Prefeitura, enquanto a gente sabia que a Prefeitura estaria ali esperando a gente para [...] falar sobre o aumento, para dizer que a gente não estava disposto a negociar. (MPL 4)

[...] a partir daí começaram várias tentativas informais do PT de conversar com a gente. Então, a gente recebia muita ligação de secretários, vereadores do PT que eram próximos da gente e outras jornadas quando o PT era oposição e que agora

integravam a Prefeitura, pedindo para fazer reunião formalmente, informalmente e a gente se recusava. (MPL 4)

Essa forma de ação arquitetada pelo MPL sinaliza outra diferença importante deste movimento em relação aos movimentos sociais tradicionais, que apostam nos protestos para forçar a abertura de negociações em torno das pautas postas em disputa.

Esse enfretamento direto com a prefeitura e a intensidade dos protestos desestabilizaram o governo municipal que não soube como lidar com a revolta e o MPL. Os militantes petistas não conseguiram interagir com esse movimento, afinal a ideia desde o início era blindá-los e não realizar interação com a sua militância e o Estado “[...] *para não esvaziar o movimento e para pressionar e fortalecer a ideia de uma luta radicalizada [...]*” (MPL 4).

Ainda assim, algumas tentativas de estabelecer o diálogo com o MPL ocorreram por parte do PT e, ao final, duas situações ocorreram, conforme os relatos: a primeira foi uma reunião com o então Senador do PT, Eduardo Suplicy, que buscava uma negociação, e a segunda foi a presença inesperada do prefeito Fernando Haddad na reunião do Conselho da Cidade no dia 18 de junho, quando o MPL foi convidado para participar e apresentar a pauta (embora esperava-se que fosse apresentado mais de uma). Nessa reunião, o comparecimento de uma militante do Passe Livre apenas reafirmou que o movimento lutava pela revogação da tarifa e isso surpreendeu a equipe do governo e enfureceu o prefeito que não compreendia tamanha radicalidade “apenas” por aquela pauta.

O dia 13 de junho foi emblemático para as Jornadas de Junho de 2013 em função do aumento da hostilização e das ameaças de criminalização dos militantes e, por isso, as divergências entre as organizações tradicionais e o MPL se acentuaram, pois havia discordância dos trajetos planejados pelo movimento; sendo assim, as organizações da esquerda tradicional recuaram, mas os rebeldes da militância do Passe Livre, não! (MPL 1). Por isso sofreram dura repressão da polícia e mais cisões com as forças progressistas.

Com o avançar dos dias, as interações com as organizações da esquerda tradicional ocorriam no curso dos protestos, de modo que os militantes do MPL foram interpelados pelas lideranças dos partidos para saberem das intenções/trajetos e em geral discordavam do planejamento feito por considerar as táticas demasiadamente ousadas e os militantes um tanto irônicos e que não inspiravam confiança. Sobretudo, tiveram receio do confronto policial, assim como do risco da violação da integridade física dos seus militantes.

Por parte dos movimentos sociais tradicionais, entendemos que não havia um entendimento do sentido de tamanha radicalidade para travar esta luta, nem mesmo dos riscos que os militantes do MPL estavam dispostos a correr para alcançar a vitória com a revogação da tarifa; menos ainda reconheciam as expectativas do MPL no plano posterior à revolta, uma vez que não havia uma articulação política precedente e nem mesmo a definição de um programa que vislumbrasse minimamente a sustentação dos desdobramentos de um processo de tamanha expressão. Sendo assim, a interação entre as diferentes forças da esquerda, principalmente com as suas lideranças, pode ser caracterizada pela fluidez, o que pode ser demonstrado com os relatos de MPL 2:

*[...] a dinâmica da luta foi tão rápida e tão intensa que deixou todo mundo desnortado, então todos [as organizações da esquerda tradicional] correram atrás de nós, né? E todos iam meio que fu*** com a luta, o [líder X], por exemplo, ele mandava recado pra a gente, tipo, dizendo que: eu falei com o Secretário de Segurança Pública [...] [e] no próximo ato querem prender todo mundo do MPL! Então, a gente recebia esse recado da Secretaria de Segurança Pública pelo [líder X], pra você ter uma ideia! [...]. E, de repente, uns estudantes que eles desprezavam, que nem consideravam movimento social. Éramos eram vistos como crianças por toda a esquerda, né, crianças malucas... de fato a gente era isso! Mas, quando essa galera impacta a conjuntura, todo mundo ficou em choque.*

[...] Então, chegava na hora do ato e vinham os líderes das correntes discutindo qual era o trajeto e a gente ia enrolando eles dizendo bem pouquinho o que a gente ia fazer, a gente não contava tudo. Quando começava a loucura, eles vinham e falavam: vocês são irresponsáveis! Daí (risos), eu lembro disso com o PSOL aqui em São Paulo. E a gente: “Irresponsáveis? A gente é radical!”. Me achando, né! Mas, o da hora era que a gente era irresponsável mesmo e com o tempo alguns foram entendendo isso. Os dirigentes dessas correntes, eles iam começando a topar as loucuras. Mas, no começo eles sempre eram contra.

[...] E quando vinham as repressões [...] as bandeiras sumiam e daí... tinha um militante na época que eu lembro dele falando numa frente de alas assim: “Camaradas, olhem pra trás, cadê as bandeiras dos partidos? Vocês veem algum? Onde estão os partidos políticos?”. E a galera se [acabou] de rir, porque não tinha mais nenhum (risos). Sumiam depois da repressão.

De fato, o misto entre a ousadia e a suposta irresponsabilidade da juventude paulistana, posteriormente nacional, abalou a conjuntura brasileira de tal forma que nenhuma articulação ampla ou um movimento social tradicional conseguiu realizar na história brasileira e isso deixou as organizações em uma “encruzilhada” política, no sentido de apoiar ou não a revolta, pois, concordando com Safatle (2017, p. 56), “[...] a esquerda brasileira não estava pronta para a revolta”, portanto uma parte das organizações tradicionais não assumiu posição de apoio direto às jornadas se esquivando dos enfrentamentos diretos.

Mesmo assim, é preciso sinalizar que essas organizações tradicionais não tinham dimensão do plano do MPL ou mesmo confiança nesse movimento, basicamente composto por jovens, que

adotava uma linha política que divergia da forma tradicional, que ocultou o plano da luta, que não possuía organização nacional e que comandava e, ao mesmo tempo, não comandava os protestos. Sendo assim, não havia disposição nem coesão suficiente para enfrentar o poder do Estado para aproveitar a agitação social que fora promovida.

Com o início da Copa das Confederações (dia 16 de junho), o epicentro dos protestos passou a ser as “praças onde haveria jogos (Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro)” (SINGER, 2013, p. 25), deslocando os atos das ruas. Neste mesmo dia, com receio do avanço dos atos e da exposição dos problemas do país ao mundo diante dos holofotes que estavam voltados ao Brasil por sediar a Copa, o governo paulista revogou o aumento das tarifas. Entretanto, isso não foi suficiente para estancar a revolta instalada, já que não se tratava mais apenas de uma luta pela redução da tarifa de transporte¹³³, os protestos de junho já haviam ganhado outra dimensão política que melhor se desenhou na segunda fase, como explica Singer (2013).

Sendo assim, aproximadamente, em 18 de junho, o MPL já não comandava mais protestos, perdendo o controle deles, como era previsto por sua militância e somente a partir daí ocorreu a descentralização das manifestações, bem como a imprevista deformação da pauta.

Existe um grau de previsibilidade [da possibilidade da revolta e da mescla de setores da sociedade mobilizados], mas tinha um grau de pessoas que estavam conscientes de sua ação militante pra causar aquilo também [...]. A gente, ao querer abrir mão do controle, a gente sabia que mais coisas poderiam acontecer [...] e em alguma medida a gente abriu. [...] E, de fato, a gente encarava como um dever de história, por assim dizer. (MPL 1)

Embora o objetivo imediato do Movimento Passe Livre fosse barrar o aumento da tarifa causando um gigantesco travamento da cidade mais importante do país, em nossa análise a principal motivação do movimento era promover uma grande revolta e as Jornadas de Junho parecem ter coroado este esforço diante da sua magnitude, radicalidade e da vitória da luta com a revogação do aumento, ocorrido em 19 de junho. Para os militantes entrevistados, isso é motivo de orgulho.

O último ato convocado pelo Movimento Passe Livre ocorreu no dia 18 de junho, a partir daí o MPL e a luta contra o aumento já não ocupavam o cerne dos protestos e o tom das Jornadas de Junho ganhou outra dimensão que nem mesmo seus militantes puderam prever, nem mesmo

¹³³ Essa frase marcou um bordão muito utilizado pelos manifestantes nos atos: *Não é só por 20 centavos!*

lidar com uma guinada à direita, “sem unidade nacional, mas demonstrando união”, como sugeriu Secco (2016).

Em nossa avaliação, o Movimento Passe Livre não organizou uma revolta nacional, mas sua ousadia, somada à conjuntura e à inversão do sentido dos protestos arquitetada agilmente pelas burguesias nacionais, impulsionou uma massa de indignados a irem às ruas reivindicar aquilo que, individualmente, consideravam urgentes. Com isso, uma diversidade de insatisfações e demandas se fizeram representar nas ruas, entre as quais também refletiram sobre a presidência da República, que possuía naquele mês cerca de 55% de aprovação popular (IBOPE *apud* G1 BRASIL, 2013a). A dispersão de temas contribuiu para ampliar a impopularidade do governo e do PT, histórico partido dirigente das lutas populares.

Consideramos ainda que, simbolicamente, na primeira fase das Jornadas de Junho de 2013, a postura de oposição assumida pelo MPL em relação ao PT, sua desarticulação com os movimentos populares e partidos de esquerda convergiu tanto com as divergências políticas não só das juventudes presentes, mas também da classe média. Isso revelou às burguesias que o PT não tinha tanto apoio popular e da esquerda como presumiam e abriu caminho para reagir e fragilizar os governos petistas e seus líderes, mas também o ideário progressista.

Tudo isso abriu caminho para os conservadores disputarem as ruas com as pessoas que se identificavam com as pautas populares, com os movimentos autonomistas e com organizações da esquerda tradicional que também estavam diluídas nos protestos. Sendo assim, a partir daí a pauta mobilizadora das lutas e o sentido histórico da luta social sofreram uma deformação definitiva. Embora fosse a intenção do MPL perder o controle, este ocorreu não pelo campo progressista, mas sim pela direita conservadora. O Movimento Passe Livre já não tinha condições de disputar as ruas hegemônicas pela dispersão e pela classe média indignada, como indica MPL 3: “*quando a coisa de fato perde o controle, a gente já não sabia muito bem lidar com atos daquela magnitude, a gente ficou um pouco perdido também, isso lá depois da segunda-feira 17 de junho*”.

Em 2013 o MPL não realizou assembleias, centralizou o planejamento e a comunicação, alinhou com firmeza o discurso manifesto nas notas¹³⁴ que emitiam (informando os acontecimentos e convocando atos posteriores), mas também no contato exaustivo que tiveram

¹³⁴ A comunicação por notas é inspirada no movimento zapatista e em outros movimentos que tinham o cuidado de não personalizar os movimentos (MPL 4)

com os canais midiáticos que os procuravam durante as jornadas para tratarem das jornadas. Esse discurso coeso ainda pôde ser notado nas entrevistas feitas com os ex-militantes, pois, em seus relatos, mínimas são as divergências que puderam ser observadas.

Na segunda-feira [17/06] a gente fez uma manifestação que começa no Largo da Batata, aí o movimento já tinha explodido, [...] a gente estava dando milhões de entrevistas, o tom central era [“não é por 20 centavos é por direitos”], é que algumas pessoas até muito equivocadamente atribuem essa frase ao MPL, [...], enfim a gente começou a ter muito cuidado com a comunicação, [...], então a gente sempre, depois dos atos, emitia uma nota do movimento dizendo o que tinha acontecido, qual é o próximo ato, qual era o sentido daquilo ter acontecido e a gente se preocupava muito em manter a pauta com: “sim, é por 20 centavos!” E assim a gente só vai sair da rua quando a tarifa for revogada. (MPL 4)

Os desdobramentos da luta a partir da segunda fase das jornadas já não contaram com a participação ativa do MPL que admitiu a perda do controle dos protestos. No entanto, por terem iniciado as lutas, tornaram-se as principais referências para tratar do assunto à época, sendo intensamente procurados pela imprensa para tal, o que exigia da sua militância manter um discurso coeso para que não fosse atribuído ao MPL a guinada direitista que ocorreu nos protestos.

No entanto, após a revogação do aumento sua ação nos protestos já não ocupava a centralidade dos atos, até porque, já haviam ultrapassado São Paulo, estendendo-se por todo o país. No entanto, a forma de luta proposta pelo MPL e as características dos movimentos autonomistas já tratados neste estudo incidiram sobre as práticas adotadas pelos manifestantes indignados das Jornadas de Junho em caráter nacional.

6.2.1.2 “Não é só por 20 centavos”: a difusão da luta e a diversificação da pauta em nível nacional

Na **segunda fase** (entre 17 e 20 de junho), os manifestantes retomaram as ruas, foi quando as Jornadas chegaram ao seu ápice, momento em que os protestos se espalharam por todo o país. Tornando-se o processo de mobilização mais numeroso da história do Brasil, atingindo a marca de centenas de milhares de pessoas em todos os centros urbanos durante quase todo o mês de junho. No dia 20, foram registradas as maiores manifestações de junho de 2013, com 1,25 milhão de pessoas nas ruas em cerca de 130 cidades brasileiras, conforme demonstra a ilustração a seguir.

Figura 3 – Cidades onde ocorreram as maiores manifestações em junho de 2013

Fonte: GALILEU *apud* FLORESTI (2018)



A partir daí, os protestos passaram a ter composição ainda mais heterogênea. Em sua maioria, eram jovens trabalhadores “[...] com acesso ao ensino médio ou universitário, mas em empregos precários e de baixos salários” (SINGER, 2016, p. 42) e jovens da classe média, entre progressistas e conservadores, que ocuparam as ruas, principalmente na segunda fase. Demandas populares e trabalhadores precarizados se misturaram à classe média indignada sob a retórica da anticorrupção (SINGER, 2013) e crítica aos gastos com os megaeventos.

É importante ressaltar que as manifestações aglutinaram reivindicações que revelaram descontentamentos de classe frente aos efeitos das crises, tendo em vista a defesa pela conservação de direitos (transporte, saúde, educação), mas também da indignação da população frente aos impactos dos megaeventos, ao comparar a qualidade do padrão das estruturas físicas para os jogos com os serviços públicos essenciais como saúde e educação, o que repercutiu nos slogans de cartazes¹³⁵ dos protestos a partir da segunda fase. Porém, esses sujeitos e essas pautas conviveram com grupos antagônicos extremos que figurou um verdadeiro cruzamento insólito de ideologias e exacerbação do conservadorismo (SINGER, 2013; BRAGA, 2015) e do

¹³⁵ Nas ruas de todo o país, os cartazes exibiam menções: preservação dos direitos de cidadania; indignação com a baixa qualidade das políticas sociais de saúde e educação em relação ao alto padrão das estruturas dos estágios e alojamentos para os megaeventos; contra aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 37 de 2011 que alteraria as instâncias de investigação criminal (garantindo exclusividade às polícias federal e civis, ou seja, excluindo o Ministério Público, por exemplo dessa função); demandas locais e um forte rechaço aos escândalos de corrupção que também envolveram o governo, demonstrando posicionamento político contrário à presidente Dilma e ao PT de forma muito explícita, num repertório que atribuía a responsabilidade da corrupção do país ao partido do governo, pronunciando assim a ideia do *fora todos* que não cessou em junho deste ano.

individualismo político. Com isso, a partir da segunda fase, a ação do MPL perdeu força sendo superada pela ação neoconservadora já tratada no capítulo anterior.

É possível considerar, conforme proposição de Safatle (2017), que Junho de 2013, ao tomar uma dimensão nacional se revela como um fenômeno sintomático de que os trabalhadores não reconheciam mais suas representações tradicionais e que nas ruas deixaram evidente suas insatisfações e as precariedades postas às suas vidas.

6.2.1.3 Junho de 2013: a guinada à direita e a ascensão neoconservadora

A **terceira fase** das manifestações anunciou o fim das jornadas. A partir do dia 21, até o final de junho, decorreu o paulatino enfraquecimento e difusão de demandas variadas e desconectadas; todavia, em algumas capitais como São Paulo e Belo Horizonte, ainda permaneceram muito numerosas.

Diante do clamor social contra a truculência policial e com a incorporação da classe média aos atos trajada de camisas verde-amarelas sob um falso patriotismo, a cobertura midiática, que inicialmente fez críticas às mobilizações organizadas pelo MPL e pouca importância lhes deu, modificou seu discurso e passou a enaltecer as manifestações como demonstrações cívicas (DEMIER, 2017). Desse modo, a mídia hegemônica cumpriu um papel crucial para a mobilização e persuasão da sociedade, ao realizar a cobertura dos protestos em tempo real, o que contribuiu para o espraiamento massivo em todo o país. Nesse ensejo, a pauta da luta anticorrupção foi enaltecida pela mídia em suas coberturas, retroalimentando a associação direta da corrupção com os partidos políticos, o parlamento e o poder executivo (DEMIER, 2017), especialmente com o partido do governo federal.

Entretanto, a postura midiática não ocorreu de forma isolada, os setores à direita, a classe média conservadora mesclada aos trabalhadores jovens precarizados também tomaram as ruas se aliando às pautas difusas numa confluência complexa que reordenou por completo o sentido dos atos iniciais de junho de 2013, pois sucumbiram as forças populares, os partidos políticos de esquerda e os coletivos de jovens ao redirecionamento da luta. Um processo do qual o que triunfou, do ponto de vista político, foram os grupos mais abastados, os conservadores e a articulação da organização de frentes que se intitulam apartidárias e independentes, como o

Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua, também organizados majoritariamente por jovens.

Com base nos estudos de Singer (2013, 2016), Maricato *et al.* (2013), Braga (2017) e Iasi (2017), é possível afirmar que as Jornadas de Junho foram a “faísca em um palheiro”, repletas de descontentamentos e revoltas dos distintos setores da sociedade brasileira com a política, lê-se, o sistema democrático liberal, o governo federal e os partidos políticos.

No Brasil, esse volumoso “palheiro em chamas” expressou os dilemas de uma conjuntura política e econômica engendrada desde os anos Lula. Mas, foi nos governos Dilma (entre 2011 e 2013), que o “fogo ateou forte e queimou”¹³⁶ o governo federal, principalmente no que diz respeito à oposição à matriz delineada para a política econômica que muito desagradou o sistema financeiro, pois no início do governo anunciou que privilegiaria a indústria nacional com a redução do controle fiscal e detendo menor ênfase no controle inflacionário, como expõe Singer (2016), mesmo que isso não tenha se sustentado.

Em síntese, do ponto de vista político, Junho de 2013 ganhou uma enorme proporção e inflamou a população a recusar, em última instância, as instituições tradicionais de participação política, especialmente os partidos. Assim, os militantes de partidos de esquerda tiveram que baixar suas bandeiras nos atos, o que configurou como estratégia para tirá-los da cena dos movimentos (DEMIER, 2017), por parte de indivíduos indignados desorganizados, mas que se sentiam associados uns aos outros.

[...] os atos de 2013, talvez isso que eles têm em comum, inclusive com esses outros lugares do mundo, é uma espécie de falta de forma, a única coisa que de algum jeito dava forma para aquela massa, para aquela multidão [...]. Por um lado, esse conteúdo contra o aumento ligado aos transportes para além de uma indignação difusa e talvez essa estética que questionava a estética da esquerda tradicional, que, na verdade, está ligada a uma espécie de apartidarismo ou até de antipartidarismo.
(MPL 3)

A síntese seguinte de MPL 4 demonstra como percebia a participação desses sujeitos reativos nas ruas:

¹³⁶ Quando, em tom coloquial, dizemos que o governo queimou, referimo-nos aqui, em última instância, ao *impeachment* sofrido pela presidenta, num processo que acreditamos ter sido articulado, principalmente a partir do fortalecimento de sua oposição com os desdobramentos políticos dos protestos de junho de 2013. “O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma”. (SENADO FEDERAL, 2016, n.p.).

[...] pensando no contexto mais geral do que significou [junho de 2013][...], foram manifestações da esquerda e de um movimento assumidamente de esquerda no contexto de mais de uma década de governo petista, acho que isso também contribuiu muito para a explosão das manifestações de junho de 2013, [...] era uma sensação muito comum nas ruas de ver que as pessoas de certa forma tinham uma ânsia por aquelas revoltas e por demonstrar o descontentamento com tudo aquilo há muito tempo [...].

Em nossa percepção, as Jornadas de Junho de 2013 podem ser analisadas como um conjunto de protestos radicais iniciados com a organização de um movimento autônomo da juventude urbana, tendo como mote uma pauta social de interesse público que aglutinou, a priori, os jovens estudantes e os jovens trabalhadores precarizados. Entretanto, em seu curso, essas manifestações sofreram um redirecionamento político-ideológico oportunizado pelo contexto de crise pressionado pelos grupos de poder econômico e político em oposição ao governo Dilma (vide mercado, sistema financeiro, partidos políticos à direita e conservadores). Estes, apoiados pela forte adesão da classe média, de categorias de profissionais, além da mídia hegemônica, conseguiram canalizar insatisfações de toda ordem e de diferentes frações de classe da sociedade brasileira que foi encerrada como uma aparente homogeneidade. Tudo isso indica que os interesses burgueses “pegaram carona” não só na convocação do MPL, mas também por capturarem o conteúdo renovado do fazer político defendido por este movimento autonomista, algo que potencializou a adesão da sociedade aos protestos.

Podemos dizer ainda que Junho de 2013 compõe a onda mundial de revoltas do início do século XXI, processo que emerge no contexto de crise do capital e de intensificação da luta de classes, como também reflete Braga (2017) e Safatle (2017), e segue a tendência mundial de ação e organização das lutas sociais contemporâneas, especialmente no que diz respeito à horizontalidade, à independência de partidos políticos e ao caráter explosivo, radical e fluido.

Consideramos que a forma de organização deste movimento nas Jornadas de Junho de 2013 explicitou as tendências político-organizativas do campo político-autonomista que guiaram os protestos a uma direção ainda pouco compreendida (ou mesmo rejeitada) pelas organizações tradicionais, especialmente os setores do PT. Ao considerarem que a luta social pode ser organizada em “caráter extrainstitucional”, nos termos de Trindade (2017), em Junho, o MPL buscou retomar a radicalidade do protesto, uma forma de ação coletiva historicamente utilizada por movimentos sociais tradicionais para medir forças e demonstrar que não havia espaço para acordos, superando assim os propósitos voltados à busca de visibilidade da pauta ou um meio para forçar negociações. A forma não foi alterada, mas passou por modificação a sua condução, o tipo de organização dirigente e a intensidade com a qual foi conduzida.

De forma geral, tal esforço por reinvenção foi pouco compreendido pelos movimentos sociais tradicionais, e o diálogo entre estes pouco existiu. Portanto, não foi construída qualquer articulação sociopolítica que possibilitasse dar encaminhamentos posteriores à irrupção da revolta de forma a canalizar outras lutas e outras pautas reivindicatórias de interesse popular.

No entanto, este movimento também incorreu em contradições ao reproduzir o dirigismo da luta e por realizar um planejamento que se reservou ao grupo mais ativo do MPL. Em nossa análise, a pulsão organizativa de Junho de 2013 parece ter anunciado de forma mais ampla, a necessidade de tornar mais permeável a interação entre esses diferentes atores para um processo de construção democrática mais agregadora.

Então acho que tem muita coisa junta, você pode também pensar entre esses acertos que eu falei do MPL, tanto uma construção gradativa como referência nas lutas contra aumento, né, [...] a última luta contra o aumento em São Paulo em 2011 já tinha sido grande, ao mesmo tempo, [...] um tipo de ato, de política que se diferenciava claramente dos partidos que era tradicional, então, também captava o que agora está bastante claro, que é um esgotamento também da esquerda tradicional e de alguma forma também desse arranjo político todo, não só a esquerda, a direita também, os partidos tradicionais de direita afundando [...]. (MPL 3)

[...] o movimento conseguiu encontrar lá atrás [e] seguir um caminho que nenhum outro grupo de esquerda estava seguindo, [...] perceber uma fonte de agitação social, uma energia de revoltas que estava presente pelo menos desde 2003 e foi de alguma forma elaborando, dando sentido para essas manifestações, enfim, dando continuidade [...] a várias revoltas, razoavelmente dispersas que foram acontecendo no país [...]. A gente tinha né o sonho: a, vamos fazer Florianópolis aqui! Então, acho que [...] um acerto do MPL [...] talvez esteja ligado com [...] conseguir encontrar um dos lugares por onde escapava e se transformava em revolta o sofrimento social das grandes cidades brasileiras e que talvez, apesar de tudo, tenha se acentuado, pelo menos se mantido, durante esses anos de governo do PT. Então, acho que tem esse acerto e essa conjuntura de um aumento do sofrimento social, as pessoas estavam de fato trabalhando mais e com isso sofrendo mais também [...]. Acho que de resto daí tem a conjuntura um tanto específica daquele ano também, uma série de aumentos adiados para o meio do ano por um pedido da Dilma¹³⁷ para conter a inflação, lutas que explodiram antes em São Paulo, Porto Alegre, Goiânia. E tudo isso também deu um tempo aqui para a gente planejar, entender, aproveitar o momento. E parece que também algum esgotamento daquele ciclo econômico que ainda não estava muito aparecendo né, mas, de alguma forma, já tava lá, porque as greves já estavam aumentando também, a gente tem até aquelas greves meio épicas, geral, essas coisas alguns anos antes né. (MPL 3)

A emergência das Jornadas de Junho de 2013 é um fenômeno complexo que ainda hoje é analisado e referenciado pela ressonância que causou ao campo político do país no que diz respeito ao acirramento da polarização política, ao fortalecimento do conservadorismo e à fragilização dos partidos progressistas, em especial o partido do governo à época, o PT.

¹³⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/atualiza-1-mantega-piscofins-serao-zerados-para-tarifa-de-transporte-publico.html>. Acesso em: 11 ago. 2020.

Embora almejassem “*sequestrar a cidade e só devolver se a tarifa baixasse*” (MPL 2), não foi este coletivo que a devolveu, afinal, ao renunciarem ao controle, não era mais possível prever o que ocorreria; e quem “sequestrou” a luta não foram os militantes ou organizações de esquerda, mas sim uma classe média indignada com o PT, capturada pela manobra midiática associada às elites que viram esse momento como uma possibilidade de abertura para reverter a direção política do Estado. Ainda que não seja um fenômeno novo, isso quer dizer que a potência da revolta de 2013 produziu sujeitos políticos reativos, o que abriu caminho para a ascensão neofascista no país.

No entanto, de forma controversa e inesperada, a classe média e os setores insurgentes da direita também incorporaram alguns valores e formas de luta de esquerda forjadas no campo político-autonomista, que foram amplamente explicitadas em junho, como o apartidarismo, a ação política independente, o protesto de rua e reforço à oposição ao PT.

Sendo assim, nesse intenso processo de luta, o MPL pôs em causa não só a pauta da redução da tarifa transporte, mas, sobretudo, buscou forjar uma revolta que explorou o acúmulo político e o vigor destemido da juventude urbana de São Paulo que contaminou o país. Isso indica que esse processo de busca pela reinvenção da política configura um avanço de um processo de mudança da forma de ação e organização sociopolítica que é ainda mais longo, precedido pelos movimentos sociais dos anos 1960, 1990 e 2000.

Acreditamos que o MPL, em junho, limitou-se às “diretrizes de suas práticas para a disputa imediata” (BOGO, 2010b, p. 181), faltando assim a construção de vínculos com as massas que ultrapasse essa dimensão. Com isso, embora não tenha sido algo intencional, contraditoriamente, a conjuntura provocada ofereceu uma esteira que fez avançar a ascensão neoconservadora do país.

Segundo o autor Bogo (2008), táticas e estratégias de guerra e de luta social têm a potência de influenciar os rumos da humanidade. Esta apreensão nos instiga pensar sobre as estratégias utilizadas pelo MPL nas jornadas, pois consideramos que essas influíram sobre o destino da luta de classes no Brasil ao atingir dimensão nacional. A forma político-organizativa do Movimento Passe Livre influenciou a linha política e tática dos protestos em todo o país, assim como algumas lutas futuras, a exemplo das ocupações de escolas (2015-2016), mas também inspirou a criação de organizações tais quais os coletivos de jovens em sua diversidade, bem

como despertou em parcelas da juventude o interesse pela política a uma geração de sujeitos¹³⁸, assim como formou uma geração de indignados, ativistas independentes e à esquerda, mas também à direita.

Sendo assim, o processo de ocupação das escolas provocado pelo coletivo “O Mal Educado” em 2015 pode ser considerado herdeiro de junho de 2013 e do Movimento Passe Livre, ao seguirem a mesma linha explosiva, radical e apartidária que colocou em marcha uma revolta estudantil em 2016 que também atingiu todo o território nacional, como veremos no item a seguir.

6.2.2 A onda de ocupações das escolas (2015-2016) e a incidência do Coletivo “O Mal Educado”

É possível afirmar que há uma continuidade histórica entre sujeitos e práticas que conecta diretamente o movimento de ocupações às Jornadas de Junho de 2013, pois há “conexões concretas entre os dois movimentos históricos como parte de um processo social mais amplo” (JANUÁRIO *et al.*, 2016, p. 20) que expressam e contestam tanto os efeitos deletérios do avanço neoliberal (caracterizado pelas respostas institucionais à crise capitalista e à crise política intensificada no país) quanto ressoa uma cultura organizativa e referências ideológicas que os conectam entre si. Desse modo, essas expressões políticas de resistência social conformaram uma onda nacional de rebeldias da juventude que repercutem traços político-organizativos similares à onda mundial de revoltas do início do século XXI.

¹³⁸ É preciso registrar que o fenômeno das Jornadas de Junho e as características dessa luta também oportunizaram a ascensão de uma nova geração de pessoas que reproduzem discursos de neoliberais e de direita, especialmente jovens, aspecto que não terá o devido tratamento analítico neste trabalho, mas importa sinalizar que ainda se trata de um tema fecundo e segue sendo analisado por estudiosos de diversas áreas do conhecimento, pois é permeado pelo uso de dados digitais das pessoas e grupos, pela manipulação de informações via redes sociais, bem como de apoio privado de *think tanks* conservadoras e defensores do livre mercado que visam confundir discursos e influenciar a organizações nacionais na América Latina, como é o Movimento Brasil Livre (MBL), organização aparentemente desvinculada de partidos políticos (FANG, 2017) que se ergueu no caldo das Jornadas de Junho. As *think tanks* são organizações que se propõem a influenciar empresas e políticas públicas com recursos de várias naturezas. Diante de uma aporia histórica, momento em que a realidade pode manifestar sinais de dúvida ou ausência de caminhos sobre a forma de se expressar ou de agir (MALACARNE; BRUNSTEIN, 2020), neste caso, politicamente, como foi em Junho de 2013, consideramos que houve uma apropriação do discurso político-autonomista para as defesas neoliberais e, para tanto, *think tanks* atuaram apoiando ou forjando organizações e movimentos organizados como o MBL (nome que simula e confunde com MPL) e o Vem Pra Rua (nome alusivo aos gritos das ruas nos protestos: “*Vem, vem para rua vem contra o aumento!*”).

A partir das entrevistas com quatro integrantes do coletivo “O Mal Educado”, todos afirmam que junho é a referência mais imediata que inspirou os estudantes secundaristas paulistas para “ocupar e resistir”¹³⁹ às contrarreformas (local e nacional) que anunciaram afetar ainda mais a educação entre 2015 e 2016. A continuidade entre os sujeitos se comprova pelo fato de que todos os entrevistados estiveram nas jornadas (sendo que três deles também militaram no MPL) e pela identificação que os estudantes já demonstravam ter com o autonomismo, o que possibilitou a adesão às táticas propostas pelo OME.

Sendo assim, durante quase quatro semanas, entre novembro e dezembro de 2015, outra expressão política de resistência social da juventude urbana eclodiu a partir de São Paulo, mas também repercutiu para todo o país a posteriori. Foi o movimento de ocupação das escolas públicas estaduais que ocorreu em reação ao anúncio feito pelo governo do estado por meio da mídia sobre o fechamento de quase 100 escolas públicas e o remanejamento de outras 754 escolas, o que ocasionaria uma brusca mudança na mobilidade e na vida dos estudantes, das famílias, assim como dos professores¹⁴⁰ (CORTI; CARROCHANO; SILVA, 2016) e demais profissionais da educação, considerando as proporções e distâncias do estado de São Paulo. Para se ter uma ideia da dimensão do impacto, de acordo com Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), no dia 25 de setembro de 2015, o jornal Folha de São Paulo anunciava que cerca de um milhão de estudantes da rede estadual seriam transferidos de suas escolas para atender ao projeto de reorganização da rede de ensino que visava adequá-lo por ciclos, sendo: Fundamental I, Fundamental II ou Ensino Médio, o que levaria a grandes remanejamentos de estudantes e professores, bem como fechamentos de unidades de ensino. Tal medida sinalizou uma imposição do governo e causou grande surpresa à comunidade escolar, o que contribuiu para a revolta secundarista.

Esse foi o mote das manifestações iniciais e das ocupações organizadas pelos estudantes em muitas cidades do estado de São Paulo, do interior à capital, inspirados nas experiências dos movimentos estudantis argentinos, mas principalmente dos chilenos, como afirmam OME 3 e 4. No Chile, as Ocupações foram movimentos massivos de caráter nacional em resistência às mudanças de cunho neoliberal em 2006 que reforçavam ainda mais o caráter privatista da

¹³⁹ “Ocupar e resistir” é um brado tão emblemático das ocupações que foi reverberado em nome de música e título de livro e artigos.

¹⁴⁰ Os estudantes poderiam deixar de estudar, muitos seriam obrigados a modificar o turno de estudos, professores teriam dificuldades de realizar duplas ou triplas jornadas de trabalho, entre outros tantos aspectos danosos ao processo educativo, já impactado pelo histórico desmonte e precarização da educação brasileira.

política de educação chilena. Este movimento ficou conhecido como a Rebelião dos Pinguins (GIMENES, 2016), conforme tratado no segundo capítulo desta pesquisa.

O Coletivo “O Mal Educado” de São Paulo teve um papel fundamental no processo precedente e inicial das ocupações à luz da experiência chilena. Partiu do OME, por exemplo, a iniciativa de traduzir e divulgar o manual intitulado *Como ocupar um colégio?*¹⁴¹ e disponibilizá-lo aos estudantes do ensino médio por meio do *blog* que alimentava, *Grêmio Livre*. O documento foi amplamente compartilhado pelas redes e seu conteúdo inspirou a definição da tática principal e a forma de organização das ocupações secundaristas.

Então, eu acho que esse documento também teve muita importância [...]. De uma maneira objetiva, representava outras experiências então, colocava como uma possibilidade a ocupação no imaginário das pessoas de uma maneira facilitada, assim, não era um puta manual, na verdade, o manual era um pretexto de trocar ideia né, não ensinava você a ocupar, o que ensinava a ocupar era a galera que ia na frente do Fernão durante o cerco e falou: ‘pô, vocês estão ocupando mesmo né, como é que faz pra eu ir lá ocupar minha escola?’ [risos]. Então, essa possibilidade da partilha da experiência e da consolidação das ferramentas de luta como uma possibilidade mesmo, [...] E que aí, nesse caso, se inscreve diretamente como uma negação às formas de intervenção na realidade de uma esquerda mais tradicional que engessa as nossas perspectivas nos últimos anos. (OME 2)

Para compreender a incidência do OME nas ocupações de SP, é preciso retomar aos acontecimentos precedentes à explosão do movimento, pois este coletivo agiu no processo de conscientização, mobilização e planejamento inicial da luta que foi determinante para a definição da linha política predominante do movimento de ocupação das escolas não só em São Paulo em 2015, mas em todos os processos posteriores até a primavera de 2016, quando a tática foi utilizada amplamente em um movimento de ocupações que se expandiu nacionalmente.

6.2.2.1 “Nós pulamos os muros e as catracas! A luta é uma só!”¹⁴²

¹⁴¹ Trata-se de uma versão digital da cartilha escrita por estudantes argentinos da Frente de Estudiantes Libertários, no qual explicam e sugerem estratégias para ocupar uma escola. No curto texto da cartilha, continha uma breve contextualização da experiência das lutas argentinas, cuja inspiração está nos movimentos dos secundaristas chilenos em 2006, com Revolta dos Pinguins, e, em 2011, com a retomada das lutas dos estudantes naquele país. Nesta, problematiza-se sobre os desafios de um processo de ocupação, indicando este como último recurso de luta. Por último, indica-se um plano de ação para os estudantes de São Paulo frente à regressão da educação naquele estado (JANUÁRIO *et al.*, 2016). Nesse sentido, a experiência dos estudantes latino-americanos serviu de exemplo para a organização das ocupações das escolas de São Paulo em 2015. De acordo com OME 2, em 2012, um dos membros do coletivo “O Mal Educado” esteve no Chile e tomou conhecimento desse material e desde então a ideia de ocupar escolas era ventilada entre seus membros.

¹⁴² Essas frases são reproduções dos brados entoadas pelos atores durante a peça teatral “Quando Quebra Queima”, dirigida por Martha Kiss Perrone, 2018. “A encenação e os textos da montagem foram construídos a partir do encontro entre a diretora e um grupo de jovens estudantes secundaristas e de artistas de diferentes disciplinas, que

De acordo com os quatro entrevistados, o ensaio do levante secundarista de SP decorreu das mobilizações estudantis em apoio a uma grande greve dos professores da rede estadual de SP que ocorreu entre março e junho de 2015, em que interagiram: sindicatos, professores, estudantes, o Grupo Autônomo Secundarista (GAS), partidos políticos, movimentos sociais independentes e o coletivo OME. Entre convergências e discordâncias político-ideológicas e práticas, a greve se radicalizava, a repressão acirrava, mas também acendiam as “primeiras chamas” das articulações que impulsionaram as ocupações.

É importante ressaltar que o processo de formação e socialização política desta geração de jovens estudantes do ensino médio mobilizada em 2015 é marcado muito mais pelas referências de luta e organização extrainstitucionais e muito menos pelas referências das organizações da esquerda tradicional, pois seguem uma forte tendência de participação autonomista, um campo político que se constitui com base nas influências teóricas e práticas dos movimentos altermundialistas dos anos 1990 em suas continuidades e rupturas com os movimentos dos anos 1960, especialmente, como indica Cardoso (1989), quanto às referências de flexibilização das hierarquias e da ideia de autoridade, bem como à introdução do “novo” na política, entre outros aspectos herdados das mudanças produzidas pelos movimentos sociais dos anos 1960 de amplitude mundial. Essa geração demonstrou continuar a transgredir, desde este período, as formas tradicionais da ação política que caracterizam a esquerda, negando assim as práticas e valores dos partidos políticos de esquerda. Esta será a referência política tanto do MPL quanto do OME; tanto das Jornadas de Junho de 2013 quanto do movimento de ocupação de escolas.

Concordamos com os entrevistados quando afirmam que, nas Jornadas de Junho, o MPL, suas lutas e as ações sociopolíticas que realizavam em escolas foram influências mais diretas que contribuíram para a conformação do pensamento político desta geração que culminou na luta secundarista. Isso se justifica, pois fazem parte do repertório político desta geração a identificação com a radicalidade, o apartidarismo e as críticas à hierarquização, às práticas conciliatórias corriqueiras das entidades representativas dos estudantes e do sindicato dos professores, bem como à sobreposição das lutas pelo personalismo de lideranças. Também demonstram abertura às práticas da democracia direta, à horizontalidade da ação e a auto-organização, bem como a afirmação da independência política em relação a qualquer forma de

formaram juntos a coletivA ocupação. A diretora e os jovens criaram cenas que remetem aos acontecimentos vividos pelos jovens durante o movimento secundarista ocorrido entre 2015 e 2016 [...]” (CENA BRASIL INTERNACIONAL, 2019, n.p., grifo nosso). Exibição pela internet pela Sala Teatro Vila Velha em 12 de agosto de 2010, às 17h00.

participação institucional. Nota-se, inclusive, que o movimento de ocupação também adota uma estética lúdico-rebelde para suas ações, similar ao que ocorreu nas jornadas.

[...] nas manifestações a gente sempre levava instrumentos para fazer a batucada e puxar palavras de ordem né, isso vem muito da influência do Movimento Passe Livre né, a gente era contra os carros de som, [...], galera ficava fazendo discurso lá no microfone, a gente sempre buscava uma estética que [...] que qualquer pessoa conseguisse se organizar com o mínimo de recursos possíveis, [...] para desmistificar novamente as formas de mobilização, falar assim “você não precisa alugar um carro de som, você não precisa pagar uma gráfica para fazer um cartaz, uma faixa, você se organizando com seus colegas, você pode comprar tecido, tinta, fazer uma faixa, improvisar instrumentos e puxar um protesto” [...] para mostrar que é possível se auto-organizar, então não era só uma opção estética, era uma opção pela auto-organização[...]. (OME 4)

Nesse sentido, é possível dizer que a perspectiva e as premissas político-organizativas autonomistas já eram difundidas entre os estudantes, bem como a crítica aos processos de participação consolidados na experiência democrático-representativa brasileira. Portanto, neste contexto, no que tange à “definição” da linha política do levante secundarista, há uma evidente divergência das práticas políticas das entidades estudantis e dos partidos políticos de esquerda. Outra demonstração da referência autonomista diz respeito à presença da juventude organizada por meio do GAS, além da identificação ou mesmo da proximidade dos estudantes mobilizados com o MPL e/o com o OME (movimentos cuja composição social também resguarda a experiência de militância secundarista vivida por alguns deles na Poligremia). Essas conexões são aspectos que podem ser notados nos relatos a seguir:

[...] de uma certa forma, isso que se entende pelo movimento das ocupações das escolas começa bem antes né, eu diria que começa com o racha dos 51 do MST¹⁴³, porque, [...] o início dessa produção critica as formas de conciliação que os governos petistas tinham consagrado no imaginário das lutas sociais dos anos anteriores, começa a se romper em 2011 e fica mais escancarado ainda na reintegração de posse de um assentamento em Americana chamado Milton Santos que pessoas do Passe Livre participaram também e esses militantes também participaram de 2013. E aí, [...] com o passar dos anos, no sentido de negação da negociação, [...] de ações radicalizadas, pensando no contexto geral das próprias movimentações da classe trabalhadora nesse período, [...] em parte, a experiência desses militantes que ensinou a gente que dava para ocupar uma escola, era só comprar um cadeado, desenhar um mapa, chegar, não sei o quê, quebrar os cadeados que estavam lá, substituir fazer umas coisas do tipo [risos]. (OME 2)

Eu acho que foi subjetivamente uma geração que participou de 2013, essa greve do começo do ano e, objetivamente, o fechamento das escolas lá no fim do ano né. E daí, a intervenção militante [do OME] acho que foi importante também. Em 2015 tem a greve das escolas, os professores fizeram uma greve que foi forte [...] a estratégia do sindicato foi deixar a greve ficar ao limite, o sindicato era o que não queria arrego

¹⁴³ OME 2 se refere aqui ao rompimento de militantes de diversas organizações que tinham forte relação com o PT (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina), com o governo e com o projeto petista. Este posicionamento está manifesto em forma de carta e foi publicado em 2011, contando com 51 signatários. Essas informações bem como a referência estão dispostas no terceiro capítulo deste estudo.

[...] Nas primeiras semanas de greve, [...] é um pouco no respaldo de 2013, [pois] você tem ali os estudantes fazendo protestos autônomos, [...] a gente nota aquela efervescência e fala: “mano, isso aqui podia dar em ocupação para travar a escola mesmo, podia ter a galera ocupando”. [...] Uma perspectiva para dar um novo passo [...] seria fazer ocupações de escola nesses lugares onde tem mobilização estudantil”[...]. (OME 4)

[...] teve uma greve de professores [...] e “O Mal Educado” ele se reavivou para participar [...], então a gente foi em algumas escolas, a gente foi em manifestações de estudantes etc. porque, na verdade, era a coisa [...] mais interessante nessa greve, porque a APEOESP¹⁴⁴ é um sindicato muito burocratizado assim, nossa senhora, é [...] um negócio horrível (risos)! E daí a gente teve que conviver muito com eles. Então, tirando as oposições, [...] eram pessoas muito interessantes e muito firmeza, assim, de luta mesmo, [mas,] lidar diretamente com a burocracia e com essas artimanhas que a burocracia do sindicato fazia era um negócio assim muito horroroso. Então, [...] nessa greve do começo de 2015, as coisas mais interessantes que aconteceram [...] [é] o envolvimento e a solidariedade dos estudantes com os professores que, inclusive, enfim, possibilitava a reinvenção de algumas práticas durante a própria greve, né. [...] Dois meses de greve, isso é muita coisa. [...] enfim, acabou a greve, os professores foram derrotados [...]. (OME 2)

Parte da análise do OME sobre a luta dos professores mencionada e a provocação para a sua continuidade podem ser conferidas no trecho do panfleto número 3 elaborado pelo coletivo, que destacamos a seguir. No entanto, mesmo que as ocupações não tenham ocorrido naquele momento, em alguma medida a ideia já havia sido apresentada aos estudantes e professores naquele período, como pode ser conferido no trecho em destaque:

Até quando os professores vão segurar essa luta sem recuar? Não podemos deixar eles lutando sozinhos. Afinal, essa não é uma luta só dos professores, é uma luta de todos pela educação pública de qualidade. Por isso a mobilização dos alunos é decisiva!

Agora é hora de lutar! Precisamos partir pra cima, parar as aulas, organizar assembleias no pátio, trancar os portões, fechar avenidas... E, se preciso, acampar dentro das escolas e só sair quando as reivindicações forem atendidas. (O MAL EDUCADO, 2015, n.p.).

Diante do processo de agitação social com a greve dos professores e a solidariedade dos estudantes, os integrantes do OME procuraram realizar panfletagens nas manifestações dos professores e, com isso, reconheceram alguns parceiros de outras lutas, bem como notaram que os estudantes mobilizados apresentavam maior identificação com a atuação política autônoma e uma disposição para radicalizar a ação (OME 4). Essa foi a abertura para “plantarem sementes que criaram raízes” para uma nova revolta na cidade, dois anos depois de junho de 2013. Entretanto, nem mesmo o coletivo “O Mal Educado” vislumbrou a extensão que o movimento de ocupação de escolas atingiu, muito menos a sua nacionalização a partir daí, como veremos mais adiante.

¹⁴⁴ A sigla aqui mencionada refere-se ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

Em São Paulo, a reação estudantil ao anúncio inesperado do fechamento e remanejamento das escolas públicas foi o estopim para a revolta secundarista ocorrida em 2015. O levante protagonizado pelos estudantes foi iniciado pelos canais da internet, seja por meio de pressões via e-mail, por protestos realizados nas páginas do Facebook da Secretaria e da Diretoria Regional de Ensino, mas também pelo Twitter oficial da Secretaria. Além da pressão digital, realizaram manifestações de rua, paralisações de escolas, bem como atos culturais pouco planejados e sem unidade.

De acordo com Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), por meio das redes sociais da Secretaria de Educação, o governo respondeu tanto apontando que a proposta da reforma da educação estava em análise (embora já tivesse sido divulgada), quanto de forma evasiva, justificando que a reorganização escolar ofereceria melhoria da qualidade da educação, na medida em que garantiria a centralização de escolas de segmento único (seja de ensino fundamental ou ensino médio), ou ainda por otimizar os espaços sob a alegação de que houve uma redução da demanda por vagas, embora os estudantes tenham reclamado da cotidiana superlotação das escolas. Nenhuma das argumentações “postadas” no Facebook ou no Twitter convenceu os estudantes, pelo contrário, provocou ainda mais reações.

Por seis semanas, entre setembro e novembro de 2015, ocorreram mais de 163 protestos de diferentes tipos que foram descentralizados e desarticulados em aproximadamente 60 cidades de SP até o interior, bem como abaixo-assinados e insistentes encontros dos estudantes com as Diretorias Regionais de Ensino, manifestando a contrariedade quanto ao projeto de reorganização escolar (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Ainda assim, a visibilidade do levante ganhou relevo com o uso das *hashtags*¹⁴⁵ nas redes sociais e por meio do impulsionamento de algumas páginas principais do Facebook, especialmente: 1. Não Fechem Minha Escola, 2. O Mal Educado e 3. Jornalistas Livres, entre as quais era possível acompanhar os passos da luta sem a interferência da mídia hegemônica (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Afinal, na mídia comercial de SP, o levante secundarista dividia os editoriais com os grandes acontecimentos políticos do país, um momento de aprofundamento da crise econômica e da aguda crise política, em que se desenhava o golpe parlamentar-midiático para a derrubada do governo de Dilma Rousseff. Dessa forma, a abordagem dada pelos canais hegemônicos a este levante não foi suficiente para incomodar o

¹⁴⁵ Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) destacam algumas *hashtags*: #aquieutoaquieuvouficar naofecheminhaescola #sefecharvamosocupar.

governo estadual de Geraldo Alckmin (PSDB), já que, em nível nacional, o clima político estava em ebulição.

Apesar da gente tá dividindo dia sim, dia não, a capa da Folha de São Paulo junto com o Cunha¹⁴⁶ [risos], junto com uns escândalos, assim né. Tem um amigo meu que recuperou essas capas desses tempos aí, era isso, era um dia o Cunha, um dia a gente, um dia a Dilma, um dia a gente, um dia o movimento do processo de impeachment começando a acontecer, [...] por um mês foi meio isso. (OME 2)

Assim como em Junho de 2013, o início dos protestos foi marcado pela violência policial e por conflitos entre estudantes autônomos, o GAS e as organizações tradicionais representativas: União Municipal de Estudantes Secundaristas de São Paulo (Umes-SP), a UNE e a Ubes. Esses conflitos serão uma constante no movimento dos estudantes do ensino médio que conviveram com a tensão das entidades para interferir sobre as decisões da luta e pela sua liderança. O quinto protesto, por exemplo, foi dirigido pela Umes-SP, sem que esta entidade o tivesse convocado. Este confronto entre tradicionais e autonomistas foi fundamental para que os secundaristas se deparassem com essas diferentes forças de esquerda, o que contribuiu para forjarem seus posicionamentos políticos sobre elas. Isso é importante ser destacado, pois as entidades representativas do movimento estudantil não possuíam relação política consistente com os estudantes naquela ocasião, muitos deles passaram a conhecê-las a partir daí. Entretanto, diante da repressão policial e do avanço da participação das entidades oficiais e tradicionais do movimento estudantil, ocorreu a desmobilização da base estudantil autonomista, como destacam Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p. 52) em publicação que conta em detalhes o levante secundarista de 2015:

A frustração com a intransigência do governo e a falta de atenção da mídia aos protestos desgasta os estudantes, e as manifestações centralizadas são reduzidas cada vez mais a entidades e grupos políticos (partidários ou estudantis) já consolidados do campo da esquerda (governistas ou não).

Em nossa percepção, o esvaziamento dos autonomistas e a persistência das organizações tradicionais nos protestos dos professores sinalizam tanto uma maior disciplina da militância organizada para resistir e manter o movimento apesar das derrotas, quanto manifesta o desacordo da militância independente com a forma como os tradicionais conduzem a ação política, dada as personalizações, a “escuta surda” das propostas dos jovens desorganizados e a radicalidade que buscavam empregar na luta.

¹⁴⁶ Aqui, refere-se ao deputado Federal Eduardo Cunha, o então presidente da Câmara dos Deputados que, posteriormente, abriu o processo de *impeachment* da Dilma.

Embora as interferências e tentativas de cooptação por parte das organizações estudantis tradicionais tenham ocorrido, elas não foram capazes de incidir sobre a definição majoritária da linha política desse processo de luta; pelo contrário, a direção difusa desse processo foi predominante entre os estudantes autonomistas influenciados pela “Frente d’ OME” que se formou diante dessa agitação e que buscou intensificar e radicalizar o levante secundarista (OME 2 e 3), como explicitam os entrevistados a seguir:

No primeiro momento a gente foi nos primeiros protestos com 20 [...], 30 pessoas em lugares variados da cidade com um mosquitinho/panfleto [...] que eu acho que estava escrito assim: ‘Se fechar, nós vamos ocupar!’. Então, a gente ia distribuindo esse material [...] como um pretexto para conversar com as pessoas [sobre ocupar escolas] e tal, muito num espírito de: “vai que cola, né?” [risos]. (OME 2)

[...] Já no momento de luta contra a reorganização escolar, aglutina uma série de pessoas que não eram do Mal Educado, a princípio, numa espécie de Frente de atuação política que se reuniria sob o nome da página [do Facebook]. Então, “O Mal Educado” era quase como uma face pública e tinha esse caráter de ter a página como uma ferramenta [...]. Então, tinha professor, [...], tinha gente que tinha saído do MPL, tinha gente que era secundarista [...] de escola pública, privada, de escola técnica. E aí, antes disso, “O Mal Educado” tinha, sei lá, umas cinco ou seis pessoas, enquanto coletivo núcleo duro [...]. Com o processo das ocupações, ele muda de caráter completamente porque ele se torna muito mais amplo e aí no decorrer do processo ele se alarga ainda mais [...]. (OME 2)

[...] a gente estava com o coletivo esfacelado, pensando em abandonar, quando recomeça as mobilizações, uma primeira coisa que a gente faz é: “vamos chamar a galera que a gente conhece que está interessada em ocupar a escola, que concorda com essa linha”. Então, o contato que a gente tinha feito pelo OME, pelo MPL e etc., a gente entra em contato com todo mundo: “seguinte, a gente está fazendo uma reunião para discutir a nossa intervenção no movimento de secundaristas que está rolando e a nossa ideia é ocupar escola, se você concorda com isso vamos trocar uma ideia!”. Aí nessa época, por exemplo, o Grupo Autônomo Secundarista, o GAS, ele praticamente se funde com OME que ele fala: “a gente concorda com tudo que vocês estão falando, não faz sentido a gente ficar fazendo reunião separada, vamos se dissolver aqui no OME”. [...] [Além deles], professores que a gente tinha contato na Zona Sul, em Diadema, que era uma galera meio autônoma que se organizou durante a greve de 2015, eles eram oposição à oposição do sindicato [...], um cursinho popular da Zona Leste também começou a participar das reuniões, assim a gente abriu as portas assim, todo mundo que tinha contato que concordava com essa ideia de ocupação de escola ficou lá na nossa reunião. (OME 3)

Sendo assim, sob dura repressão policial, os adolescentes rebeldes do ensino médio ousaram resistir às agressões físicas, às balas de borracha e ao gás lacrimogêneo, mesmo assim, as táticas adotadas não foram suficientes para forçar a revogação da pauta. Com o refluxo das ações de rua, o grupo de estudantes mobilizados e articulados à Frente d’ OME decidiu, como último recurso de pressão política, ocupar suas escolas para forçar a revogação da reorganização (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Esse foi o momento de maior incidência da Frente OME quanto à forma de ação e organização sociopolítica da luta estudantil. Esse é outro aspecto similar a 2013, desde a greve dos professores (no início de 2015), assim como com a resistência

dos estudantes à repressão policial tanto nos protestos precedentes quanto durante as ocupações: há uma disposição para radicalizar o enfrentamento político.

A partir do quarto ato, no dia 20 de outubro, o coletivo distribuiu o manual *Como ocupar um colégio?*, assim como disponibilizou sua versão digital pelas redes sociais (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Este material sugere um programa sucinto de caráter autogestionário para as ocupações que contempla: a realização de assembleia como mecanismo de participação direta para tomar as decisões das ocupações; a definição de comissões (alimentação, segurança, comunicação, limpeza e relações externas) como mecanismo horizontal para conduzir o processo e dividir tarefas internas e externas às ocupações; a indicação para radicalizar a luta, em caso do governo não ceder à pressão; e a indicação para manter a independência das organizações tradicionais e fortalecer a autonomia dos grupos de ocupas. Essas proposições compreendem as diretrizes para a auto-organização dos estudantes propostas pelo OME.

Além do manual/cartilha, a Frente realizou inúmeros esforços para impulsionar e diversificar as táticas da luta secundarista, orientando a forma de ação e organização dela. Outros dois manuais foram feitos pelo OME: um ensinando como boicotar o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)¹⁴⁷ e como realizar travamentos de rua.

Em 2015, então a gente lançou essa ideia de que: se fechar a gente ocupava! [...] Então a gente fez um panfleto e aí um pouco pela rede que já tinha um pouco os secundaristas por causa do MPL e esse trabalho que o MPL tinha nas escolas, a gente vai ter alguns contatos, o próprio Fernão¹⁴⁸ acontece um pouco porque tinha um militante do MPL que estava no Fernão. A gente fez essa cartilha “Como ocupar uma escola?”, imprimiu ela e daí levava ela nos atos e a galera vinha pegar com a gente. [...] muito louco as pessoas virem pedir o panfleto para você e você ter que dizer: “você quer mesmo?” Tipo, a gente não dava para militante de esquerda que vinha pedir, tipo, porque eram poucos, era uma cartilha que tinha duas páginas, era mais cara para imprimir, então a gente dava só para o estudante que a gente sacava que é um moleque que quer ocupar a escola dele. [...] Nisso a gente fez grupo de WhatsApp, que era uma coisa nova na época, formou uma rede de contatos ali e foi vendo onde virava alguma coisa [...] e nisso se a gente for pegar, as dez primeiras escolas, uma parte considerável delas, teve a nossa ida lá para preparar alguma coisa. [...] Então, o Fernão foi a mais planejada até uma ocupação um pouco artificial se for pensar

¹⁴⁷ O “Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) é aplicado pela Secretaria da Educação do estado de São Paulo com a finalidade de produzir um diagnóstico da situação da escolaridade básica paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. [...] os alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio têm seus conhecimentos avaliados por meio de provas com questões de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e redação. Os resultados são utilizados para orientar as ações da Pasta e também integram o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp)” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO, s.d., n.p.). De acordo com OME 3, “o boicote seria um manifesto de oposição a esta prova e sua lógica competitiva e mercadológica”.

¹⁴⁸ Aqui o entrevistado se refere à Escola Estadual Fernão Dias Paes.

que é uma parte da galera que ficou presa lá dentro durante o cerco, nem estudava lá né, era galera de outras escolas, até escolas particulares que meteu o uniforme e ficou lá dentro, então eram secundaristas que estavam no “O Mal Educado” e que vão para o Fernão, porque foi o lugar que a gente elegeu para ser a ocupação primeira. (OME 4)

Esse contato tete a tete foi o que fazia a gente ocupar mais escola né, tipo, ou pelo menos, aprofundar reflexões sobre política porque beleza, você ocupou a escola, trocou o cadeado, e aí, né? Então, a gente fez muita atividade, muita informação, muitas coisas assim né. (OME 2)

Mas, para a gente tinha mais esse caráter pedagógico assim, tipo, vamos fazer uma luta para vocês terem uma ideia tipo de onde surge o panfleto, ele não brota sozinho, de certa forma as formas as organizações burocratizadas, sindicato tal, ele tende a essa passividade né, você tá lá de boa de repente chega um panfleto pronto que o sindicato fez e você não sabe de onde vem o dinheiro para o panfleto, não sabe como que diagrama o panfleto, não sabe quem escreveu. (OME 3)

Os militantes da Frente se dividiram ainda em comissões por regiões da cidade de SP, que ficaram responsáveis por agitar e cooperar para que os grupos de estudantes conseguissem ocupar as escolas e começassem a estruturar as táticas de resistência e manutenção das ocupações (OME 2). Dessa forma, das dez primeiras escolas ocupadas, aproximadamente, as sete primeiras contaram com a participação mais ativa da Frente, especialmente as três primeiras: Escolas Estaduais Diadema, Fernão Dias Paes e Salvador Allende (OME 4). No entanto, a partir daí, a forma política estava delineada e os estudantes puderam compartilhar as experiências e persistir com o movimento de ocupação em outras unidades escolares.

[...] a gente se dividiu em três comissões, uma que era Centro-Oeste da cidade, outra que era Leste e outra que era Diadema. E aí, [...] foi uma zueira que a gente fez, assim: ‘agora é a corrida pra ver qual comissão chega primeiro, quem entra primeiro na história, né!’. [...] E aí, cada uma das ocupações tiveram um processo [...] um pouco diferente. A minha comissão era a Centro-Oeste, que era o Fernão, na Zona Leste era o E.E. Salvador Allende e Diadema era E.E. Diadema né, então, o que aconteceu foi que cada comissão teve autonomia para pensar como que ia chegar na escola [...] e como que ia produzir a ocupação [...]. (OME 2)

Segundo OME 2 e 4, a ocupação do Fernão foi escolhida e planejada minuciosamente pelo OME para ser a primeira e, com isso, servir de modelo de ocupação, ela foi produzida pelo coletivo para ocorrer no dia 10 de novembro de 2015, no entanto a primeira ocupação ocorreu na noite do dia 9 de novembro da Escola Estadual Diadema, surpreendendo a toda a Frente d’ OME. Em nossa interpretação, isso denota que a ideia de ocupar já estava difundida entre os estudantes de tal modo que nem mesmo os militantes da Frente puderam dimensionar.

A segunda ocupação, que ocorreu na E.E. Fernão Dias Paes, foi uma das mais emblemáticas da luta de 2015. Situada em Pinheiros, bairro de classe média tradicional de SP, conseguiu uma ampla visibilidade, pois conseguiu mobilizar logo no início, além de alunos e professores,

outros atores sociais, como movimentos sociais tradicionais (sindicatos, moradia, indígena, partidos políticos, entidades estudantis), acadêmicos e artistas de reconhecimento nacional, o que foi importante para dar visibilidade¹⁴⁹ à luta em curso e para “*sustentar a ocupação politicamente, assim, para o Estado não ter a coragem de simplesmente desocupar [...] Agora, tinha outras ocupações no fundão que o bairro era contra, a polícia ia lá apavorar de noite, foi bem variado isso, né*” (OME 1). O que o entrevistado busca explicitar é que as ocupações ocorridas nas escolas de periferia tiveram menor prestígio e apoio da sociedade, enfrentando assim maiores desafios estruturais para manutenção das ocupações, além de maior insegurança, assim como menor apoio de acadêmicos e artistas, atores que possibilitaram diversificar ainda mais as atividades culturais e educativas nas escolas que tiveram maior apoio.

As primeiras ocupações foram referências para as seguintes, desde a forma admitida para a ação e a organização política até a partilha das experiências que ocorriam no processo de ocupação, cuja interação contribuiu para os estudantes programarem uma diversidade de atividades, como ações culturais, aulas públicas etc. (OME 1 e 2).

Aos poucos, as escolas foram sendo ocupadas de forma inovadora e audaciosa, algo jamais visto naquela proporção no país. É importante registrar que o movimento de ocupação também suscitou outras pautas que dizem respeito às demandas locais de cada escola, muitas estavam ligadas às condições estruturais e críticas à condução pouco democrática da gestão escolar, como ilustra OME 1:

Eu acho que teve muito essa questão das pautas, de algumas pautas específicas menores, tanto materiais, no sentido da precariedade na escola, mas também pautas, eu acho, que muito em relação à gestão da escola né. De certa forma, por certas “liberdades democráticas” na escola, eu acho que isso foi uma coisa forte assim [...].

Esse esforço dos estudantes de canalizar suas insatisfações com a educação vivida de uma forma geral demonstra que essa experiência prática ensinou tanto sobre a necessidade da organização

¹⁴⁹ A visibilidade das ocupações paulistas foi tamanha que inspirou a criação de diferentes expressões culturais, como a composição de uma música (*Trono de Estudar*, composta por Dani Black), interpretada por diversos artistas, dentre eles, alguns de renome nacional, como Chico Buarque de Holanda e Zélia Duncan. A luta estudantil mobilizou ainda produtores culturais e artistas que promoveram o “Virada Ocupação”, um grande evento cultural que ocorreu em dez escolas ocupadas, nos dias 6 e 7 de dezembro. O evento foi construído com muita agilidade e contou com uma chamada pública de voluntários que organizaram a dinâmica e as atrações, cujo nome é alusivo ao evento “Viradão Cultural”, que já ocorre anualmente na cidade. Setores da mídia independente cobriram o evento e deram ampla visibilidade a ele, o que pautou a mídia comercial e, inevitavelmente, a sociedade tomou maior conhecimento do que ocorria, inclusive das arbitrariedades do governo e da violência policial utilizada a todo o tempo para conter o levante (MINHA SAMPA, [2015]). Por último, destacamos o episódio da novela “Malhação” da Rede Globo exibido em 29 de fevereiro de 2016, onde estudantes ocupavam uma escola fictícia chamada Dom Fernão, em evidente alusão à E.E. Fernão Dias Paes (JORNALISTAS LIVRES, 2016).

sociopolítica coletiva como sobre um modo de agir politicamente. Do ponto de vista da experiência militante, foi um momento privilegiado de tomada de consciência política, social e de classe. Marcam a organização e o alinhamento político das ocupações nas unidades escolares a premissa da autonomia, o esforço pela autogestão, a presença de coletivos, as interações políticas experimentadas com diferentes forças políticas e a predominância da postura independente em relação a partidos e movimentos estudantis organizados. Em nossa análise, a afirmação dessa perspectiva autonomista tem forte relação com a influência exercida pela Frente d' OME em todo o processo.

O entrevistado OME 1 apresenta uma leitura mais crítica acerca do papel assumido pelo coletivo no levante secundarista, este atribui maior autonomia da luta aos estudantes. Sua análise indica que, embora tenha ocorrido um esforço coletivo da Frente para planejar e definir a linha política das ocupações, os ocupas agiram mais espontaneamente, pois, para ele, a organização das ocupações variou muito e não necessariamente as diretrizes pensadas pela Frente foram seguidas. Para este mesmo entrevistado, o papel mais importante desempenhado pelo OME foi realizar a comunicação desse processo, promovendo o intercâmbio entre os ocupas, divulgando a luta, a repressão ou o descaso do governo, oferecendo informações mais precisas e verídicas acerca das ocupações pelas redes sociais e, por último, fazendo uma contraposição à imprensa comercial. Ainda assim, considera que o OME assumiu postura vanguardista e até mesmo se envaideceu do sucesso da luta. Tais argumentos podem ser conferidos nas falas seguintes:

As ocupações elas tinham uma questão [...] de democracia interna, de uma certa divisão de comissões, que foi seguido por geral, mais ou menos. De certa forma, o que tá um pouco no manual, mas isso apresentou muitas variações, tipo, das organizações internas das ocupações. E tinha [...] essa questão de que, por um lado, o movimento se colocar como um movimento auto-organizado dos estudantes, então os estudantes se fecharam um pouco na ocupação, mas, por outro lado, ser um movimento que a força dele se devia muito de uma alta capacidade de articulação né (e nisso também essa coisa midiática. E nesse papel midiático, o “O Mal Educado” teve um papel importante, porque [...], por um lado o “O Mal Educado” era esse canal de comunicação, [...] mesmo que não [...] fosse a página que mais bombava (a página que mais bombava era a “Não fecha minha escola”, que era ligado ao PSOL), mas o “O Mal Educado” ele era a página que tinha mais capilaridade nas próprias escolas e acabava dialogando mais com os próprios estudantes mesmo, e também era a página mais confiável [...]. (OME 1)

É que assim, algumas ocupações até dá para dizer que a gente tinha um envolvimento real, assim, no sentido de que alguns secundaristas ligados a gente eram figuras da ocupação ou que a gente colava na ocupação, mas, [...] tipo a gente era muito pequeno [...], o “O Mal Educado” antes das ocupações era uma coisa muito micro, nas ocupações ele ganha uma proporção muito maior, e [...], o papel principal foi esse processo de agitação, né! (OME 1).

[...] Foi mais espontâneo do que planejado, assim [risos], até chegou a ter alguns planejamentos, por assim dizer, mas as coisas que foram planejadas, no geral, não deram tão certo. A expectativa do Mal Educado mesmo não era que o bagulho desse certo dessa forma, tipo, havia uma expectativa [...] de ação exemplar para um futuro distante, [...] a galera não tinha tanto esse otimismo. Depois, acabou ficando mais arrogante [...]. Nas ocupações de 2015 teve, às vezes, um processo que era meio de vanguarda, assim, de tipo, meia dúzia de estudantes resolveu ocupar a escola, foram lá [...], invadiram a escola de madrugada, passaram o cadeado em tudo e os próprios estudantes da escola descobriam que a escola foi ocupada de manhã, quando iam para a escola, tá ligado? [...] Deu certo e tal, mas, assim, o nível de organização era muito inferior [a 2016]. (OME 1)

[...] um movimento que a força dele se devia muito de uma alta capacidade de articulação [...] e nesse papel midiático. “O Mal Educado” teve um papel importante porque [...], por um lado [...] era esse canal de comunicação, porque [...] fazia a comunicação [...]. “O Mal Educado” ele era a página que tinha mais capilaridade nas próprias escolas e acabava dialogando mais com os próprios estudantes mesmo, e também, era a página mais confiável [para divulgação das informações das ocupações], a gente fazia uma verificação mais real, [...], então a gente acabava tendo uma mensuração um pouco mais real de qual era a situação do movimento, mas, [...] a gente era muito mais um canal de comunicação do que a organização desse movimento, o movimento acabava sendo muito mais espontâneo mesmo. (OME 1)

O uso das redes sociais teve um papel fundamental nas ocupações. Foram recursos iniciais para pressionar o Estado, mas também para criar a memória do levante e divulgá-lo, contribuindo assim para a mobilização social e a dinamização da comunicação interna e externa às ocupações. O OME utilizou sua página do Facebook para registrar os acontecimentos e o WhatsApp para criar grupos de articulação. Desse modo, durante o processo de ocupação, essas redes foram fundamentais e decisivas *“para coordenar o movimento, quebrar o isolamento [das escolas], assim tipo, para o movimento andar minimamente junto assim, para a dinâmica ser compartilhada e tal”* (OME 3), com os estudantes, mas também com a sociedade.

A comunicação ativa exercida pela Frente d’ O Mal Educado junto aos ocupas também configura um traço da incidência do coletivo nas ocupações. Através das redes também foi possível produzir um contradiscurso midiático desmobilizador do processo de luta, principalmente por meio da página do Facebook do “O Mal Educado” (que chegou a 80 mil curtidas no decorrer da luta) e da página: “Não feche minha Escola”¹⁵⁰ (a qual obteve o maior número de seguidores naquele contexto) (OME 1, 3 e 4). Toda essa agitação virtual também permitiu que as informações sobre as ocupações ultrapassassem os limites de SP como um efeito de contágio, assim como ocorreu nas Jornadas de Junho.

¹⁵⁰ Esta página foi criada pela Rede Emancipa, administrada pelo movimento Juntos do PSOL (CAMPOS; RIBEIRO; MEDEIROS, 2016).

Avaliamos que a participação do OME contribuiu para os estudantes captarem a ideia de promover a articulação social, a mobilização pelas redes e informar sobre a luta, ou seja, a Frente atuou com intensidade nas ocupações, mas muito mais no início delas, pois, em seguida, os estudantes deram encaminhamento das ideias e da forma de luta proposta; sendo assim, o movimento foi ganhando autonomia a partir daí. Pelas redes sociais, os ocupas puderam trocar experiências e compartilhar materiais entre si e com a Frente. É importante lembrar que, nesse período, ainda era incipiente o uso do WhatsApp para promover a interação e articulação de movimentos sociais.

Então nesse período a nossa página [...] do Facebook foi central na nossa atuação assim, isso posterior às ocupações. [...] o WhatsApp, [...] ele teve um papel central também, porque uma das coisas que a gente fez no período antes das ocupações, que foi o que permitiu que a gente organizasse as primeiras ocupações era “colar” nas manifestações, pegar contato da galera, criar grupo de WhatsApp [...], aí a gente ficou mandando esse manual nos grupos, então a gente criou vários grupos, [...] com contato que a gente tinha pegado nas manifestações e era um canal de comunicação importante assim né, e depois durante as ocupações a galera das próprias ocupações se organizava muito pelo WhatsApp [...]. (OME 3)

[...] a galera até confundia, [...], eles achavam que a gente era jornalista, a gente até brincava “é o jornalista que traz uma corrente e um cadeado para você trancar a escola”, a gente produz o fato e depois relata ele né, [...], por conta desse papel que a nossa página acabou assumindo, e de certa forma ele acabou virando de fato um dos principais veículos de informação sobre o movimento secundarista, então a galera acompanhava o que tava acontecendo no movimento pela nossa página assim, tinha uma visão um pouco mais Global do que tava rolando nas outras escolas [...]. (OME 3)

[...] Então, especialmente o WhatsApp, ele funcionou como um lugar onde as pessoas podiam pedir ajuda umas para as outras, [...]. E aí assim, as pessoas iam mostrando, enviando mensagem, notícia e iam falando como é que tava em cada lugar. Isso facilitava bastante a comunicação. Só que aí, quando acontece o boom de fato, aí certamente, esses grupos de WhatsApp não eram nem nossos assim [risos], era do mundo né, a gente nem conseguia acompanhar. [...] porque era um jeito mais rápido e mais eficiente de divulgar as tretas que estavam acontecendo, de pedir ajuda, e pedir doação [...]. (OME 2)

Outro aspecto importante a ser tratado sobre as ocupações diz respeito às relações e interações estabelecidas entre os movimentos tradicionais e a Frente d’ OME, bem como com os ocupas, pois nos permite entender as críticas feitas às formas de ação política dessas organizações. Ainda assim, é preciso ressaltar os limites postos a esta análise, pois, a partir dos entrevistados, temos apenas o relato de um secundarista (que também era do OME), os demais são de jovens que não vivenciaram a ocupação em si, mas que faziam parte do OME e agiram ativamente na incidência política nos contextos pré e pós-movimento de ocupação.

Desde o início do levante os estudantes já demonstravam uma indisposição em estabelecer relações ou articulações políticas com as entidades oficiais representativas dos estudantes, com

os sindicatos e com os partidos políticos, mesmo os de esquerda. Durante as ocupações, não foi diferente, o que também não quer dizer que isso não tenha ocorrido, seja pela pressão exercida pelos tradicionais ao movimento de ocupações (para a desocupação ou para forçar formas de negociação com o poder público), seja pela tentativa de exercer apoio político ou mesmo para acompanhar a luta.

É importante considerar a vivência prévia militante dos estudantes do ensino médio, mesmo que pouco numerosa, ela também abriu caminho para a aproximação das organizações tradicionais e autonomistas ao movimento das ocupações (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). No entanto, a identificação dos estudantes com a forma de luta e com a perspectiva autonomista tem maior realce, e isso favoreceu tanto a aproximação quanto a articulação para a incidência da Frente d' OME na luta estudantil. Assim como os tradicionais, também já havia estudantes secundaristas que faziam parte do MPL, do OME, do GAS e de outros coletivos, portanto havia uma abertura mais permeável para desenhar nessa perspectiva.

É também importante destacar que os estudantes e a Frente buscaram blindar a todo tempo a intervenção externa das organizações tradicionais pelo receio de ocorrer cooptação, portanto repetiam que se tratava de uma luta dos “estudantes pelos estudantes”, com isso buscavam demarcar o caráter autônomo do movimento de ocupação. Essa blindagem resulta da elaboração crítica acumulada pelos autonomistas às formas de ação política dos movimentos tradicionais quanto à reprodução de posturas recuadas e sem radicalidade, de posturas rendidas às decisões do Estado limitadas aos esforços por conciliações parciais e, por fim, às tentativas de sobreposição da autonomia do movimento. Nas ocupações, várias foram as demonstrações dessas práticas desmobilizadoras que incluem a conduta do sindicato dos professores, das entidades estudantis oficiais e do MTST, principalmente.

Então, essa coisa da horizontalidade [...] e aí pensando assim, na função disso durante as ocupações, têm uma dimensão importante, de alguma forma repelir um pouco a intervenção efetiva de algumas organizações estudantis burocratizadas né, como a UNE, a UBES etc. e tal, mas isso não significa, sei lá, antipartidarismo, ou qualquer coisa do gênero, é mais no sentido de entender que essas burocracias estudantis mais “empatavam o meio de campo” do que ajudavam com qualquer coisa. (OME 2)

[...] num primeiro momento as organizações foram contra as ocupações, a real é essa! Assim, no Fernão, a galera recebeu ameaças da esquerda para desocupar, né, tipo, havia uma tentativa da esquerda de, um pouco também porque era isso, secundarista também, daí os movimentos de professores é aquela coisa né: ‘não, vocês não podem fazer o bagulho, vocês são criança, vou receber bronca da Secretaria de Ensino’ né, então aquele discurso. Mas, por outro lado, sei lá, tinha ocupação, por exemplo, que os sindicatos bancavam marmitta para ocupação, tá ligado? [...] Os sindicatos que contribuíram financeiramente [...] foi muito

importante, assim, por mais que seja uma luta que só foi o que foi porque ela conseguiu sair um pouco dessas organizações, sem ter o apoio delas essa luta não teria vingado da forma que vingou né, foi uma relação contraditória. (OME 1)

Então, eles [UNE e da UBES] tiveram um papel até que importante nessa coisa do apoio. Num primeiro momento eles também eram mais recuados [...]! Eles pressionaram para desocupar por várias vezes [...]. Mas, eles também disputavam politicamente de uma maneira que, é isso, [...] uma tendência de disputar o movimento pelas pautas eleitorais e pouco [pelas] pautas que o movimento estava levantando em si [...]. (OME 1)

Eu acho que uma demarcação que a gente colocou no início do processo era essa questão do respeito à auto-organização, [...], porque as entidades e os partidos eram todas dirigidas por gente que não era secundarista, [...] e aí a gente meio que colocou essa bandeira né, “os estudantes pelos estudantes” para blindar, falar bem assim: “ó, sindicato não vai dizer o que a gente pode, o que a gente não pode fazer, entidade não vai dizer o que a gente pode, o que a gente não pode fazer, nossos pais não vão dizer, professores não vão dizer, quem decide somos nós” [...]. Então, e aí essa questão de não negociar também era uma linha demarcatória para a gente assim, porque as entidades, o que elas mais querem é falar em nome do movimento, então para elas, nossa! Se tivesse uma reunião, uma mesa para eles sentarem com os burocratas do Estado é o melhor dos mundos possíveis! Então, a gente buscava construir essa cultura antinegociação assim, de falar “ninguém vai falar em nome de nós, não tem o que negociar”. (OME 3)

De acordo com os dados analisados, no geral, principalmente na fase inicial, a resistência autonomista dos estudantes foi subestimada de várias formas pelas organizações tradicionais, seja por serem muito jovens, seja amedrontando os estudantes com assédios para desmobilizar as ocupações – como fez a dirigente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) que ofereceu mediar a negociação da pauta com o governo –, seja ocupando a escola antes mesmo dos estudantes (como fizeram militantes do MTST) (OME 3). Diante das negações e com o envolvimento das organizações tradicionais, a tendência destas foi modificar a postura em relação ao movimento das ocupações ao aceitar a radicalidade do processo para assim conseguirem penetrar na luta e participarem de algo que se revelou um fenômeno político no país. Esses movimentos tradicionais foram importantes apoiadores da luta, mas não conseguiram sobrepor, intimidar ou dirigir os estudantes que se mantiveram até o final experienciando um processo de auto-organização radical fechado a qualquer possibilidade de negociação.

E aí, enfim, a [presidenta da APEOESP] falou assim: ‘não, se vocês quiserem eu consigo uma reunião com vocês agora, com o governador e aí vocês saem daqui e vão direto para lá’. Eu acho que [...] o principal elemento que não era admitido era a negociação. E aí, por isso a gente acabava, enfim, isso quando eu digo não era admitido, não é nem só pelo Mal Educado, assim, era pelo movimento das ocupações como um todo. Tinha uma coisa de arrancar a conquistista, né. E aí, eu acho que essa coisa, essa fala né, ‘os estudantes pelos estudantes’ que foi uma coisa que ficou, que pegou muito assim né, tinha um pouco esse sentido de tentar repelir o movimento de intervenções desse tipo sabe, de alguém querendo mediar a relação do coletivo com o Estado, alguém falar ‘ah não, vamos pensar as coisas de outro jeito’ assim, eu acho

que não eram aceitáveis recuos à radicalidade e não era aceitável a negociação com o Estado. (OME 2)

Então, a presidente do Sindicato dos Professores ela tinha o celular das principais lideranças da ocupação do Fernão Dias e ela ficava ligando para os moleques, tentando dar ordens para os moleques até e eles tinham que lidar com isso, tinham que lidar com o MTST que ocupou algumas escolas, queria controlar as escolas. E aí teve um certo conflito: 'beleza que vocês ajudaram a ocupar, mas, assim, a ocupação é dos estudantes, então valeu pelo apoio, a gente não precisa mais da muleta de vocês, pode ser retirar da ocupação agora', e aí a galera tinha que mediar isso. (OME 3)

[...] essas intervenções da APEOESP, do próprio MTST tinha um pouco esse caráter de tentar convencer a gente de que a gente tá equivocado do ponto de vista tático e tentar conduzir a gente falando assim 'olha, eu conheço gente com que você pode conversar', o que, se a gente tivesse aceitado teria, no limite, boicotado todo o movimento né, porque era necessário que a gente conseguisse atravessar pelo cerco, e que o cerco fosse esse lugar de encontro de várias escolas da região e São Paulo inteiro, para que a gente conseguisse ter mais escolas ocupadas [...]. (OME 2)

O conteúdo das entrevistas evidencia que tanto a Frente quanto os próprios ocupas assumiram uma postura de independência das instituições tradicionais, inclusive de rechaço, pois as ocupações despertaram um grande interesse de todas as forças¹⁵¹ políticas da esquerda, e era constante o assédio dos movimentos tradicionais para comporem a luta. Todavia, os entrevistados OME 3 e 4 admitem que, nesse processo, ocorreram negociações e mediações com os partidos e outras organizações no sentido de afirmar a necessidade do respeito da auto-organização dos estudantes e da forma de luta que hegemonizou as ocupações. Com isso, a Frente pressionou politicamente para que o movimento se mantivesse radical e não recaísse em negociação com o Estado ou com as organizações tradicionais com disposição à conciliação.

Em nossa análise, esta postura configura um mecanismo de defesa do movimento, mas também foi uma forma de garantir a não intromissão “externa” na definição da linha política proposta por eles, pois se percebia naquela ocasião que uma nova revolta se constituía e havia uma aposta do OME de que somente por meio da pressão radicalizada seria possível a revogação da reorganização. As falas a seguir ilustram como se deram essas interações entre movimentos tradicionais, os ocupas e a Frente d' OME:

Então, nossa política foi a de rechaço total às entidades [...], mas, claro, na prática, com militantes, a gente tinha que negociar, às vezes com o MTST, com gente das subsedes da APEOESP, com o PSTU, com o Juntos (do PSOL), enfim, então isso rolou. Com as entidades não né, aqui em São Paulo elas eram muito fracas e não estavam envolvidas em lutas mesmo, mas enfim, acho que uma parte da nossa atuação era deslegitimar as entidades estudantis desde o começo [...], então não foi uma

¹⁵¹ As organizações citadas pelos entrevistados foram: APEOSP, PSTU, PSOL (diferentes organizações internas como o Juntos e o Rua), UNE, UBES, PCdoB (sua organização interna, União da Juventude Socialista – UJS), União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPS), União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES), Partido Pátria Livre (PPL), o MTST (e a Frente Povo Sem Medo muito ligada a este movimento).

tarefa muito difícil. Com a APEOESP, as subseções, onde você tem, muitas vezes militantes, [...], foram importantes para estruturar o movimento, tipo fornecer comida para as ocupações. [...] A estrutura da APEOESP, acho que foi bem decisiva, acho que a grande força que mobilizava a esquerda ali na verdade. (OME 4)

Então, a gente priorizava essa relação com as entidades e com os partidos, era uma relação de convivência pacífica na base do movimento, era tipo: meu, tá ocupando a escola? “tamo” junto! Agora, não queira ficar dando “pitaco” sabe, tipo, não está ajudando a ocupar a escola e quer ficar controlando as que estão ocupadas, ocupa uma escola sabe, quer ajuda, quer controlar uma ocupação, quer fazer o seu bunker aí, então ocupa! (OME 3)

E aí os partidos eles iam também meio que sem propostas, meio que “ah, vamos tentar manobrar a eleição de alguma forma, votação tal”, para controlar o bagulho, falar o máximo de tempo possível para dizer nada, mas, a nossa relação era assim, tipo, era na base do movimento tipo, a gente colava na ocupação, “ah, quem tá ocupando essa escola aqui é a galera do Juntos”, beleza, respeitamos aí você tal, viemos trazer aqui o jornalzinho da gente, panfleto do “O Mal Educado”, vamos trocar uma ideia? A gente trocava ideia com os estudantes, não tinha muita relação com as entidades, os partidos não, os estudantes tinham mais [...] contato com esse pessoal. (OME 3)

De acordo com as falas de OME 2 e 3, as tentativas de controle ou interferência da luta estudantil pelas entidades oficiais representativas dos estudantes ligadas à UNE não tiveram eco entre os ocupas, pois não é recente que estas já não possuem legitimidade entre as gerações de estudantes. A clássica política de construção de grêmios para formação de base estudantil sob forte hegemonia da UJS (organização do PCdoB) na gestão dessas entidades é algo que ocorre desde os anos 1980 e desde esse tempo não inspira confiança política na medida em que sua organização assume um centralismo democrático que anula as bases, mas também um forte caráter burocratizado que contribuiu para o esvaziamento da potência combativa estudantil. Nas últimas duas décadas, pós-governos petistas, diante do cenário de refluxo dos movimentos sociais, essa postura conformista se agravou, enfraquecendo ainda mais as entidades oficiais dos estudantes. É importante considerar que essa crítica não é dirigida apenas ao movimento estudantil organizado, mas também aos movimentos sociais tradicionais que se conformaram a um modo de fazer política mais contido, por dentro dos canais institucionais.

[...] para eles [movimentos tradicionais] não se tratava de derrotar o projeto [de reorganização], [...] na cabeça dos burocratas é sempre assim: não dá para fazer nada, é inevitável que vai acontecer a reorganização, o que a gente pode fazer é “minimizar os danos e ganhar moral em algumas escolas”! [...]. (OME 3)

[...] os grêmios, esses espaços ociosos, fantasmas, extremamente burocratizados, até meio fantasmagóricos mesmo, ninguém sabe que existe e se existe, porque existe, o que que é isso? E fez dessas entidades estudantis uma coisa que participava do nosso cotidiano só na carteirinha de meia-entrada né, foi muito fácil, na verdade [blindá-los] [...], imagina você, a UNE, a presença da UNE lá [risos] decidindo que alunos vão ocupar escolas naquele momento... isso jamais, é impossível, [...] isso não faz parte do imaginário e se faz parte do imaginário, do repertório de luta [...], ele foi castrado com pela chegada do PT ao poder, como parte também de, sei lá, um paralelo com a experiência de outros movimentos, outras organizações políticas né, o MST, o MTST que enfim, tendo um aliado no governo, acha muito mais fácil

negociar diretamente com o governo do que, necessariamente, encontrar caminhos para enfrentar o Estado, enfrentar os patrões, os fazendeiros etc. (OME 2)

Os dias nas ocupações se seguiam, pequenos grupos ocupam cerca de 100 escolas e as rotinas e conflitos da convivência começam a ganhar realce e a intensidade da luta esmorece. Sendo assim, para continuar a surpreender o governo e garantir um ritmo radical da luta, a Frente d' OME se articulou para promover uma *“virada tática para colocar os alunos em contato novamente com o mundo externo, sair da ocupação e voltar a pensar novamente no contexto mais geral e para novamente surpreender o Estado [...]”* (OME 3). Esta virada contou com o boicote ao SARESP e, na semana seguinte, com os travamentos de importantes avenidas da cidade que impactaram enormemente o trânsito, criando pontos de tráfego tão intensos por horas, o que gerou uma forte tensão na sociedade e uma grande pressão política, este foi o momento em que o movimento secundarista atinge seu auge. O objetivo era *“massificar a tática”* e intensificar a pressão sobre o governo estadual (OME 1).

Em 2015 [...], tem umas cem escolas ocupadas, já vinha essa discussão de boicotar o SARESP novamente, a gente assume o boicote do Saresp com uma tática no interior dessa luta contra a reorganização para massificar o movimento, então a gente faz um manualzinho, [que circulou nos grupos, no Facebook] [...], nesse dia você passa de 100 ocupações, aí praticamente vai ser o ponto de virada para dobrar. Então, você vai ter cerca de 50 ocupações só nesse dia e na semana você vai dobrar (porque o Saresp são três dias de aplicação da prova), então nessa semana [...] você passa de 100 escolas para 200, que chegou no topo, no auge do movimento [...] (OME 3)

Em seguida, uma terceira tática que a gente utilizou foi dos trancamentos, porque [...], o cotidiano dentro das ocupações já, sabe, calmo, nada tava acontecendo. E aí, nessa terceira semana a gente decidiu fazer os trancamentos [...] a gente pegava as cadeiras e sentava na rua, era uma forma de colocar a ocupação em movimento né, para fora da escola, isso conseguia fazer com que [...] essa intervenção nesse cotidiano da escola também interferisse na dinâmica geral da cidade. E foi muito louco porque a polícia foi extremamente violenta nesse momento, né; então isso causou uma comoção muito gigantesca e foi apelativo: [...] ‘as criança tão lutando por educação né, vai querer bater numa criança que tá pedindo para não fechar a escola dela? Que coisa absurda! [...]’. Teve um dia que tinha doze trancamentos simultâneos na cidade, então imagina, São Paulo, caos [risos], trancamento de Marginal, sabe? E aí, essa situação quase [...] enfim, ou o governo recuava ou, sei lá, o que que a gente ia fazer depois? [...] A gente fez um primeiro grande ato né, que foram tipo 20 mil pessoas, 30 mil pessoas, um ato muito grande e aí haveria o segundo ato já tava marcado, só que aí o governo falou que revogaria o projeto [...] (OME 2)

[...] todos eles aderiram a essa linha dos travamentos, então rolou travamento em todas as regiões da cidade né. O dia antes do governador recuar, rolou uns 19 travamentos em São Paulo, tipo, isso nem foi noticiado direito, tipo a maioria deles foi reprimido, [...] aquilo foi uma coisa que teve um impacto muito grande na popularidade do governador né. (OME 1)

Mas, nesse processo começou a bater um desespero assim, porque, mano, a galera ocupou 200 escolas! O governo não tá nem aí, tá ligado?! Daí, passou a tática dos travamentos né, e daí foi uma coisa que “O Mal Educado” também ajudou a impulsionar essa tática, apesar de a gente também não bancar essa tática, assim, até porque na verdade ela é uma coisa meio complexa né [risos], sei lá, estudantes

secundaristas travando a polícia, tá ligado, também não dá pra defender isso [risos], mas enfim. Mas, também foi isso que fez a luta ganhar no final das contas. (OME 1)

Figura 4 – Imagem do travamento de rua durante o Movimento de Ocupação de 2015



Fonte: Página do Facebook O Mal Educado publicada em 15/11/2015¹⁵²

Nota: Foto – Marlene Bergamo

É importante reafirmar que o movimento de ocupação não ocorreu sem a tensão e a intransigência da Secretaria de Educação de São Paulo da gestão de Geraldo Alckmin do PSDB, até mesmo com solicitação de reintegração de posse das escolas, a pedido do governo estadual, tendo sido negado posteriormente (JANUÁRIO *et al.*, 2016). Entretanto, diante do desgaste e da impopularidade ocasionada com o movimento, o governo estadual recuou da proposta suspendendo a reforma da rede de ensino em 5 de dezembro de 2015.

Os esforços empreendidos pela Frente d' OME no levante secundarista de 2015 tiveram um duplo sentido. Por um lado, atuou em grande parte como direção política do levante estudantil, incidindo ao ponto de definir a forma de luta, acompanhando seus desdobramentos e propondo seus passos posteriores para exaurir o Estado e forçar a reversão da reorganização das escolas. Ao mesmo tempo, sua ação também buscava ensinar à juventude como agir e se organizar politicamente por fora da institucionalidade, sem sinalizar disposição para uma conciliação com o Estado, portanto também assumia um papel pedagógico nesse processo. Todavia, não se apresentavam como uma organização disposta a atuar no movimento de ocupação, sua atuação se misturava aos estudantes e mantinham uma relativa distância do cotidiano das escolas, muito embora, quando foram percebidos, foram interpelados pelos estudantes, tanto que, nas ocupações que ocorreram em 2016, os estudantes das Escolas Técnicas já não admitiram essa

¹⁵² Disponível em: <https://vocabpol.cristinaribas.org/evento/>. Acesso em: 20 ago. 2020

interferência diretiva do OME, já que na ocasião tanto a forma de luta quanto os militantes do OME já eram conhecidos; com isso, não era possível se camuflarem em meio aos estudantes.

“O Mal Educado” ele meio não existia publicamente né, então esse era um pouco o trunfo dele, ele era um fantasma, ele era um nome, [...] ninguém sabia quem era do Mal Educado e quem não era. [...] E daí a gente ficava fazendo mistério, “não, eu acho que é os moleques da Zona Sul”, não contava quem era. E aí, vinha a galera do PSTU perguntar e a gente “não, acho que é uma galera do PCB”, então tinha uma coisa meio de “O Mal Educado” ser um não sujeito, vamos dizer assim [...]. Porque, [...], não era um coletivo também né, era um jornal né, um canal de comunicação, isso acho que foi um pouco um trunfo do OME. E vai ter uma hora que vai ser cobrado por isso né, “quem são vocês?” Os estudantes vão falar! (OME 3)

A incidência do OME nas ocupações de 2015 contribuiu com o processo de mobilização social e proposição inicial da forma de luta, no entanto, quando esta luta ganha dimensão estadual e os estudantes entendem o processo, a ação deste coletivo já não ocorre com a mesma intensidade sobre as escolas. Ou seja, com a explosão da luta sua incidência será mais evidente por meio das redes sociais, por onde buscavam registrar (Facebook), apoiar e inflamar (WhatsApp) os estudantes, como se tivessem lançado uma ideia que foi adotada massivamente pelos estudantes, processo similar como ocorreu em Junho de 2013; no entanto, o OME esteve mais próximo e interagiu mais com os estudantes até a revogação da reorganização. Em dezembro de 2015, cerca de 213 unidades escolares estiveram ocupadas (JANUÁRIO *et al.*, 2016), mas somente as primeiras sete escolas ocupadas tiveram a interferência direta da militância da Frente d’ OME (OME 4).

[...] quando começa a existir o movimento secundarista e a gente fez/ajudou a produzir com o discurso de: ‘tem que ser independente das entidades’ e tal, uma hora a galera começa a se organizar nas escolas [...] e começa até a surgir uma desconfiança: “quem é esse Mal Educado? Quem são eles? O que eles querem? É um partido?”. Então, daí, quando derruba o fechamento de escolas, “O Mal Educado” até perde um pouco seu lugar ali naquele processo de luta, tipo, no final ali ele era uma frente para ocupar escola, ocupou, ele perdeu um pouco o sentido e começa a se desagregar e a gente tenta manter, porque, bom, agora é um puta nome, tem a página, é [...] tava com a moral alta porque venceu. (OME 3)

De acordo com OME 3, os militantes da Frente d’ OME não tinham a “perspectiva de autoconstrução”, ou seja, não buscavam benefícios próprios, sua incidência voltava-se a manter os estudantes das diferentes escolas articulados à pauta central, à forma de atuação e às táticas radicalizadas que buscavam massificação; com isso, vislumbravam a todo tempo “*romper ao máximo o isolamento das escolas*”, mas, segundo o mesmo entrevistado, não recorriam às estratégias de controle dos estudantes, não se posicionavam diante dos dilemas internos vivenciados durante a ocupação. Outro mecanismo proposto pela Frente para quebrar o isolamento foi a organização do Comando das Escolas, uma forma de centralizar as decisões

por meio da representação dos estudantes de cada escola. Pode-se dizer que seu esforço tornou o movimento de ocupação possível.

Figura 5 – Cartaz de convocação para reunião do Comando das Escolas



Fonte: Página do Facebook O Mal Educado publicada em 28/11/2015¹⁵³

O papel desempenhado pelo OME revela contradições em certa medida admitidas pelos entrevistados OME 1, 3 e 4. Mas é preciso recordar que, embora o OME se identificasse como o movimento autonomista em seus valores e formas de luta, este coletivo não possuía uma carta de princípios ou qualquer texto explicitado em algum meio virtual que demonstrasse a identidade da organização, tal qual possuía o MPL. Portanto, a análise das suas contradições são julgamentos a partir da nossa interpretação acerca dos ideais que os militantes entrevistados defendem e as críticas que possuem às organizações tradicionais.

Podemos dizer que este coletivo é ainda mais fluido que o MPL e que nas ocupações atuou nos bastidores da luta buscando definir a melhor estratégia para o enfrentamento da reforma da rede de ensino anunciada pelo governo, no entanto, por parte da maioria dos estudantes, não era nítida a atuação que a Frente desempenhou. Diante disso, os militantes admitem formas de luta que eles mesmos criticam, como agir como vanguarda e propor mecanismos de centralização das decisões por meio de um colegiado composto por representantes das escolas, como foi o

¹⁵³ Disponível em: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Comando das Escolas (proposto por eles e que foi conduzido com muita interferência de seus quadros).

No entanto, em todo momento que os entrevistados se percebem em contradição com a perspectiva de auto-organização ou de horizontalidade, justificam que não agem da mesma forma que boa parte das lideranças dos movimentos tradicionais, ou seja, com o objetivo de obter vantagens eleitorais, individuais, formar base para o coletivo ou mesmo ser um grupo que busca usar os estudantes como “massa de manobra”. OME 1 e 3 falam do respeito que buscavam ter com a auto-organização dos estudantes, no entanto, ao perceberem que a partir das ocupações os ocupas voltaram-se mais às demandas internas do processo e afastaram-se da luta geral, o OME buscou interferir novamente, propondo ações mais radicalizadas para forçar a revogação, o que de fato ocorreu, a luta foi vitoriosa.

A ideia de que as escolas tinham que ser ocupadas, mas tem que ter um fórum central que se reunisse, então, a gente articula a primeira reunião do comando [das escolas] e aí [...] a reunião em si acaba sendo meio que um lugar onde alguns estudantes que eram mais próximos nossos e a gente mais velho que estava colaborando se juntava para “estrategiar” o movimento [...]. Tinha uma avaliação um pouco de que nas escolas a direção ficava internista, discutindo o dia a dia da ocupação, atividades, aula pública, mas se perdia a perspectiva de enfrentamento com o governo, a perspectiva mais global da luta, então “O Mal Educado”, a gente ficava pensando sempre como avançar nessa luta. Então, meio que a gente [...], (na época a gente estava com a cabeça bem Leninista) [...], assim: “vamos juntar uma vanguarda de cada escola aqui e os estudantes mais ponta firme e fazer um plano!” [...]. (OME 3)

[...] tinha na época um comando das escolas e os subcomandos [...] (é complicado essa questão de centralização da democracia do movimento), mas eram [...] de fato espaços mais ou menos de auto-organização mesmo, porque eram espaços dos estudantes que reunia os estudantes das escolas ocupadas e tinha espaço central e os espaços dos demais, mas eles não tinham uma relação muito de mando e obediência [...]. (OME 1)

[...] os membros¹⁵⁴ do OME que não estavam mais na escola, a gente não ficava controlando [os estudantes], inclusive quando um ou outro [membro do OME] se expunha demais assim, de ficar dando muito “pitaco”, tentando controlar alguma ocupação a gente chamava atenção, falava “ó, você não tem mais 14 anos de idade, sai daí, deixa a molecada decidir, vamos dar um apoio externo que é o que a gente pode fazer agora”. (OME 3)

Com a vitória, o papel da Frente se esvai e os estudantes tiveram que definir quando e como desocupariam a escola, com isso o processo de desocupação também variou a depender da experiência. Ainda assim, é importante ressaltar que a dinâmica do movimento de ocupação não se reduz à ação do OME e da Frente, pois, embora sua atuação tenha sido fundamental para

¹⁵⁴ Havia membros da Frente d’ OME que eram secundaristas, outros não.

delinear a luta, esta experiência tem impactos de diversas ordens, para a sociedade, para as políticas educacionais e, especialmente, para a formação política da juventude.

[...] foi muito difícil para todas as pessoas sair das ocupações, eu acho foi que uma das etapas [...] mais delicadas da luta, assim, do ponto de vista da cabeça das pessoas mesmo, porque você imagina... você quase pega na mão a possibilidade de você ser sujeito da sua própria vida, [...] aí você se vê obrigado a voltar à realidade, [...], eu acho engraçado isso, porque todo mundo descreve, todo mundo que eu conheço, que conta assim 'ah, pois é né, a gente teve que voltar para a realidade, né' então, é uma coisa bastante significativa [...]. (OME 2)

Embora não tenhamos tratado disso em nossa pesquisa, consideramos que, no geral, o movimento de ocupação configurou um misto de experimentação de auto-organização política e uma relativa autogestão do espaço escolar (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016), que proporcionou experiências pessoais diversas como de libertação sexual, de reconhecimento étnico-racial e de tomada de consciência da desigualdade de gênero e do feminismo. O protagonismo das meninas foi muito evidente nesse processo que se revela nas disputas pela divisão sexual das comissões e tarefas, mas também foi fortalecido por atividades desenvolvidas nas ocupações, como “aulões” ou debates sobre feminismo e relações de gênero.

O movimento de ocupações também configurou um momento de reconhecimento e redescobrimto da escola como potência, mas também das suas contradições e dos autoritarismos reproduzidos pela gestão escolar e professores. Foi também momento de reconhecer seus aliados na luta assim como os polos de oposição junto aos professores, comunidade, família, militantes, movimentos sociais autônomos e tradicionais¹⁵⁵.

[...] o processo de ocupações para alguns secundaristas foi um processo muito libertador, até glamouroso, né. Mas, em outras ocupações foi só traumas, a galera saiu com N problemas psicológicos né, e é isso, teve muita violência contra as ocupações né. [...]. (OME 1)

[...] durante o processo do Movimento mesmo, isso acabou ganhando contornos muito amplos né, eu acho que surgia mais força [com relação aos] pequenos problemas das escolas, inclusive teve escola que desocupou só depois de conquistar pautas específicas, ou com promessa de conquistar essas pautas específicas. [...]. E também tinha alguns lugares com reivindicação contra [...] punições e perseguição, tinha isso, foi uma pauta que em alguns lugares foi elaborado com força por conta do medo da galera né, do que tava acontecendo. [...] as escolas mudaram, por mais que [...] não [não tenha criado] um saldo organizativo, hoje inegavelmente tem mais luta nas escolas, de certa forma, do que antes. E teve uma coisa que agora tem grêmio em todas as escolas né, tipo, pelo menos é mais fácil de fazer [...] hoje porque tem

¹⁵⁵ Parte dessas observações foram construídas a partir dos depoimentos das estudantes que ocuparam escolas em São Paulo em 2015. O conteúdo pode ser conferido no documentário, ‘Lute como uma menina’, dirigido por Flávio Colombini e Beatriz Alonso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>. Acesso em: 20 out. 2020.

uma linha da secretaria de educação pró-grêmio né, que é até uma forma de controlar na verdade né [...]. (OME 1)

[...] ali, durante as ocupações [...], cada escola começou a formular suas demandas [...] é um fato que o movimento tinha uma demanda por mais participação, a galera queria ser consultada das decisões na escola. [...] Então nesse momento a gente viu um movimento do Estado de tentar abrir a escola um pouco mais para a participação dos alunos, mas enquadrado dentro dessa institucionalidade [...] para [...] conseguir manter a paz na escola e não acontecer isso de novo [...]. (OME 3)

Por fim, em nossa interpretação, embora os militantes do OME não tenham afirmado que almejavam fomentar outra experiência de revolta, como fizeram os militantes do MPL, também contribuíram para explodir uma importante revolta estudantil em SP que foi referência para outras ocupações em diferentes estados até a explosão nacional de ocupações no país no ano seguinte.

6.2.2.2. A onda nacional de ocupações

Inspirados na luta de São Paulo ocorrida no final de 2015, logo outros movimentos de ocupação contrários às contrarreformas do sistema educacional em nível estadual emergiram em diferentes locais no Brasil, como em Goiás (dezembro de 2015), Rio de Janeiro (março de 2016), Ceará (abril de 2016), Rio Grande do Sul (maio de 2016) e novamente São Paulo¹⁵⁶ (abril 2016). Esta é considerada por Groppo (2018) como a primeira onda do movimento de ocupações.

¹⁵⁶ A respeito das ocupações ocorridas em SP em 2016 e sobre a incidência do OME neste ciclo, é possível fazer uma breve síntese a partir do conteúdo das entrevistas. Entre abril e maio de 2016, SP viveu outro processo de ocupações nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), no Centro Paula Souza (organização social administradora das ETECs) e na Assembleia Legislativa de São Paulo. A pauta dessa luta foi pela melhoria da merenda escolar. Foi um movimento duramente reprimido e foi um processo muito disputado entre os estudantes pró e contra ocupação. Os sentimentos do desocupa e o desejo de retomar àquela experiência de autonomia também mobilizaram a ocupação de 2016 que antecede a Primavera Secundarista (OME 2). No segundo semestre de 2016, os estudantes também tentaram ocupar escolas seguindo a luta nacional, mas foi um movimento enfraquecido, “pois os secundaristas estavam muito desgastados pela sucessão de ocupações e a polícia muito manjada da tática” (OME 4). Em 2016, a atuação do OME foi muito menos orgânica, afinal, naquela altura, seus militantes já estavam mais conhecidos entre os estudantes e na ocasião, diferente das ocupações de 2015, assumiram uma postura mais recuada, pois foram contra a ocupação do Centro Paula Souza por considerarem sem planejamento, o que gerou desconfiança dos estudantes e uma deslegitimação da sua incidência (OME 3 e 4). “Ele já tem um estranhamento ali com o movimento, até um pouco de travar e daí tem um outro momento [...]” (OME 4), mas esteve presente nas ocupações das ETECS durante todo o processo em um contexto de esvaziamento da participação das organizações tradicionais (OME 3). A partir daí, o coletivo se dissolveu, no entanto, sua página no Facebook permanece ativa, sendo que a última publicação foi realizada em 27/09/2020, conforme consulta realizada em 24 de outubro de 2020 e há diversas publicações anteriores que divulgam lutas estudantis, mesmo depois da dissolução do grupo de militantes.

Enquanto movimento de caráter nacional, mesmo que descentralizado, entre outubro e dezembro de 2016, os estudantes secundaristas de toda parte do país se levantam novamente em resistência a duas pautas que afetam diretamente a política de educação, entre outras: a Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016, aprovada como Emenda Constitucional nº 55/2016, que prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 anos sequenciais, e a proposta de Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória nº 746, aprovada pela Lei 13.415/2017) (STOCCO; MORAES, 2018), esta foi a segunda onda de ocupações, conforme propõe Groppo (2018).

Foram aproximadamente 1200 instituições ocupadas, principalmente escolas de ensino médio, mas também universidades e institutos federais, por quase todo o país (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). Esta segunda onda de ocupações de caráter massivo ficou conhecida como Primavera Secundarista (GIMENES, 2016).

Tem-se aí mais um episódio de comoção e solidariedade social principalmente diante da repressão da Polícia Militar contra os adolescentes mobilizados para as primeiras ocupações ocorridas no Paraná, estado onde ocorreu o maior número de ocupações do país. Outro aspecto mobilizador deste movimento teve relação com o contexto vivido no país, de consolidação do golpe midiático parlamentar sob o governo de Michel Temer, de modo que as ocupações se impuseram como movimento de resistência aos retrocessos e políticas regressivas de cunho neoliberal que se anunciavam neste governo golpista (GROPPO, 2018). Com isso, o movimento ganhou força e mais escolas foram ocupadas. Em grande medida, os estudantes contaram com apoios importantes da família, de órgãos de proteção à criança e ao adolescente, dos movimentos sociais (autônomos e tradicionais) e da solidariedade das comunidades do entorno das escolas. Estes apoios foram importantes para a manutenção das ocupações, pois a mobilização em defesa delas e dos estudantes contribuiu para protegê-los e fortalecê-los neste processo.

A Primavera Secundarista, embora não tenha conseguido barrar as contrarreformas mencionadas acima, demonstrou enorme capacidade de resistência social e política dos jovens-estudantes. Essa onda de ocupações também seguiu as mesmas tendências político-organizativas das ocupações ocorridas em São Paulo no ano anterior, ou seja, compuseram o quadro de expressões políticas de resistência social do cenário contemporâneo que nos interessa analisar neste trabalho.

Para fins de conclusão deste capítulo de análise dos dados da pesquisa, afirmamos que a ascensão das lutas com inspiração autonomista ocorrida no Brasil na última década contou com a potência do Movimento Passe Livre e do coletivo “O Mal Educado” ao exercerem um papel impulsionador e definidor do conteúdo político-organizativo manifesto na onda de revoltas da juventude (2013-2016); com isso, pela primeira vez na história republicana brasileira, os movimentos autonomistas foram os protagonistas das lutas sociais massivas e não as organizações tradicionais da classe trabalhadora e dos estudantes.

Essa onda permitiu que as críticas e disputas políticas entre movimentos autonomistas e tradicionais alcançassem uma visibilidade nacional que até aquele momento não tinham sido reveladas ou assimiladas suficientemente pela sociedade, pelos movimentos sociais de esquerda, bem como pela direita conservadora. Ainda que não sejam divergências novas do ponto de vista da história da luta de classes, entre 2013 e 2016 os conflitos apresentaram uma delimitação dos campos opostos no interior da esquerda por meio da explosão social de insatisfações históricas e com os governos da situação, mas também com o modo hegemônico como os movimentos institucionalizados participam da política, especialmente “enfrentando ou tentando enfrentar os processos de burocratização levados a cabo pelo campo democrático-popular” (POLESE, 2017, p. 132), capitaneado pelo PT, pela CUT, MST e MTST.

Pelas características, valores defendidos e formas de ação preconizadas, quais sejam, a autonomia, a ausência de estrutura formal, a não hierarquização, a democracia direta, a radicalidade, a ação direta, o apartidarismo, a autogestão, a descentralização de ações e lutas e a fluidez organizativa, é possível afirmar que tanto o MPL como o OME reproduzem, em sua organização interna e nas duas lutas em tela, parte das características político-organizativas, teórico-metodológicas e subjetivas que remontam aos “novos movimentos sociais” (NMS) e que continuaram a ser incorporados pelos movimentos altermundialistas, bem como nas lutas da juventude do século XXI, entre as quais se inscrevem as organizações e as revoltas aqui estudadas.

Portanto, entendemos que a prática política autonomista é expressão do acúmulo, mas também do deslocamento e das transformações das tendências políticas em disputa na esquerda, o que indica a continuidade de conflitos não resolvidos nas conjunturas precedentes, entre avanços e recuos dos movimentos sociais e das lutas políticas nas últimas duas décadas, como sugere Thomas (2017), mas, em nossa avaliação, isso ocorre desde os anos 1960.

Os movimentos sociais juvenis contemporâneos talvez não tenham explicitado de forma bem definida que suas contestações decorrem das consequências da crise capitalista, da crise política nacional e do avanço neoliberal, nem mesmo relacionam como desdobramentos desses processos, as reivindicações e a massificação das lutas, conforme analisamos. No entanto, consideramos ainda que o contexto de acirramento de crise econômica e da crise política nacional em seus efeitos mais evidentes, quais sejam a redução de direitos e a ameaça à democracia, foram provocativos não só da onda de revoltas da juventude urbana brasileira, mas também do tipo de luta engendrada entre 2013 e 2016 a qual encontrou lastro na realidade política e entre os jovens brasileiros.

Desde os anos 2000, a juventude vinha reconhecendo nas organizações e nas lutas autonomistas os espaços para experimentação de organização e ação política e que melhor canalizam sua indignação com os desmontes que afetam suas vidas e de milhares de pessoas.

Portanto, essa onda de revoltas manifestou um esforço histórico de transgressão das formas de luta social revigorando a radicalidade e intensificando as formas embrionárias de associação e organização políticas pautadas por tendências autonomistas, apartidárias e não hierárquicas.

A prática política autonomista reconhecida na análise das duas lutas em tela expressa as crises (capitalista, da democracia e da esquerda), a revitalização das ideias anarquistas e o avanço do neoliberalismo sob o revestimento das ideias pós-modernas. O movimento autonomista recupera traços da perspectiva anarquista, pois, em certa medida, resgata o enfrentamento direto e radical ao Estado, a postura contrária à conciliação de interesses e a defesa da ação apartidária, mesmo dos partidos de extrema-esquerda (geralmente influenciados pela tradição marxista clássica, leninista, maoísta, trotskista ou stalinista) como o PSTU, o PCdoB e o PSOL. Com isso, a onda de revoltas da juventude recupera a ideia de ação direta radical, minoritária no contexto de refluxo dos movimentos sociais.

Em nossa avaliação, ao sustentar o caráter imediatista, a valorização das lutas restritas ao cotidiano, a naturalização da efemeridade das organizações e lutas, a admissibilidade da flexibilidade como negação da disciplina militante e, por fim, a opacidade da perspectiva emancipatória, tanto o MPL quanto OME também expressam, contraditoriamente, esses mesmos valores que dão sustentação à perspectiva pós-moderna que reveste o avanço das ideias neoliberais e ultraliberais do capitalismo contemporâneo. Em última análise, assim como com os “Novos Movimentos Sociais” e desde as lutas de 1968, nota-se que os movimentos

autonomistas continuam a negar o caráter ordinário da vida rígida, controlada e medíocre produzida no capitalismo, ao mesmo tempo em que negam o restabelecimento das bases da esquerda tradicional para a luta social e para a transformação da sociedade por meio da reversão desse sistema.

Os traços político-organizativos explicitados na onda nacional de revoltas demonstram que essas lutas possuem não só uma dimensão latino-americana, mas também seguem a tendência global (GOHN; BRINGEL, 2014) de movimentos de protestos expressivamente jovens radicalizados, com forte traço de participação autônoma e fluida, como predominou na onda mundial de revoltas, demonstrada neste trabalho.

A oposição das organizações autonomistas MPL e OME aos movimentos sociais tradicionais diz muito sobre a crítica à acomodação das estruturas organizativas (consideradas governistas) em relação às disputas políticas com o Estado (que têm o histórico papel de garantir a dominação do capital sobre o trabalho, como comitê gestor dos interesses comuns da burguesia), especialmente no contexto das gestões do PT em nível local e nacional e o desapontamento com as instâncias participativas como os conselhos, por se revelarem pouco influentes sobre a produção da política, bem como pelo distanciamento dos representantes dos movimentos sociais de suas bases, tal qual corriqueiramente se comportam os parlamentares.

Podemos inferir que essa também é a crítica dos partidos de extrema esquerda como o PSTU, o PSOL e o PCB. Com isso, podemos dizer que o projeto petista aprofundou a resignação dos movimentos e organizações ao processo institucional de decisões em que a negociação é a principal forma de se relacionar com os agentes do Estado. Houve, neste contexto, um refluxo da atuação combativa dos movimentos sociais tradicionais e das lutas sociais frente às tímidas respostas desses governos ao combate à desigualdade social. Assim, a esquerda brasileira perdeu força, combatividade, quadros políticos e parte da sua identidade forjada no *front* das lutas sociais. Este apontamento pode ser conferido no relato a seguir:

[...] essas organizações elas fazem parte desse Estado, então, eu diria que é o conjunto de estruturas de gestão do trabalho em última instância militando com todo o aparato que garante a exploração. No fundo essas entidades, essas organizações elas passaram a fazer parte disso, é fato que boa parte delas remonta uma origem de lutas, mas, naquele período, sobretudo, 2013, elas fazem parte de um grande bloco que está inclusive no governo né, e, várias críticas ligadas ao Estado e exercendo funções do Estado [...] e tanto depois que sai do governo você não deixa de exercer essas funções né. (OME 4/ MPL 3)

Dito isso, é importante localizar o Movimento Passe Livre e o coletivo “O Mal Educado” como expressões dessa complexidade, como parte de uma cultura política de participação autonomista cuja perspectiva de ação e (des)organização encontra uma forma de participação por fora das instituições e dos seus rigores organizativos, em geral, pouco atrativos à juventude. Afinal, estamos nos referindo a uma geração de pessoas forjadas entre meados dos anos 1990 e a primeira quinzena dos anos 2000 no Brasil, nascidas em um contexto “democrático-blindado”, como nomina Demier (2014), em tempos de hegemonia neoliberal. Nesse sentido, as ideias de flexibilidade e fluidez fazem parte do modo de vida desses sujeitos e isso também compreende o comportamento político da juventude, não como totalidade, mas como tendência predominante no século XXI. Se comparado aos anos de chumbo, trata-se de um tempo em que, para uma parcela da sociedade, o papel disciplinar das instituições (família, escola, Estado e igreja) sobre a vida pôde ser relativizado e as experiências históricas de participação se tornaram distantes e desatualizadas, afinal estes são tempos de imediatismo e efemeridade, como tratamos no primeiro capítulo deste trabalho.

Outrossim, do ponto de vista político e político-partidário, trata-se de uma geração que cresceu sob quase quatro mandatos petistas em nível nacional (além das gestões locais). Isso significa que, como referência imediata, a força de esquerda que se tem maior conhecimento é o PT gestor do Estado, no entanto a realidade social vivida permanece injusta, os serviços públicos são de baixa qualidade, vide o transporte e a educação, o lazer é elitizado, conservam-se práticas de corrupção e, com isso, os compromissos históricos do PT e da esquerda sofrem um forte descrédito da sociedade, especialmente do precariado jovem, nos termos de Braga (2015). Os jovens recusam os meios de luta e organização utilizados pela classe trabalhadora do passado.

Todavia, quais semelhanças e diferenças caracterizam o esforço das organizações estudadas para reinventar a política? Em que medida as Jornadas de 2013 e o Movimento de Ocupações se diferenciam dos conflitos massivos precedentes? O primeiro evento caracterizou-se como ondas de protestos nas ruas, o segundo como manifestações em forma de ocupação de espaços públicos. Sendo *protestos de rua* e *ocupações* formas históricas de luta, o que os movimentos autonomistas (MPL e OME) buscaram reinventar?

A análise das entrevistas demonstra que são profundas e pertinentes as críticas dos dois movimentos autonomistas às características político-organizativas já mencionadas dos movimentos tradicionais (populares, entidades e partidos políticos). Em nossa interpretação, tais críticas dizem respeito ao objetivo e à forma de condução das manifestações como suas

principais diferenças. Para os movimentos sociais tradicionais, as manifestações são recursos de luta para dar visibilidade às suas pautas e, com isso, forçar uma negociação com o Estado ou outros atores, demonstrando sua disposição para desestabilizar a ordem para defender suas pautas. Já para o MPL e OME, as manifestações não são formas de forçar uma negociação pelo Estado, mas de encurralar os agentes do Estado, demonstrando disposição para subverter qualquer ordenamento, seja o trânsito de importante vias ou o funcionamento das escolas, em nome de suas pautas. A revolta é a potência capaz de produzir as mudanças desejadas, o que remete à perspectiva anarquista. Portanto, a revolta tem um limite em si, como parte dos entrevistados reconhece.

Quanto à forma, os dois movimentos se esforçaram para não reproduzir a personalização de lideranças ou a exaltação das organizações em detrimento dos manifestantes, embora ambas tenham tido destaque nos dois processos de luta, especialmente o MPL. Em junho, os trajetos dos protestos se diversificaram dos mais comuns justamente para criar o elemento surpresa e confundir os agentes da segurança pública, assim como a militância organizada. Nas ocupações, as redes sociais, de forma pioneira no país, cumpriram importante papel não só na difusão da luta, mas também na organização interna e externa dos estudantes, algo que se tornou indispensável à organização sociopolítica contemporânea. O vermelho deu lugar ao preto na tonalidade das faixas de Junho de 2013, as mesmas faixas outrora financiadas por sindicatos e partidos políticos deram lugar aos tecidos e escritos feitos à mão usados nas ruas ou afixados nas escolas, os jovens independentes ofuscaram os jovens organizados e, por fim, o apartidarismo superou as estruturas partidárias.

A crítica mencionada tem relação com a premissa de que a luta social ou dos trabalhadores deve ocorrer por fora e contra o Estado e não como parte dos mecanismos de participação dispostos pelo poder público como conselhos e conferências, pois esses instrumentos democráticos limitam a participação dos movimentos sociais à administração dos conflitos e à cogestão das políticas sociais, reforçando assim as relações de dependência do Estado, por meio da cooptação das organizações (POLESE, 2017).

Nesse sentido, com base nas entrevistas, é possível afirmar que, tanto nas Jornadas quanto nas Ocupações, as relações políticas estabelecidas pelo MPL e pela Frente d' OME não se basearam em articulações de cúpula entre representantes de movimentos sociais ou com funcionários do alto escalão do Estado. Este também não foi um traço marcante da Primavera Secundarista. Em sua maioria, os diálogos e negociações ocorreram com coletivos, militantes dos partidos de

esquerda e representantes das entidades dos trabalhadores, muito mais no sentido de sustentar as lutas ou mesmo para fortalecer os apoios, especialmente nas ocupações. No entanto, pode-se atestar que hegemonicamente os dois movimentos se caracterizaram pelo apartidarismo, mas não são antipartidários, diante da relação de apoio ocorrida nas revoltas, processo que se distingue das lutas massivas precedentes, quando os partidos políticos ou entidades estudantis/classe trabalhadora exerciam importante liderança e tinham, com isso, o reconhecimento da base social mobilizada.

Mas é preciso registrar que, nas Jornadas, o MPL não era contrário apenas a compartilhar a estratégia de luta, este movimento almejava ser reconhecido como protagonista da revolta, um aspecto que difere da postura do OME nas ocupações. Isso pode ter ocorrido, inclusive, como uma revisão de postura política dos quadros destes movimentos, já que em sua maioria também participaram do Passe Livre e, como a atuação deste grupo foi analisada de formas muito distintas e até mesmo equivocadas, estes buscaram dar outro tom à incidência do “O Mal Educado” nas ocupações, como um sujeito político oculto do processo.

Já a interação com representantes do Estado não foi algo relevante em nenhum dos eventos contestatórios. Portanto, ambas as organizações buscaram radicalizar os conflitos e, com isso, subverteram as práticas de negociação, conciliação e de acordos com o Estado e governos recorrentemente utilizados pelos movimentos sociais tradicionais.

Quanto à relação com a base mobilizada, a partir dos relatos dos entrevistados, é possível também afirmar que as duas organizações estudadas buscaram agir respeitando a autonomia das bases estudantis mobilizadas. Nas Jornadas, os militantes assumiram um duplo papel, pedagógico e dirigente das lutas. O papel pedagógico exercido pelo MPL ocorreu durante as ações sociopolíticas precedentes nas escolas, assim como no sentido de apresentar a este público a possibilidade de fazer luta e forjar uma revolta organizada por fora das instituições. Na luta de 2013, o movimento planejou, articulou o “MPL ampliado” e definiu os trajetos dos protestos até a revogação do aumento da tarifa, embora não tenham cerceado outras iniciativas durante o evento.

Já nas ocupações, o OME mobilizou e arquitetou as ocupações, propôs a forma de organização interna e externa, foi uma espécie de *background* das ocupações. Com isso, buscaram ensinar aos jovens como resistir a uma contrarreforma de forma radicalizada, porém com poucos recursos, aspecto comum também às Jornadas. No caso das ocupações, a incidência direta da

Frente d' OME não ultrapassou sete das 200 escolas ocupadas. Mas sua participação foi determinante na forma como todo o movimento se constituiu até a Primavera Secundarista. Nota-se que em ambas as lutas ocorridas em SP, os movimentos autonomistas procuraram suavizar as relações estabelecidas com a base sem usurpar sua capacidade de ação autônoma. No entanto, com respaldo apenas nos relatos dos entrevistados não é possível afirmar que isso se processou desta maneira, somente entrevistando os estudantes que foram o pilar do movimento, que estiveram no dia a dia das ocupações talvez pudéssemos ter esta resposta.

A relação com a base também passa pela forma de comunicação estabelecida em ambas as lutas. Tanto em Junho quanto no movimento de ocupações (que inclui seus protestos e travamentos), para estabelecer a comunicação em processo de luta, os militantes exploraram o uso dos jograis para informar os sentidos das lutas, para cantar os gritos ou para articular as assembleias (no caso das ocupações). Fanfarras e baterias de material reciclado caracterizam a sonoridade das lutas e a estética delas. Tais recursos tanto caracterizam a onda de revoltas como manifestam a contraposição dos movimentos autonomistas ao uso do carro de som, este recurso simboliza a sobreposição pessoal e sonora de lideranças e dirigentes em relação à base mobilizada.

Nas Jornadas de Junho, o exercício da horizontalidade ocorreu em duas situações, internamente ao MPL, quando planejava as jornadas, mas, ao partilharem a projeção dos protestos com outros movimentos sociais tradicionais, o MPL optou por centralizar as decisões, justificando que não havia confiança e convergência política suficiente para conduzir um processo de luta que se desenhava de forma coletiva, especialmente pela disposição de radicalizá-lo. Durante as Jornadas, os militantes se organizaram em comissões para conduzir o processo sem uma aposta na definição de lideranças ou representações do movimento, muito embora, em nossa avaliação, seus membros, pela capacidade demonstrada de manter os rumos dos protestos e pela habilidade argumentativa, tornaram-se porta-vozes do movimento e em diversos vídeos e documentários produzidos (APÊNDICE A), em sua maioria disponíveis na internet, é possível reconhecê-los.

No movimento de ocupação, a organização horizontal autogestionária ocorreu no interior das escolas, seja por meio da divisão de comissões sem hierarquização de funções entre os estudantes, seja explorando as assembleias para tomar as decisões, o que denota um esforço para a valorização da democracia direta para conduzir o processo de luta secundarista, aspectos também reverberados na explosão nacional de ocupações em 2016. O conteúdo das entrevistas indica que a Frente d' OME não interferia sobre as decisões internas das ocupações, mas sim sobre a definição das questões externas a elas, no sentido de prosseguir radicalizando a luta.

Portanto, o movimento dos secundaristas demonstra uma maior experimentação da democracia direta.

Os dois movimentos de massa incorreram na descentralização, mas a dimensão territorial tanto local quanto nacional é algo inusitado e que surpreendeu os militantes entrevistados. A massificação de ambas as lutas se justifica pelo contexto sócio-histórico da sociedade brasileira da época que contou com o impulsionamento do uso popular das redes sociais, que driblou o bloqueio midiático e forçou a imprensa a reverter discursos criminalizatórios em ambos os processos, especialmente diante da reação violenta do Estado, que promoveu comoção da sociedade. Mas, também, pelo fato destas lutas não demarcarem a presença evidente das forças políticas da esquerda tradicional, ou seja, os partidos políticos, as centrais sindicais e as entidades estudantis não dirigiram as lutas e isso agrada a sociedade alimentada pelo discurso antipartidário e de anticorrupção fabricado, que sustentou a crise política dos anos 2010 no Brasil.

Em nossa interpretação, os dois conflitos estudados forjados pelos movimentos autonomistas demonstraram a busca dos movimentos sociais autônomos pela reinvenção das formas de ação coletiva, historicamente conhecidas em uma busca por mais democracia nos processos de organização para a ação política e no diálogo com as massas, ou seja, demonstraram perseguir valores democráticos por meio da participação direta horizontal por discordarem da forma verticalizada, personalista e conciliatória com a qual os partidos e as entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes atuam há décadas.

Entre os sujeitos mobilizados, é importante assinalar as distinções e similaridades. Nas Jornadas de Junho, há uma heterogeneidade de participantes em termos de posicionamento político de classe, mas também geracionais, embora fossem em sua maioria jovens; mas nas ocupações das escolas, há maior homogeneidade, pois se trata de um movimento de estudantes adolescentes de escolas públicas, hegemonicamente, todavia, no Brasil, não há precedente de uma mobilização de estudantes de ensino médio que ocupasse seu próprio espaço escolar, tal qual ocorreu em quase todo o país.

As organizações políticas da direita também exerceram pressão política em ambas as lutas, sendo isso mais evidente e mais organizado nas Jornadas, todavia, nas ocupações, como informam Groppo (2018) e as autoras Stocco e Moraes (2018), o Movimento Brasil Livre (MBL) também se fez presente para desmobilizar e pressionar pela desocupação, por exemplo,

no Paraná e Espírito Santo, respectivamente. Mas é preciso sinalizar que isso também ocorreu em outras partes do país *pari passu* à revitalização da organização da juventude liberal a partir de 2013.

Embora os desdobramentos das Jornadas de Junho tenham tomado rumos distintos, ambíguos e até reacionários a partir de 2013, como sugere Demier (2017), um novo momento político se abriu no país, um novo campo de disputa se estabeleceu. De um lado, tem-se a explosão e radicalização da luta social, ocupações estudantis (a princípio local e depois nacional), de outro lado, é possível notar o avanço do conservadorismo, da direita e da extrema direita que conformou uma forte polarização social entre progressistas (em sua diversidade) e conservadores (em menor grau, mas também diversos).

Esse novo momento pode também demonstrar que a luta social, mesmo difusa e fluida, tem a capacidade de afetar as instituições e as decisões políticas. Mas, dessa forma, assume um grande risco, pois as tentativas de reinvenção da ação política experimentadas nas lutas e pelas organizações estudadas, nutridas pela ideia de desinstitucionalização e apartidarização, contribuíram para intensificar o quadro de fragilização do campo progressista (movimentos sociais de esquerda, partidos políticos, sindicatos, movimentos estudantis e coletivos). Tudo isso revelou o impasse posto ao campo, na medida em que ou rearticula as resistências sociais ou conserva o antagonismo radicalidade-entreguismo, sem fazer avançar um projeto societário alternativo ao neoliberalismo.

Nesse sentido, é preciso analisar tais impulsos por mudanças no campo político-organizativo enquanto reinvenções da ação política invocadas de forma particular pelos movimentos juvenis-estudantis, pois o fortalecimento da luta social extrainstitucional pouco demonstrou ter força e organicidade política suficiente para afetar as intuições e as decisões políticas, de modo a promover ganhos para os setores populares para além das vitórias das pautas (como ocorreu em 2013 e 2015), ao passo que estes movimentos também podem estar contestando exatamente as instituições criadas na sociedade capitalista para lidar com os conflitos e crises.

O MPL e o OME enquanto organizações políticas autônomas se revelaram forças coordenadoras dos protestos de 2013 e das ocupações de 2015 por meio do exercício de trabalho sociopolítico especialmente com a base estudantil, com táticas radicais, sem vinculação partidária e com o apoio das redes sociais para a massificação das lutas, mas, ao mesmo tempo em que se colocaram na arena política desarticulados de outras forças, não conseguiram fazer

com que a vitória das lutas gerasse frutos ao ponto de preservar a articulação destes movimentos, os quais se enfraqueceram com a saída de muitos militantes do MPL em 2015 e com a dissolução do OME.

Mesmo assim, a onda de rebeldias impulsionada por esses grupos revelou a necessidade do reconhecimento de que há, como sugere Moraes (2017), novos atores em cena e uma inegável inquietação dos movimentos juvenis quanto às formas institucionais de ação e organização social e política, como coletivos estudantis, feministas, de arte, novos movimentos negros, agroecologistas, midiativistas, entre outros, os quais negam e reproduzem ao mesmo tempo as experiências políticas do passado, buscando reinventá-las, embora nem sempre consigam, assim como ocorreu com o MPL e o OME.

Tais mudanças podem ter sido, inclusive, captadas pelos movimentos juvenis conservadores insurgentes a partir de 2013, o que, em alguma medida, pode camuflar as reais intenções que tem orientado esta participação dos jovens.

Considerando o caráter político-organizativo da onda de revoltas da juventude brasileira, é importante ponderar que, se uma organização se pauta por seu objetivo, deve buscar aliar reflexão e ação (BOGO, 2010b); e, se o seu objetivo é provocar uma revolta em si mesma, a organização tende a limitar-se a uma tarefa, restringindo-se a sua tática. Portanto, a fluidez é a ideia que melhor caracteriza as relações entre este movimento e seus membros e vice-versa, assim como entre este movimento e as lutas sociais. Logo, em ambas as lutas, nota-se uma ausência de definição dos anseios para além da redução da tarifa e das contrarreformas da educação em nível local e nacional, embora isso não subtraia a importância que toda a onda de rebeldias teve para a luta social brasileira em suas diversas faces. O relato de OME 2 ilustra esse limite das táticas:

[...] esse processo de reinvenção do modo de fazer política, só que não é uma reinvenção em termos abstratos 'ah, um novo jeito de fazer política' não, era negando os espaços de conciliação, e aí o negócio era muito simples, ou a tarifa abaixa ou a cidade para, ou vocês falam que não vão fechar as escolas ou a gente vai ficar aqui, se fechar a gente vai ocupar, não tem muita outra coisa assim, não vai ter negociação, né.

Nesse sentido, tais processos expressam tentativas de reinvenção das formas de ação e organização sociopolítica quanto aos seus objetivos e o modo de agir na organização e na ação direta. Tais esforços e as rebeliões foram capazes de pressionar o sistema democrático representativo e provocar três principais mudanças: a formação de uma geração de jovens mais

conscientes da política, a provocação para inovar as estruturas participativas e, por fim e talvez, a expressão mais deletéria deste processo: o esvaziamento do debate e do discurso político com o suposto avanço da apartidarização dos sujeitos, das organizações, dos candidatos nos pleitos e, até mesmo, dos governos, algo que manifesta contradições e faz avançar a antipolítica e a contrainsurgência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do centro à periferia capitalista, movimentos contestatórios explodiram no contexto do acirramento da crise da economia mundial do início do século XXI. Esse fenômeno intrínseco ao capitalismo produziu ainda mais desigualdade ao provocar um “efeito cascata” de agravos sociais, regressão econômica, crises políticas e sentimentos de revolta que conformaram um quadro de insatisfações e inseguranças capaz de despertar, em diversos países, multidões heterogêneas de indignados e lutas de resistência, assim como reações neoconservadoras.

No Brasil, esse cenário se defrontou com uma crise política acentuada com o enfraquecimento da política neodesenvolvimentista petista, sob forte intimidação da burguesia nacional para a retomada da gestão do Estado. Isso ocorreu *pari passu* a um momento peculiar de hostilidade pública em relação aos direitos e políticas sociais, fazendo acumular dissabores na sociedade brasileira, primeiro com relação ao aumento da precariedade da vida nos principais centros urbanos, que foram ampliados com as obras para os megaeventos, e, segundo, com o anúncio das contrarreformas impopulares.

As insatisfações com o PT enquanto gestor do Estado e como organização de esquerda historicamente incidente sobre os maiores movimentos sociais do país assumiram distintos significados e mobilizaram diferentes setores da sociedade que fizeram dilatar a revolta nacional. Destacamos o descontentamento das elites insatisfeitas com o pacto de conciliação, da classe média inflamada com os escândalos de corrupção que envolveu o poder executivo nacional, dos conservadores odiosos da ascensão dos temas e das lutas do povo negro, de mulheres e LGBTI+, além da relativa ascensão social dos pobres e da simbologia do poder nacional sob a guarda de um partido de esquerda liderado por um operário, algo que sempre gerou aversão à pequena burguesia e à elite brasileira. Por fim, entre os setores descontentes, ressaltamos a minoritária militância de esquerda com o reformismo fraco do PT e com a admissibilidade da gestão burguesa do Estado brasileiro, são estes os partidos de extrema-esquerda, os coletivos independentes, os setores dissidentes de movimentos populares, assim como os movimentos autonomistas estudados, o Movimento Passe Livre e o coletivo “O Mal Educado”, entre outros.

A essa conjuntura nacional se somou à relevância e reconhecimento histórico das demandas (transporte e educação) postas em disputa em um terreno de maior legitimidade da juventude

pela tendência política autonomista radicalizada e desatrelada das organizações da esquerda tradicional, com destaque para o PT. Este foi um ensejo que oportunizou a conformação de um campo de forças que tanto acolheu os indignados sem vinculação sociopolítica, quanto impulsionou o levante dos jovens brasileiros entre 2013 e 2016.

A violência policial por parte do Estado, marcada pela dura repressão e criminalização dos manifestantes, da atividade política das massas populares e dos estudantes secundaristas, também está entre os determinantes nacionais mais imediatos que agitaram o levante da juventude, assim como ocorreu nas lutas do início do século XXI em diversas localidades, inclusive nos países de capitalismo avançado. No caso brasileiro, este foi um fator que resultou em comoção nacional e isso contribuiu tanto para chamar a atenção para os dois eventos quanto para mobilizar diferentes setores e numerosas parcelas da sociedade, o que levou à massificação em nível nacional.

Podemos dizer que este foi o cenário conjuntural da explosão da onda nacional de revoltas da juventude brasileira que compreendeu as Jornadas de Junho de 2013 e as Ocupações de Escolas entre 2015 e 2016, tema de análise deste estudo.

Destacamos ainda que os valores, as formas e as estratégias de luta predominantes nessa onda nacional expressaram a continuidade histórica, em escala mundial, das experiências políticas e das lutas antecedentes do século XX, das rebeliões autonomistas do século XXI (mundiais e nacionais) em um processo que revelou a busca dos sujeitos mobilizados por reinvenção das práticas políticas hegemônicas, seja na conformação dos movimentos sociais de esquerda, nos eventos de luta aberta, quanto aos objetivos das estratégias de luta, seja nos mecanismos institucionais de participação e representação política.

Essa hipótese se justifica pelas posturas, objetivos, ideais, anseios e esforços empreendidos pelas organizações estudadas (MPL e OME) que tiveram eco no levante nacional. Afinal, em nossa avaliação, esses movimentos demandaram o aprofundamento da democracia (por meio da participação direta) para a socialização da participação política, para além dos processos eleitorais ou da participação institucional, defenderam ainda a retomada da radicalidade na ação e desprezaram as posturas acomodadas e a conciliação com interesses supostamente antagônicos que marcam o período do lulismo. Esses movimentos autonomistas buscaram ainda recuperar o reconhecimento da soberania popular e da liberdade como valor ético ao assumirem posição contrária ao arbítrio do Estado e por se posicionarem em defesa da autonomia dos

indivíduos e das organizações, ou ainda por marcarem posição em favor da universalidade do acesso aos serviços públicos, neste caso específico, o transporte e a educação. Foi pela prática política empreendida que esses movimentos manifestaram aspirações por reinvenção da política e do sistema de representação.

Nesse sentido, é fundamental assinalar que, além dos determinantes socioeconômicos, estes aspectos expressam a dimensão subjetiva que mobilizou a juventude brasileira do século XXI. Isso se confirma, na medida em que a militância entrevistada relatou anseios comuns quanto à busca de valores sociopolíticos aliados a uma forma de luta mais democrática que oportunizasse a superação das disputas controladas pelo Estado e que promovesse mudanças positivas na reprodução da vida social, altamente oprimida nos marcos do capitalismo neoliberal que, neste caso, se revela no sofrimento urbano submetido ao transporte coletivo privatizado, precário e caro, ou pela precariedade da educação pública.

Neste estudo, procuramos analisar os movimentos autonomistas (MPL e OME) e os dois eventos contestatórios mencionados em suas conexões, os elementos que levaram a sua explosão no país e, por fim, a incidência dos coletivos na configuração das formas de participação política que marcaram essa onda de rebeldias, cuja potência, em nossa opinião, provocou a formação de consciências e a politização de uma geração de jovens que experimentou o fazer político em um contexto conjuntural hostil e conflituoso, em que coexistem, como sugere Moraes (2017), tanto militantes forjados no movimento social tradicional (inclusive jovens), quanto uma nova geração revitalizada de mulheres feministas, de ativistas LGBTI+, negros/as, além de midiativistas, arteativistas, estudantes autônomos, além daqueles sujeitos ligados à agroecologia e ao debate da sustentabilidade.

Dessa forma, não surpreende a adesão e a mobilização do segmento juvenil independente nas lutas de junho e nas ocupações, ou seja, nas revoltas de “rumo curto”, pois há uma nova geração política (não somente em termos etários) heterogênea, como compreende Moraes (2017), que já pulsava e constituía ações e organizações sociopolíticas e socioculturais por fora da institucionalidade. Essa geração política reivindica demandas que perfazem o conjunto da existência humana (direitos sociais, diversidade de gênero, de orientação sexual, dimensão étnico-racial e socioambiental) e outros modos de vida em sociedade que não reproduzem de forma explícita o debate de classe e o lugar do trabalho como fazem os partidos de esquerda e os sindicatos (ou a ideia que comumente se tem sobre eles), todavia, em nossa percepção, esses elementos atravessam todas as demandas e temas postos em disputa nas lutas (sociais,

libertárias, territoriais etc.), na medida em que o sistema capitalista acentua enormemente todas as diferenças sociais ao aviltar direitos, hegemonizar a heteronormatividade, o machismo, o racismo e as práticas destrutivas e predatórias da natureza, portanto há nesses fazeres sociopolíticos indícios de ações anticapitalistas difusas que não podem ser desconsideradas, mas requerem avançar o nível de organização e retomar inquietações com as contradições do capitalismo que levem à constituição de um projeto de sociedade alternativo à ordem do capital.

Por autodefinição dos próprios movimentos, podemos dizer que ambas as organizações estudadas não se implicam em um projeto político coletivo ou societário comum. Em nossa interpretação, não se comprometem em construir unidades políticas para além de articulações com seus pares, ou seja, os movimentos autonomistas. Estes movimentos não valorizam as formas de organização sociopolítica tradicionais de esquerda as quais, em tese, ofereceriam mecanismos para escalar mudanças no sistema político, ou mesmo se preocupam com uma estratégia de longo prazo de caráter anticapitalista ou revolucionário. Os dois movimentos estudados negam os espaços institucionais, as organizações tradicionais e as estruturas organizativas e seus dirigentes, por manifestarem desacordo com a forma como se organizam e atuam na política e, por muitas vezes, sucumbirem às estruturas de legitimação do poder permitidas pelos mecanismos de interpelação política da democracia representativa brasileira, como fizeram alguns partidos de esquerda, notadamente moderados (como o PT e o PCdoB) e muitos movimentos populares.

Portanto, o MPL e o OME não constituíram uma via estratégica com esses movimentos sociais para perseguir um projeto de sociedade que leve a mudanças profundas, até porque essa disposição revolucionária ainda não produziu um projeto de revolução brasileira capaz de inspirar as diferentes frentes de militância de esquerda. Também não consideramos que estes dois movimentos autonomistas tinham condições objetivas e políticas de projetar etapas para tal, tamanha a sua desarticulação com as organizações tradicionais, tamanha a fragmentação da esquerda nacional e tamanha a blindagem não só das burguesias, mas também do PT à pressão social dos interesses populares.

Sobre os grupos estudados, é importante reiterar que o Movimento Passe Livre, protagonista das Jornadas de Junho de 2013, almeja a reversão da estrutura privatista do transporte público, uma pauta anticapitalista que atravessa a realidade da classe trabalhadora. Já o coletivo “O Mal Educado”, impulsionador das Ocupações Secundaristas em 2015 (luta referência para as demais), além de buscar registrar a trajetória do movimento secundarista de São Paulo, por

meio do jornal e das redes sociais, buscava formar politicamente os estudantes do ensino médio apresentando o grêmio livre como forma de organização política para pautarem as demandas e lutas estudantis, mas o único processo de agitação social em que este coletivo atuou foram as ocupações, não ocorreram outras experiências que nos permitissem tecer análises.

A forma de ação política que caracteriza os grupos autonomistas estudados revela um ponto comum em relação aos movimentos tradicionais, ao retomarem uma prática quase abandonada por esses movimentos, qual seja a dedicação à formação sociopolítica de uma base social, neste caso, de jovens estudantes do ensino médio. Os autonomistas defendem as práticas políticas anti-hierárquicas, extrainstitucionais e apostam na potência da revolta e na agitação social como meios para atingir o atendimento das pautas em disputa. Para eles, as demandas de luta emergem no cotidiano, da percepção na imediatividade da vida social, ou seja, por meio das sensações provocadas pela vivência do dia a dia, a exemplo da mobilidade urbana e da rotina da escola. Mas não necessariamente buscam articulá-las às lutas dedicadas diretamente às demandas do trabalho pelo suposto entendimento das relações de exploração do trabalho sob o capital como a base sobre a qual se estrutura o conjunto da dinâmica da vida social nas sociedades capitalistas. O trabalho, a condição e a consciência de classe não geram suficientemente as mesmas emoções que as experiências sociais de cada um e cada uma, especialmente da juventude do século XXI, ao ponto de mobilizá-la politicamente.

Esse deslocamento de eixo de luta se fortalece desde os anos 1960 nos países centrais, mas no Brasil, entre os movimentos juvenis-estudantis, ganhou maior notoriedade, como sugere Bringel (2009), a partir do início dos anos 2000 com a ascensão do debate autonomista e a influência do Fórum Social Mundial que irão criar tensão nos movimentos sociais tradicionais onde mais atuavam os jovens, o que também instigará a diversificação das formas de articulação social da juventude no interior do movimento estudantil, mas, também inspirou a ampliação e a diversificação de coletivos.

Com isso, identificamos que o MPL, o OME e a sua militância se identificam com as pautas da esquerda em torno da defesa de direitos e possuem uma perspectiva anticapitalista difusa, mas, não necessariamente, se identificam com a luta revolucionária socialista inspirada nos moldes das experiências já existentes, o que não quer dizer que não almejem a transformação da realidade e a emancipação social, mas, decerto, não admitem esta possibilidade por meio da disputa institucional ou de reformas.

Pensando especificamente o campo da esquerda brasileira, consideramos ainda importante mencionar que, no âmbito dos movimentos sociais, dos partidos políticos e dos coletivos não há consensos muito evidentes sobre os caminhos a trilhar para subverter a ordem do capital, o que há em comum é uma insatisfação com as profundas desigualdades sociais fruto da exploração capitalista, mas isso ainda não possibilitou constituir unidades com capacidade de produzir organizações dispostas a enfrentar minimamente os limites da democracia representativa, quiçá transformações mais profundas. Portanto, não só os movimentos autonomistas apresentam limites em sua atuação, como todo o campo político-progressista ainda parece buscar formas de mudar a realidade pela via da política.

Ainda assim, esse cenário de vazio da representatividade política da esquerda tradicional somado ao acúmulo desses coletivos autonomistas e da sua disposição disruptiva oportunizaram a incorporação das massas de indignados que foi capaz de produzir uma revolta popular em 2013 e uma revolta estudantil entre 2015 e 2016. Ainda que tenham se revelado formas fluidas de participação social, as organizações autonomistas e as lutas estudadas foram capazes de evidenciar em nível nacional, as críticas às formas tradicionais de participação consolidadas (principalmente no campo da esquerda) além da busca por novos valores que afetaram ainda mais as relações entre movimentos sociais tradicionais e movimentos autonomistas.

Consideramos que o aspecto surpreendentemente desse processo de luta é que essas pequenas organizações autônomas pouco orgânicas e com base social quase restrita aos jovens estudantes de ensino médio conseguiram impulsionar os passos iniciais das lutas locais que se estenderam por todo o país reproduzindo a radicalidade, o caráter independente e a estética dos protestos e das ocupações, um feito que as organizações tradicionais não conseguem realizar em quase três décadas, portanto essa é a particularidade estudada que demonstra a relevância desta pesquisa, aspecto apenas tateado por algumas análises, mas não aprofundado.

É ainda fundamental considerar que a inovação das TICs e das redes sociais possibilitaram uma ampla e imediata difusão de informações relativas à explosão das lutas, das cenas de violência policial e da forma de luta empreendida e isso contribuiu para o fortalecimento desses processos e para a adesão da população que fez massificar os protestos de junho e as ocupações de escolas. No caso das ocupações, as redes sociais (WhatsApp e Facebook) contribuíram muito para a organização interna e externa dos ocupas, algo que na atualidade já faz parte de qualquer processo organizativo de ações coletivas.

Nas duas ondas contestatórias os coletivos autonomistas buscaram dar outra roupagem à condução dos protestos e ocupações por meio da desvinculação com as organizações tradicionais e sem definição de representações políticas que pudessem ofuscar a participação popular; com isso, essa incidência propositiva e pseudodirigente configurou uma direção política difusa nas duas lutas. De modo que, em junho, o MPL atuou mais diretamente nos protestos, já o OME atuou nos bastidores das ocupações, portanto, em ambos os processos, esses grupos atuaram no planejamento e na proposição da forma de luta.

A horizontalidade é algo premente na organização interna desses grupos, no entanto esse traço organizativo foi mais evidente nas ocupações com o esforço de autogestão da resistência nas escolas. A interação com os partidos, sindicatos e centrais estudantis em ambas as lutas configurou apoios ou incorporações posteriores à explosão dos eventos, mas a incidência política dessas organizações não foi algo que teve impacto relevante nas lutas em São Paulo, como sinalizam os entrevistados, embora haja discordância deste ponto na literatura e em análises políticas.

A partir dessas experiências de enfrentamento direto ao Estado, de forma não planejada, essa militância jovem autonomista anunciou em caráter nacional o que já vinha elaborando criticamente desde o início da década de 2000: tentativas de reinvenção da política a partir da forte crítica ao sistema democrático representativo em defesa da não hierarquização dos movimentos, da sua autonomia em relação ao Estado, governos e partidos e de uma ação política que não passa principalmente pelos canais institucionais. Canais que, em geral, não são permeáveis às demandas das organizações autônomas, dos indivíduos independentes e da ação política extrainstitucional.

Dessa forma, a onda de movimentos juvenis contemporâneos, através da intensificação da ação direta e da radicalização das lutas, contestou o caráter dominante da democracia representativa e suas instituições por sua incapacidade de atender e representar os interesses e demandas populares nos marcos do capitalismo contemporâneo. Identificamos tais aspectos como tentativas de reinvenção das formas de organização e ação sociopolítica, na medida em que os sujeitos entrevistados ressaltam suas críticas às limitações das instâncias participativas, ao modelo liberal representativo, bem como da institucionalização dos movimentos sociais históricos de luta popular que, ao fim, não conseguem enfrentar o poder do Estado e, com isso, contribuem para assegurar a reprodução da exploração capitalista e os poucos ganhos da heterogênea classe trabalhadora contemporânea em suas diversas configurações.

Portanto, defendemos que esse esforço pela reinvenção do modo de ação política configura um avanço de um processo de mudança do fazer político que é mais longo, ou seja, dos anos 1960, 1990 e 2000, que expressam tanto críticas ao capitalismo e o sistema democrático representativo quanto ao modelo autoritário do socialismo soviético e das perspectivas leninistas de organização política, hegemônicas entre os movimentos sociais de esquerda.

A mobilização juvenil da segunda década dos anos 2000 contribuiu para politizar e gerar consciência coletiva sobre os agravos do neoliberalismo no século XXI, bem como das imperfeições da democracia e do problema da representação política, sobretudo, reatualizou a radicalidade, impulsionou a organização e a luta independente, bem como despertou expectativas por maior abertura política à democracia direta. Essa foi a principal mensagem da juventude nas ruas e nas escolas, e a radicalidade com a qual agiram e a radicalidade com a qual reagiu o Estado dizem muito sobre o impasse da atual política brasileira.

Essa aposta na luta por fora das instituições, contraditoriamente, também foi captada pela direita em 2013, a qual mobilizou forças ligadas a este campo que reordenaram o sentido inicial da revolta popular e a transformaram em uma imponente pressão política voltada a desbancar o governo petista e alavancar novas organizações liberais (principalmente compostas por jovens) que permanecem vivas incidindo sobre a política nacional.

Ainda assim, as Jornadas de Junho de 2013, por sua potência, inflexionou a política brasileira em ambos os setores, seu legado despertou tanto consciências políticas difusas quanto gerou herdeiros concretos de resistência, como ocorreu com o ciclo de ocupações de escolas (2015-2016), a primavera das mulheres de 2015, os protestos contra o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco do PSOL em março de 2018, a greve dos professores de São Paulo no início de 2015, entre outros processos de luta com forte presença ou apoio dos jovens.

A estes incluímos o “Ele Não!”, campanha protagonizada pelos movimentos de mulheres, especialmente as jovens, que ocorreram às vésperas do segundo turno das eleições de 2018 (onde disputavam o favorito e eleito, Jair Bolsonaro, e Fernando Haddad do PT). Esses atos e a movimentação nas redes sociais configuraram uma campanha de oposição direta ao voto no ultraconservador Bolsonaro. É preciso assinalar ainda os protestos antifascistas e a greve dos trabalhadores de aplicativos que também foram protagonizados pelos jovens independentes no primeiro semestre de 2020 no contexto da pandemia da Covid-19, cujas proporções fizeram aprofundar sobremaneira a crise capitalista já em curso.

Ao que tudo indica, o fenômeno da onda de revoltas ainda apresenta “marolas” e talvez se encontre em aberto, como se os valores por detrás da forma política predominante dos protestos de junho e das ocupações ainda persistam no ideário difuso que mobiliza processos de intensificação de lutas dispersas na atualidade no país.

Figura 6 – Registro fotográfico durante ato contra o fascismo e pela democracia



Fonte: Instagram do Mídia Ninja publicado em 31/05/2020¹⁵⁷

Nota: Foto – Kessis Soares

A imagem aqui reproduzida, onde há uma pichação enunciando “2013 Vive”¹⁵⁸, feita durante os protestos antifascistas em 2020, simboliza nossa premissa de que há resquícios das Jornadas de Junho nos movimentos de contestação que se sucederam no Brasil desde então. Pelo caráter radical, apartidário, descentralizado, anti-hierárquico e imediatista, comuns a esses eventos, podemos dizer que possuem uma conexão com os movimentos autonomistas desde os anos 1960, evidência que também confirma nossa hipótese de estudo.

Há um novo agrupamento político-juvenil emergindo e este, embora esteja visitando experiências de organização política anteriores (e aprendendo com elas com relativa fluidez), talvez necessite do acúmulo das gerações anteriores para aglutinar os grupos hoje fragmentados, pois tempos ainda mais hostis se anunciam desde a vitória da extrema-direita no pleito eleitoral presidencial de 2018 e exigem reação popular e fortalecimento do campo progressista para reavivar lutas e projetos societários emancipatórios, afinal não há receita para uma revolução e

¹⁵⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CA3YdZxBI1P/?igshid=e6fzxqhxefjz>. Acesso em 31 mai. 2020.

¹⁵⁸ A pichação “2013 Vive”, de Kessis Soares, foi feita em um muro na Avenida Paulista durante uma onda de protestos que ocorreram em São Paulo contra o fascismo e pela democracia durante a pandemia em contexto de absoluto descaso do governo federal com relação à gravidade da condição sanitária do país em 2020.

talvez esta perspectiva deva ter que ser reinventada por homens e mulheres deste tempo a partir das condições concretas do presente e, certamente, sendo mais democráticas.

Embora os esforços empreendidos pelas organizações e lutas estudadas não tenham sido capazes de reinventar de forma profunda as formas de ação e organização sociopolítica, a onda nacional de revoltas da juventude brasileira do século XXI chamou a atenção da sociedade para a necessidade das instituições da democracia representativa e dos movimentos sociais tradicionais acolherem as críticas enunciadas pelos movimentos autonomistas pós 2013 sobre as práticas políticas hegemônicas, pois, como sugere Safatle (2017, p. 133), “a política é a crença improvável e aparentemente louca de podermos ser outros, viver de outra forma”.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Miguel. Políticas de juventud y empleo juvenil: el traje nuevo del rey. **Última Década**, CIDPA Valparaíso, v. 3, n. 22, p. 63-94, ago. 2005. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362005000100004. Acesso em: 20 jan. 2019.
- ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência da era Lula. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n2/a03v57n2.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2018.
- ABRAMO, Helena. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In*: PERALVA, A.T; SPOSITO, M. (Orgs.). **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5 e 6, 1997.
- ACHCAR, Gilbert. **A terrível ilusão da Primavera Árabe**. Blog Junho. 01 jan. 2016. p. 1-6. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/a-terrivel-ilusao-da-primavera-arabe/>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- ACHCAR, Gilbert. Gilbert Achcar: uma experiência como fonte de esperança para o futuro. **Esquerda.net**, Lisboa, [s.n.], p. 1-17, 30 set. 2017. Entrevista concedida a Yann Cézard publicada pela Revue L'Anticapitalisme. Disponível em: <https://www.esquerda.net/en/artigo/gilbert-achcar-uma-experiencia-como-fonte-de-esperanca-para-o-futuro/51175>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Síntese dos Indicadores Sociais**: um em cada quatro jovens do país não estava ocupado nem estudava em 2016. 12 dez. 2017. Brasília: Estatísticas Sociais, 2017.
- AGUILERA RUIZ, Oscar. Medios de comunicación en Chile, movimientos juveniles y políticas de la visibilidad. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 55-68, Nov. 2008. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/135>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- AGUILERA RUIZ, Oscar. Jovenes em la calle: las manifestaciones en Chile, México y Brasil. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-45, dez. 2013. Entrevista Concedida por Cláudia Mayorga. Disponível em: <http://desidades.ufrj.br/wp-content/uploads/2013/12/DESidades-1-port.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2018.
- ALBUQUERQUE, Juliene T.; COSTA, Mônica R. Jovem como agente estratégico de desenvolvimento: entre discursos e políticas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 100-108, jan./jun. 2016.
- ALMEIDA, Silvio L. de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGOS, Esther S. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32.
- ALTHUSSER, Louis. A propósito do artigo de Michel Verret sobre o “Maio Estudantil”. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 44, p. 123-135, 2017. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/documento2017_10_01_17_55_57.pdf. Acesso em 3 fev. 2019.

ALVARENGA, Darlan. Pacote de privatizações do governo Temer prevê 75 projetos para 2018. **G1**, Rio de Janeiro, 30 jan. 2018. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/pacote-de-privatizacoes-do-governo-temer-preve-75-projetos-para-2018.ghtml>. Acesso em: 09 out. 2018.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? *In*: HARVEY, D. *et al.* **Occupy**: movimentos de protesto que toraram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 31-38.

ALVES, Giovanni. **Ocupando a futuridade**. Blog Boitempo. 07 dez. 2015. p. 1-11. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/12/07/ocupando-a-futuridade/>. Acesso em: 12 mai. 2018.

AMARAL, Marisa S. Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação. *In*: GALVÃO, A. *et al.* **Capitalismo**: crises e resistências. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 63-82.

AMARAL, Oswaldo E. do. As transformações nas formas de militância no interior do PT: maior inclusão e menor intensidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, jun. 2013, p. 67-86. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2020.

AMORIM, Elaine Regina A.; ARIAS, Santiane. Neoliberalismo e lutas sociais: a emergência dos movimentos piqueteiros e altermundialistas no contexto neoliberal. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, jul./dez. 2009, p. 231-251. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4516>. Acesso em: 5 dez. 2017.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ANTUNES, Ricardo. As lutas sociais e o socialismo na América Latina no século 21. *In*: GALVÃO, A. *et al.* **Capitalismo**: crises e resistências. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 165-183.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, [2018?].

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BARBIANI, Rosângela. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. **Revista Textos & Contextos**. n. 1, v. 6. Porto Alegre, jan./jun. 2007. p. 138-153. jan./jun. 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARKER, Colin. “O movimento como um todo”: ondas e crises. **Revista Outubro**, s.l., n. 22, p. 5-34, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-movimento-como-um-todo-ondas-e-crisis-2/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BEHRING; Elaine.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de serviço social, 2).

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução de: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

BOGO, Ademar. **Teoria da Organização Política III: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca, Florestan Fernandes**. São Paulo: Expressão Paopular, 2008.

BOGO, Ademar. (Org.). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2010a.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BOITO JUNIOR, Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. *In*: BOITO JUNIOR, Armando; Galvão, Andréia (Orgs.). **Política de classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 67-104.

BOITO JUNIOR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 42, p. 155-162. 2016. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2017_03_03_10_57_34.pdf. Acesso em: 19 jul. 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. A seguridade social na América Latina. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 144-195.

BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. *In*: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BRAGA, Ruy. **A política do precarizado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo/USP, 2012.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. *In*: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-92.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. **Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios**. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2014. Disponível em: http://biblioteca.participa.br/jspui/bitstream/11451/985/1/Livro%20PARTICIPACAOSOCIALNOBRASIL_web.pdf. Acesso em: 2 mai. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. **Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional do perfil e opinião dos jovens brasileiros**, 2013. Brasília, nov. 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa-atualizada-16-01-2013>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BRASIL. **Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: 2016.

BRAZ, Marcelo. Mudanças do perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das ciências sociais. *In*: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Orgs.). **Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 11-145.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas dos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 1, v. 11, p. 97-121, jan/jun. 2009.

Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=1529>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRINGEL, Breno. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. *In*: Bringel, B.; Pleyers, G. (Orgs.). **Protesta e Indignación Global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2017, p.141-154.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 24 mar. 2019.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara E. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 28-36, jan./abr. 2010. Disponível em:

http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/168/38. Acesso em: 24 mar. 2019.

BRITO, Luciana. Junho de 2013, novembro de 2015: as escolas de luta da juventude do proletariado marginal, São Paulo, p. 1-3. Disponível em: www.canal6.com.br/x_sem2016/artigos/3A-06.pdf. Acesso em: 4 jun. 2018. (não publicado).

BUZETTO, Marcelo. As mobilizações de junho de 2013 e os desafios na construção do poder popular. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 125-139, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/marcelo-buzetto.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna)

CARCANHOLO, Marcelo. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx**. Madrid: Maia Ediciones, 2017a. (Coleção Claves para comprender la economía).z

CARCANHOLO, Marcelo. Aula 3: Capital e fetichismo: historicidade, classes sociais e luta de classes. Edição especial do Curso Livre Marx-Engels. **TV Boitempo**. 7 ago. 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6JYKsqECnoI>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. Capitalismo especulativo e alternativas para a América Latina. In: GOMES, H. (Org.). **Especulação e lucros fictícios**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 89-124.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos 1960. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 93-107. São Paulo: USP, FFLCH, 1989.

CARLI, Rarieri. **A política em György Lukács**. São Paulo: Cortez, 2013. (Questões da nossa época, 49).

CARNEIRO, Henrique S. Rebeliões e ocupações de 2011. (Apresentação). HARVEY, D. *et al.* **Occupy: movimentos de protesto que toraram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012 p.7-14.

CARROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude. In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V. (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011. p. 45-71.

CARTA CAPITAL. **Deputados congelam verbas da saúde e educação por 20 anos**. 10 out. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-congelam-verba-da-saude-e-educacao-por-20-anos>. Acesso em: 13 mai. 2018.

CARTA CAPITAL. CHILE aprova gratuidade universal no ensino superior: projeto era a principal promessa do governo de Michelle Bachelet. **Carta Capital: Carta Educação**, São Paulo, 25, jan. 2018. p. 1-3. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/chile-aprova-gratuidade-universal-no-ensino-superior/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 2 ed. [rev. e atual.]. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. (tradução Carlos Alberto Medeiros).

CENA BRASIL INTERNACIONAL. **Descrição espetáculo Quando quebra queima**. Disponível em: <http://www.cenabrasilinternacional.com.br/2019/espetaculo/quando-quebra-queima/>. Acesso em: 15 set. 2020.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. Sobre o CMI. [1999?], n.p. Disponível em: <https://midia independente.org/?q=sobre-cmi>. Acesso em: 16 ago. 2020.

CHAVES, Sarah N. S. **#Ocupa: uma experiência educativa**. 239f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In: CHESNAIS, François. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.* São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude; UDRY, Charles-André. O futuro do movimento “antimundialização”: primeiras reflexões para a consolidação de seus fundamentos teóricos. *In: LEHR, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.). Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis.* São Paulo: Cortez, 2005. p. 277-292.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CONJUVE). **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010.** Conselho Nacional de Juventude. 2011.

CORRÊA, Ana Elisa.; ARIAS, Santiane. Classe média e altermundialismo: uma análise do Fórum Social Mundial e da ATTAC. *In: BOITO JR, Armando.; Galvão, Andréia (Orgs.). Política de classes sociais no Brasil dos anos 2000.* São Paulo: Alameda, 2012. p. 154-184.

CORREA, Rafael A. P. Colectivos juveniles como formas participativas de construcción de ciudadanía activa. **Encuentros**, Barranquilla, 2, 169-179, dez. 2013. Disponível em: <http://repositorio.uac.edu.co/handle/11619/1406>. Acesso em: 23 abr. 2019.

CORTÉS, Alexis. El movimiento de pobladores chilenos y la población la Victoria: ejemplaridad, movimientos sociales y el derecho a la ciudad. **EURE**, Santiago, v. 40, n. 119, p. 239-260, jan. 2014. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612014000100011. Acesso em: 23 set. 2018.

CORTI, Ana Paula de O.; CORROCHANO, Maria Carla.; SILVA, José A. da. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 137, v. 37, p.1159-1176, out./dez., 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01159.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. *In: GRIMISON, A. La cultura em las crisis latinoamericanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2004.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. *In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. (Orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina.* São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. (Capítulo 1). p. 13-91.

DAVIS, Mike. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. *In: HARVEY, D. et al. Occupy: movimentos de protesto que toraram as ruas.* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 39-43.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2010.

DEMIER, Felipe. Nas ruas por direitos: a resposta popular às contrarreformas da democracia blindada brasileira. *In*: BRAVO, M. I. de S.; MENEZES, J. S. B. de. **A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização**. Rio de Janeiro, UERJ, Rede Sirius, 2014. p. 62-68.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Balço das greves em 2013**. n. 79, São Paulo, 2015.

DIERCKXSENS, Wim.; PIQUEIRAS, Andrés.; NAKATANI, Paulo (Orgs.). **O capital frente ao seu declínio**. Fim da unipolaridade global: transição para o pós-capitalismo? São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DUARTE, Aldimar J. Juventude, movimentos sociais e participação política no Brasil entre os anos de 2013 a 2015. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 884-901, set./dez. 2016. Disponível: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5442>. Acesso em: 24 nov. 2017.

EVANGELISTA, João E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002. Questões da nossa época, 7.

FANG, Lee. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. 11 ago. 2017. **The Intercept Brasil**. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FERRAZ, Ana T. R. **Tradicional, novos ou novíssimos movimentos sociais?** Vitória, 2019. Não publicado. p. 1-18.

FERREIRA, Andrey C. Introdução: por uma sociologia das insurgências. *In*: FERREIRA, Andrey C. *et al.* **Pensamentos e práticas insurgentes**: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI. Niterói: Alternativa, 2016. p. 9-34.

FIGUEIREDO, Carlos. Ciberativismo e tecnodeterminismo: movimentos sociais e o risco do ativismo codificado. *In*: SANTOS, V. A.; HERRERA-JALAMILLO, M. (Orgs.). **Economia política, comunicação e africanidades**: XV Seminário OBSCOM/CEPOS. São Cristovão: OBSCOM, CEPOS, ULEPICC-Br, UFS, p.63-79, 2018. *E-book*. Disponível em: http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2018/08/EBOOK_OBSCOM_2018.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. **Brasil tem 1.154 unidades de ensino ocupadas por alunos, diz entidade**. 26 out. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1826548-brasil-tem-1154-unidades-de-ensino-ocupadas-por-alunos-diz-entidade.shtml>. Acesso em 10 mai. 2017.

FONTES, Virgínia. Introdução. **O Brasil e o Capital-imperialismo**: teoria e história. 2 ed. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/FIOCRUZ: Editora URFJ, 2010. p. 11-19.

FONTES, Virgínia. A crise brasileira e a luta de classes. Virgínia Fontes. Aula magna do IELA. **IELA UFSC**. 24 abr. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=seGV-HANDSs>. Acesso em: 15 set. 2019.

FORACCHI, Marialice. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. *In*: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.180-216.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A conjuntura atual do capitalismo e as mobilizações sociais: a educação pública como arena de luta de classe. *In*: ORSO, J. P. *et al.* **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 57-75.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA (UNICEF). **Cenário de exclusão escolar no Brasil**. 2017. Unicef, 2017.

FLORESTI, Felipe. **Manifestações de 'Junho de 2013' completam cinco anos: o que mudou?** Galileu. 20 jun. 20. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2018/06/manifestacoes-de-junho-de-2013-completam-cinco-anos-o-que-mudou.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GALVÃO, Andréia. Ideologia e política nos movimentos sociais na América Latina. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27., 2009, Buenos Aires; JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 8., 2009, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-062/1628.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2018.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 32, p. 107-126, 2011. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=43&numero_revista=32. Acesso em: 10 nov. 2017.

GAMBINA, Julio. C. La ofensiva del capital y los desafíos para el pensamiento crítico. **Revista Argumentum**. Vitória, n. 2, v. 9, p. 53-61, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/16655>. Acesso em: 14 dez. 2017.

GARCIA, Mario A. V.; CLAUSEN, Henele B.; JEPPESEN, Anne M. E. Introducción: Dignidad latinoamericana. *In* GARCIA, Mario A. V.; CLAUSEN, Henele B.; JEPPESEN, Anne M. E. (Coords.). **Los nuevos caminos de los movimientos sociales em latinoamérica**. Monterrey: Universidad de Aalborg / Universidad de Copenhague /El Colegio del Estado de Hidalgo, 2015. p. 9-24.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIMENES, Camila I. **Ocupar e resistir: entre o político e o pedagógico nas escolas ocupadas**. Blog Boitempo. 02 nov. 2016. p. 1-9. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/ocupar-e-resistir-entre-o-politico-e-o-pedagogico-nas-escolas-ocupadas/>. Acesso em: 9 mai. 2018.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014a. Questões da Nossa Época, 47.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017. Questões da Nossa Época, 59.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v31n82/0103-4979-ccrh-31-82-0117.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2018.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. Apresentação. **Movimentos Sociais na era global**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-16.

GOMÉZ LEYTON, Juan Carlos L. La rebelión de los Estudiantes secundarios en Chile. **Protesta social y política em uma sociedade neoliberal triunfante**, Argentina, n. 20, ano 7, p. 107-116, 2006. Observatório Social de América Latina (OSAL): Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110416110135/11Leyton.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2017.

GONÇALVES, Livia M. A. Ações coletivas no espaço urbano: as articulações culturais da rede Norte Comum. Encontro Anual da Anpocs, 41., 2017, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2017. p. 1-24.

GRESPLAN, Jorge. Aula 4: Leis Tendenciais, capital, acumulação e crise. Jorge Gresplan. Edição especial Curso Livre Marx-Engels. **TV Boitempo**. 15 ago. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u-YgbuJB7Ck>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GROPPO, Luís Antonio. A dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, v. 13, n. 25, p. 9-22, Dez. 2004. Disponível em: <https://www.redemetodista.edu.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/629>. Acesso em: 10 abr. 2016.

GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas**. Movimentos estudantis de 1968. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2005.

GROPPO, Luís Antonio. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. Coleção educação Contemporânea.

GROPPO, Luís Antonio *et al.* Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. **Educação Temática Digital**. Campinas, v. 19, n.1, p. 141-164, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647616/15204>. Acesso em: 13 mar. 2018.

GROPPO, Luís Antonio. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. *In*: COSTA, A. A. F.; GROppo, Luís Antonio. **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 85-117.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, Vitória, n.1, v. 12, p. 7-21, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/30125/69>. Acesso em: 10 mai. 2020.

GUELL, Pedro I.; FRANCO, Noemí B. Movimientos estudiantiles: de mayo del 68 a la actualidad. Sobre las experiencias utópicas de un movimiento peculiar. *In*: LANDA, X. A.; GONZALÉZ, J. F.; REY, J. B. Z. (Coord.). **Movimientos estudiantiles: resistir, imaginar, crear en la Universidad** (Asamblea de Ciencias Sociales por Uma Universidad Crítica). Logroño, Espanha: Fundación Dialnet: Universidad de la Rioja, 2008. p. 11-28. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=329855>. Acesso em: 03 fev. 2019.

GUERRA, Yolanda. Serviço Social: dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. *In*: COSTA, G.M.; PRÉDES, R.; SOUZA, R. (Orgs.). **Crise contemporânea e Serviço Social**. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 85-110.

G1 BRASIL. **Número de greves vem aumentando no Brasil desde 2002, diz Dieese**. 29 nov. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/11/numero-de-greves-vem-aumentando-no-brasil-desde-2002-diz-dieese.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.

G1 BRASIL. **Com obras em andamento, Copa das Confederações testará apenas arenas**. 15 mai. São Paulo, 2013a. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/com-obras-em-andamento-copa-das-confederacoes-testara-apenas-arenas.html>. Acesso em: 22 set. 2020.

G1 BRASIL. **Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes Fantástico mostrou quem são e o que querem os que saíram às ruas**. Transporte e política são razões principais apontadas por eles. 24 jun. São Paulo, 2013b. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 29 jul. 2010.

G1 SÃO PAULO. **'Não vou dialogar em situação de violência'**, diz Haddad após protesto. Prefeito de SP afirma que renúncia à violência é pressuposto ao diálogo. Ele critica isenção de responsabilidade do Movimento Passe Livre. 12 jun. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/nao-vou-dialogar-em-situacao-de-violencia-diz-haddad-apos-protesto.html>. Acesso em: 24 set. 2020.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 18 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Contradição 17. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 245-260.

HIRSCH, Joaquim. Crise da democracia – qual crise? **Margem Esquerda**, n. 32, São Paulo: Boitempo, 2019. p. 81-87.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Otávio. O jovem radical. *In*: BRITTO, Sulamita de. (Org.). **Sociologia da Juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 225-242.

IANNI, Otávio. **Estado e nação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. **Site do Partido Comunista Brasileiro**, s.l., p. 1-13. 18 mar. 2013. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1K86ouShh6qJtaqMN0NxOm7IGWKNgXZba23jXBU6145k/edit>. Acesso em: 17 mar. 2019.

IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017. p. 241-264.

IASI, Mauro Luis. As insurreições no Chile e na América Latina. Mauro Iasi. Café Bolchevique. **TV Boitempo**. 25 out. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=8vSVZOtkQfk>. Acesso em: 30 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo, 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores Sociais 2018**: tabulações especiais sobre as condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101716>. Acesso em: 21 jul. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tarifação e financiamento do transporte público urbano**. Nota Técnica. n. 2, jul. 2013. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18842. Acesso em: 21 jul. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta Conjuntura**: Mercado de Trabalho. n. 33. 4º trimestre, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/161219_cc33_mercado_trabalho.pdf. Acesso em: 10 abr. 2017.

JANUÁRIO, Adriano. et at. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=12>. Acesso em: 17 set. 2018.

JASPER, James M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Tradução de: MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JORNALISTAS LIVRES. Malhação tentou construir mundo imaginário sobre as Escolas em Luta. Fev. 2016. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/malhacao-tentou-construir-mundo-imaginario-sobre-as-escolas-em-luta/>. Acesso em: 13 out. 2020.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LEITE, José C. **As invenções da política**: sobre a existência da política e suas transformações. 427 f. Tese – Pós-graduação em Ciências Sociais: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LÖWY, Michael. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 19/20, p. 32-38, jul./dez. 2008; jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18750>. Acesso em: 20 out. 2019.

LÖWY, Michael; BETTO, Frei. Valores de uma nova civilização. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J.C.; CEVASCO, M. E. **O espírito de Porto Alegre**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 201-208.

MACEDO, Rogério F. A ponte para o abismo da miséria: notas sobre o golpe de 2016. In: FILHO, P. A. de L.; NOVAES, H. T.; MACEDO, R. F. (Orgs.). **Movimentos Sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia Navegantes publicações, 2017. p. 273-301. Disponível em: https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_e22173249fa642a2b3f7acf908965660.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

MALACARNE, Robson; BRUNSTEIN, Janette. Língua em viagem na tradução do desenvolvimento sustentável para empresários do Brasil e de Portugal: o caso da WBCSD. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 1, v. 59, p. 715-764, maio 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132020000100715&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 nov. 2020.

MARCIAL, Rogério. Jovenes en la calle: las manifestaciones en Chile, México y Brasil. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, p. 28-45. dez. 2013. Entrevista Concedida por Cláudia Mayorga. Disponível em: <http://desidades.ufrj.br/wp-content/uploads/2013/12/DESidades-1-port.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2018.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. O movimento estudantil na América Latina. **Revista Movimentos Sociais**, v. 1, n. 1, jul./dez. [1970] 2016. Disponível em: https://redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/489/pdf_5. Acesso em: 20 out. 2019.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (Org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios, 1996, p. 13-30.

MARTÍNEZ, Juliana C. Movimientos juveniles contemporâneos em América Latina: juventud y política em La encrucijada neoliberal. In: FERRER, F. E. (Coord.). **Jóvenes en movimientos**: experiencias y sentidos de las movilizaciones en la América Latina contemporânea. Buenos Aires: CLACSO, 2016. p. 119-156. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/promocion_de_la_investigacion/publicaciones_detalle.php?s=3&id_ioma=&id_libro=1081&pageNum_rs_libros=. Acesso em: 5 mar. 2018.

MARTINS, Vanessa. Estudantes ocupam mais 4 escolas em protesto contra OSs, em Goiás. 2015. **G1**, TV Anhanguera, Goiás. 16 dez. 2015. Disponível em:

<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/12/estudantes-ocupam-mais-4-escolas-em-protesto-conta-oss-em-goias.html>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MARTINS, Caio.; CORDEIRO, Leonardo. Revolta popular: o limite da tática. 2014. **Passa Palavra**, sem local. 27 mai. 2014. Disponível em: <https://passapalavra.info/2014/05/95701/>. Acesso em: 23 set. 2020.

MARTUSCELLI, Danilo E. Sobre o conceito marxista de crise política. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 43, p. 9-27, 2016. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2017_06_03_06_32_57.pdf. Acesso em: 10 jul. 2018.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de: SCHNEIDER, Nélío. São Paulo: Boitempo, 2011. p.7-37.

MASSIAH, Gustave. O altermundialismo e a crise da globalização. **Le Monde Diplomatique Brasil**, on-line, 4 jan. 2009. 1-16. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-altermundialismo-e-a-crise-da-globalizacao/>. Acesso em: 25 out. 2019.

MAYORGA, Cláudia. Por novas instituições, por uma nova política: o protagonismo dos jovens no Brasil. **Educação e Linguagens**, Campo Mourão, n. 10, v. 6, p. 11-24, jan./jun. 2017. Entrevista concedida a Ada O. F. Fontanella e Laiza Suelen B. Campos. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/view/1603>. Acesso em: 9 mar. 2018.

MAYORGA, Cláudia; MARCIAL, Rogério.; AGUILERA RUIZ, Oscar. Jovenes em La calle: las manifestaciones em Chile, México y Brasil. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, p. 28-45, dez. 2013. Entrevista Concedida por Cláudia Mayorga. Disponível em: <http://desidades.ufrj.br/wp-content/uploads/2013/12/DESidades-1-port.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2018. Entrevista.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**. Ed. 4, n. 2, p. 7-15, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

MÉSZÁROS, István. **A atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. Tradução de: CASTANHEIRA, Paulo Cezar. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência**: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

MINAYO, Maria Cecília S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília S.; DESLANDES, S. F.; NETO, R. G. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9-28.

MINAYO, Maria Cecília S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *In*: **Cadernos de Saúde Pública**. v. 9. n. 3. Rio de Janeiro. Jul./set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 1 ago. 2009.

MINHA SAMPA. [Virada] ocupação. Dez. ([2015]). Disponível em: <https://www.viradaocupacao.minhasampa.org.br/>. Acesso em: 13 out. 2020.

MONTAÑO, Carlos.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca Básica de serviço social, 5.

MORAES, Wallace dos S. de. A revolta dos governados do inverno-primavera de 2013 no Brasil e suas interpretações. *In*: FERREIRA, A. C. (Org.). **Pensamentos e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI**. v. 2. Niterói: Alternativa, 2016. p. 372-383. (Coleção Pensamento Insurgente)

MORAES, Alana. Movimentos tradicionais, autonomistas e um novo ciclo de lutas no Brasil. Entrevista especial com Alana Moraes. 2017. **Revista IHU on line**, Porto Alegre, [s.n.], p. 1-16, 28 abr. 2017. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/567067-movimentos-tradicionais-autonomistas-e-um-novo-ciclo-de-lutas-no-brasil-entrevista-especial-com-alana-moraes#>. Acesso em: 18 mai. 2020.

MORAES, Livia de Cássia G. Classe trabalhadora sob ataque: uma análise dos fundamentos e dos efeitos concretos do golpe. *In*: GALVÃO, A.C.; ZAIDAN, J. C. S. de M.; SALGUEIRO, W. (Orgs.). **Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise**. 2 ed. Pontes Editora: Campinas, 2019. p. 93-115.

MOTA, Leonardo de. Os movimentos sociais na crise financeira global: questões e polêmicas. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 3, p. 288-296, set./dez, 2013. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/download/csu.2013.49.3.08/3827. Acesso em: 20 abr. 2018.

MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO (MPL SP). Aumento da tarifa de ônibus em São Paulo. **Jornal Passe**, São Paulo, nov. 2009, n.4, p. 1-4. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/material/impressos/>. Acesso em: 26 jan. 2017.

MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO (MPL SP). Apresentação: sobre o MPL. [2005?]. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

NETTO, José Paulo. **Democracia e transição socialista**: escritos de teoria e política. Oficina de Livros: Belo Horizonte, 1990.

NETTO, José Paulo. Socialismo real e socialização do poder político. *Crítica Marxista*, São Paulo: Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p. 65-66.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, ano XVII, p. 87-131, abril, 1996.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília, UNB, 1999.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. *In*: Brant, M. C.; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 64-90.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e suas consequências societárias**. Palestra realizada no 5º Seminário Anual de Serviço Social, organizado pela Cortez Editora em 14 de maio de

2012. São Paulo: TV Cortez, 2012. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=9ZRlfA5QyIk>. Acesso em: 09 nov. 2019.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

NUNES, Rodrigo. Vocabulário Político para Processos Estéticos. **Evento**. [s.d.]. Disponível em: <https://vocabpol.cristinaribas.org/evento/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

O MAL EDUCADO. **Jornal n° 3**: Os professores param, os estudantes se movimentam. Disponível em: <https://passapalavra.info/2015/04/103664/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

ORTELLADO, Pablo. A ocupação de escolas é o filho mais legítimo de junho de 2013. 2016b. **Revista IHU on line**, Porto Alegre, [s.n.], p. 1-5. 18 mai. 2016. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/555196-a-ocupacao-de-escolas-e-o-filho-mais-legitimo-de-junho-de-2013-entrevista-especial-com-pablo-ortellado>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PANDOLFI, Aline F. **Transição ao Socialismo**: a participação dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas. São Paulo: Lutas Anticapital, 2019.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estrutura Partidária**. [S.l.], [2018]. Disponível em: <https://pt.org.br/estrutura-partidaria/>. Acesso em: 10 set. 2020.

PERONDI, Eduardo. Crise econômica e instabilidade política: cenários da ofensiva do capital contra o trabalho no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 603-621, 2017. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8236>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PINASSI, Maria O. **Da miséria ideológica à crise do capital**: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINASSI, Maria O. Da crise do capital aos movimentos sociais contemporâneos: entrevista com Maria Orlanda Pinassi. **Extraprensa**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 15-28. maio 2010. Entrevista. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/77232/81096>. Acesso em: 13 abr. 2019.

POLESE, Pablo. As lutas autônomas frente ao modelo democrático-popular de contrarrevolução permanente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 123-142, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100123. Acesso em jun. 2020.

POLÍCIA FEDERAL. **Fases da Operação Lava Jato**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2014 a 2017. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1/fases-da-lava-jato-2017>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 4, [n. 3/n.15?], p. 41-81, jul./set., 1988. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451988000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 25 jun. 2020.

QUEIROZ, Marcos M. M.; MEDEIROS, Magno. O novo cidadão: a relação entre juventude, cidadania e as tecnologias de informação e comunicação. **Revista Anhanguera**. Goiânia, v. 16, n. 1, p. 1-11, jan./dez., 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. A política é imaginação. Entrevista com Jacques Rancière. 2018. **Revista IHU on line**, Porto Alegre, [s.n.], p. 1-7, 27 jul. 2018. Entrevista concedida a **Melina Balcázar Moreno** publicada por **Milenio** em 14-07-2018, tradução **Cepat**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581209-a-politica-e-imaginacao-entrevista-com-jacques-ranciere>. Acesso em: 29 abr. 2019.

ROUSSEAU, Dominique. Crise das democracias se deve ao surgimento de uma oligarquia neoliberal. Entrevista especial com Dominique Rousseau. 2018. **Revista IHU on line**, Porto Alegre, [s.n.], p. 1-17, 14 nov. 2018. Entrevista. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/584622-cri-se-das-democracias-se-deve-ao-surgimento-de-uma-oligarquia-neoliberal-entrevista-especial-com-dominique-rousseau>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RUIZ, Rúben.L.; ERANSUS, Begoña. P. Jóvenes, vulnerabilidades y exclusión social: impacto de las crisis y debilidades del sistema de protección social. **Zerbitzuan**, Vasco, n. 57, p. 137-157, dez. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4944143>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, D. **Occupy**: movimentos de protesto que toraram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 45-55.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de A. Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda. In: FILHO, P. A. de L.; NOVAES, H. T.; MACEDO, R. F. (Orgs.). **Movimentos Sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia Navegantes publicações, 2017. p. 303-316.

SANTANA, Marco Aurélio. O 1968 no coração do Império. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 3, p. 101-113, jul./dez. 2018. São Paulo: Boitempo, 2018.

SCALON, Celi. Juventude, igualdade e protestos. **Revista Brasileira de Sociologia**, Sergipe, v. 1, n. 2, p. 177-204, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/47/23>. Acesso em: 4 jun. 2018.

SCARCELLI, Oliver Cauã C. As origens do Movimento Passe Livre: do trabalho em escolas à autogestão no transporte. II JORNADAS DE ESTUDIOS AMERICA LATINA Y EL CARIBE: DESAFIOS Y DEBATES ACTUALES, 2., 2014, Buenos Aires. **Anais [...]** Buenos Aires: Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, 2014. Disponível em: <https://jornadasiealc.wordpress.com/ponencias/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SCHERER, Giovane Antonio. **O caleidoscópio da (in)segurança**: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes. 2015. 257f. Tese (Doutorado em Serviço Social) –

Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestação de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, mai./ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000200012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 out. 2018.

SECCO, Lincoln. Secundaristas. **Blog Boitempo**. 24 mai. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/24/secundaristas/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. **Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)**. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/saresp>. Acesso em: 15 out. 2020.

SEIDL, Ernesto. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p63>. Acesso em: 2 mai. 2018.

SENADO FEDERAL. Pedalada Fiscal. **Senado Notícias**. Brasília: sem data. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003. Acesso em: 2 jul. 2017.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. *In*: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21-54.

SOEIRO, José. Da geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 28, p. 55-79, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0872-34192014000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2020.

SOUSA, Janice T. P. de. Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 451-470, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/9875/9104>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SOUSA, Janice T. P. de. Por onde passa a política para jovens contestadores espanhóis – pistas através da história. *In*: SOUSA, Janice T. P. de; GROppo, Luis Antonio. (Orgs.). **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo**. Florianópolis: UFSC, 2011.

SOUZA, Reivan M. Pós-modernidade e crise capitalista: incidências das formas de controle sobre a subjetividade do trabalho. *In*: COSTA, G. M.; PRÉDES, R.; SOUZA, Reivan M. (Orgs.). **Crise contemporânea e serviço social**. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 211-229.

SOUZA, Renato. Análise: Lava-Jato enfrenta sua maior crise em seis anos de existência. **Correio Braziliense**, Brasília – DF, 28 jul. 2020. Política. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/28/interna_politica,867669/analise-lava-jato-enfrenta-sua-maior-crise-em-seis-anos-de-existencia.shtml. Acesso em: 14 jul. 2020.

STOCCO, Aline F.; MORAES, Livia de Cássia G. Ocupações secundaristas no Espírito Santo. *In*: COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (Orgs.). **Movimento de Ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2018. p. 225-262.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. **Novos Estudos Cebrap**, n. 92, p. 35-56, mar. 2012. Dossiê crise global. Tradução de: Alexandre Morales. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-92/>. Acesso em: 13 nov. 2019.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

SUBIRATS, Joan. **Otra sociedad. Otra política?** De <no nos representan> a la democracia de ló común. Icaria Editorial: Asaco, 2011.

TAQUETTI, Camila. L. **A gestão das políticas de juventude**: o caso de Vitória 2005-2010. 2010. 244 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras Reflexões. **Colombia Internacional**. Santiago, n. 71. v. 1, p. 63-83, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n71/n71a04.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2018.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p35>. Acesso em 02 mai. 2018.

TEIXEIRA, Joaquina B.; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 185-200.

THE INTERCEPT BRASIL. **EUA estão com a faca e o queijo na mão**. Lava Jato fez de tudo para ajudar justiça americana – inclusive driblar o governo brasileiro. 12 mar. 2010. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/12/lava-jato-driblou-governo-ajudar-americanos-doj/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

THOMAS, Peter D. A hipótese comunista e a questão da organização. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 45, p. 35-61. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=57&numero_revista=45. Acesso em: 04 ago. 2017.

TOSTES, Ana Paula B.; SILVA, Lucca V. B. Das praças para as urnas: movimentos dos Indignados e Occupy Wall Street. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 245-260, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/23761>. Acesso em: 15 fev. 2018.

TRINDADE, Thiago A. **Protesto e democracia**: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 158-166.

UOL. **Em dia de maior repressão da PM, ato em SP termina com jornalistas feridos e mais de 240 detidos**. Cotidiano. 14 jun. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/em-dia-de-maior-repressao-da-pm-ato-em-sp-termina-com-jornalistas-feridos-e-mais-de-60-detidos.htm>. Acesso em: 16 set. 2020.

VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe A. **O que é uma revolução?**: teoria, história e historiografia. Edições Colibri: Lisboa, 2015. p. 63-94. (Extra-coleção).

VERDÚ, Clemente P.; FERRAZ, Ana T. R. La protesta en España y Brasil: crisis económica y crisis política. **Revista de Ciencias Sociales**, San Vicente, v.10, n. 2, p. 369-395, 2015.

VIANA, Diego. O que significa reinventar a política em tempos pós-neoliberais? 2018. **Revista IHU on line**, Porto Alegre, [s.n.], p. 1-18, 22 mar. 2018. Entrevista. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/577230-o-que-significa-reinventar-a-politica-entrevista-especial-com-diego-viana>. Acesso em: 05 abr. 2019.

VIEIRA, Flávia B. Articulações internacionais “desde baixo” em tempos de globalização. *In*: GOHN, M. da; BRINGEL, B. M. **Movimentos Sociais na era global**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 189-210.

VOMMARO, Pablo A. Movilizaciones juveniles en América Latina actual: hacia las configuraciones generales de la política. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**, Cruz Godoy, [s.n.], p. 1-18, jun. 2015a. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/54024>. Acesso em: 17 jan. 2020.

VOMMARO, Pablo A. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina**: tendências, conflictos y desafíos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grupo Editor Universitario: CLACSO, 2015b. p. 58-74. (Colección las juventudes argentinas hoy: tendencias, perspectivas, debates).

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Brasil, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 11 jun. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico? *In*: LEHR, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005. p. 263-276.

WOOD, Elen M. Capitalismo e democracia. *In*: BORÓN, A.; AMADEU, J.; GONZÁLEZ, S. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 417-430. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084411/cap18.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020. (Coleção Campus Virtual).

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. *In*: HARVEY, D. **Occupy**: movimentos de protesto que toraram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 15-25.

ZÚQUETE, José Pedro. O anarquismo está de volta? **Análise Social**, Lisboa, v. 4, n. 221, p. 966-989, jan. 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0003-25732016000400008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 set. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LISTA DE VÍDEOS

Vídeo	Tipo	Autoria/ Divulgação	Link para acesso:
La revolución de los pingüinos	Documentário chileno	Jaime Díaz Lavanchy	https://www.youtube.com/watch?v=BRRMrZyQYxU&t=56s
Revolta do Buzu - 2003	Documentário	Carlos Pronzato	https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA
Primeiras Chamas: atos regionais das jornadas de junho	Documentário	Lutas & Lutas tá tenu	https://www.youtube.com/watch?v=ytqVbsMI6qs&t=2s
Programa Roda Viva	Entrevista com MPL	TV Cultura	https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY
MPL: das raízes a junho de 2013	Documentário	Descolonizações Blog	https://www.youtube.com/watch?v=VR0VTTx8pm4
A partir de agora - As jornadas de junho no Brasil	Documentário	Carlos Pronzato	https://www.youtube.com/watch?v=3dIPZ3rarO0&t=2117s
Junho	Documentário	João Wainer	https://www.youtube.com/watch?v=9qcrPve51qo
As Jornadas de Junho de 2013	Documentário	Vice Brasil	https://www.youtube.com/watch?v=HUErI_Q0QNg&t=922s
Conheça o Movimento Passe Livre	Documentário	Carta Capital	https://www.youtube.com/watch?v=HA2PG4-8d2o
O que você acha do Movimento Passe Livre (MPL)?	Entrevista com Wladimir Safatle	Desconheci do	https://www.youtube.com/watch?v=l26woHsRhoQ
Ruy Braga analisa as manifestações de junho	Palestra	TV Boitempo	https://www.youtube.com/watch?v=M4Fb5YMD2tU
Junho de 2013 ainda não acabou	Videoaula	Tese onze	https://www.youtube.com/watch?v=-XDf66EOe7A
Escola de luta	Clipe musical	Mc Foice e Martelo	https://www.youtube.com/watch?v=QvdrLD1RbTI&t=2s
Lute como uma menina!	Documentário	Flávio Colombini e Beatriz Alonso	https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA

Documentário sobre secundas	Documentário	Desconhecido	https://www.youtube.com/watch?v=LoGNYrEMy8c
Escolas em Luta	Documentário	Desconhecido	https://www.youtube.com/watch?v=S7I3IkW_T68

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

#Movimento Passe Livre-SP#

Participante:

Data:

Local/meio:

Tema I: Aspectos pessoais e trajetória militante

1. Conte-me um pouco sobre você **no período** das Manifestações de Junho de 2013:
 - a) Qual a sua ocupação? _____
 - b) Qual a idade? _____
 - c) Gênero/Identidade de Gênero? _____
 - d) Onde e com quem residia? _____
 - e) Como indicaria sua condição socioeconômica (pessoal ou familiar): _____
 - f) Ainda é membro do MPL? () Sim () Não
2. Conte-me um pouco sobre a sua trajetória de participação social (antes do MPL, durante e atualmente):

Tema II: O Movimento Passe Livre

Descreva sobre o MPL:

3. O que é o MPL? Quando, como e com que motivação surgiu o MPL?
4. Quando iniciou sua participação no MPL? Qual a sua motivação?
5. Como o MPL se organizava anteriormente às Jornadas de Junho?
6. Como o MPL se organiza hoje (caso ainda faça parte)?
7. Em geral, onde e como o MPL se reunia?
8. Qual o papel da internet na organização do MPL? Quais meios eram mais utilizados?
9. Quais as inspirações/influências políticas e ideológicas do MPL-SP para sua organização e ação política?

Tema III: As mobilizações de Junho de 2013

Relate como foi o processo inicial das “Jornadas de Junho”:

10. Qual o contexto, quais acontecimentos contribuíram para a explosão das manifestações de junho de 2013?
11. Quais grupos e sujeitos se mobilizaram e foram mobilizados dando início aos eventos?
12. Quais foram as estratégias de luta definidas para a atuação das manifestações de junho de 2013?
13. Quais foram as dificuldades iniciais enfrentadas?
14. Quais eram as plataformas/demandas/pautas mais reivindicadas nos Protestos de Junho de 2013?
15. Quais as palavras de ordem e jargais mais usados nas manifestações?
16. Em nível nacional, o que você considera que mais motivou as mobilizações? A que você atribui o crescimento das manifestações por todo o país?

Tema IV: O MPL nas Jornadas de Junho

Relate sobre como o MPL-SP agiu nas Jornadas de Junho:

- 17) Relate como o MPL-SP agiu junto aos sujeitos e grupos mobilizados.
- 18) Como ocorreu a interação entre o MPL e os sujeitos/ grupos mobilizados durante os protestos?
- 19) Ocorreu interação do MPL com os movimentos sociais tradicionais (partidos políticos, sindicatos, entidades oficiais estudantis, outros movimentos sociais)? Como aconteceu?
- 20) Ocorreu interação do MPL com outros Coletivos? Sim ou Não? Com quais? Como aconteceu?
- 21) Fale sobre o processo de mobilização e difusão das lutas. Como ocorreu? Através de quais mecanismos? Quais dificuldades foram enfrentadas nesse processo e quais descobertas e possibilidades foram alcançadas?

- 22) Qual o papel/influência do MPL nas Jornadas de Junho de 2013?
- 23) Você considera que a forma ação e organização do MPL interferiu sobre a forma de ação e organização dos sujeitos e dos Protestos de Junho de 2013? Em quais aspectos?
- 24) Qual a importância da internet e das redes sociais na comunicação, difusão e mobilização das lutas? Quais mecanismos e redes foram mais utilizados? Como foram utilizadas?
- 25) Você acredita que os Protestos de Junho de 2013 marcam mudanças na forma de ação política dos movimentos expressivamente jovens? Por quê? Como? Quais mudanças você considera mais relevantes?
- 26) Você considera que as Ocupações das Escolas de 2015/2016 possuem alguma conexão com as Jornadas de Junho de 2013? Por quê? Em que sentido?
- 27) Há algum aspecto não abordado que considera importante ressaltar?

ROTEIRO DE ENTREVISTA
#Coletivo O Mal Educado-SP#

Participante:

Local/meio:

Participou das Ocupações: () 2015 () 2016

Tema I: Aspectos pessoais e trajetória militante

1. Conte-me um pouco sobre você **no período** das Ocupações das Escolas:
 - a) Qual a sua ocupação? _____
 - b) Qual a idade? _____
 - c) Gênero/Identidade de Gênero? _____
 - d) Onde e com quem residia? _____
 - e) Como indicaria sua condição socioeconômica (pessoal ou familiar): _____
 - f) Ainda é membro do O Mal Educado? () Sim () Não
 - g) Você também foi membro do MPL-SP? () Sim () Não
2. Conte-me um pouco sobre a sua trajetória de participação social (antes do O Mal Educado, durante e atualmente):

Tema II: O Coletivo: O Mal Educado

Descreva sobre o O Mal Educado:

3. O que é o O Mal Educado? Quando, como e com que motivação surgiu?
4. Quando iniciou sua participação no O Mal Educado? Qual a sua motivação?
5. Como o O Mal Educado se organizava anteriormente às Ocupações das Escolas?
6. Como o O Mal Educado se organiza hoje (caso ainda faça parte)?
7. Em geral, onde e como O Mal Educado se reunia?
8. Qual o papel da internet na organização do O Mal Educado? Quais meios eram mais utilizados?
9. Quais as inspirações/ influências políticas e ideológicas do O Mal Educado para sua organização e ação política?
10. O Coletivo atuou nas Ocupações das Escolas de: () 2015? () 2016?
11. Existia uma relação entre O Mal Educado e o MPL-SP? Como era?
12. Você fez parte do MPL-SP, esta participação inspirou o engajamento no O Mal Educado? () Sim () Não. Por quê?

Tema III: As Ocupações das Escolas de 2015/2016

Relate como foi o processo inicial das “Ocupações das Escolas”:

13. Qual o contexto, quais acontecimentos contribuíram para a explosão das Ocupações das Escolas 2015/2016?
14. Quais grupos e sujeitos se mobilizaram e foram mobilizados dando início aos eventos?
15. Quais foram as estratégias de luta definidas para a atuação no processo de Ocupação das Escolas?
16. Quais foram as dificuldades iniciais enfrentadas?
17. Quais eram as plataformas/demandas/pautas mais reivindicadas nas Ocupações das Escolas?
18. Quais as palavras de ordem, jograis e frases de cartazes mais usados nas Ocupações?
19. Em nível nacional, o que você considera que mais motivou as Ocupações em 2016? A que você atribui o crescimento das Ocupações por todo o país?
20. Você considera que as Ocupações das Escolas possuem alguma conexão com as Jornadas de Junho de 2013? Por quê? Em que sentido?

Tema IV: O Mal Educado nas Ocupações das Escolas

Relate sobre como O Mal Educado agiu nas Ocupações das Escolas:

- 21) Relate como O Mal Educado agiu junto aos sujeitos e grupos mobilizados.
- 22) Como ocorreu a interação entre O Mal Educado e os sujeitos/ grupos mobilizados durante as Ocupações?
- 23) Ocorreu interação do O Mal Educado com os movimentos sociais tradicionais (partidos políticos, sindicatos, entidades oficiais estudantis, outros movimentos sociais)? Como aconteceu?
- 24) Ocorreu interação do O Mal Educado com outros Coletivos? Sim ou Não? Com quais? Como aconteceu?
- 25) Fale sobre o processo de mobilização e difusão das lutas. Como ocorreu? Através de quais mecanismos? Quais dificuldades foram enfrentadas nesse processo e quais descobertas e possibilidades foram alcançadas?
- 26) Qual o papel/influência do O Mal Educado nas Ocupações de 2015 e 2016?

- 27) Você considera que a forma ação e organização do O Mal Educado interferiu sobre a forma de ação e organização das Ocupações das Escolas? Em quais aspectos?
- 28) Qual a importância da internet e das redes sociais na comunicação, difusão das ocupações? Quais mecanismos e redes foram mais utilizados? Como foram utilizadas?
- 29) Você acredita que As Ocupações de 2015/2016 marcam mudanças na forma de ação política dos movimentos expressivamente jovens? Por quê? Como? Quais mudanças você considera mais relevantes?
- 30) Você considera que as Ocupações das Escolas de 2015/2016 possuem alguma conexão com as Jornadas de Junho de 2013? Por quê? Em que sentido?
- 31) Há algum aspecto não abordado que considera importante ressaltar?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
OBRIGATÓRIO PARA PESQUISAS CIENTÍFICAS COM SERES HUMANOS**

PREZADO/A, _____

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de doutorado “Movimentos urbanos de juventude no Brasil (2013-2016): reinvenção das expressões políticas de resistência social?” cujo objetivo é analisar os conteúdos político-organizativos utilizados pelos movimentos urbanos da juventude brasileira, entre 2013 e 2016, no contexto de acirramento das crises, econômica e política, para verificar se essas possuem caráter de reinvenção das expressões políticas de resistência social reveladas nas lutas sociais deste período. Esta pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora principal, Camila Lopes Taquetti.

JUSTIFICATIVA: Esta pesquisa busca desvelar os repertórios de práticas políticas dos jovens neste período indicado, uma vez que isso ainda é pouco compreendido pelos movimentos sociais tradicionais, pelos adultos, pelo Estado e as demais instituições democráticas. Por este motivo, se torna relevante a realização desta.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA: Nesta pesquisa trabalharemos com entrevistas com os/as militantes/ativistas do movimento social e coletivo escolhidos para realização desta. Isso, associada à pesquisa documental, acompanhamento das páginas, blogs e outros instrumentos de comunicação destes grupos disponíveis na internet.

A escolha dos/as militantes/ativistas a serem entrevistados/as será mediante acesso dos/as mesmos/as por meio de contato via redes sociais, por indicação e intermediação de pessoas chaves e pesquisadores que residem e militam em movimentos sociais na cidade de São Paulo.

O/A participante da pesquisa contribuirá com o estudo fornecendo seu depoimento e informações respondendo à entrevista a partir da sua experiência e participação no movimento ou coletivo durante os eventos políticos contestatórios estudados. A forma de registro das informações será através de gravação em meio digital e anotações, ambos realizados pela própria pesquisadora.

Este estudo será realizado com base no acompanhamento de informações e análises de possíveis documentos e bibliografias, cedidos ou publicados pelos/as militantes/ativistas dos movimentos sociais escolhidos. Também serão realizadas entrevistas com 10 ativistas, sendo 5 do MPL-SP e 5 do Coletivo O Mal Educado. Os/As participantes terão acesso prévio ao projeto de pesquisa e às questões a serem respondidas conhecendo, portanto, o teor das informações requeridas pela pesquisadora.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA: A entrevista terá duração aproximada de uma hora e trinta minutos. A coleta de dados será realizada em São Paulo, onde a pesquisadora buscará os participantes da pesquisa, os quais indicarão o melhor local para seu encontro.

RISCOS E INCONVENIÊNCIAS: Os riscos inerentes à participação na pesquisa são: acidentes nos deslocamentos e percursos realizados pelos entrevistados; constrangimentos de natureza política ou outra ao responder às questões relativas às atividades dos movimentos sociais; divergências de natureza política ou outra entre participantes e pesquisadores.

As entrevistas para elucidação das questões de pesquisa e alcance dos objetivos propostos serão gravadas em meio digital e transcritas posteriormente. Assim, alguns relatos poderão aparecer no corpo do trabalho, onde será garantido o total sigilo da identificação dos sujeitos entrevistados. Nesse sentido, a pesquisadora se compromete em não deturpar ou comprometer a fala dos/as entrevistados/as.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Diante dos possíveis riscos, a pesquisadora compromete-se a buscar socorro médico, caso haja alguma intercorrência neste sentido. Quanto às inconveniências, a pesquisadora se compromete em proceder a entrevista de forma neutra, sem emitir opinião ou expressão de discordância ou hostilidade sobre a fala do/a entrevistado/a.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO: Diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, os participantes têm direito de buscar indenização.

BENEFÍCIOS DA PESQUISA: Esta pesquisa poderá proporcionar conhecimento relevante acerca das mudanças do repertório de práticas políticas dos movimentos juvenis deste início de século. Isso pode contribuir para melhor compreensão dessas formas de atuação política ainda pouco conhecidas pelo conjunto da sociedade e das organizações políticas tradicionais, podendo subsidiar a construção de estratégias para a participação política dos jovens e para o enfrentamento de práticas políticas clientelistas, de cooptação, dentre outras, enraizadas no meio político brasileiro. O presente estudo pode ainda contribuir para o avanço dos direitos da classe trabalhadora e dos jovens como sujeitos em condição peculiar de desigualdade social.

O principal benefício está em proporcionar uma análise sobre os movimentos juvenis entre 2013 e 2016 por meio dos sujeitos políticos entrevistados, proporcionando-lhes escuta de suas vivências, com vistas à construção de uma elaboração reflexiva aliada à proposição de ideias para construção de estratégias aliadas justiça social e ao fortalecimento da democracia. Não há benefícios de ordem material para os sujeitos participantes.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO: Para esta pesquisa, não haverá nenhum custo para a participante em qualquer fase do estudo. Do mesmo modo, não haverá compensação financeira relacionada à sua participação. Você terá total e plena liberdade para se recusar a participar bem como retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa. Este termo assegura-lhe os seguintes direitos: solicitar, a qualquer tempo, mais esclarecimentos sobre esta pesquisa; ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questionamentos; recusar-se a dar qualquer informação que considere constrangedora e/ou prejudicial à sua integridade física, moral e social; desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Em caso de dúvida entre em contato com a pesquisadora principal por telefone, e-mail ou correio nos contatos informados: Ms. Camila Lopes Taquetti, Telefone: (27) xxxxxxx; E-mail: ctaquetti2@gmail.com; ou com a pesquisadora orientadora Dr^a Ana Targina Rodrigues Ferraz, Telefone: (27) xxxxxxx; E-mail: anatarginaferraz@gmail.com. Ambas vinculadas à Universidade Federal do Espírito Santo, Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075-910.

Para denúncias ou quaisquer outras intercorrências decorrentes da pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFES, em horário comercial pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pelo telefone (27) 3145-9820, pessoalmente ou pelo correio no seguinte endereço: **Comitê de Ética em Pesquisa da UFES - Campus Goiabeiras**, Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário/Goiabeiras, Sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN/UFES, Bairro: Goiabeiras, CEP 29075-910, Cidade: Vitória/ES.

“Declaro ter sido suficientemente esclarecido/a a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: Movimentos urbanos de juventude no Brasil (2013-2016): reinvenção das expressões políticas de resistência social? Os propósitos desta pesquisa estão claros. Estou ciente dos procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente na minha participação, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a pesquisa, sem penalidades ou prejuízos. E ainda, que este termo será assinado e rubricado em todas as páginas em 02 (duas) vias de igual teor, assim, pesquisador e participante irão assinar as duas vias e cada um receberá uma cópia”.

Local e data

Assinatura da Participante da Pesquisa

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “MOVIMENTOS URBANOS DE JUVENTUDE NO BRASIL (2013-2016): REINVENÇÃO DAS EXPRESSÕES POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA SOCIAL?”, eu, CAMILA LOPES TAQUETTI, declaro ter cumprido as exigências da Resolução CNS 510/16, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura da Responsável pela Pesquisa

Local e data